

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Assis

CAROLINA CAIRES MOTTA

**As famílias de venezuelanos que migram com filhos:
transpondo fronteiras e barreiras**

ASSIS

2024

CAROLINA CAIRES MOTTA

**As famílias de venezuelanos que migram com filhos:
transpondo fronteiras e barreiras**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutora em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientadora: Mary Yoko Okamoto

ASSIS

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Ana
Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

Motta, Carolina Caires

M921f As famílias de venezuelanos que migram com filhos :
transpondo fronteiras e barreiras / Carolina Caires Motta.

— Assis, 2024

189 f. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis

Orientadora: Dra. Mary Yoko Okamoto

1. Psicanálise. 2. Imigração - Venezuela. 3. Famílias
- Aspectos psicológicos. 4. Pertencimento. 5. Trauma
psíquico em crianças. I. Título.

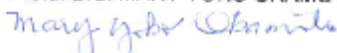
CDD 325.1



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE CAROLINA CAIRES MOTTA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 21 dias do mês de março do ano de 2024, às 08:30 horas, no(a) Sala de Defesas e Sala Virtual: meet.google.com/hyb-nxoq-hay, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de CAROLINA CAIRES MOTTA, intitulada **As famílias de venezuelanos que migram com filhos: transpondo fronteiras e barreiras**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. MARY YOKO OKAMOTO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/FCL - Assis/SP, Profa. Dra. LISETTE ADRIANA WEISSMANN SEIDMANN (Participação Virtual) do(a) Instituto Sedes Sapientiae / São Paulo/SP, Prof. Dr. JOSÉ STERZA JUSTO (Participação Presencial) do(a) UNESP/FCL - Assis/SP, Profa. Dra. CIZINA CÉLIA FERNANDES PEREIRA RESSTEL (Participação Virtual) do(a) FAMEMA - Marília/SP, Profa. Dra. CARLA MARTINS MENDES (Participação Virtual) do(a) PUC - Rio de Janeiro/RJ. Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. MARY YOKO OKAMOTO



DEDICO ESTE TRABALHO

Aos meus antepassados, que cruzaram o oceano em busca do desconhecido, mas supostamente melhor. Afinal, somos parte de um mesmo vínculo!

À minha família, por me incluir no elo de suas gerações e me possibilitar ser parte dela.

À minha terapeuta, que me permitiu e me permite pensar os vínculos que me constituem.

Agradecimentos

À minha orientadora, Mary Yoko Okamoto, pela sua generosidade e paciência em me auxiliar na escrita deste trabalho. Obrigada por me apresentar à Psicanálise de Casal e Família e ampliar imensamente minha visão sobre a clínica psicanalítica

À banca examinadora, pelas valiosas contribuições para a realização desta tese.

Ao Grupo de Estudos do LapsiVi, por sustentar nossos encontros *on-line* durante a pandemia. Sentir-me pertencente a um grupo, com o qual eu me identificava, foi fundamental para a travessia desse momento desafiador.

Aos meus pais, Rose e José Carlos, por me apoiarem sempre! Vocês me possibilitaram compreender o vínculo, através da experiência familiar! Meu eterno porto seguro e meu elo mais precioso!

A minha irmã, Giovana, meu exemplo de força e de ternura, por quem eu nutro um amor enorme! Ensina-me diariamente lições de alteridade e de parceria!

Aos amigos da Pós-Graduação, em especial à Carol Trevisan e à Maysa Reis. Partilhar nossas dificuldades tornou o caminho mais leve! Muita gratidão e carinho por vocês!

À minha terapeuta, Mirian Perandrea, que foi essencial e me acompanhou de maneira tão generosa, durante todo esse percurso. Sua escuta e acolhimento foram mais que um aconchego! A você, toda a minha gratidão!

Ao Washington, por me acompanhar nas viagens de Londrina a Assis. Sua companhia, bom humor e longas conversas deixaram o trajeto menos cansativo!
Muchas gracias, amigo!

A todos os meus amigos, especialmente a Paty Fernandes e ao Marcelo Eugênio, pela parceria constante. Vocês também foram parte dessa jornada!

A Evangelina Saches, amiga querida que me convidou para ir assistir a uma defesa de Doutorado na Unesp/Assis. Voltar à universidade, depois de alguns anos, me despertou memórias e me deu a certeza de que esse era o momento de retornar e dar início a uma nova jornada de estudos!

Ao Diego Tobias, meu treinador físico, que me ensina diariamente que a força também pode vir do corpo. Seus treinos, literalmente, me fortaleceram para essa travessia e contribuíram muito para a minha saúde mental.

Às famílias que participaram desta pesquisa e que sempre tão gentilmente me receberam em suas casas. Muito obrigada por partilharem um pouco de suas histórias. Quanta resiliência eu encontrei em vocês!

À Caritas, especialmente à Taís, Fernanda e Fabrícia, pelo apoio à pesquisa!

Aos colegas de trabalho e à PUC/PR (Londrina), pelo incentivo constante!

Aos meus alunos, que me inspiram a ser uma profissional cada vez melhor!

Ao Rony, pelo incrível trabalho de correção. Obrigada pela sua simpatia e generosidade!

A Cleo, por transbordar afeto em forma de cuidado, a mim e à minha família.

E, por fim,

¡Gracias a la vida, que me ha dado tanto!

RESUMO

Considerando-se a crise de ordem econômica, política e social que atinge a Venezuela, o deslocamento em busca de melhores condições de vida é uma das oportunidades vislumbradas por milhares de indivíduos em busca de possibilidades de mudanças diante da crise que se instalou naquele país. Entretanto, a condição de mobilidade forçada pode ter efeitos a nível psíquico, principalmente quando ocorre de maneira repentina, uma vez que a diferença cultural produz efeitos decorrentes da perda dessas referências. O objetivo deste trabalho foi analisar as implicações da migração nas famílias de venezuelanos que migraram com filhos. Ademais, pretendemos compreender as repercussões psíquicas e familiares do processo migratório forçado; analisar a reorganização familiar em torno da educação dos filhos que migraram com seus pais e vivenciaram as mudanças ocasionadas nesse processo e, por fim, investigar como os pais reconhecem o processo de inserção ao novo país e cultura que ocorre com a família, considerando seus filhos, nesse processo. Para tanto, a pesquisa se pautou na realização da escuta de famílias de venezuelanos, fundamentado nos pressupostos da Psicanálise de Casal e Família. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com entrevistas semi-dirigidas com três famílias de venezuelanos que possuíam pelo menos um filho, que tivessem migrado há no mínimo um e no máximo três anos e que possuísem o caráter involuntário da migração. Diante dessas considerações, nos debruçamos sobre a análise de caso de cada família, considerando o percurso de cada grupo familiar. Para tanto, a discussão se pautou em três eixos norteadores que foram definidos, a partir do material coletado e que se constituíram em: motivo da migração; chegada ao Brasil e permanência e reorganização. A partir do material obtido, concluímos que a experiência migratória deixa marcas indeléveis nos vínculos intersubjetivos, sobretudo nestes casos marcados por uma busca de reconfiguração de projetos e ideais familiares em torno de um contexto com recursos que favoreça o desenvolvimento dos filhos. Essas vivências traumáticas comprometem a herança psíquica familiar, pois interfere na estabilidade dos vínculos, no entanto, o contrato narcísico no qual os pais podem garantir os investimentos libidinais na prole despontou como um aspecto fundamental em famílias que migram com seus filhos. Com isso, diante da desmalhagem dos laços dessas famílias provocados pelo processo migratório, a reconfiguração dos ideais e projetos da família configurou como um aspecto fundamental e como garantia de sucesso da decisão pela migração.

Palavras-chave: Psicanálise, Imigração – Venezuela, Famílias – Aspectos psicológicos, Pertencimento, Trauma psíquico em crianças

ABSTRACT

Considering the economic, political and social crisis affecting Venezuela, displacement in search of better living conditions is one of the opportunities envisioned by thousands of individuals in search of possibilities for change in the face of the crisis in that country. However, the condition of forced mobility can have psychological effects, especially when it occurs suddenly, since the cultural difference produces effects resulting from the loss of these references. The aim of this work was to analyze the implications of migration on the families of Venezuelans who migrated with their children. In addition, we intend to understand the psychological and family repercussions of the forced migration process; analyze the family reorganization around the education of the children who migrated with their parents and experienced the changes caused by this process and, finally, investigate how parents recognize the process of insertion into the new country and culture that occurs with the family, considering their children, in this process. To this end, the research was based on listening to Venezuelan families, based on the assumptions of Couple and Family Psychoanalysis. This was a qualitative study with semi-directed interviews with three Venezuelan families who had at least one child, who had migrated at least one and no more than three years ago and who had migrated involuntarily. With these considerations in mind, we looked at the case analysis of each family, considering the journey of each family group. To this end, the discussion was based on three guiding principles that were defined from the material collected: the reason for migration; arrival in Brazil; and permanence and reorganization. Based on the material obtained, we concluded that the migratory experience leaves indelible marks on intersubjective bonds, especially in these cases marked by a search to reconfigure family projects and ideals around a context with resources that favor the development of the children. These traumatic experiences compromise the family's psychic inheritance, as they interfere with the stability of bonds. However, the narcissistic contract in which parents can guarantee libidinal investments in their offspring has emerged as a fundamental aspect in families that migrate with their children. As a result, faced with the dismantling of these families' ties caused by the migration process, the reconfiguration of the family's ideals and projects was a fundamental aspect and a guarantee of the success of the decision to migrate.

Key words: Psychoanalysis, Immigration - Venezuela, Families - Psychological aspects, Belonging, Psychic trauma in children.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Interiorização de migrantes venezuelanos distribuídos por Estados e municípios	35
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Entrada e saídas do território brasileiro nos pontos de fronteira, por mês, segundo principais países - Brasil, abril de 2019 e abril e maio de 2020.	37
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
DTM	Matriz de Monitoramento de Deslocamento
FMI	Fundo Monetário Internacional
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
R4V	Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – A CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA E O DESLOCAMENTO FORÇADO	19
1.1 As dimensões da crise na Venezuela: cenário político, econômico e social	20
1.2 A condição de transitoriedade de venezuelanos: terminologias e definições	25
1.3 Migrantes venezuelanos no Brasil: perfil, caracterização e políticas de acolhimento	29
1.4 O impacto da pandemia COVID – 19 na situação de migrantes venezuelanos	36
CAPÍTULO 2 – FAMÍLIAS (ENTRE) FRONTEIRAS: AS CIRCUNSTÂNCIAS DA MIGRAÇÃO NA DINÂMICA FAMILIAR.....	40
2.1 Rupturas e desafios da situação de migração forçada: repercussões no grupo familiar	42
2.2 Redimensionar o enredo familiar: a trajetória migratória venezuelana	47
CAPÍTULO 3 – DA TRAMA AO ENLACE: AS REPERCUSSÕES DA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA E A INTERSUBJETIVIDADE.....	55
3.1 A Psicanálise e a Constituição Subjetiva dos Vínculos	56
3.1.1 A Transmissão Psíquica e a vincularidade.....	60
3.2 A Família e as repercussões da migração no aspecto intersubjetivo.....	65
3.2.1 As dimensões do deslocamento forçado nos fundamentos do vínculo: a transmissão psíquica e o contrato narcísico	74
4 OBJETIVOS.....	83
4.1 Objetivo Geral	83
4.2 Objetivos Específicos	83
5 DELINEANDO A TRAJETÓRIA DE PESQUISA: CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	84
5.1 Público-alvo e Campo de Pesquisa	85
5.2 Coleta de Dados	86
5.3 Descrição dos Casos	87
5.3.1 Família Perez	87
5.3.2 Família Diaz	88
5.3.3 Família Martinez.....	89
5.4 Análise dos dados.....	90
6 ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: ANÁLISE DOS ESTUDOS DE CASO	91
6.1 Família Perez	92
6.1.1 Motivos que envolvem a migração.....	93
6.1.2 Saída do país de origem e chegada ao Brasil	97
6.1.3 Permanência e reorganização do núcleo familiar.....	102

6.2 Família Diaz	112
6.2.1 Motivos que envolvem a migração.....	113
6.2.2 Saída do país de origem e chegada ao Brasil	116
6.2.3 Permanência e reorganização do núcleo familiar.....	119
6.3 Família Martinez.....	130
6.3.1 Motivos que envolvem a migração.....	131
6.3.2 Saída do país de origem e chegada ao Brasil	133
6.3.3 Permanência e reorganização do núcleo familiar.....	140
7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	154
7.1 Migração e Vincularidade: o legado familiar	155
7.1.1 No lugar, mas não do lugar: as bases de pertencimento	164
7.1.2 Corpo familiar: as bases culturais longe do lar	165
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
REFERÊNCIAS.....	176
APÊNDICES	188
Apêndice A – Roteiro de Entrevistas	188

INTRODUÇÃO

A globalização, numa economia capitalista que apregoa a livre circulação de pessoas, informações, mercadorias e bens, tem se beneficiado da industrialização, automação e desenvolvimento contínuo de tecnologias. Conseqüentemente, interliga culturas diferentes e traz mudanças nas relações pessoais, de trabalho e nos modos de produção.

Entretanto, os efeitos dessa nova ordem social, econômica e política podem ser contraditórios. De um lado, enaltecem a liberdade adquirida pela expansão das fronteiras e maior conectividade entre as pessoas, enquanto, por outro, encobrem uma desigualdade econômica social e econômica decorrentes de uma lógica mercadológica e imperialista. Essa ideia de aceleração e integração global, na verdade, mascara uma realidade desigual do capital e das forças de trabalho.

Diante desses aspectos e de uma política neoliberal, muitos países vivenciam um período de inflação, recessão e com índices de desemprego alarmantes. Considerando-se esse cenário e a facilidade de mobilidade, a partir de acordos governamentais, o trânsito de pessoas entre os países se constitui como uma das poucas alternativas para fugir do desemprego, da hiperinflação e do desabastecimento.

Cruzar fronteiras em busca de melhores condições de vida é uma das poucas oportunidades vislumbradas por milhares de indivíduos. Em face disso, Lopez-Cifuentes (2008, p. 9) nos traz um panorama sobre a caracterização desses fluxos migratórios:

[...] a globalização alterou os fluxos internacionais, cada vez mais intensos, mas, ao mesmo tempo, menos aceitos. Os deslocamentos forçados, provocados particularmente pelas disparidades das condições de vida entre o país de origem e aquele de destino dos migrantes, continuam aumentando e se intensificando. As fronteiras para aqueles que buscam melhores oportunidades econômicas ou proteção para continuar vivo estão cada vez mais altas.

Nesse caso, a ideia de uma migração massiva emerge sob uma multiplicidade de fatores, mas que ocorre essencialmente porque os indivíduos se sentem obrigados a deixarem o seu país de origem, por medo ou por falta das mínimas condições de subsistência. Conforme dados oficiais do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), no final do ano de 2021, estima-se que 89,3 milhões de

pessoas foram deslocadas à força, em decorrência de perseguição, conflito, violação de direitos humanos, dentre outros fatores.

Portanto, não nos propomos retratar o deslocamento das pessoas que buscam intencionalmente e provisoriamente a mudança de país, uma vez que isso se dá em circunstâncias bem distintas. A finalidade deste estudo é a de compreender o processo de mobilidade que não envolve uma motivação intrínseca e que, portanto, se caracteriza como migração forçada, no qual o indivíduo precisa deixar seu país, de maneira repentina, em condições precárias e com o rompimento de seus parâmetros simbólicos, tais como a língua, os familiares, a cultura, os quais lhe conferem o sentimento de pertencimento.

Essas considerações evidenciam que esses migrantes buscam algum país para se restabelecer, porém, os países de maior interesse, como os da Europa e os Estados Unidos, têm estreitado as fronteiras, através das políticas de migração. O efeito imediato dessas transformações é a mudança da rota, a qual tem se voltado para os países da América Latina, como o Brasil. Quando se trata da corrente migratória de venezuelanos, é oportuno destacar também que o fato de o Brasil fazer fronteira com a Venezuela favorece o deslocamento.

Como parte desse debate, a presente pesquisa se debruça sobre a corrente migratória de venezuelanos ao Brasil, com a finalidade de compreender um fenômeno que ocorre em nível mundial, mas que aqui possui as suas especificidades. Ao fazermos um recorte da atual conjuntura da Venezuela, nós nos deparamos com uma situação bastante complexa e a envolver aspectos sociais, políticos e econômicos.

O contingente de migrantes venezuelanos para nosso país é relativamente recente e aconteceu de forma expressiva, sobretudo a partir de 2016. O desabastecimento de alimentos e outros produtos de primeira necessidade, os altos índices de desemprego e a dificuldade de acesso a serviços estão entre as principais causas da migração forçada.

Um estudo realizado por três universidades, na Venezuela, publicado no jornal *El País*¹ (2021), revelou que 76,6% da população vive com menos de 1,2 dólar por dia, enquanto oito milhões estão desempregados. Em consonância com esses dados, a Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da

¹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-11-19/venezuela-chega-as-eleicoes-regionais-como-o-pais-mais-pobre-da-america-latina.html>. Acesso em: 10 set. 2023.

Venezuela (R4V), mostra que há mais de sete milhões de refugiados e migrantes venezuelanos pelo mundo, sendo que pelo menos seis milhões se encontram na América Latina e Caribe.

Por conseguinte, dentre os desafios enfrentados por esses indivíduos, no processo de migração, é o contato com outra cultura, o que vai exigir um processo de trocas e novas experiências. Entretanto, isso nos faz refletir sobre a forma como esses migrantes lidam com essa dinâmica, a qual envolve a elaboração das perdas e, ao mesmo tempo, a necessidade de inserção em um outro universo sociocultural.

Com isso, há aspectos que marcam e até mesmo dificultam a experiência de migração, dentre os quais assinalamos: a língua, a cultura, as leis ou regras, a moeda dentre outras particularidades de cada país. Inevitavelmente, impõem-se ao sujeito novos modos de constituir-se.

A partir dessa premissa, nós nos interrogamos sobre as possíveis consequências dos fluxos para a constituição da subjetividade, na atualidade, especialmente para as famílias de venezuelanos. O encontro entre mundos, referenciais e culturas diversos se constitui em uma experiência que requer, muitas vezes, um deslocamento forçado e acarreta o desenraizamento, o abandono do local de origem, dos traços culturais e até mesmo de membros da família. Esses aspectos podem ter relação com as dificuldades de inserção:

Migrações e deslocamentos forçados, com a conseqüente retirada das pessoas de seus lugares de origem, causam fortes traumas. Testemunhas de migrações relatam o sofrimento do abandono do lar, às vezes com a separação da família ou desagregação, a perda da propriedade e de pertences pessoais, a arbitrariedade e a humilhação por parte das autoridades de fronteiras e de agentes de segurança, gerando um sentimento permanente de injustiça (Cifuentes, 2008, p. 59).

Assim, Bauman (2007) destaca que eles se encontram diante de um dilema, pois não *mudam* de lugar, mas *perdem* o seu lugar e, a partir daí, se estabelece uma *provisoriedade persistente e permanente*. O autor define por *lugar-não-lugar*, ou seja, alguém já *no* lugar, contudo, não inteiramente *do* lugar, sem residência, entretanto, aspirante a residente. Mais especificamente, alguém que mora em um determinado lugar, porém, não é reconhecido por ele. Obviamente, isso vai produzir efeitos no sentimento de pertencimento do indivíduo (Bauman, 1998).

Por isso, *ocupar* um novo território não significa *ser parte* dele: “Mais que espaço físico, o território é espaço da memória, identitário, um ‘lugar’ impregnado de

cultura, forma de comunicação dos residentes com seu entorno, com seu grupo, permitindo a consciência da pertinência” (Véras, 2012, p. 63).

Assim, *estar num estado limítrofe* é o ato de desafiar os limites territoriais do seu país, seja por uma escolha, seja por uma necessidade forçada, tal como no caso dos venezuelanos. Isso implica dizer que a circunstância da migração acarreta um duplo rompimento de fronteiras, pois, além de romper com a demarcação territorial de seu país, o indivíduo precisa deixar as suas tradições e traços culturais. Por isso, constitui-se num ato social em virtude das questões sociais e econômicas que o permeiam, no entanto, também representa um ato psíquico e, conseqüentemente, exige uma reorganização do mundo interno e de seus vínculos:

O fato é que esse deslocamento poderá implicar uma questão mais profunda a nível psíquico, pois o sujeito vê-se diante de uma nova realidade. Há a privação dos hábitos alimentares, dos vínculos familiares, dos códigos existenciais e éticos (Silva, 2015, p. 45).

Com isso, as identidades ficam deslocadas ou fragmentadas, abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável, no mundo social. A maior independência global está comprometendo as identidades culturais, pois provoca a fragmentação de códigos culturais e multiplicidade de estilos: “[...] se tornam desvinculadas – desalojadas de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’” (Hall, 2011, p.75).

Nessa perspectiva, Birman (2012) afirma que, na contemporaneidade, tudo se revela de maneira imprevisível e repentina e tem transformado as coordenadas constituintes do sujeito, tanto no registro individual quanto no coletivo. Reconhecendo a complexidade do fenômeno de migração, nós nos questionamos como se configura essa experiência para o sujeito, diante das rupturas e descontinuidades que a imersão em uma nova cultura pode provocar. O deslocamento do migrante pode ocorrer numa condição traumática e pode ser experimentado de forma ambivalente.

Ao nos referirmos aos movimentos migratórios, estamos diante de um processo que é da ordem de um grupo, entretanto, como cada indivíduo o vivencia faz parte de um processo de subjetivação, impactando-o assim como um todo, isto é, o grupo ao seu redor, a família, os parentes e amigos. Dessa forma, nós nos indagamos acerca de como se processa essa transformação, nas coordenadas constituintes do sujeito, visto que se trata de um movimento da coletividade, contudo, a constituição da

experiência e a maneira de significá-la são subjetivas. Conforme Ulloa (1998, p. 167), podemos argumentar que

[...] construção de subjetividade implica o estrangeiro enquanto possibilidade de elaborar a emergência do estilo, entendido em termos da travessia da singularidade subjetiva até “apropriar-se do próprio”, a criação de uma marca onde aquilo mesmo começou por ser alheio, sem deixar de sê-lo, funda o reconhecimento do sujeito como tal.

Desse modo, ao nos dispormos a refletir sobre os movimentos migratórios forçados, temos por objetivo analisar as implicações da migração, na dimensão intersubjetiva do migrante venezuelano. Ademais, pretendemos verificar as transformações no sentimento de pertencimento e suas repercussões psíquicas e familiares, mediante as perdas e a ausência de um contexto transubjetivo, em famílias que migraram com filhos.

Logo, a relevância clínica e social desta pesquisa se dá, na medida em que busca compreender como a experiência da migração forçada pode interferir na dinâmica vincular. Assim, a maneira como o grupo familiar lida com as perdas pode repercutir no prosseguimento desse elo geracional. Em outras palavras, o distanciamento das referências simbólicas, as quais conferem o sentimento de pertença, pode afetar a continuidade das raízes culturais, uma vez que o grupo familiar não se encontra mais inserido nesse contexto.

Esta pesquisa se pautou na realização da escuta de famílias de venezuelanos, a partir de uma metodologia de estudo de caso e com fundamento nos pressupostos da Psicanálise de Casal e Família. Com essa finalidade, foram feitas entrevistas com três famílias de venezuelanos que possuíam pelo menos um filho, tivessem migrado há no mínimo um e no máximo três anos, experimentando o caráter involuntário da migração.

Com a finalidade de contemplar os objetivos de pesquisa, o trabalho foi desenvolvido em três capítulos, voltados para a contextualização e embasamento teórico da investigação, e um quarto, com os caminhos metodológicos percorridos nessa trajetória. Assim, o primeiro capítulo foi dedicado a contextualizar a situação atual da Venezuela, em relação aos aspectos sociais, políticos e econômicos. Com isso, foi promovido um levantamento dos dados que retratam esse cenário, assim como foi discutida a caracterização dessa corrente migratória, as denominações sobre a migração e os efeitos da pandemia no deslocamento de venezuelanos.

No segundo capítulo, por sua vez, abordamos o processo da inserção desses migrantes, diante de uma ruptura abrupta com seu país de origem. Essa vivência vai exigir desses indivíduos uma reorganização externa, mas também do ponto de vista psíquico. Nessa linha, pretendemos apreender com as famílias de venezuelanos quais aspectos podem ser facilitadores ou obstáculos para essa experiência. Já no terceiro capítulo, discutimos a constituição subjetiva dos vínculos e os efeitos do processo de migração forçada na transmissão psíquica do grupo familiar. Os objetivos geral e específico dessa pesquisa foram delineados no quarto capítulo.

No quinto capítulo, apresentamos as questões relacionadas aos aspectos metodológicos que embasaram a pesquisa. Assim, descrevemos o percurso de estudo desenvolvido, com base em uma metodologia de estudo de caso. Para além disso, assinalamos como efetuamos a análise das entrevistas que foram transcritas e qual a metodologia proposta para essa etapa. Cabe destacar, que o sexto e sétimo capítulos foram dedicados a análise e discussão dos casos, assim como no oitavo tecemos as considerações finais.

Por fim, todos esses questionamentos que permeiam as nossas discussões serão objeto de reflexão, durante o trabalho de pesquisa. Desse modo, podemos afirmar que a experiência resultante da migração, independentemente de quais sejam os seus desdobramentos, é repleta de simbolismos e representações – e é nesse universo de significados que este trabalho se propõe se enveredar.

CAPÍTULO 1 – A CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA E O DESLOCAMENTO FORÇADO

A atual conjuntura da globalização e o neoliberalismo têm contribuído para o desenvolvimento desigual e o sucateamento das políticas públicas e de assistência, em diversos países. Essa realidade que encobre fatores da economia mundial e da geopolítica são determinantes para fomentar uma migração forçada ou involuntária. Por isso, esses deslocamentos se constituem em uma tentativa de fugir de uma crise econômica ou política, da violação de direitos humanos, de conflitos armados, dentre outros fatores.

De acordo com a Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes² (R4V), até novembro de 2023, havia cerca de 510.499 refugiados e migrantes venezuelanos, no Brasil, sendo que, desse total, 429.888 já possuíam autorização de residência no país.

Em face desses dados expressivos e da complexidade desse fenômeno, elegemos uma corrente migratória específica, nesse caso, a venezuelana, considerando que cada um desses fluxos migratórios possui um perfil e algumas especificidades. Desse modo, podemos enfatizar que o cenário atual da Venezuela nos traz aspectos muito evidentes que explicariam as motivações pelas quais milhares de indivíduos deixaram suas origens, em busca de subsistência.

Nesse sentido, este capítulo visa a traçar a conjuntura política, econômica e social da Venezuela, que motivou a migração desses indivíduos para países fronteiriços, como o Brasil. Além disso, pretende traçar um perfil desses migrantes e trazer dados sobre os deslocamentos, a fim de melhor caracterizar essa corrente migratória.

² A Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes (R4V) é liderada pelo ACNUR e pela OIM, em países da América Latina e Caribe, cuja função é a de articular a ONU e a sociedade civil, com o objetivo de promover o acesso a direitos, serviços básicos, proteção, integração socioeconômica dessa população e da sociedade de acolhida. Portanto, a Plataforma tem a atribuição de realizar um Plano de Resposta para Refugiados e Migrantes (RMRP), com o intuito de fortalecer as ações nos locais em que a R4V atua. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/brazil>. Acesso em: 25 ago. 2023.

1.1 As dimensões da crise na Venezuela: cenário político, econômico e social

Com a finalidade de entender a crise que assola a Venezuela e que teria forçado a migração de muitos indivíduos, é necessário compreender o período preliminar ao contexto atual. Isso se deve ao fato de que, embora a crise tenha se intensificado, nos últimos anos, seu início é bem anterior, ou seja, entre as décadas de 70 e 80 do século XX. Por isso, antes de adentrar a crise contemporânea, é preciso debruçar-se sobre o processo de transformação política, econômica e social que ocorreu, ao longo dos últimos governos.

A localização estratégica da Venezuela e seus recursos naturais foram responsáveis por um período de crescimento econômico, pois é um país da América do Sul que faz fronteira com o Brasil, a Colômbia e a Guiana, sendo conhecido por suas reservas de petróleo. A Venezuela possui a maior reserva de petróleo do mundo, ou seja, são 298,3 bilhões de barris ou cerca de 17,5% de todo o petróleo mundial (Zero, 2017).

Por vários anos, o país viveu uma estabilidade política e econômica decorrente da exportação do petróleo e da sua proximidade com os Estados Unidos, o que contribuiu para seu destaque internacional. Contudo, conforme Vasconcellos (2009), no final da década de 1980, as flutuações no preço do petróleo, a corrupção e a recessão fizeram com que o então presidente da época, Carlos Andrés Pérez, se alinhasse a um pacote de medidas neoliberais proposto pelo FMI e pelos Estados Unidos.

Para tanto, foi necessário aplicar um pacote de medidas, que, segundo Weber (2020, p. 178) incluía

[...] a desvalorização da moeda, a restrição do crédito e do gasto público e o aumento no preço de produtos e serviços básicos. A gasolina foi reajustada em 100%, o que refletiu nas tarifas de transporte público. Esse último ponto foi o estopim de uma grande revolta urbana conhecida como *Caracazo*, em 1989.

O autor afirma, ainda, que o *Caracazo* se caracterizou como uma grande revolta urbana e é um marco fundamental para que se compreenda a ascensão de Hugo Chávez. Essas circunstâncias levaram a uma tentativa de golpe de Estado, em 1992. A tentativa de destituição de Pérez não teve êxito, mesmo diante do

descontentamento da opinião pública. Tal situação culminou no seu *impeachment*, em 1993, quando Rafael Caldeira Rodrigues assumiu a liderança do seu país.

Foi nesse contexto que a imagem de Hugo Chávez foi se consolidando, aos poucos, até que ele se candidatou à Presidência. Após ser eleito, Hugo Chávez se depara com um país desigual, com inflação alta e elevado índice de pobreza. Nesse contexto, conforme Zero (2017), a alternativa foi investir nas políticas públicas de redução da pobreza e na adoção de medidas que minimizassem a diferença na distribuição de renda.

Desse modo, na gestão de Hugo Chávez (1999-2013), ocorreram várias mudanças no país, sendo que uma das principais foi a participação política da população. Conforme Scheidt (2017), esse processo de mudança ficou conhecido “por Revolução Bolivariana” ou “Socialismo do século XXI”. Diante disso, houve uma polarização da população, a qual se segmentava entre os apoiadores e os adversários do “chavismo”.

Assim, vale ressaltar que o chavismo foi a denominação atribuída às ideias de Chávez, as quais propunham uma significativa transformação, no contexto político e econômico venezuelano. Sob essa mesma perspectiva, o autor ressalta ainda que a “Era Chávez” ampliava a democracia, de modo a torná-la “participativa e protagônica”, o que contrastava com a hegemonia de políticas excludentes e autoritárias anteriores.

Nesse sentido, ao longo de seus mandatos, Chávez promoveu mudanças estruturais importantes no país. Dentre elas, podemos destacar a convocação de um plebiscito para a criação de uma nova Constituição, assim como a implantação de modalidades participativas, por parte das organizações sociais. É inegável, segundo Francisco Neto (2017), que as reformas propostas tiveram efeitos positivos e que o governo de Hugo Chávez ocorreu na contramão do movimento neoliberal crescente na América Latina. A princípio, as estratégias socioeconômicas utilizadas por Chávez diminuíram os índices de desigualdade social e os níveis de pobreza da população.

Entretanto, a nacionalização das indústrias, o controle dos preços, a dependência de importações e a falta de incentivos para o investimento na iniciativa privada levaram ao aumento da inflação, ao desemprego e ao desabastecimento do país. Além disso, o fato de a economia venezuelana pautar-se prioritariamente na exportação do petróleo deixa-o suscetível às oscilações do mercado mundial. Logo, o bem-estar da população e o investimento em políticas públicas fica condicionado à

arrecadação petroleira. Esses fatores, por sua vez, levaram a uma desestabilização da economia do país.

Assim, após a morte de Chavez, a presidência interina foi assumida por Nicolas Maduro, até a convocação de nova eleição. Com a sua vitória, ele assumiu o governo e manteve os ideais do Socialismo do século XXI, porém, não conseguiu estabilidade para o cenário econômico do país.

Em 2014, houve uma significativa desvalorização do petróleo no mercado internacional e, conseqüentemente, seu preço diminuiu. Conforme Leotti *at al.* (2019), a supervalorização cambial e a crescente inflação provocaram a diminuição da sua capacidade de importação. Essa situação de hiperinflação intensificou os índices de pobreza, na Venezuela, bem como propiciou a comercialização de dólares, no mercado paralelo, o que favorece a maior desvalorização da moeda nacional.

Em outras palavras, podemos avaliar que o problema enfrentado pelo governo de Maduro consiste na falta de produtos básicos, como alimentos e remédios: “Os hospitais chegaram a ter cerca de 90% de falta de medicamentos e as cidades passaram a ter cortes diários de energia, chegando a ficar 4 horas seguidas sem luz” (Freitas; Denadai; Obregón, 2020, p. 8).

Dessa forma, a pressão para a queda de Maduro se intensificou, diante da crise, e as manifestações tomaram conta do país. Impulsionada pelas condições socioeconômicas, a sociedade venezuelana faz eclodir uma série de mobilizações contra o governo, o qual permanece no poder, graças ao apoio das Forças Armadas.

Assim, de acordo com Freitas, Denadai e Obregón (2020), teve início o movimento organizado pelos Estados Unidos, para promover a queda de Maduro, movido por interesses comerciais, sobretudo dos recursos petrolíferos. Os outros países tampouco possuíam relações comerciais com a Venezuela, possivelmente por temerem alguma retaliação americana. Essa situação causou o aumento gradual do isolamento do país.

Em meio a esse cenário, em maio de 2018, houve uma eleição antecipada ao pleito presidencial que resultou na reeleição de Maduro para o período de 2019-2025. Entretanto, o índice de abstenção chegou a 53,98%, o qual foi considerado um dos mais baixos da história venezuelana e, por isso, o resultado foi questionado até mesmo pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) (Agência, 2018).

Frente a essa situação de denúncias de fraude na eleição, o presidente da Assembleia Constituinte, Juan Guaidó, se autoproclamou presidente interino, durante uma manifestação havia em Caracas, em 2019. Em consequência,

[...] passou a receber o apoio dos partidos opositores ao governo, de uma grande parte da população venezuelana (39%) e de sessenta e cinco Estados, incluindo os Estados Unidos, Estados da Europa ocidental e os Estados membros do Grupo de Lima, que o reconhecem oficialmente em seu papel de transição, de facilitação ao recebimento de ajuda humanitária e por demandar novas eleições presidenciais (Agência, 2018, p. 51).

Os venezuelanos, segundo Milesi, Coury e Rovey (2018), estão enfrentando uma acirrada crise econômica e política, com ausência total do Estado e violação dos direitos fundamentais, o que a caracterizaria uma crise humanitária. Nesse contexto, há falta de alimentos, medicamentos e atendimento à saúde. Além disso, há um aumento da violência, e a hiperinflação reduziu significativamente o poder de compra da população. Salientam Freire e Albuquerque (2018, p. 3):

Os índices de pobreza bateram nos 82% onde nem sequer existiam mais produtos nos supermercados para demanda da população, sem falar nas inúmeras torturas e perseguições políticas aos opositores, cabendo ao Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas) a análise da mesma que é considerado “estado de exceção e emergência econômica”.

Em face desse contexto, observamos que a Venezuela sofreu grandes transformações sociais, históricas, políticas e econômicas no decorrer dos últimos anos. As ações governamentais, principalmente do período designado por chavismo, renderam mudanças importantes, com melhorias sociais, a partir dos índices de desenvolvimento do país e diminuição da pobreza; no plano econômico, assistiu-se à estabilização do valor do petróleo e adoção de políticas como incentivo à democratização e participação popular.

No entanto, essas ações e estratégias também desencadearam alguns problemas: “[...] nota-se que a política externa bolivariana não partia do princípio de ser uma política de incentivo ao comércio e à abertura ao capital externo, o que Chávez e seus aliados consideravam uma política externa neoliberal e elitista” (Leotti *et al.*, 2019, p. 100).

Esse modelo dos governos da Revolução Bolivariana de Hugo Chavez e Nicolas Maduro conduziu a uma situação de hiperinflação, como frisa Pereira (2020, p. 15): “[...] em 2016, a inflação foi aumentando a ponto de chegar a 274,04% e, em

2017, a 862,6%. O Fundo Monetário Internacional (FMI) também avaliou que o país teve uma inflação de 1.270.000% em 2018, 20.000.000% em 2019 e uma projeção de 500.000.000% para 2020". Assim, os elevados índices de inflação e o desabastecimento de produtos básicos de consumo desencadeiam uma crise que assume proporções cada vez maiores.

Nessa perspectiva, o Informe 2017/2018 da Anistia Internacional aponta que a manutenção do estado de emergência econômico, declarado em janeiro de 2016, a situação de instabilidade política e o cerceamento da liberdade de expressão, no país, representam uma violação dos direitos humanos. Com isso, a cesta básica para uma família de cinco pessoas custava 60 vezes mais do que o salário-mínimo, o que representa um aumento de 2123%, desde novembro de 2016. Além disso, o fechamento de 50 estações de rádio, pela Comissão Nacional de Telecomunicações, e a possibilidade de que outros meios de comunicação possam ser fechados geraram preocupação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Em decorrência desses fatores, um dos maiores efeitos dessa instabilidade financeira é evidenciado a partir dos expressivos números de venezuelanos que migram para os países vizinhos, dentre eles, o Brasil. Uma das poucas alternativas viáveis é cruzar a fronteira, em busca de garantir as mínimas condições de sobrevivência. Portanto, concluímos que a crescente migração de venezuelanos para outros países é resultado da condição econômica, política e social que inviabiliza a permanência na Venezuela. Desse modo, o agravamento da crise transformou a sua natureza em humanitária.

De acordo com Simões (2017), o que a Human Right Watch chama de "Crise Humanitária" é a grave e generalizada violação de Direitos Humanos, na Venezuela. Por conseguinte, a falta de alimentos e suprimentos básicos, bem como de serviços de saúde, levou a uma situação de pobreza extrema. Dentre os aspectos identificados como motivadores do deslocamento, destacamos: "No hay comida" é uma das frases mais relatadas, quando perguntados sobre o porquê de estarem no Brasil, e a frase pode ser um indicativo também da percepção geral a respeito da crise que afeta a Venezuela (Simões, 2017, p. 60).

1.2 A condição de transitoriedade de venezuelanos: terminologias e definições

A situação de precariedade no país de origem traz contornos e características muito específicas para a mobilidade dos venezuelanos, tal como fora discutida anteriormente. Logo, após a contextualização sobre os deslocamentos, faz-se necessária uma reflexão sobre os aspectos conceituais que envolvem essa situação.

Nesse sentido, os fluxos migratórios se caracterizam como diferentes possibilidades de deslocamento e mobilidade. Conforme Resstel (2014), as movimentações não são desprovidas de propósito, as quais, geralmente, são de se fixar e residir em outro território. Quando se trata de uma movimentação entre países ou continentes, os indivíduos recebem a denominação de *migrantes internacionais*.

A problematização da terminologia possibilitou considerar as suas diversas definições, visto que a pesquisa não retrata o deslocamento das pessoas que buscam intencionalmente e provisoriamente a mudança de país. Em grande parte, não há outra opção viável, nem tampouco possibilidade de retornar ao país de origem, e isso coloca as pessoas em uma condição muito particular, nesse universo dos fluxos migratórios.

Com a crise política, social e de desabastecimento da Venezuela, podemos afirmar que um grande contingente de sua população está se deslocando para outros países, dentre os quais o Brasil é um dos escolhidos. Entretanto, a condição de transitoriedade não nos permite caracterizá-los apenas como migrantes, tendo-se em vista as motivações desses indivíduos para se deslocarem. Isso se deve ao fato de que o termo “migração” é utilizado em uma acepção muito ampla e, nesse caso, é preciso diferenciá-lo:

Fala-se em migrações voluntárias quando a mudança decorre de uma decisão individual ou coletiva, na qual há, geralmente, um planejamento da partida e um projeto de vida no lugar de chegada; por outro lado, as migrações involuntárias caracterizam-se pelos deslocamentos impostos por perseguições religiosas, políticas e/ou ideológicas, graves violações de direitos humanos, efeitos de catástrofes naturais, entre outros, quando não resta escolha de permanência ou tal possibilidade representa risco à sobrevivência (Martins-Borges; Jibrin; Barros, 2015, p. 1).

Partindo dessas considerações, não poderíamos asseverar que a condição dos venezuelanos pode representar uma migração voluntária, até mesmo pelo caráter do

processo. Muitas vezes, não há um planejamento prévio, nem tampouco perspectivas no local de destino, e o processo ocorre de maneira precária, sem autorização ou documentação necessária.

Dessa forma, o que buscamos compreender e retratar é justamente a migração involuntária ou “forçada”, de sorte que a preocupação por encontrar uma melhor definição está para além de uma questão conceitual. Com isso, ao discutir as nuances contemporâneas do fenômeno migratório atual, não temos por finalidade explicá-lo, com base em uma dicotomia. Capelari (2021) ressalta que não seria possível inserir o migrante em duas categorias específicas, levando-se em conta que ela é fruto da combinação de diversos fatores. De maneira semelhante, podemos afirmar que,

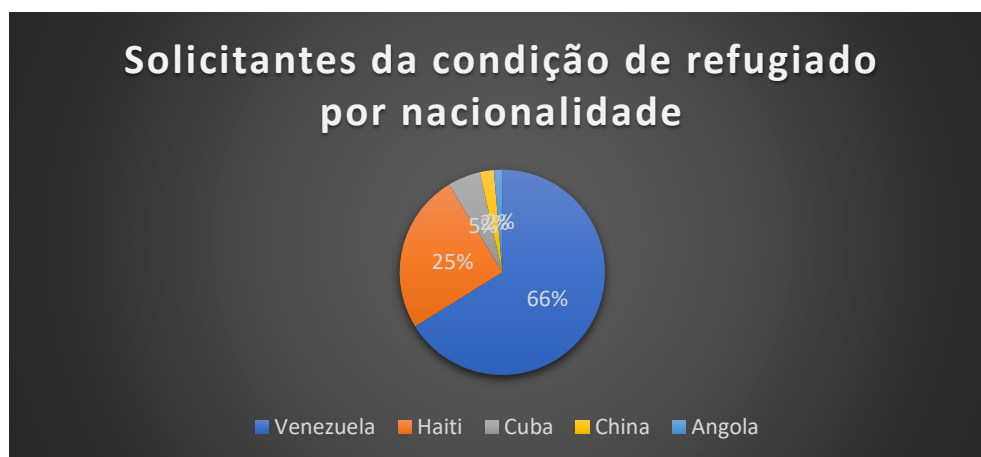
[...] mesmo nos casos em que as pessoas são obrigadas a deixar seus países, elas também carregam sonhos de uma vida melhor e em condições dignas no novo país para onde se dirigem e, nos casos em que o movimento migratório pode ser dar de forma mais planejada, esses migrantes também podem enfrentar violações a seus direitos ao longo de suas trajetórias migratórias (Moreira; Sala, 2018, p. 16).

No âmbito dessa classificação dos fluxos migratórios, há de se destacar a presença de outra categoria de *status* migratório para a regularização dos venezuelanos, no território brasileiro. Uma estratégia adotada por eles foi a de reivindicar a condição de refugiado. Nesse sentido, nós nos deparamos com dados apresentados pelo Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra (2022) –, os quais revelam que a maior parte das solicitações de refúgio, no Brasil, eram advindas da nacionalidade venezuelana ou tinham a Venezuela como seu país de residência. Dentre esses números, houve 22.856 solicitações de reconhecimento de refugiado, representando cerca de 78,5% dos pedidos recebidos neste ano, em nosso país.

Segundo essa mesma perspectiva, os dados obtidos junto ao Relatório Refúgio em Números (2021) e desenvolvidos pela OBMigra³ apontam que a Venezuela é o país que mais solicitou essa forma de reconhecimento, durante o ano de 2020, assim como é possível verificar a seguir:

³ Informações obtidas pelo OBMigra, a partir de dados da Polícia Federal.

Gráfico 1 – Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no ano de 2020.



Fonte: Autoria nossa, conforme dados publicados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

Ante esse panorama, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) emprega a seguinte definição para essa modalidade migratória, ou seja, os refugiados são

[...] todos os homens e mulheres (incluindo idosos, jovens e crianças) que foram obrigados a deixar seus países de origem por causa de um fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a um determinado grupo social ou por suas opiniões políticas. A legislação brasileira sobre refúgio (Lei 9.474 de 22 de julho de 1997) também reconhece como refugiadas as pessoas que foram obrigadas a sair de seus países devido a conflitos armados, violência e violação generalizada de direitos humanos. (Acnur, 2010).

Ora, conforme Moreira e Sala (2018), o *status* de refugiado diferencia-se de outras categorias, pois requer proteção de outro Estado, considerando-se que seus direitos foram violados ou não puderam ser assegurados. Por isso, a condição migratória e a forma sob a qual é solicitada a regularização, no país, podem influenciar o acesso a políticas de proteção.

Segundo Silva e Bógus (2017), caracterizar as migrações internacionais de modo generalista, sem observar as suas especificidades, pode levar ao prejuízo desses indivíduos, no acesso ao reconhecimento dos seus direitos, bem como de seu enquadramento jurídico nos países de passagem e destino. Os autores acrescentam que a Organização Internacional para a Migração (OIM) percebe que “[...] a especificidade de movimentos acaba gerando dificuldades para que as pessoas que

demandem algum tipo de proteção especial consigam ter esse direito plenamente atendido” (Silva; Bógus, 2017, p. 20).

Isso posto, é inegável, conforme Carneiro (2019), que essa categorização em relação aos venezuelanos assume um peso político decorrente desse *status* migratório. Em outras palavras, isso pode ampliar as possibilidades de reconhecimento e de políticas de acolhimento.

Em contrapartida, pelas variações de formas de elucidar algumas definições, concluímos que a migração forçada é “[u]ma categoria de migrantes que fica situada em um limbo normativo, por inexistir norma protetiva específica” (Silva; Abrahão, 2018, p. 656). Interessa destacar que as clássicas categorias construídas acerca da migração “forçada” possuem um denominador em comum. As causas da mobilidade estão relacionadas ao contexto político-social-econômico no qual o país se encontra. Independentemente dos conceitos já cristalizados, a migração forçada não possui um sistema protetivo que resguarde os envolvidos.

Assim, podemos afirmar que, na tentativa de explicar alguns significados atribuídos às categorias de mobilidade dos venezuelanos, nós nos deparamos com diversas modalidades de reconhecimento, dentre as quais destacamos, prioritariamente, a migração forçada ou a solicitação de refúgio.

É válido enfatizar que toda definição tem sua perspectiva legal, política e antropológica, mas também carrega suas limitações ou ambivalências. Em outras palavras, nenhuma definição será capaz de contemplar todas as especificidades de um fenômeno tão complexo como a migração. Por isso, o intuito não é o de criar rótulos, a partir dessas categorias, mas de problematizá-las ou contestá-las, com a finalidade de avançar no seu debate.

Nesse prisma, optou-se por utilizar a categoria de migração forçada, compreendendo-se que os venezuelanos deixaram seu país involuntariamente e se depararam com um processo de desenraizamento e desterritorialização. A escolha se justifica, considerando que a categoria dos refugiados inclui algumas particularidades, tais como os vínculos de proteção jurídicos e políticos.

Isso se explica pelo fato de que, mais do que uma conotação ou definição para cada categoria, nós nos debruçamos sobre as suas implicações psíquicas e da ordem da subjetividade. Se a migração voluntária pode levar a perdas familiares, culturais e simbólicas significativas, a migração forçada, por outro lado, inclui um rompimento

repentino com esses aspectos, e suas consequências podem ser ainda mais avassaladoras.

Por conseguinte, a multiplicidade de formas e sentidos atribuídos à mobilidade evidencia as diversas facetas que compõem a experiência de migração e, nesse sentido, a vinda dos venezuelanos representa um grande desafio para o Brasil, no que se refere a políticas públicas que efetivamente possam resguardar seus direitos e proteção.

1.3 Migrantes venezuelanos no Brasil: perfil, caracterização e políticas de acolhimento

Pelo exposto, podemos compreender que promover a proteção humanitária de migrantes venezuelanos tornou-se uma tarefa relativamente complexa, para o Brasil, verificando-se inclusive as condições pelas quais ocorreram esses fluxos. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)⁴, entre 2015 e março de 2019, aproximadamente 254.769 pessoas entraram no Brasil, sendo que a maioria dos migrantes ingressa pela fronteira norte do país, no Estado de Roraima, mais especificamente nos municípios de Pacaraima e Boa Vista. Desse total, há uma estimativa de que 1581 venezuelanos estivessem vivendo em situação de rua, em Boa Vista.

Nesse cenário, observamos que a crise eclodida na Venezuela forçou milhares de pessoas a abandonar seu país, em busca de proteção internacional e melhores condições de sobrevivência. De acordo com Amaral (2020), o deslocamento forçado provocou o uso de rotas alternativas e acessos irregulares, conhecidos por *las trochas*, os quais se caracterizam por entradas de migrantes em situação irregular nos países que fazem fronteira, como a Colômbia e o Brasil.

De maneira semelhante, na ausência de condições para custear um meio de transporte, os refugiados ou migrantes venezuelanos percorrem essa rota a pé, sendo denominados como *los caminantes*. Desse modo, conforme o autor, eles o fazem por uma condição de extrema necessidade, pois isso os deixa expostos a uma situação de vulnerabilidade, adversidades e de exploração.

⁴ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 17 set. 2023.

Tais aspectos denunciam a precariedade das condições desses fluxos migratórios, ensejando-nos caracterizar o perfil dos venezuelanos que se deslocam de forma expressiva para o Brasil. Dados do Relatório Situacional Brasil (ONU, 2021) indicam que o atual perfil desses migrantes é bastante diversificado e inclui homens e mulheres que deixaram suas famílias, no país de origem, famílias com crianças e idosos, bem como indígenas, especialmente da etnia Warao. Das pessoas registradas como migrantes, no Brasil, 48% são do sexo feminino e 52% do sexo masculino, o que denota uma pequena diferença entre o percentil de homens e mulheres.

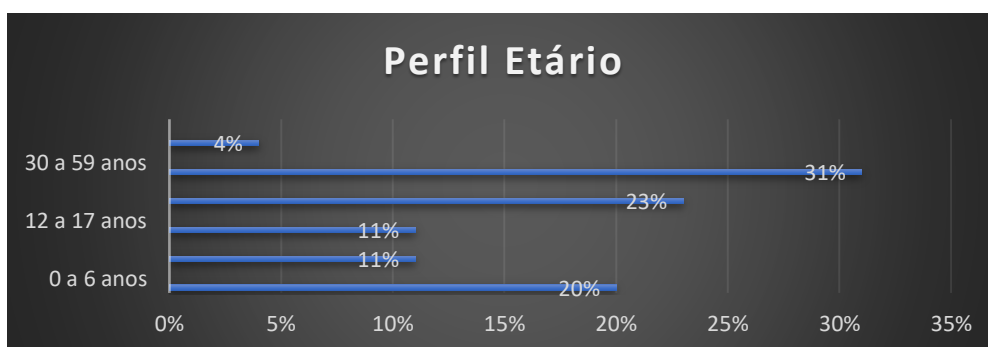
Além disso, a Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) – um sistema concebido pela OIM – realizou o acompanhamento do deslocamento e da mobilidade de populações, entre os meses de novembro e dezembro de 2022⁵. As entrevistas efetuadas buscaram compreender o perfil, possibilidades de trajetórias e dificuldades no processo.

Esse levantamento contou com a participação de 1.356 entrevistados, em Boa Vista, Paraicama e outros 13 municípios do Estado de Roraima, objetivando a criação de estratégias que atendessem às demandas desses indivíduos. Entretanto, como a pesquisa envolvia igualmente os membros de suas famílias, o número alcançado atingiu a marca de 5.185 pessoas. Além disso, é válido destacar que a pesquisa se debruçou sobre diversos aspectos, mas elegemos apenas alguns deles que pudessem nos trazer uma amostra do perfil e representassem, ao menos, uma parte desses migrantes.

Os dados obtidos, no que se refere ao gênero de migrantes venezuelanos, revela que há um certo equilíbrio entre homens e mulheres, de sorte que a população é composta por 50% de homens e 50% de mulheres.

Já com relação ao perfil etário, temos a seguinte distribuição: 20% da população se encontra na faixa etária de 0 a 6 anos, 11% entre de 7 e 11 anos, 11% entre 12 e 17 anos, 23% entre 18 e 29 anos, 31% entre 30 e 59 anos, 4% com 60 anos ou mais.

⁵ Os dados dessa pesquisa fazem parte da Matriz de Monitoramento de Deslocamento, realizada no Estado de Roraima e publicada em março de 2023. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/matriz-de-monitoramento-de-deslocamento-dtm>. Acesso em: 06 nov. 2023.

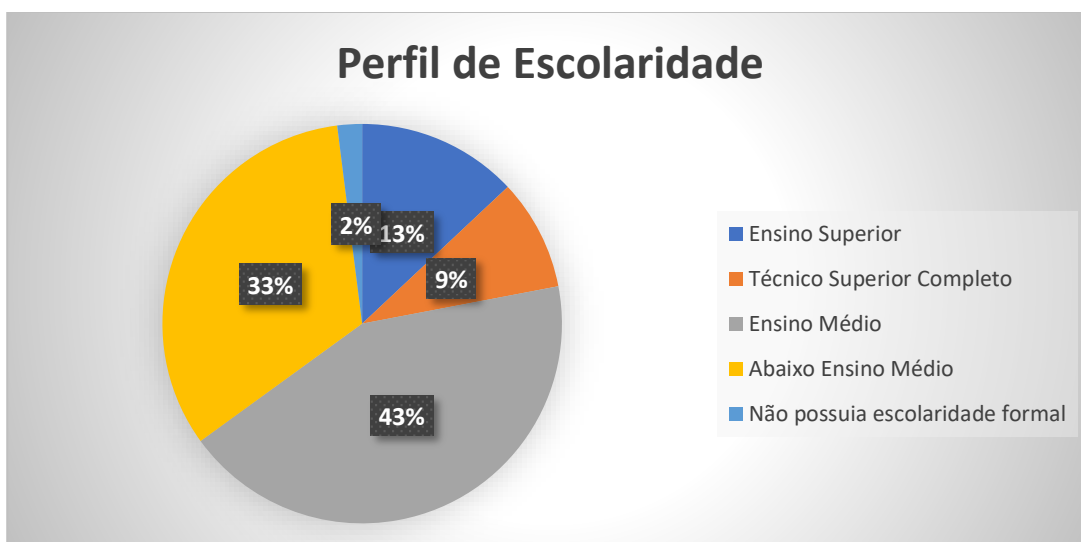
Gráfico 2 – Perfil Etário dos Migrantes

Fonte: Autoria nossa, a partir de dados da Matriz de Monitoramento de Deslocamento (2023).

A partir do gráfico acima, evidenciamos um número significativo de crianças e adolescentes que se encontram em situação de migração, ou seja, cerca de 31% estão na faixa etária de 0 a 11 anos. Isso representa uma porcentagem expressiva do total e pode denotar que há um contingente maior de famílias que estão migrando junto de seus filhos.

Além disso, observamos que a faixa etária que predomina entre os migrantes venezuelanos é a que vai de 18 a 59 anos (54%), o que significa dizer que a maior parte desses indivíduos está em idade produtiva ou laboral. Outro dado importante descrito é que a maior parcela dentre os entrevistados que estão desempregados em idade produtiva é de 54%, relativos a mulheres.

Quanto ao nível de escolaridade desses migrantes, os índices trazem o seguinte perfil da população com 25 anos ou mais, conforme descrito no gráfico a seguir.

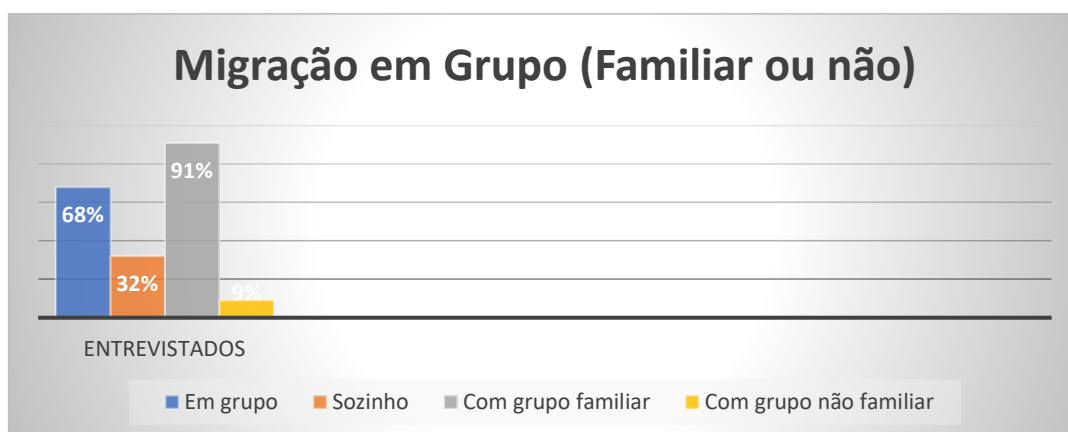
Gráfico 3 - Distribuição venezuelanos escolaridade

Fonte: Autoria nossa, a partir de dados da Matriz de Monitoramento de Deslocamento (2023).

Esses dados fazem notar que apenas 13% da população apresenta nível superior, seguidos de 43% com Ensino Médio Completo e 35%, abaixo desse nível ou até mesmo sem escolaridade formal. O Relatório Situacional Brasil (ONU, 2021) indica que, nos últimos anos, as pessoas com baixo nível de escolaridade migram em busca das mínimas condições de subsistência.

No que concerne aos aspectos relacionados ao percentual de pessoas entrevistadas que migraram para o Brasil, a maior parte viajou em grupo (68%) e uma parcela significativa desse montante estava acompanhada do grupo familiar, ou seja, 91%. Com isso, podemos perceber que a conjuntura atual da Venezuela possivelmente está contribuindo para que uma apreciável parcela de migrantes deixem seu país de origem junto de seus grupos familiares. O gráfico a seguir enfoca esses dados:

Gráfico 4 – Migração sozinhas ou em grupo (familiar ou não) para o Brasil



Fonte: Autoria nossa, a partir de dados da Matriz de Monitoramento de Deslocamento (2023).

Com isso, podemos concluir que o equivalente a 68% das pessoas migraram para nosso país em grupos e, desse montante, cerca de 91% estão com o grupo familiar. Esse índice evidencia que há um predomínio da migração de caráter familiar.

O contexto econômico, social e político as coloca em uma condição na qual não há muitas opções viáveis para essas famílias. Na realidade, umas das poucas alternativas para essa situação é a migração, que ocorre em busca de melhores condições de vida. Como já apontado anteriormente, tais dados indicam a situação de vulnerabilidade em que se encontra a Venezuela, com a falta de recursos básicos que propiciem a sobrevivência no país de origem.

Desse modo, podemos caracterizar essa corrente migratória como precária, tendo-se em vista a falta de recursos que possibilitem o deslocamento de forma segura. Isso se deve ao fato de que os venezuelanos, muitas vezes, não têm condições de custear o próprio transporte, não possuem documentação regular e, portanto, se colocam em uma situação de risco à sua própria integridade.

A situação de vulnerabilidade e de risco iminente se constitui como propulsora desses fluxos migratórios e, com isso, torna-se um desafio para os países que recebem esses migrantes cuidar da operacionalização desse processo, de sorte a garantir seus direitos e acolhimento.

Desse modo, ainda conforme Rocha e Ribeiro (2019), o aumento substancial de migrantes venezuelanos para o território brasileiro gerou impactos, em especial para o Estado de Roraima. Os desafios são muitos, principalmente quanto ao aumento da demanda no sistema público, maior competitividade no mercado de trabalho e dificuldades de ordem cultural, religiosa e linguística.

Para tanto, foram criadas algumas políticas e legislação brasileiras, com a finalidade de realizar o acolhimento desses migrantes, de forma mais segura e organizada. Ao longo desse processo, foi promulgada a Lei nº 13.445/2017, que institui a lei de migração, cujos princípios e diretrizes facilitam a regularização da entrada no país e asseguram o acesso a serviços e políticas públicas – benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social (Brasil, 2017).

Certamente, essa política migratória favorece o processo de regularização e, conseqüentemente, de acolhimento. Essas ações governamentais são imprescindíveis:

Antes da efetiva atuação governamental brasileira – principalmente por parte da União, que se dá em 2018 –, o número de pessoas residindo nas ruas, o aumento da informalidade e outros quadros sociais, demonstraram algumas demandas dessas pessoas e fizeram com que se estabelecessem medidas no sentido de pensar a emergência dessa realidade (Acnur, 2020, p. 26).

Com a finalidade de fortalecer a resposta humanitária do governo brasileiro, instituiu-se a Plataforma Regional de Resposta aos Venezuelanos (R4V), coordenada pela Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). A plataforma traz dados recentes

sobre o fluxo de venezuelanos, no Brasil, número de refugiados e pessoas com visto de residência.

Nessa mesma perspectiva, foram criadas outras estratégias que visavam a melhor acolher os migrantes venezuelanos e minimizar os efeitos desse aumento do contingente populacional, no Estado de Roraima. Com isso, foram previstas no orçamento federal as despesas de “Assistência emergencial” e “Acolhimento humanitário de pessoas”, vinculados ao Ministério da Defesa, conforme salienta o ACNUR (2020).

Ainda dentro dessa esfera, de acordo com a Plataforma Regional de Coordenação Interagencial (R4V), o Governo Federal assinou, em 2018, três medidas provisórias (nº 823/2018, nº 857/2018 e nº 860/2018), as quais previam um investimento de R\$ 280 milhões para assistência a solicitantes de refúgio da Venezuela, através da Operação Acolhida.

Com efeito, a Operação Acolhida, que é uma iniciativa para operacionalizar a assistência emergencial para acolhimento de refugiados e migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade, foi criada pelo Governo Federal em fevereiro de 2018. Dentre as ações desenvolvidas, podemos destacar a ampliação da oferta de documentação, a interiorização a outros Estados brasileiros e a garantia das condições mínimas de infraestrutura.

Segundo o ACNUR⁶, com o apoio das agências da ONU e organizações da sociedade civil, as Forças Armadas e o Poder Público, foi possível organizar a resposta humanitária do Brasil em três eixos: Ordenamento de fronteira, Abrigamento e Interiorização. O ordenamento de fronteira é destinado à recepção, identificação, fiscalização sanitária e imunização dos migrantes e refugiados. A estrutura de Pacaraima (RR) oferece atenção médica de emergência, através de um Posto de Atendimento Avançado. O acolhimento é realizado através de abrigos disponíveis, enquanto o ACNUR e o Ministério da Cidadania são responsáveis pelo acolhimento e assistência.

Por outro lado, a interiorização⁷ consiste na realocação de migrantes e refugiados venezuelanos de Roraima para outros Estados da Federação, com o objetivo de inclusão socioeconômica, assim como a fim de diminuir a pressão sobre

⁶ Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/temas-especificos/interiorizacao/>. Acesso em: 17 dez. 2023.

⁷ Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em: 02 out. 2023.

os serviços públicos do Estado de Roraima. Para tanto, a estratégia prevê que somente podem ser interiorizados os migrantes regularizados no país, imunizados e com termo de voluntariedade assinado.

Nesse sentido, o painel de interiorização, uma iniciativa do Ministério da Cidadania, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do ACNUR, traz visibilidade e transparência aos dados da Operação Acolhida, por possuir informações sobre a mobilidade de migrantes nos Estados e municípios, mensalmente, detalhando a faixa etária e a modalidade de interiorização.

Dentre essas modalidades, destacamos⁸: a possibilidade de vaga de emprego ao migrante ou refugiado; a reunificação familiar, quando há um familiar estável socioeconomicamente e que consiga receber o venezuelano, em outro município; reunião social, em que é possível unir pessoas com laço de afinidade, mesmo não familiar. E, por fim, o institucional/abrigo: corresponde ao deslocamento do abrigo emergencial de Roraima para um abrigo temporário, nos municípios, para busca de inserção socioeconômica. Os dados do painel apontam que até novembro de 2023, aproximadamente 120.861 pessoas foram interiorizadas. A figura a seguir traz um panorama do número de migrantes e refugiados interiorizados por Estados e municípios:

Figura 1 – Interiorização de migrantes venezuelanos distribuídos por Estados e municípios

Estados	Total	Município	Total
Santa Catarina	26.168	Curitiba	7.584
Paraná	22.149	Manaus	5.473
Rio Grande do Sul	19.273	São Paulo	5.337
São Paulo	13.529	Chapeco	4.955
Mato Grosso do Sul	6.810	Dourados	4.185
Minas Gerais	6.365	Cascavel	3.018
Amazonas	5.521	Porto Alegre	2.926
Mato Grosso	5.423	Brasília	2.907
Goias	3.470	Caxias Do Sul	2.535
Rio de Janeiro	2.928	Joinville	2.411
Distrito Federal	2.919	Rio De Janeiro	2.283
Paraíba	1.252	Cuiabá	2.020
Rondonia	957	Canoas	1.508
Pernambuco	939	Belo Horizonte	1.384
Bahia	911	São José Dos Pinhais	1.346
Ceará	615	Florianópolis	1.298
Espirito Santo	517	Campo Grande	1.206
Pará	502	São Miguel Do Oeste	1.143
Rio Grande do Norte	331	Lucas Do Rio Verde	1.141
Acre	69	Balneário Camboriú	1.107
Sergipe	67	Goiania	1.018
Maranhão	57	Guarulhos	992
Tocantins	42	Juiz De Fora	980
Alagoas	23	Erechim	969
Piauí	18	Maringá	959
Amapá	6	Colombo	902
		Blumenau	855
		Seará	840
		São José	823
		Passo Fundo	792
		Esteló	781
		Concordia	726
		Itapiranga	693
		Capinzal	643
		Campinas	633

Fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>

⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/noticias/painel-da-acolhida-permite-acompanhamento-da-estrategia-de-interiorizacao-de-venezuelanos>. Acesso em: 18 dez. 2023.

As informações presentes no painel indiciam que os Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina são os maiores acolhedores de migrantes venezuelanos, no Brasil, sendo que as capitais Manaus, Curitiba e São Paulo lideram as cidades que mais receberam venezuelanos interiorizados.

Entretanto, vale ressaltar que a política de interiorização se baseia nos migrantes regularizados no país. Assim, há um contingente de pessoas que migram sem documentação e que não estão contabilizadas nesses dados oficiais. Por isso, devemos considerar que esse número pode ser ainda mais expressivo, ao levar em conta que a transitoriedade entre cidades e Estados pode ocorrer de maneira não oficial.

1.4 O impacto da pandemia COVID – 19 na situação de migrantes venezuelanos

No ano de 2020, o surgimento do vírus Sars-Cov-2, que transmite a COVID-19, trouxe um panorama de dúvidas e incertezas. A possibilidade de contaminação e o número crescente de mortes representavam uma ameaça à saúde da população, em geral. Nesse sentido, algumas medidas sanitárias foram tomadas, no que se refere aos hábitos de higiene e ao isolamento social. Certamente, tais medidas repercutiram no processo migratório, principalmente quanto à movimentação entre as fronteiras.

A partir do avanço da COVID-19, o governo brasileiro estabeleceu a Portaria nº 120, de 17 de março de 2020, que restringiu de forma excepcional e temporária a entrada de estrangeiros oriundos da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Contudo, as consequências para os fluxos migratórios não se fizeram apenas com relação à mobilidade entre as fronteiras, pois a pandemia colocou esses indivíduos em uma condição ainda mais complexa. O trabalho formal sofreu algumas implicações, visto que, desde abril de 2020, as admissões caíram 60%, o que representa uma redução de 3000 postos de trabalhos para migrantes somente nesse mês. No caso específico dos venezuelanos, houve um aumento de demissões de 108%, quando comparados os anos de 2019 e 2020 (Cavalcanti; Oliveira, 2020).

No entanto, as repercussões no trabalho formal desses migrantes, segundo Cavalcanti e Oliveira (2020, p. 34), ocorrem de forma desigual. Isso pode ser observado a seguir:

Grande parte dos imigrantes sofreram pouco impacto da pandemia, em especial os coletivos associados aos fluxos mais recentes de haitianos e, em certa medida, de venezuelanos, atuando em setores ligados à indústria e à agropecuária, enquanto que imigrantes atuando em atividades de serviços como restaurantes e lanchonetes e aqueles de maior escolaridade sofreram mais proporcionalmente os efeitos negativos da pandemia.

Se levamos em conta a situação de vulnerabilidade desses indivíduos, podemos concluir que a pandemia tornou sua permanência no Brasil muito difícil. Diante dessa situação, muitos venezuelanos decidiram retornar espontaneamente ao seu país de origem, e os dados da Polícia Federal sobre a mobilidade de venezuelanos (2019-2020) indicam números que o atestam, conforme a tabela:

Tabela 1- Entrada e saídas do território brasileiro nos pontos de fronteira, por mês, segundo principais países - Brasil, abril de 2019 e abril e maio de 2020.

Principais países	Maio/2019			Abril/2020			Maio/2020		
	Entrada	Saída	Total	Entrada	Saída	Total	Entrada	Saída	Total
Venezuela	20.754	8.658	12.096	47	378	-331	58	631	-573

Fonte: Elaborada pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Tráfego Internacional (STI), abril de 2019 e abril e maio de 2020.

Com isso, observamos que o fechamento das fronteiras trouxe um impacto nas movimentações de migrantes venezuelanos ao território brasileiro. Os índices de abril e maio de 2020 atingiram patamares muito abaixo de maio de 2019. Em contrapartida, notamos um expressivo número de migrantes que deixam o Brasil, possivelmente de volta à Venezuela.

Nesse sentido, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) resolveram monitorar a situação, com o intuito de identificar o perfil de refugiados e migrantes que retornaram do Brasil à Venezuela, bem como as principais causas que ocasionaram esse movimento. O Relatório Anual do OBMIGRA (2020, p. 9) enfatiza:

O volume médio mensal de movimentos de entrada e saída pelas fronteiras brasileiras no ano de 2019 era de quase 2,5 milhões, enquanto, nos meses de abril e maio de 2020, esse número girou em torno de 90 mil, caindo ainda para menos de 40 mil em junho e julho. Comparando os meses de janeiro e agosto de 2019 e 2020, observa-se que a queda foi de 51,7% na intensidade dos movimentos.

Esse relatório foi elaborado a partir de dados obtidos em entrevistas realizadas pelas equipes do ACNUR e da OIM, de junho a julho de 2020, com migrantes e refugiados abordados no Posto de Triagem (PTRIG) de Paracaima e que retornavam à Venezuela. Nesses casos, as respostas apontaram que o retorno foi motivado pela rede de apoio e a situação familiar na Venezuela (60,7%). Além disso, os migrantes revelaram que a necessidade de levar comida ou medicamentos aos seus familiares e o fato de já por possuírem moradia no país de origem contribuíram para o retorno à Venezuela. Desse modo, compreende-se que, dentre as motivações relatadas pelos venezuelanos, para deixar o Brasil, estão a dificuldade de inserção econômica e de acesso a serviços e benefícios (alimentação, educação, documentação) e o risco iminente de saúde pela Covid-19.

Com base no Relatório de Monitoramento⁹ de 2020, evidencia-se ainda que 97% dos casos retornaram à mesma cidade onde moravam, na Venezuela, e que 79% pretendem regressar ao Brasil. Portanto, podemos concluir que os vínculos familiares e de pertencimento se mostraram ainda mais importantes, em um contexto pandêmico, colaborando certamente para o retorno às suas origens.

Entretanto, a Portaria nº 655, de 23 de junho de 2021, dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. A autorização fica condicionada à apresentação de teste laboratorial RT-PCR, para rastreamento da infecção pelo coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), com resultado negativo ou não detectável.

Essa nova medida prevê a execução de medidas de assistência emergencial para acolhimento e regularização migratória a pessoas em situação de vulnerabilidade, decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. A reabertura após quase um ano faz saltar o fluxo de venezuelanos, de acordo com os dados mostrados a seguir.

O Relatório de Atividades do ACNUR em Roraima, publicado em 18 de janeiro de 2022¹⁰, indica que, somados, o número de registros de residência e solicitações de reconhecimento da condição de refugiado eram de 2726, em junho/2021. Em contrapartida, em função da reabertura parcial, em julho/2021, esse número foi de

⁹ Disponível em: <https://www.r4v.info/en/node/5271>. Acesso em: 13 out. 2023.

¹⁰ Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/brazil>. Acesso em: 14 ago. 2023.

9174 e alcançou a marca de 16861, em dezembro/2021. Diante disso, os índices denotam um aumento dos fluxos migratórios após essa flexibilização, nas fronteiras, mesmo que ainda com algumas restrições.

Considerando-se que o cenário político-econômico e social da Venezuela não se alterou significativamente, nesse período, quando as fronteiras ficaram fechadas, é provável que a reabertura promova uma retomada do movimento migratório. Ao contrário disso, a pandemia deve ter agravado ainda mais as condições de subsistência, no país.

CAPÍTULO 2 – FAMÍLIAS (ENTRE) FRONTEIRAS: AS CIRCUNSTÂNCIAS DA MIGRAÇÃO NA DINÂMICA FAMILIAR

A migração é um fenômeno mundial e promove o deslocamento de muitas pessoas, contudo, tal como já assinalamos, a situação da Venezuela reserva suas singularidades. O cenário socioeconômico que ocorre em nível nacional, na Venezuela, assumiu contornos bastante complexos e, por isso, há um grande contingente de venezuelanos deixando o país.

Desde o acirramento da crise, em 2016, houve uma intensificação do processo migratório, pois as classes mais pobres foram diretamente afetadas pela diminuição do poder de compra, falta de emprego e dificuldade no acesso a serviços essenciais. Embora as causas sejam multifacetadas, a crescente dos fluxos migratórios pode ser compreendida como uma resposta à crise humanitária, no país.

No período entre 2013 e 2021, o PIB da Venezuela se reduziu em 75% e, em meados de 2023, cerca de 7 milhões de pessoas saíram do seu território¹¹. Para tanto, muitos venezuelanos são confrontados com as múltiplas dificuldades no seu país de origem e se deslocam sem qualquer projeto migratório.

Assim, motivados pelas difíceis situações vivenciadas, milhares de indivíduos cruzam a fronteira em busca de uma saída e de uma tentativa de sobreviver, em outros países. As restrições impostas à migração por alguns países da Europa e os Estados Unidos, bem como o controle cada vez mais intenso nas fronteiras, levaram milhares de venezuelanos a se deslocarem para outros destinos, dentre os quais estão o Peru, a Colômbia, o Chile e o Brasil.

Em decorrência disso, podemos compreender que, embora a Colômbia seja o principal destino dos venezuelanos, o Brasil se constituiu como um país de acolhida, devido ao seu posicionamento estratégico – são países limítrofes. (Marques; Souza, 2021).

A partir da conjunção desses elementos, constatamos o quanto esses segmentos são marginalizados: “Para esses milhões de migrantes e refugiados, as fronteiras parecem não ter desaparecido. Pelo contrário, para eles, os muros estão

¹¹ Fonte: BBC, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64130969>. Acesso em: 18 dez. 2023.

cada vez mais altos, principalmente as muralhas das nações mais influentes por esse processo” (Cifuentes, 2008, p. 9).

Nesse contexto, podemos dizer que o deslocamento não se caracteriza como uma escolha individual, mas engendra uma dimensão da grave situação do país e da não garantia aos direitos humanos. As condições precárias em que ocorre o transcurso denunciam a situação de vulnerabilidade social e econômica do país e ensejam a mobilização massiva de migrantes.

Tendo em vista a dinâmica desses movimentos, Santos e Meza (2020) destacam que, de acordo com alguns pesquisadores venezuelanos (Paez, 2016; Vivas; Paez 2017), encontramos perfis migratórios que se distinguem em *três ondas*. A sua classificação inclui os critérios socioeconômicos, a motivação para a migração e a escolha do país de acolhimento.

Com isso, temos a primeira onda conhecida, como a *migração em busca de oportunidades (2000-2012)*, destinada aos Estados Unidos/Europa e realizada por profissionais qualificados e empresários; a segunda onda, denominada *desesperança crescente (2012-2015)*, direcionada para Estados Unidos, Europa e América Central, com trabalhadores qualificados, técnicos e estudantes. E, por último, temos a terceira onda, intitulada a *migração do desespero (2015 em diante)*, marcada por um expressivo contingente de classes populares e indígenas se deslocando para a América Latina.

Assim, esses fluxos migratórios refletem o seu caráter forçado, pois envolvem circunstâncias provenientes de dificuldades sociais, econômicas e políticas, impelindo as pessoas a se deslocarem como forma de fugir de uma situação que represente ameaça à vida ou aos meios de subsistência.

Dessa maneira, é possível perceber que diversos são os recortes que podem compor o contexto das migrações. Entretanto, nosso interesse é o de contextualizar a experiência migratória, no que tange à dimensão familiar, ou seja, de casais venezuelanos que se deslocam involuntariamente com seus filhos.

Fundamentando-nos em tais considerações, explicitaremos a relação entre a situação de migração forçada e a dinâmica familiar, quanto à sua inserção no novo contexto sociocultural, assim como os desafios enfrentados durante essa trajetória.

De forma semelhante, almejamos compreender esses deslocamentos, através de uma lente que reflète as especificidades do processo no núcleo familiar de venezuelanos.

2.1 Rupturas e desafios da situação de migração forçada: repercussões no grupo familiar

Assim, são inegáveis as interferências psíquicas e emocionais que envolvem a atmosfera da migração, na dinâmica familiar. Nesse âmbito, destacamos que são inúmeras as perdas ocasionadas pela mobilidade forçada, as quais incluem desde o distanciamento com seu universo social e cultural, até o rompimento com a rede familiar e de afeto que fica no país de origem.

Portanto, é necessário pensar como se processa a mobilidade no núcleo familiar, principalmente quanto às perdas e ao processo de inserção cultural. Nesse sentido, é fundamental compreender que são muitas as adversidades enfrentadas por esses indivíduos, os quais têm sua realidade pautada na necessidade de ter que reconstruir sua vida, em um lugar muitas vezes desconhecido. Isso implica deixar repentinamente seu país e romper com seus laços sociais, culturais e parâmetros de referência.

Compartilhando dessa ideia, assinalamos que a migração leva a uma desorganização familiar, o que demanda uma reorganização, a qual depende da conciliação entre a cultura de origem e a cultura do país de destino (Daure; Reveyrand-Coulon; Forzan, 2014).

Conforme Santos e Langaro (2020), um agravante para essas perdas é o fato de que nem sempre as crianças e adolescentes conseguem ter uma dimensão do que conduziu ao projeto migratório e, portanto, não conseguem compreender as suas motivações. Com isso, ainda que o façam acompanhando seus pais, partem de suas próprias compreensões e apropriações acerca dessa experiência.

Tal fato nos revela que é essencial pensar as crianças e adolescentes como parte dos fenômenos migratórios, ou seja, de abarcar o deslocamento e seus desdobramentos, no interior do grupo familiar: “A criança raramente é consultada e quando é incluída à discussão da família, sua opinião parece não pesar tanto como a dos adultos” (Resstel, 2014, p. 107).

Nessa linha de raciocínio, Pereira e Castanho (2019) apontam que é necessário atentar para os desafios que a migração impõe aos grupos ou famílias, e que essa experiência inclui três momentos distintos: o *projeto migratório que é construído ainda no país de origem*, e que vai delimitar se o seu caráter será forçado

ou não; a *decisão de migrar e a forma como se dará o deslocamento*, o que pressupõe as condições da travessia e, por fim, *a estruturação de vida no país de acolhimento*, com moradia, emprego, língua, documentação, dentre outros.

Em vista disso, os autores afirmam que é imprescindível considerar os efeitos do sofrimento psíquico para os migrantes e que isso pressupõe

[...] um trabalho psíquico de luto e reinscrição, de separação de histórias, sujeitos e culturas do país de origem e de adoção e, paralelamente, o estabelecimento de ligações e pontes entre os processos interrompidos-truncados no país de origem e os reconstruídos-criados no país de destino (Pereira; Castanho, 2019, p. 72).

Trata-se, pois, de uma reconfiguração das relações sociais e das referências identitárias que se apoiavam em uma cultura da qual não partilham mais. Conforme Correa (2013), isso pode despertar, nos migrantes, sentimentos de que houve a perda da ilusão de segurança, um estranhamento frente ao desconhecido, o qual irá mobilizar os vínculos que compõem o grupo familiar.

Sob essa mesma perspectiva, Fernandes (2020, p. 44-45) descreve o quanto as marcas de identificação ficam abaladas com a migração, especialmente diante da perda do código comum, representado pela língua e pelos modos de viver: “Os laços culturais mantem a resistência cultural necessária ao enfrentamento do que lhe é estranho”.

De maneira semelhante, Bucher (2020) destaca que o receio do migrante em ser inserido em uma outra cultura pode estar relacionado ao risco de não se reconhecer como parte desse agrupamento. Em outras palavras, se a cultura é o que permite ao sujeito sentir-se pertencente a um grupo e ter um senso de identidade, apegar-se a ela seria uma forma de preservá-la. Com efeito, a ausência de todos esses traços culturais provoca a falta do sentimento de pertencimento ou do não reconhecimento de si, ou seja,

[...] pode ser feita uma suposição acerca da experiência do sujeito imigrante sentir-se estrangeiro em si mesmo, na medida em que ocorre um deslocamento subjetivo atravessado por processos identificatórios. O deslocamento forçado poderia representar, inconscientemente, para o sujeito uma perda que envolve também sua identidade, do medo de se tornar outro que não ele próprio (Bucher, 2020, p. 29).

Esse movimento de mudanças, rupturas e travessias para um universo novo é um processo que envolve a interação com uma outra cultura e contexto social. Para tanto, a migração não consiste tão somente em transpor um limite geográfico, pois

abarca uma situação de vulnerabilidade psíquica na maneira de o indivíduo apreender sua realidade, considerando-se a descontinuidade dos laços e de seus parâmetros socioculturais (Becker, 2014).

Nesse sentido, Fernandes, Gomes e Levisky (2016), a partir de um estudo realizado com migrantes bolivianos, sublinham as dificuldades provenientes do processo de aculturação. Ressaltam os aspectos relacionados ao ponto de vista psicossocial e sua influência na composição familiar (modos de vida, língua, escola, moradia, dentre outros); ao ponto de vista psíquico e suas implicações individuais e familiares, assim como ao ponto de vista clínico, em que discutem a repercussão da perda das marcas culturais para o aparelho psíquico grupal familiar. Fundamentalmente, debatem os prejuízos da migração para a metabolização desses conteúdos e, conseqüentemente, para os vínculos que permeiam essas famílias.

Dessa forma, quando aludimos às diversas etapas que incluem o processo de migração, devemos ter em vista não somente a necessidade de escolha de um país acolhedor e de como ocorrerá o trajeto, mas também dos recursos emocionais e da capacidade adaptativa da família. Castilho (2010, p. 44-45) salienta:

O deslocamento por si só já gera sofrimento. A dor que as perdas sofridas provocam, quando engolida e silenciada, pode emergir em seu estado bruto quando as barreiras impostas pelas generalizações e pelos preconceitos, acrescidas às dificuldades econômicas, se impõem, atravessando as tentativas de se construir o novo pertencimento. O que, a nosso ver, pode dificultar a continuidade das narrativas da história, obscurecer a memória e apagar o sujeito.

Refletir sobre os projetos migratórios no universo das relações familiares pressupõe compreender como a trajetória permeada por rupturas, perdas e sofrimento pode acarretar conseqüências, principalmente em aspectos tão custosos às famílias, como em sua identidade, pertencimento e transmissão. Em síntese, Castilho (2010, p. 45) ratifica: “As rupturas com o lugar de origem, as raízes culturais e a rede familiar e social de afeto podem, em condições sociais de muita vulnerabilidade, provocar fraturas muitas vezes irreparáveis para o núcleo familiar”.

Deixar sua pátria, sua família e suas raízes pode provocar vivências traumáticas. A situação de perda ocasionada pela migração forçada é capaz de originar episódios de luto e desamparo. Quando se trata particularmente de uma situação de migração forçada, devido à condição de violência ou miséria, “[...] a dimensão do perdido e a dificuldade de se localizar no mundo tomam um lugar

primordial e podem promover efeitos de desenraizamento ou desterritorialização” (Rosa, 2016, p. 57).

No entanto, Okamoto (2007) salienta que é importante discernir o que envolve e é próprio da experiência de migração, para não patologizar os indivíduos ou seus familiares. Isso significa dizer que o sofrimento causado pela condição de transitoriedade não deve ser compreendido como um diagnóstico clínico, pois se trata de uma condição relacionada ao sofrimento resultante dessa ruptura. Essas generalizações levam a um olhar fragmentado do indivíduo, o qual não leva em conta a experiência migratória como um processo desafiador, do ponto de vista psíquico e emocional.

Assim, Finger (2008) descreve o antagonismo entre as diferentes culturas e o significado atribuído a essa experiência vivida por essas famílias:

Para descrever a experiência subjetiva do processo de aculturação, utilizei a metáfora “reformatação da identidade”: assim como com um computador, que, para ser devidamente “reformatado”, tem seus files, programas, espaços vazios e preenchidos, revistos e reconfigurados, estrangeiros passam por um processo de revisão e reconfiguração da noção subjetiva da identidade, ou seja, da noção de eu/moi. [...] é inevitável se questionar, se rever, se “reformatar” (2008, p.75).

Por isso, a complexidade de estar inserido em um outro contexto sociocultural representa um grande desafio para essas famílias. O entendimento de não fazer parte desse lugar e de não se reconhecer, nessa diversidade, demanda um trabalho de redimensionar os indivíduos, no enredo familiar. Por conseguinte, essas perdas precisam ser processadas no íterim do grupo familiar e podem ter efeitos na sua vincularidade. O distanciamento dos principais vínculos afetivos, tais como amigos e familiares, pode deixar marcas profundas e demandar a reconstrução desses laços, a partir de novas relações que serão estabelecidas no país de acolhimento.

Além disso, conforme Correa (2000), diante das eventualidades do processo migratório, podemos afirmar que os contextos grupal e sociocultural podem facilitar ou dificultar a elaboração da vivência de desenraizamento. Considerando as dificuldades enfrentadas para o processo de inserção e apropriação em um novo contexto, enfatizamos a relevância da rede de apoio que é criada pelos próprios migrantes.

Nesse sentido, o sociólogo Oswaldo Truzzi (2008) sublinha a importância das redes de apoio nos processos migratórios. Segundo ele, os vínculos sociais e comunitários são fundamentais, tanto no sentido de orientar a decisão de migrar

quanto a recepção e a inserção à nova sociedade. As redes de apoio auxiliam desde as informações sobre as perspectivas no país de acolhida até o envio de recursos financeiros que possam assegurar a viagem.

Logo, as redes migratórias se constituem de migrantes que são familiares ou amigos que já estão no local de destino e que possuem a função de facilitação, proteção e ajuda, durante a partida, viagem e chegada. Para Novaes (2021), essas redes acabam por atenuar os efeitos desses rompimentos, de modo que os migrantes costumam frequentar as instituições e entidades sociais nas quais há grupos de pessoas originárias de seu país.

Desse modo, as relações sociais estabelecidas podem se configurar como um fator facilitador para esse processo de inserção do migrante. Nota-se, portanto, que essas redes de apoio se configuram como uma estratégia que auxilia o processo de migração.

Esse processo, promovido pelo deslocamento, vai exigir um trabalho de integração dos adultos, assim como das crianças. Ora, é necessário frisar que as crianças e adolescentes devem ser incluídos no decurso desse processo, pois, muitas vezes, são mencionados apenas como parte do projeto migratório de suas famílias, mas igualmente têm suas vidas interrompidas pela migração.

Na visão de Fabiano (2020, p. 99), a migração infantil é um fenômeno contemporâneo, e milhares de crianças têm cruzado as fronteiras internacionais. De acordo com a autora, um grande desafio para as crianças que estão em idade escolar e migram com suas famílias é que

[...] elas precisam adaptar-se muito rapidamente a esse novo lugar, ou seja, isto implica dizer que, mais que seus pais ou familiares, elas precisam incorporar os costumes e as regras sociais para que seja integrada rapidamente a um novo e diferente modelo de vida e sistema de ensino e, na maioria das vezes, aprender um novo idioma simultaneamente, diferente de sua língua materna, a qual ainda é falada em casa.

De maneira semelhante, a socióloga chilena Iskra Pavez Soto (2017), em sua revisão teórica sobre infância e migrações, atestou que, embora as crianças migrantes tenham como referência a sua cultura de origem, elas também partilham do novo contexto cultural, através do contato social e da escolarização. Com isso, as crianças migrantes possuem a cultura de seu país de origem, mas também participam da cultura do país de acolhimento. Nesse sentido, ambas se tornam pontos de referência e o sistema escolar é fundamental para essas crianças, no processo de socialização,

de aprendizagem da língua e da cultura do país de destino, porém, o sistema educacional nem sempre está organizado, de sorte a abarcar a diversidade cultural das crianças migrantes.

Tendo em vista todos esses fatores decorrentes do deslocamento e que deixam profundas marcas nas relações familiares, a seguir, nós nos propomos compreender os possíveis impactos decorrentes da vivência de migração em famílias de venezuelanos e que residem no Brasil.

2.2 Redimensionar o enredo familiar: a trajetória migratória venezuelana

A fragilidade sociopolítica da Venezuela torna insustentável a sua permanência no país, já que aumentaram as disparidades das condições de vida e promovem os processos de mobilidade dos venezuelanos. No cenário pós-pandêmico, os deslocamentos se tornaram mais expressivos, visto que esse período acentuou a situação de vulnerabilidade, na Venezuela. Entretanto, esse processo se tornou ainda mais desafiador, diante do controle de circulação de fronteiras, das medidas restritivas e dos controles sanitários.

Segundo a Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V), o contexto pós-COVID-19 deteriorou ainda mais as condições de acesso à renda e agravou as desigualdades. Corroborando esses dados oficiais, o Relatório Anual OBMigra (2022), aponta que, do total de migrantes registrados no CadÚnico (Cadastro Único),¹² cerca de 79% são classificados como pobres.

A entrada dos venezuelanos no Brasil ocorre prioritariamente pelo Estado de Roraima, através da cidade de Paracaima, a qual faz fronteira com a cidade de Santa Elena de Uairén – Venezuela. Muitas vezes, esses indivíduos atravessam as fronteiras caminhando ou de ônibus, e essa situação desvela a sua fragilidade, precariedade e sentido de urgência.

Assim, a atual diáspora venezuelana, tal como a classificam Leite e Castro (2021), é caracterizada pela *migração do desespero* (2015-atual), tem o caráter de

¹² O Cadastro Único é um registro que permite ao governo saber quem são e como vivem as famílias de baixa renda, no Brasil. Ele foi criado pelo Governo Federal e permite o acesso a vários programas sociais. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>. Acesso em: 15 nov. 2023.

deslocamento forçado e mostra-se bastante heterogênea. Seus grupos são mistos – não há uma distinção quanto a renda, nível de escolaridade ou profissão – e são decorrentes de grave crise socioeconômica na Venezuela. São compostos por povos indígenas, homens, mulheres, grupos LGBTQIA+, idosos, crianças e pessoas em condição de extrema vulnerabilidade.

Por conseguinte, diante do agravamento da situação, muitos venezuelanos migraram para o Brasil, em busca de uma condição mais favorável para a provisão de seus familiares. Cabe destacar que o Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais¹³ revela que, em 2021, quase 30% dos migrantes registrados no país eram de crianças e adolescentes. O incremento dos dados apresentados por esse Relatório aponta ainda que, a partir de 2018, houve um aumento substantivo de crianças e adolescentes de nacionalidade venezuelana. De forma semelhante, Oliveira (2021) assinala que, de acordo com dados do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), o número de crianças e adolescentes que migraram na fronteira do Brasil (Paracaima) e Venezuela (Santa Elena de Uairén) já corresponde a quase metade dos deslocamentos.

Nesse sentido, a ascensão do registro de crianças e adolescentes venezuelanas denota que há um crescimento da migração, no contexto familiar. O Informe Geral sobre os deslocamentos assistidos (fevereiro/2023), divulgado pela Agência da ONU para as Migrações (OIM), evidencia que, no período de abril de 2018 a fevereiro de 2023, cerca de 89% dos venezuelanos estavam viajando em grupos familiares. Assim, as crianças e adolescentes passaram a compor esses fluxos migratórios e certamente estão sujeitos aos efeitos da mobilidade na organização familiar.

Essas partidas não planejadas que ocorrem diante de situações que ferem a integridade à vida não possuem caráter de provisoriedade, dadas as condições atuais do país. Entendida nessa perspectiva, a migração venezuelana assume a característica de permanência no Brasil, considerando-se que, ao menos temporariamente, são restritas as possibilidades de retorno à Venezuela.

Uma vez que a movimentação nas fronteiras não pressupõe o retorno imediato, o projeto migratório inclui um número cada vez maior de famílias que vem acompanhados de seus filhos. Para melhor compreender a dinâmica da migração

¹³ Relatório Anual OBMigra 2022 (Série Migrações).

familiar dos venezuelanos, devemos levar em conta que a concepção de família e a forma como se estabelecem seus vínculos são características muito particulares, relacionadas a aspectos culturais.

No caso específico dos venezuelanos, sabemos que nem sempre a família migra com todos os seus integrantes juntos, porém, após se restabelecerem em algum país, outros familiares também se deslocam. De certa forma, verificamos que o projeto migratório das famílias venezuelanas engloba os familiares que ficaram no país de origem, pois os migrantes compartilham parte dos recursos que obtêm com eles, como forma de assistência.

Sob essa perspectiva, mantêm uma relação de cuidado à distância, na medida em que tentam compartilhar o que conquistam, através da remessa de alimentos, além de tentarem trazer outros familiares que permaneceram na Venezuela: “O projeto migratório é uma mobilização coletiva. Quando há sucesso dos pioneiros, a rede de parentesco tende a crescer no local receptor” (Santos; Meza, 2020, p. 188).

Nesse contexto, os autores afirmam que o distanciamento não ocorre pelo fato de residirem em países diferentes, pois há o interesse recíproco de continuidade dessa relação. Destacam que uma das formas de manutenção dos laços com os familiares que permaneceram no país de origem se dá por meio de

[...] remessas de itens alimentícios em grandes encomendas de pacotes fechados. São fardos de arroz, macarrão, açúcar, óleo vegetal e bebidas. Também os medicamentos entram no rol das remessas para aqueles parentes que possuem doenças crônicas e não podem interromper tratamento. [...] as remessas em dinheiro são menos confiáveis, pois a inflação galopante no país de origem faz com que o valor depositado perca o seu poder de compra rapidamente, uma vez realizada a conversão à moeda local (Santos; Meza, 2020, p.190).

Há uma cultura migratória, subentendida pelos venezuelanos, de que esses familiares que não migraram precisam de sua ajuda e, desse modo, ficam com a incumbência de enviar parte do que conquistam para eles. Essa tradição imprime um traço cultural ao movimento, que se traduz em remessas monetárias e de produtos ao país de origem.

Por outro lado, podemos compreender que, além de um aspecto cultural de auxílio a esses familiares, pode representar uma forma de garantir a preservação desses vínculos. Afinal, sem a perspectiva momentânea de retorno à pátria, não se sabe quando será possível revê-los. Nessa linha, Ojeda (2005) destaca que, para

essas famílias, a migração não representa uma separação definitiva, mas se torna parte do estilo de vida familiar que abrevia os contatos, em oposição ao rompimento súbito.

Entretanto, o envio dessas remessas aos familiares, seja para subsistência, seja para trazê-los ao Brasil, só é possível após a fixação desses migrantes no Brasil. Ainda que possam contar com uma rede de apoio de outros migrantes, há uma série de adversidades a serem enfrentadas, até que possam prover essa ajuda.

Nessa circunstância, embora em condições precárias de trabalho, os venezuelanos preferem manter-se no Brasil, porque seu objetivo, segundo Vasconcelos (2018), é o de conseguir comida para suprir suas necessidades vitais. Em um segundo momento, o intuito é o de enviar remessas de comida para seus familiares, na Venezuela, isto é, a alimentação tem um papel de centralidade na permanência desses migrantes entre nós. Isso ocorre como uma forma de oposição a *La dieta de Maduro*, que se refere ao desabastecimento de gêneros alimentícios na Venezuela, cuja responsabilidade é atribuída a Nicolas Maduro. Dessa forma, a necessidade de sustento se caracteriza como o motor desses deslocamentos e pode ser mais bem explicitada no seguinte depoimento: “[...] aqui é possível comprar comida para toda a semana com o pagamento de um dia de trabalho informal” (Vasconcelos, 2018, p. 143).

Conforme Leite e Castro (2021), os aspectos socioeconômicos e políticos que levam à migração forçada na Venezuela ofuscam um processo de ordem estrutural relevante e encobrem um processo social e político.

Considerando esses desafios iniciais, Oliveira (2021) aponta que, quando os venezuelanos chegam ao Brasil, muitas vezes se deparam com uma conjuntura que também se mostra complexa. Em função do contexto atual do país de origem, os migrantes já chegam muito fragilizados, contudo, a situação que encontram no país de destino nem sempre é muito distinta. Desse modo, assinala algumas dessas dificuldades iniciais vivenciadas por essas famílias de migrantes, ao chegarem ao Brasil:

[...] a vivência de rua em praças e nas proximidades de rodoviárias e feiras, ocupações irregulares de prédios abandonados e em péssimas condições de habitação, mendicância em semáforos, portas de lojas e bancos, trabalho infantil, fome e desnutrição, insegurança, medo e violência, dificuldades com o idioma, espera por vagas em abrigos, escolas e para conseguir documentos nos órgãos públicos de justiça e cidadania ou acessar programas sociais (Oliveira, 2021, p. 126).

Confrontados com essa situação de extrema vulnerabilidade, temos uma dimensão dos entraves vivenciados e que, inicialmente, estão relacionados à manutenção da subsistência, quer dizer, a busca por moradia, a procura de um emprego, o auxílio de programas socioassistenciais e a questão da documentação.

Segundo Santos e Meza (2020), a mobilidade entre dois países é atravessada por questões burocráticas e inclui o manejo com as instituições (polícias, moedas, passaportes, receitas federais, dentre outros). Assim, o migrante, como parte desse processo de reconhecimento e legitimação, é convocado a lidar com as estruturas normativas nacionais, tendo-se em vista a necessidade de acionar as nacionalidades ao cruzar as fronteiras. O desconhecimento dessas estruturas normativas ou até mesmo a não adequação às legalidades nacionais podem ser empecilhos a esse processo de inserção no país de acolhida.

Portanto, a regularização da sua situação no contexto da migração se constitui como fator importante para sua inserção sociocultural. O reconhecimento da condição de migrante ou de refugiado é o que assegura que esses indivíduos sejam cidadãos de direitos. Consoante essa questão, podemos dizer que a documentação não se restringe somente a distinguir um *status* migratório, mas também pode desvelar *um lugar* que se atribui àquele indivíduo que se estabelece no país de acolhimento. Afinal, sem a documentação, há maior dificuldade de conseguir um emprego, de matricular os filhos na escola, dentre outros aspectos.

Em contrapartida, Silva (2022, p. 161) assinala que o reconhecimento é relevante para a aquisição de direitos, porém, não garante a sua efetividade, uma vez que constitui

[...] uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento humano das migrações, que inclui outras dimensões que tornam possíveis tanto o potencial de participação dos migrantes quanto o papel proativo dos governos e da sociedade civil para possibilitar a inclusão.

Ao discutirmos as influências advindas da migração, na dinâmica familiar, podemos notar que, associadas a essas dificuldades iniciais, temos o processo de inserção ao novo contexto cultural, o qual inclui o aprendizado de um novo idioma, a necessidade de compor novos relacionamentos e a inserção de crianças e adolescentes na educação escolar.

Esse processo de transição suscita mudanças essenciais e que terão efeitos na vida cotidiana e na dinâmica familiar dos venezuelanos, uma vez que essas famílias deixam sua história, seus hábitos e sua rotina. Além de um desenraizamento abrupto e inesperado, contam com a necessidade da construção de novas relações, a fim de que possam se estabelecer no Brasil. Essa trajetória marca o início de uma estratégia de recomeço, todavia, que compreende a busca pelo bem-estar e pela segurança, no país de acolhimento. Estar em um ambiente diverso pode levar a sentimentos de insegurança e incerteza, frente ao desconhecido e pouco familiar.

Para Martins Borges (2013), a interface entre saúde mental e sofrimento demanda que as vivências de migração forçada sejam processadas no interior do núcleo familiar. Ao mesmo tempo que o deslocamento forçado convoca seus membros para perdas e rupturas que não puderam ser elaboradas, há a necessidade de se projetar no país de acolhimento, concomitantemente. O momento que antecede a chegada ao país de destino costuma acentuar a vulnerabilidade psíquica dos migrantes.

Em face desse panorama, buscamos dimensionar as repercussões da migração venezuelana, no contexto familiar, no que se refere ao processo de inserção. Nessa dimensão, Resstel nos mostra que os pais possuem várias preocupações que envolvem esse período de chegada a um novo país e que estariam relacionadas ao sustento da família. O desamparo emocional dos pais pode dificultar o acompanhamento dos filhos, em suas necessidades de inserção, e todos se sentem desorientados diante dessa nova realidade.

De acordo com Oliveira (2021), a interrupção da educação escolar, devido à migração forçada, é uma das maiores perdas para crianças e adolescentes. Para além disso, temos a dificuldade de comunicação dos professores e funcionários da escola com os alunos, em função da língua; a falta de vagas; a dificuldade de traduzir os documentos e o formato de avaliação, que é diferenciado na Venezuela. O sistema de pontuação das avaliações é distinto e ocasiona dificuldade na equiparação das notas e aproveitamento do histórico escolar.

Concomitantemente, Albuquerque (2019) assinala que as equipes pedagógicas das escolas públicas, ainda que empenhadas em acolher os alunos venezuelanos, não estão preparadas para receber alunos estrangeiros, pela dificuldade com o espanhol, assim como em realizar um trabalho direcionado para facilitar a inserção no ambiente escolar. Dessa forma, podemos observar que o idioma pode ser um fator

complicador ao processo de socialização, à condição de inserção cultural e até mesmo à escolarização.

Para além dos obstáculos enfrentados, inerentes ao processo de deslocamento, os venezuelanos se deparam com outros aspectos, os quais também vão prejudicar a sua inserção no país de acolhimento. O grande afluxo de migrantes venezuelanos ao Estado de Roraima desencadeou um estigma e um sentimento de repúdio, por parte da população, especialmente na cidade de Boa Vista. Essa postura se justificaria pelo fato de serem percebidos como competidores de empregos, cuja presença comprometeria a estabilidade e a segurança nacional.

Tal como frisa Bauman (2017), esses migrantes são compreendidos como “estranhos em nosso meio” e trazem uma visão generalizada de que é como se algum mal estivesse ameaçando “o bem-estar social”. E, na qualidade de estranhos, tendem a causar ansiedade pela sua falta de previsibilidade, situação diferente do que ocorre com as pessoas do nosso convívio e das quais sabemos o que esperar.

Portanto, a forma como o migrante é recebido no país de destino pode ser um fator a auxiliar ou dificultar o processo de inserção. No que tange às políticas de acolhimento governamentais, o Brasil conta com os esforços da Operação Acolhida e do Programa Nacional de Interiorização de Venezuelanos, que se articulam com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e para as Migrações (OIM), assim como pelas igrejas¹⁴, ONGs e Universidades, com o intuito de encontrar estratégias capazes de facilitar esse processo.

Entretanto, sabemos que esse processo de inserção é um dos maiores desafios inerentes à vivência de migração. O gerenciamento das diferenças culturais é, por conseguinte, um processo contínuo e que demandará um intenso trabalho psíquico de cada grupo familiar. Embora possa ser compreendido como uma experiência subjetiva, é incontestável que vai gerar conflitos e deixar marcas. Considerando-se os seus efeitos psíquicos, Correa (2013) destaca a importância do dispositivo clínico com suporte nas diversas etapas da migração. De acordo com a autora, eles estão em uma travessia sem data fixa, nem porto de chegada, e o trabalho da clínica é o de acompanhá-los nessa travessia.

¹⁴ Representado especialmente pela Cáritas, a qual atua na acolhida, integração e proteção de migrantes e refugiados, através de projetos e em diversos municípios do Brasil. Disponível em: <https://caritas.org.br/area-de-atuacao/6>. Acesso em: 12 set. 2023.

Assim, encerramos este capítulo com um retrato das adversidades enfrentadas por esses migrantes, ao longo das vivências de estrangeiridade e que nos demonstram, segundo Santos e Meza (2020, p. 193), que eles “[...] aprendem, sobretudo, a renascer sucessivamente por meio das inúmeras metamorfoses em suas vidas”.

CAPÍTULO 3 – DA TRAMA AO ENLACE: AS REPERCUSSÕES DA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA E A INTERSUBJETIVIDADE

A situação de migração ocorre, muitas vezes, porque os indivíduos necessitam deixar seu país de origem, devido a condições econômicas, políticas, sociais e de segurança. Nesse sentido, frequentemente esses fluxos migratórios acontecem de modo inesperado e com pouca possibilidade de planejamento preexistente. Essa configuração da situação migratória coloca esses indivíduos em uma condição muito particular, no universo dos deslocamentos, pois, conforme discutimos anteriormente, constitui uma categoria de *migração forçada*.

A mobilidade forçada implica uma mudança repentina de país, já que ficar na terra de origem representa uma ameaça à integridade à vida. Muitas vezes, essa condição não possibilita uma organização interna para fazê-lo, visto que promove uma ruptura repentina com suas referências simbólicas, as quais lhe oferecem certa ancoragem, tais como a língua, os costumes, a comida e até mesmo os vínculos. Em algumas circunstâncias, a condição inicial da migração envolve, inclusive, a separação dos membros familiares. Logo, o processo de imersão em uma nova cultura, a inserção em um outro contexto e o sentimento de perda são inerentes à vivência de migração.

Considerando-se que esses parâmetros compartilhados conferem ao indivíduo um modo de reconhecer-se e dão a noção de pertencimento, o seu distanciamento pode levar a uma situação de sofrimento e imprimir marcas importantes nesses indivíduos. Assim, estar diante de um repertório sociocultural muito distinto pode desencadear formas de desamparo e sofrimento psíquico, pois pressupõe não somente a perda desses referenciais, mas exige igualmente a necessidade de inserção em um contexto diverso e pouco familiar.

Por conseguinte, enfatizamos que as perdas decorrentes do processo migratório, especialmente quando se trata de uma condição forçada, requerem um trabalho psíquico vincular, a fim de que se possa elaborar essa ruptura. Pressupõe-se, nessa perspectiva, que o processo de reconhecer essas perdas é condição para voltar-se para um novo contexto sociocultural e apropriar-se dele (Weissmann, 2019).

Em contrapartida, a falta de elaboração dessas perdas irá repercutir nos vínculos intersubjetivos, com consequências para a transmissão psíquica, ao longo das gerações desses migrantes. Portanto, neste segundo capítulo, nós nos propomos

compreender a constituição subjetiva dos vínculos e analisar as implicações da migração forçada para a transmissão psíquica e de suas configurações familiares. Trata-se de entender como o dispositivo familiar lida com a perda seu universo sociocultural e qual a sua repercussão no aspecto vincular ou na dimensão intersubjetiva.

3.1 A Psicanálise e a Constituição Subjetiva dos Vínculos

Pensar o sujeito a partir de um elo genealógico pressupõe que os aspectos relacionados à sua constituição psíquica foram delineados na intersubjetividade. Em suma, compreendemos, conforme o *Dicionário de Psicanálise de Casal e Família* (2021), que, se o vínculo enfatiza a experiência do “entre”, logo o indivíduo se encontra ligado à noção de pertencimento e ao grupo do qual provém, isto é, a família.

Com isso, Berenstein (2001, 2004, 2011) lembra que a etimologia do termo “vínculo” nos remete à sua origem, no latim *vinculum*, de *vincere*: atar, referindo-se a ligação. Assim, descreve que o vínculo, em sentido amplo constitui, uma situação inconsciente que liga dois ou mais sujeitos, com base em uma relação de presença. Desse modo, cada um se torna sujeito do vínculo e, para tanto, se impõe o conceito de *ajenidad*¹⁵. O termo possui um sentido contraditório, visto que pode ser fonte de dor, assim como de novidade para o vínculo.

Para Levisky (2021), a dualidade do termo *ajeno* reside no fato de que, ao mesmo tempo que representa a marca da diferença que nos defronta, corresponde ao novo, para o sujeito vincular. Assim, evidencia que o *ajeno* estipula tanto o limite como a diferença impossível de ser transposta entre o eu e o outro.

Sob essa mesma perspectiva, Puget (2000) afirma que o vínculo se estabelece a cada encontro entre dois ou mais sujeitos, e somente a partir da aceitação da alteridade do outro é que existe a possibilidade de constituição do vínculo. O outro surge como *ajeno*, porque eu só consigo me vincular ao outro, se eu reconhecer que sempre haverá uma parte do outro que é impossível de ser representada.

Com base na imposição desse outro, esses dois vão se conhecer como diferentes. Portanto, a função vinculante tem como condição o reconhecimento

¹⁵ *Ajeno e ajenidad*: embora os termos sejam traduzidos por “estranho”, “alteridade” e “diferença radical”, não há um sinônimo equivalente em português e, por isso, serão mantidos em espanhol.

dessas diferenças, pois isso possibilita compreendê-la como enriquecedora. Ainda sob o mesmo ponto de vista, podemos dizer que a presença do outro é sempre um excesso, ou seja, aquilo que me excede a capacidade de compreensão do outro, do que não há representação (Puget, 2003).

Aludindo à circunstância de se defrontar com o *ajeno* do outro no trabalho psíquico das diferenças, Weissmann (2019, p. 106-107) ressalta:

O vínculo com o outro se estrutura somente a partir de dois outros em presença, que, ao portar a “ajenidad”, favorecem a produção de algo novo entre eles. Comunicar-se com outro corresponde a um processo complexo, em que cada um tem que se fazer um lugar frente ao outro, armando um ajuste entre representação do outro e aquilo que este é em sua “ajenidad”. Esse movimento de vaivém instaura um vínculo mais complexo que permite que seja sempre reescrito.

A partir dessas considerações, podemos compreender que a presença de um outro é condição primordial para a construção do vínculo, uma vez que “[...] desaloja o eu de sua egocentricidade absolutista para dar lugar ao outro, reconhecido em sua alteridade e ajenidad” (Levisky; Dias; Levisky, 2021, p. 524).

Ademais, Berenstein (2011) enfatiza o papel mediador da vincularidade e do social, para a humanização do indivíduo. Aponta que é somente na relação com o outro que se produz a subjetividade, acrescentando: “[...] Cada família é um conjunto intersubjetivo, reúne vários sujeitos no marco do parentesco e é produtora de subjetividade” (Berenstein, 2011, p. 82).

Na visão de Weissmann (2008, p. 33), os vínculos conferem um sentimento de pertencimento, ao proporcionar ao sujeito a possibilidade de circunscrever um lugar: “Ou seja, demarca-se ao sujeito como parte de um conjunto, além de si próprio, em vinculação com outros. Isso amplia a subjetividade dos sujeitos do vínculo, ao se sentirem pertencentes ao conjunto”.

Para esse constructo teórico, a constituição de sujeito pressupõe que o vínculo é estruturante do psiquismo, significando que a nossa vida psíquica se processa de forma inconsciente e tem em vista o aporte da dimensão grupal e do social, na construção da subjetividade. Piva (2009, p. 75) afirma que “[...] o ponto de partida, o objeto de estudo, não é mais o sujeito, mas sim o vínculo.”

Tal perspectiva configura que a constituição da subjetividade implica a *presença do outro* e considera que o aparelho psíquico vincular é constituído de três

espaços psíquicos, os quais possuem dinâmicas diferentes. Desse modo, a sua compreensão nos possibilita pensar como se organizam e se articulam.

Cada um desses espaços psíquicos possui uma lógica distinta, sendo conceituados por Puget e Berenstein (psicanalistas argentinos) como: intrapsíquico – refere-se à organização psíquica do sujeito e tem uma lógica do individual; intersíquico – está relacionado ao vínculo e às trocas entre as pessoas, com a lógica do “dois” e as configurações vinculares; e, por fim, o transubjetivo – representado pelo social e a cultura, sendo fundamental para a construção de um sentimento de pertencimento (Levisky; Dias; Levisky, 2021).

Sob a perspectiva de Berenstein e Puget (2007, p. 21), podemos dizer que se trata de “[...] um tipo de representação mental e vincular que o eu estabelece com seu próprio corpo, com cada outro ou outros e com o mundo circundante”.

Com isso, percebemos que o espaço intrassubjetivo é representado, pela psicanálise clássica freudiana, como espaço intrapsíquico e envolve o psiquismo individual e particular de cada sujeito, ou seja, os seus objetos internos e as fantasias. Conforme Weissmann (2008), o espaço intrassubjetivo se instaura a partir da história do indivíduo, ou seja, através das identificações de objetos significativos externos e de representações internas.

Nessa linha, diz respeito ao mundo interno que se estrutura a partir das relações de objeto parciais e totais e que criam representações, as quais “[...] traçam um percurso desde o nascimento constituindo a sua história das pegadas infantis. Essas representações permitem que se tenha um registro do objeto, mesmo na sua ausência, isto é, a representação demanda a ausência do objeto no mundo externo” (Weissmann, 2008, p. 48).

Contudo, a subjetividade, a partir das Configurações Vinculares, necessita concebê-la para além de uma lógica intrapsíquica, considerando-se que *o vínculo implica a presença do outro*: “São dois outros que inauguram um DOIS. As produções do Dois são distintas daqueles do UM (mundo representacional), pois derivam do efeito de presença e possuem sua própria lógica” (Piva, 2020, p. 17).

Por sua vez, Weissmann (2009) afirma ainda que o espaço intersubjetivo pressupõe dois ou mais sujeitos, enfatizando os vínculos do sujeito com o outro, interligados pelo “entre”. Nesse contexto, não temos como não nos deixar afetar pelo outro, já que sempre haverá algo de novo a cada encontro. Tal como Weissmann

(2008, p. 50) explicita, “[...] o intersubjetivo pertence a área do convívio e dos vínculos com os outros, vínculos esses que criam a subjetividade”.

É justamente essa possibilidade de movimento e de novidade que vai permitir a vinculação. A autora conclui que o sujeito vai se constituindo a cada encontro e que há a necessidade da presença desse outro, para a sua estruturação. Diante da ausência do outro, não é possível construir um vínculo.

Essa concepção está alinhada aos apontamentos de Puget (2000), porque é a partir do outro e da *diferença radical* que se impõe que compreendemos que não se pode apreendê-lo em sua totalidade. A *ajenidad* é o que possibilita, em função da diferença do outro, que seja possível vincular-se. A dimensão da intersubjetividade, sob ponto de vista de Puget (2003, p. 178, tradução nossa), inclui que “[...] a produção de Dois desnuda a semelhança de seu significado ou a limita e impõe a qualidade dada pela existência de uma impossibilidade de conhecimento (estrangeirismo)”.

Em face das diferentes formações psíquicas comuns e partilhadas, desejamos tomar como objeto de análise a influência que os processos migratórios ocasionam nas dimensões subjetivas do migrante e viabilizam o entendimento do inconsciente, nas formações vinculares.

Contudo, além do vínculo que concebe o espaço da intersubjetividade, podemos caracterizar um outro espaço psíquico relativo à vertente do indivíduo com o social, ou seja, o transubjetivo. No âmbito dos fluxos de migrantes, os aspectos históricos e sociais assumem uma significação ainda maior, de sorte que, de acordo com Weissmann (2009), esses momentos históricos fazem parte da nossa constituição histórica e deixam marcas em nossa constituição psíquica. A autora considera que essas conjunturas se tornam um obstáculo, quando temos de pensar o espaço transubjetivo. Nesse caso, esse espaço é compreendido como o mundo em que estamos imersos e que também construímos:

[...] é o espaço da linguagem comum a um conjunto, o da organização social na qual nascemos e na qual se organizam os grupos em torno de uma crença ou ideia compartilhada, o dos acontecimentos históricos, das tradições, dos mitos e dos sistemas explicativos da vida cotidiana (Weissmann, 2009, p. 107).

A autora acrescenta que esse espaço fica *mudo*, justamente porque não notamos nossa inclusão nele, exceto quando o perdemos. Quando tratamos de migração, nós nos confrontamos com novas pertencas e contextos. Portanto, “esse

sentimento de pertença” a um dado contexto sociocultural nos fornece o sentir-se sustentado-sujeitado e tem a ver com a permanência e a estabilidade. Dessa forma, o processo de migração coloca os sujeitos em contato com esse espaço *mudo* e, conseqüentemente, necessitam se haver com esse pertencimento¹⁶ e sustentação, perdidos em decorrência da migração. O distanciamento de toda a sua rede social, da língua e de seu aparato social propicia o surgimento de uma situação traumática.

Por conseguinte, essa situação possivelmente terá efeitos, em nível psíquico, ante o desaparecimento desse entorno que se faz presente na experiência de migração. Quando se trata de uma migração forçada, o rompimento com esse contexto sociocultural acontece de forma repentina e influenciará no prosseguimento grupal dos diversos vínculos geracionais.

3.1.1 A Transmissão Psíquica e a vincularidade

Todavia, esse ideal de explorar a complexidade que envolve a coletividade ou, mais especificamente, o grupo já é antiga e não é exclusividade da Psicologia. Como destaca Ávila (2009), a própria Sociologia se inclinou a esses estudos, e temos diversas referências importantes nesse campo, dentre os quais salientamos Gustave Le Bon, Emile Durkheim e Adorno e Horkheimer. Outros teóricos no campo psicanalítico também deixaram suas contribuições, como Bion, na Inglaterra, Anzieu e Kaës, na França, e Pichon-Rivière, na Argentina.

Considerando-se o percurso de Freud, na Psicanálise, podemos verificar que sua obra se assentou sobre as bases de um modelo de aparelho psíquico individual ou intrapsíquico. Entretanto, ao longo de seus estudos, ele não deixou de levar em conta o papel do outro, na constituição psíquica do indivíduo, a partir da temática do grupo e da transmissão.

Conforme Kaës (2001), Freud fez algumas referências à abordagem intersubjetiva do sujeito, em alguns de seus textos, tais como realçamos: *Totem e Tabu* (1913), *O Narcisismo* (1914), *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921) e *Moisés e o Monoteísmo* (1939).

¹⁶ Para Weissmann (2017), o sentimento de pertencimento está relacionado com o “sentir-se em casa”, onde estão suas raízes, reiterando-se a importância de ser reconhecido e ser parte de um lugar. Esse laço social o estrutura e o constitui.

Em *Totem e Tabu* (1913), Freud faz uma narrativa sobre o sujeito e, com isso, postula que os tabus do incesto e parricídio se constituem como pactos e implicam renúncias: “O desejo instintivo se desloca constantemente, a fim de fugir ao impasse, e se esforça por encontrar substitutos - objetos substitutos e atos substitutos - para colocar em lugar dos proibidos” (p. 47). Em outras palavras, Freud demonstra o entendimento de que a concepção de sujeito significa pensar o agrupamento e a relação do sujeito com o grupo, que, por sua vez, envolvem renúncias. Nesse processo, é somente por meio da busca de satisfações substitutivas que se vislumbra o advento da formação do aparelho psíquico.

Em *Sobre o narcisismo: uma introdução* (1914), Freud aborda a questão da transmissão psíquica, à medida que é designado à criança que ela seja portadora dos “desejos insatisfeitos dos pais”. O nascimento de um filho possibilita aos pais o investimento narcísico, como uma forma de projetar na criança os seus sonhos de desejos insatisfeitos. Segundo Correa (2000), essa condição, por sua vez, traz a noção de continuidade da vida psíquica, pois os filhos ficam submetidos ao desejo das gerações que os antecederam. Em outras palavras, a criança é herdeira de uma corrente geracional e fica sujeitada à sua transmissão.

De maneira semelhante, em *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921), Freud reconhece que o indivíduo, componente de um grupo, adquire uma conotação diferente da que se estivesse isolado. Contudo, conclui que é um desafio compreender o que levaria a tais diferenças. Dessa forma, salienta, a partir das ideias de Le Bon, que o fato de terem sido transformados em um grupo os coloca em uma condição que

[...] os faz sentir, pensar e agir de maneira muito diferente daquela pela qual cada membro dele, tomado individualmente, sentiria, pensaria e agiria, caso se encontrasse em estado de isolamento. Há certas ideias e sentimentos que não surgem ou que não se transformam em atos, exceto no caso de indivíduos que formam um grupo (Freud, 1921, p. 80).

A partir dessas considerações, podemos destacar que Freud (1921) demonstrava interesse pela temática e compreendia que há algumas especificidades na estrutura e configuração de um grupo. Assim, reconhecia que, se os indivíduos se combinam em uma unidade, é porque deve haver algo que os une e esse elo é o que configura um grupo. Nas palavras de Freud (1996c, p. 46): “Se os indivíduos do grupo se combinam numa unidade, deve haver certamente algo para uni-los, e esse elo poderia ser precisamente a coisa que é característica de um grupo”.

Já em *Moisés e o Monoteísmo* (1939), Freud aborda a questão da herança arcaica e realça sua importância, no decorrer das gerações. Mais uma vez, enfatiza a dimensão da transmissão, ao afirmar que “[...] abrange não apenas disposições, mas também um tema geral: traços de memória da experiência de gerações anteriores” (1996d, p. 113).

Esses elementos nos fazem pensar que, em sua obra, Freud valoriza a presença do social e do grupo na constituição psíquica do sujeito, através da herança de gerações ascendentes. Entretanto, para Correa (2000) o fato de Freud assinalar que a cultura e a tradição seriam vias de transmissão não responde à demanda da continuidade da vida psíquica.

Diante do exposto, podemos dizer que, somente em função da premissa de que a nossa história antecede a nossa existência, Kaës (2001) postula que o grupo precede o sujeito, tendo-se em vista que não nos é dado o direito de escolher não ser incluído no agrupamento, ou seja, a realidade intersubjetiva se caracteriza como condição de existência do sujeito. Uma das razões apontadas pelo autor para que se considere a abordagem psicanalítica *do grupo* e do sujeito *no grupo* é a sua colaboração para a questão da intersubjetividade.

Assim, conclui que o grupo que nos precede, em especial aos membros que precedem o *infans*, é responsável pelos investimentos e cuidados, bem como determina lugares, indica limites, enuncia interditos:

O que é inelutável é que somos postos no mundo por mais de um outro, por mais de um sexo, e que nossa pré-história faz de cada um de nós, bem antes de nascermos, o sujeito de um conjunto intersubjetivo, cujos sujeitos, nos têm e nos mantem como servidores e herdeiros de seus “sonhos de desejos insatisfeitos”, de seus recalamentos e de suas renúncias, na malha de seus discursos, de suas fantasias e de suas histórias (Kaës, 2001, p.13).

Por essas considerações, podemos inferir que no nascimento já portamos uma história que nos é transmitida pela via psíquica, a qual é da ordem do inconsciente e foi delineada pelas gerações que nos antecederam. Desse modo, podemos dizer que somos atravessados pela história das gerações precedentes: “Todos nós somos portadores de uma herança genealógica que é fundadora de nossa vida psíquica, a qual se processa no nível inconsciente e no espaço do grupo familiar” (Correa, 2002, p. 71).

Sob esse advento, Eiguer (1998) salienta que a família tem como responsabilidade a manutenção da espécie. Com isso, torna-se fundamental o subsídio da família para que o recém-nascido possa construir seu psiquismo, ou seja, o funcionamento do grupo familiar estipula sua forma de comunicação, seus códigos e os conteúdos que serão transmitidos ou não à criança.

Se a transmissão psíquica constitui a subjetividade, logo nos questionamos sobre o que pode ser transmitido. Correa (2002) responde: tudo o que está relacionado às vivências psíquicas ou representações de seus precedentes.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Granjon (2000, p. 24) acrescenta que transmitir é

[...] fazer passar um objeto, um pensamento, uma história, afetos... de uma pessoa para outra, de um grupo para outro, de uma geração para outra. Isso implica em que o que é transmitido abandone um pelo outro, que haja uma distância entre um laço “transmissor” e o “receptor”, acolhimento e apropriação pelo adquirente, até mesmo herdeiro, mas também, eventualmente, modificação daquilo que é transmitido, em função dos intermediários capazes de intervir nessa transmissão.

Por isso, vale ressaltar que a transmissão pode ocorrer de formas diferentes, havendo situações que podem interferir no seu seguimento, como os acontecimentos traumáticos, episódios de perdas e migrações. No que se refere à maneira como se dá esse processo, há algumas situações que podem influenciar a construção dos possíveis caminhos subjetivos e engendrar modalidades básicas de transmissão, dentre os quais destacamos a transmissão intergeracional e a transmissão transgeracional.

Uma dessas modalidades de transmissão é a da herança intergeracional, que pressupõe que o sujeito não é apenas beneficiário, herdeiro ou servidor forçado, uma vez que resguarda as bordas da subjetividade entre os sujeitos e há a possibilidade de transformação e elaboração do que lhe é transmitido (Trachtenberg, 2005).

Conforme assinala Granjon (2000), esse trabalho possibilita ao sujeito inscrever-se em um grupo, constituindo sua história e tornando-se proprietário de sua herança. Desse modo, favorece as transformações e promove uma diferenciação. Dentre esses aspectos, realçamos a transmissão da cultura, da filiação ou de um sobrenome, o núcleo de pertinência, dentre outros. Esse tipo de transmissão é fundamental para a manutenção da herança psíquica familiar, já que tem a finalidade de preservar a história, os ritos, a tradição, mantendo as fronteiras geracionais.

Em contrapartida, Trachtenberg (2005) afirma que as situações de violência, traumas, lutos não elaborados e migrações possuem aspectos não simbolizados e interferem na transmissão. Nas palavras de Kaës (1998, p. 9), o conteúdo não metabolizado envolve “[...] aquilo que não se contém, aquilo que não se retém, aquilo de que não se lembra: a falta, a doença, a vergonha, o recalçamento, os objetos perdidos, e ainda enlutados”.

Logo, uma herança transgeracional não conta com o espaço de transcrição transformadora, pois atravessa o psiquismo, invade-o, sem levar em conta os espaços subjetivos e intersubjetivos. O que se transmite é o conteúdo bruto, o qual não teve uma simbolização, metabolização ou que não foi elaborado e, por isso, não permite uma apropriação:

A transmissão psíquica geracional nos faz herdar inclusive o que nossos ancestrais calaram, bloquearam ou esconderam, impedindo ou dificultando a transformação psíquica. São fantasmas, mortos-vivos, que são percebidos na atmosfera familiar por não serem simbolizados (Tozatto, 2004, p. 105).

Nesse sentido, Benghozi (2000) assinala que, em experiências traumáticas, não há a metabolização do conteúdo transmitido e temos, portanto, a transmissão do indizível, do inominável e do inconfessável. Como decorrência desse traumatismo, a vergonha é organizadora de uma transmissão pautada no que conhecemos por negativo, o qual assume, assim como na fotografia, aquilo que está ali, porém, não foi revelado. Posto isso, podemos perceber que esses indivíduos estão à mercê de cumprir as exigências dessa transmissão, uma vez que os conteúdos da dinâmica que compõe o inconsciente desse grupo familiar não foram pensados. Consequentemente, há uma possibilidade de que esse conteúdo se repita, no decorrer das gerações.

Por conseguinte, podemos concluir que uma das possíveis consequências da migração forçada é justamente a dificuldade desses indivíduos em metabolizar esse processo, devido ao seu caráter traumático. Considerando-se que a falta de elaboração pode comprometer a herança genealógica e o sentimento de pertencimento, certamente isso vai repercutir na transmissão psíquica das gerações subsequentes.

Mediante esse panorama, almejamos refletir sobre as possíveis influências que a situação de migração pode ter, no vínculo intersubjetivo e na herança genealógica desse dispositivo familiar. Dessa forma, partimos do pressuposto de que a experiência de migração forçada pode interferir no processo de transmissão psíquica, visto que o

grupo terá de processar essas vivências que podem se caracterizar como traumáticas. Para tanto, é imperioso compreender como esses migrantes irão fazê-lo, levando-se em conta o aparelho psíquico vincular e o distanciamento dos padrões culturais que conferem o sentimento de pertencimento.

3.2 A Família e as repercussões da migração no aspecto intersubjetivo

A partir dessa perspectiva, Berenstein (2011) evidencia que o indivíduo faz parte de uma história que o antecede, que é prévia à sua existência e que, de alguma maneira, o envolve e o atravessa. A família, segundo ele, consiste em um conjunto de pessoas que estão vinculadas pela pertença a um sistema de parentesco.

Assim, a posição e a ordenação das pessoas estão relacionadas a funções específicas a cada lugar do parentesco. Com isso, há funções atribuídas a cada membro no dispositivo familiar, sendo que aos pais cabe dar assistência material e emocional ao filho, investir narcisicamente na criança e iniciar a sua subjetivação, bem como de fixar proibições e impedimentos. Já o filho é incumbido de aceitar os investimentos narcísicos parentais e ser o porta-voz dos ideais e da cultura familiar.

Isso significa dizer que a família, enquanto matriz intersubjetiva, é responsável por transmitir o legado de seus ancestrais, porque “[...] a continuidade psíquica das sucessivas gerações, a partir da pertença a uma cadeia genealógica, impõe uma exigência de trabalho aos sujeitos ligados em cadeia nela” (Gomel; Matus, 2001, p. 28).

Por sua vez, Tozatto (2004) afirma que é o tecido vincular do grupo familiar que nos possibilita a transmissão psíquica, visto que pressupomos a existência *de mais de um outro*, na estruturação do psiquismo. Sob essa mesma perspectiva, a autora frisa que a subjetividade é demarcada pelo grupo familiar (a partir das bases de parentesco) e pelo grupo social (raízes inconscientes de pertença social).

Nesse sentido, a transmissão psíquica assegura a continuidade da história familiar, pois “[...] é através do sistema familiar que as gerações passadas se fazem presentes e onde pode ocorrer a transmissão dos padrões de interação que possibilitarão à família a sua continuidade através do tempo” (Okamoto, 2007, p. 107).

Conforme Weissmann (2019), a transmissão se caracteriza, como uma forma de perpetrar a cultura e enseja a sua continuidade, ou seja, transmite-se a língua, os

valores a ideologia, a história. Assim, cada família vai estruturar uma maneira particular de transmissão, baseando-se nas convenções culturais.

Consoante o que já discutimos anteriormente, Weissmann (2019) focaliza as ideias de Gomel e Matus (2001) e descreve dois tipos de transmissão, sendo uma consciente-pré-consciente, transmitida através da história familiar que é contada dos pais aos filhos, e outra que é de ordem inconsciente e é transmitida de forma psíquica às gerações subsequentes.

Na visão de Okamoto (2021), as formações inconscientes são transmitidas por meio das cadeias geracionais e são preexistentes ao sujeito. Dessa forma, isso outorga ao indivíduo o acesso ao pertencimento grupal e ao material consciente e inconsciente que constitui esse psiquismo.

Entretanto, não podemos perder de vista fatores que podem interferir na sistematização dessa herança geracional, dentre os quais apontamos os fluxos migratórios. Segundo Becker (2014), o ato de migrar não está relacionado tão somente ao deslocamento físico e geográfico, já que implica um estado de vulnerabilidade, em função do rompimento com seus laços afetivos e referências socioculturais de origem.

As perdas demandarão um trabalho psíquico do agrupamento, e a forma de vivenciar a experiência da migração pode estar relacionada às funções designadas no contexto familiar. Por conseguinte, essa repercussão pode ocorrer de maneira diferente, dentro do contexto familiar, ou seja, o casal e os filhos podem vivenciar essa experiência de maneira distinta, devido à diferença entre as funções designadas a cada um.

Embora os filhos sejam representantes da cultura familiar, estão inseridos em um contexto social diferente e não possuem a exigência da transmissão, isto é, “[...] a família é uma produção humana, basicamente simbólica, e é por sua vez um fator de humanização que tem por função transmitir a bagagem simbólica que recebe” (Berenstein, 1990, p. 17).

Para Correa (2000), pode haver um retraimento daqueles que se fecham de forma defensiva contra a intrusão, em face de qualquer referência cultural distinta. Isso se deve ao fato de que a manutenção da cultura de origem promove a manutenção identitária e o sentimento de pertencimento. Logo, estar inserido em uma nova cultura pode representar uma ameaça contra a própria identidade e pertença.

Destarte, podemos inferir, de acordo com Lisboa, Carneiro e Jablonski (2007), que a transmissão intergeracional possibilita a continuidade da identidade de uma família, por meio de alguns conteúdos herdados da cultura, pois, a cada geração, verificamos as tradições familiares ancoradas. Como efeito, “[...] a identidade de um grupo familiar é composta, em parte, pelas subjetividades de seus membros e é sustentada pelos intercâmbios necessários nas relações entre o indivíduo – no sentido biológico – o psíquico e o social” (p. 53).

Nessa linha, nós nos questionamos como as famílias de migrantes venezuelanos conseguem assegurar a manutenção das tradições e de todo esse universo simbólico, diante da ausência do referencial sociocultural, o qual se perde com a mudança de país. O distanciamento dessas referências, que garantem a pertença ao grupo, como a língua, os costumes, a comida, as tradições, os rituais, as crenças, leva à sua perda, com a migração concretizada em caráter forçado e não permite uma integração gradual.

O excerto a seguir, de Magdalena Ramos (2007, p. 53), mostra com nitidez a dificuldade de rompimento com o que é familiar e denota o sofrimento que tal processo acarreta:

Mas trocar de país significa ter de se adaptar a cheiros, sabores e objetos desconhecidos; começar a entender outros códigos e normas – processos que dão um trabalho enorme, além de causar muito tropeço e mal-estar. Isso, é claro, eu também não teria como lhe explicar.

Enfim, podemos observar também que o processo migratório pode acarretar consequências para o núcleo familiar, visto que o rompimento com as referências identitárias tem efeitos na transmissão psíquica, ou seja, “[...] a partir do evento migratório, há um confronto entre as características fundantes do núcleo familiar em contraposição à cultura majoritária” (Becker, 2014, p. 35).

No que tange à experiência de migração, podemos asseverar que o contato com um contexto cultural diferente pode causar um sentimento de estranhamento. Considerando a condição específica da migração, concluímos que as perdas são inevitáveis e, conseqüentemente, suas repercussões estão relacionadas à capacidade de cada família de simbolizar e ressignificar essas vivências: “[...] toda migração é um ato de coragem que engaja a vida dos indivíduos e ressignifica toda a história familiar dos sujeitos, inclusive por várias gerações” (Moro, 2015, p 187).

Pelo exposto, verifica-se que, para transmitir a própria história, os sujeitos migrantes necessitam passar pela experiência de elaboração e simbolização de tudo o que foi perdido. O trabalho de metabolização dessas vivências pode ter implicações na continuidade geracional, porque se apoia em mecanismos que minimizem a situação traumática. A experiência de estar inserido em um novo contexto e com diferentes valores culturais pode ser uma vivência traumática e de difícil elaboração.

As eventualidades da experiência de migração outorgam marcas na herança psíquica de várias gerações. Salieta Correa (2000, p. 80): “O sofrimento derivado dos diversos traumatismos e dos sentimentos de humilhação e vergonha convertem-se em indizíveis ou impensáveis em razão da impossibilidade de simbolizar o excesso de dor psíquica”.

Historicamente, a migração forçada experienciada pelos venezuelanos, que deixaram seu país diante de um cenário de crise política, econômica e social, pode comprometer a função de elaboração do grupo familiar. Para Weissmann (2019), a migração pressupõe um trabalho psíquico vincular de elaboração e de aceitação, porque isso significa deixar um universo conhecido, que inclui sua terra natal e sua língua, para viver em outro, que necessita ser descoberto.

Essas questões nos fazem refletir sobre a intensidade dessas vivências e os possíveis conflitos decorrentes do processo de migração, porque a situação de perda mobiliza o grupo familiar e repercute nos diversos vínculos e papéis. Isso, por sua vez, pode originar lutos não elaborados e patologias de diversas intensidades. Entretanto, os efeitos psíquicos da situação de deslocamento são diferentes, quando se trata de uma migração planejada ou de uma decisão forçada de mudança de país, em virtude de risco de vida ou sobrevivência econômica. Com isso, o grupo familiar e de pertencimento, com suas respectivas significações, é o que viabiliza a conexão entre cultura e psiquismo. Logo, na situação de migração, devemos considerar que as diretrizes identitárias sofrem com a diferença cultural e têm influência sobre os vínculos intersubjetivos. A mudança cultural pode levar a uma vivência de crise, já que os deslocamentos desencadeiam rupturas vinculares importantes (Correa, 2013).

Isso decorre do fato de que a mobilidade tem efeitos em nível psíquico, principalmente quando acontece de maneira abrupta ou traumática. Assim, o significado atribuído ao indivíduo que se desloca em busca de melhores condições de vida pode ter relação com as modalidades de subjetivação e de sofrimento psíquico vivenciado por indivíduos que têm essa experiência:

[...] existe a ruptura com aquele contexto conhecido que conferia as lentes da realidade, levando a uma perda dos mecanismos que promovem a identificação cultural, levando ao desenraizamento e perda das referências internas e externas temporárias até que a família possa acionar mecanismos de adaptação e se restabelecer nessa nova situação gerada pela migração. (Okamoto, 2007, p.100).

Sem o referencial que favorece o estabelecimento do pertencimento, certamente, teremos consequências nas funções que envolvem o grupo familiar, pois o processo de construção identitária está intimamente ligado à transmissão de conteúdos psíquicos entre gerações.

Com isso, a situação de desenraizamento pode comprometer as referências identitárias dos indivíduos. Logo, a origem das crises de identidade reside no afastamento das referências culturais e afetivas e em sua repercussão na transmissão da herança psíquica geracional. Ora, quando a situação traumática não é passível de representação em uma herança genealógica, ela apresenta lacunas e vazios na transmissão. Nesse sentido, a continuidade geracional é apoiada na ordem do que é impensável, naquilo que é defeituoso (Correa, 2000, 2013).

Nessa mesma perspectiva, Piva (2009) aponta que os acontecimentos familiares são atravessados por diferentes experiências, algumas das quais podem ser representadas e compreendem a sua história. Em contrapartida, há outros que não podem ser simbolizados e, nesse caso, atravessam as gerações em sua potencialidade traumática. Assim, para que a cadeia grupal possa ter seu conteúdo historicizado, a metabolização da perda se torna condição necessária.

Essas marcas traumáticas precisam ser processadas pelos indivíduos que passam por essa experiência. Caso contrário, tal processo nos traz subsídios para pensarmos que o que será transmitido é justamente a marca da ausência da simbolização ou elaboração.

Nessa circunstância, a perda não está associada apenas aos referenciais simbólicos, mas também ao distanciamento da sua rede social com amigos e familiares. A incerteza quanto ao retorno ao país de origem também pode se caracterizar como uma situação traumática. Na experiência específica da migração, parte desses vínculos são rompidos, em função do distanciamento de familiares que ficaram no país de origem. Em algumas circunstâncias, os membros do mesmo dispositivo familiar se separam, visto que nem todos migram simultaneamente.

Em face dessas considerações, Daure e Reveyrand-Coulon (2009) reiteram que, se a experiência de migração é vivida como traumática, seus membros apresentam certa resistência para falar da migração, dos familiares que ficaram no país de origem e da nova cultura, como uma forma de defesa. Conseqüentemente, há implicações sobre os filhos de famílias, que precisaram silenciar ou manter segredo sobre suas origens. Essas dificuldades podem ser sentidas pelos filhos dos migrantes, especialmente no processo de inserção sociocultural, nas dificuldades escolares, na construção identitária e de pertencimento.

Em uma situação de migração forçada, caracterizada por condições externas, sejam sociais, sejam políticas, religiosas ou econômicas, a ruptura com a cultura de origem e a falta de sentimento de pertencimento já começa no próprio país. Enfatiza Puget (2018, p. 22, tradução nossa): “São forçadas, não só porque as condições o exigem, mas também, em alguns casos, porque perderam o direito de ser habitantes dos seus espaços habituais e podem ser expulsos dos seus locais de pertença”.

Tem-se essa situação, por uma imposição de deixar sua terra natal e trocar sua língua materna, o que agrava ainda mais a condição de sofrimento, pois, segundo Koltai (2013), a perda da pátria tem uma conotação semelhante à perda de um ente querido e, por isso, exige um trabalho de luto. De acordo com a autora, a língua é um dos únicos elos que se mantém, ao se cruzar a fronteira do seu país, havendo inclusive uma fantasia de que ela jamais será perdida. Assim, a língua se configura como o instrumento de constituição da identidade psíquica do sujeito. Dessa forma, questiona os efeitos ocasionados pelo rompimento com a língua que se constitui nesse laço identitário caracterizado em *um nós comum e único*, e permite uma maneira particular de interpretar o mundo. Por consequência, é compreensível a tentativa de manutenção da língua materna entre seus membros, enquanto uma forma de seguimento do grupo.

Nesse contexto, vale enfatizar que a língua ocupa um lugar de destaque no contexto cultural, pois o fato de partilhar um código comum nos faz nos sentir incluídos e nos dá uma noção de pertencimento. Com isso, somente a língua materna é capaz de nos possibilitar expressar com autenticidade e clareza, pois se trata de nossa referência partilhada: “[...] Como poderia se expressar, partindo do mais profundo das emoções, senão através da língua materna?” (Weissmann, 2017, p. 200).

Sob esse mesmo ponto de vista, Anzaldúa (2009) retrata a experiência de mulher fronteira e chicana, na tentativa de manter sua identidade e sentimento de

pertencimento, mediante situação de migração. Nesse trecho, é possível perceber que o faz também como uma maneira de demonstrar que, embora estivesse em outro território, suas marcas identitárias são fortemente arraigadas e lhe possibilitavam levar um pouco do lugar o qual deixou:

Eu me lembro de ser pega falando espanhol no recreio – o que era motivo para três bolos no meio da mão com uma régua afiada. Eu me lembro de ser mandada para o canto da sala de aula por “responder” à professora de inglês, quando tudo o que eu estava tentando fazer era ensinar a ela como pronunciar meu nome. “Se você quer ser americana, speak “American”. Se você não gosta disto, volte para o México, que é o seu lugar (p. 305).

Em consequência, para Puget (2018), há expressões próprias de cada língua que nem sempre são passíveis de serem traduzidas, pois cada cultura tem seus códigos específicos. Isso também se dá com algumas expressões típicas de uma determinada região, as quais, portanto, não têm tradução.

Posto isso, Ramos (2007) assevera que a sensação de ser estrangeiro já se inicia na terra natal, pois nunca é possível retornar do ponto de onde se partiu, já que a história da sua pátria tem continuidade, mesmo na sua ausência. Desse modo, acredita que há a sensação de não pertencer a lugar nenhum, porque são considerados estrangeiros dentro do próprio país.

Em uma perspectiva da Psicanálise Vincular, a simbolização do luto, mediante inúmeras perdas, é imprescindível para o seguimento da transmissão psíquica geracional. É essencial atribuir sentido aos conflitos intersubjetivos, considerando-se que a ruptura com o país de origem reorienta o lugar do indivíduo no dispositivo familiar e grupal. Para Moro (2015), os fluxos migratórios podem dificultar o atravessamento do luto, pois o distanciamento impossibilita o indivíduo de participar dos rituais e acontecimentos familiares e coletivos.

Assim, Moro (2015, p.188), retomando as definições de Devereux (1967/1970), salienta que fica mais difícil se reconstruir, quando “[...] o grupo social está ausente para acolher o sofrimento do sujeito e para fornecer os elementos culturais que garantem a significação do vivido em uma trama de sentido”. Por outro lado, relata que, nessa circunstância, o indivíduo fica suscetível a seus próprios recursos e deve se apropriar de defesas culturais disponíveis no país de acolhida, o que pode ser inviável em função das diferenças linguísticas, culturais e sociais.

Em outras palavras, tal como já fora discutido, a dificuldade de ressignificar essas perdas está justamente no distanciamento do universo transubjetivo ou de seus

traços culturais. As reflexões que norteiam essa discussão sugerem que a situação de migração implica o distanciamento da cultura de origem e promove o contato com um universo cultural diverso. A trajetória que envolve a saída desses indivíduos do seu país e a chegada a um país desconhecido traz uma série de exigências psíquicas e sociais.

Nesse sentido, é evidente que a necessidade de mudança repentina de país e a restrita condição de planejamento prévio vão imprimir um impacto significativo no grupo familiar, especialmente no aspecto vincular. Não há muito tempo para a família preparar-se, do ponto de vista emocional, para deixar seu país, sua história, sua cultura e seus familiares.

O processo de migração demanda um difícil trabalho psíquico na dinâmica familiar, porque a vivência entre duas culturas exige um trabalho de desenraizamento e perda das referências e códigos da língua e da cultura, além de adaptação, ou seja, de articulação entre o familiar e o estrangeiro (Fernandes; Gomes; Levisky, 2016).

Segundo Daure e Reveyrand-Coulon (2009), a família, assim como a escola e as instituições socioculturais, consiste em um lugar de transmissão e preservação cultural. Entretanto, por vezes, as regras, normas, rituais e mitos do país de origem são diferentes. Portanto, o processo de inserção ao novo contexto cultural exige uma constante negociação, visto que há a necessidade de articular dois universos culturais, ou seja, o novo e o antigo, considerando-se a continuidade das duas culturas e a possibilidade de integração. Por isso, os autores ressaltam que a etapa mais longa da migração envolve as interações com a atual cultura e com a população. Todavia, esse processo pode ser algo que nunca se finda, haja vista que esse sentimento de contato com o não familiar ou estrangeiro, no país de acolhimento, pode perdurar a vida toda.

Reiteram ainda que a relação entre pais migrantes e filhos nascidos no país de acolhimento possui algumas particularidades, já que os pais são representantes da cultura de origem e os filhos, da cultura do novo país. Entretanto, a forma de lidar com esse duplo pertencimento¹⁷ depende de como a família fará a gestão dessas referências culturais. Para tanto, a transmissão da cultura de origem não inviabiliza a cultura do novo país, pois a articulação entre as duas culturas não requer a escolha

¹⁷ Duplo Pertencimento: forma de compreender como se desenvolve a identidade cultural de indivíduos que passaram pela experiência de migração e que pode se configurar em um processo de negação ou apropriação de legados geracionais e culturais (Mendes; Magalhães, 2022).

de uma delas. Nesse sentido, o pertencimento às duas culturas compõe sua identidade.

Logo, mesmo que o sentimento de pertencer ao país de acolhida seja uma conquista possível, a condição de estrangeiro sempre será uma marca que os identifica e que pode ter efeitos no sentimento de pertencimento, conforme trecho a seguir:

Origem e história estão marcadas a fogo: estampadas na bainha das saias, nas camisas. Essa roupa é indelével, irremovível, tanto para nós, que carregamos, como para quem nos vê de fora. Somos e seremos eternamente reconhecidos ou assinalados como estrangeiros (Ramos, 2007, p. 59).

Esse processo de construção, de acordo com Weissmann (2017), pressupõe certa flexibilidade interna, de maneira a auxiliar no momento de eleger o que será preservado ou mantido, o que será deixado e os elementos novos que integrarão o seu contexto presente. A autora enfatiza também que, embora a experiência de migração seja de ordem subjetiva, ela pode representar uma possibilidade de crescimento ou evidenciar apenas um processo de perdas. Para a autora, trata-se, portanto, de um amplo espectro, o qual pode partir de uma experiência enriquecedora no aspecto pessoal e vincular, ao limiar do traumático, em uma perspectiva psicanalítica.

Como já foi assinalado, é inevitável que o processo de migração possa reverberar nos vínculos ou nos papéis do grupo familiar. No entanto, essas experiências estão igualmente relacionadas à capacidade de seus membros de flexibilidade, negociação e, conseqüentemente, de abertura para o novo, sem que isso se configure como uma ameaça à sua cultura de origem.

Carignato, Rosa e Berta (2006) argumentam que, à medida que os parâmetros culturais e psíquicos são questionados ou invalidados com a mudança de país, é possível um sentimento de profundo desamparo. O distanciamento dos aspectos que os identificam e os fazem se reconhecerem com pertencentes a um grupo social pode levar a um processo de luto, devido às perdas sociais e culturais. Tampouco acreditam que menosprezar as rupturas ou manter-se conectado apenas à cultura de origem possa favorecer a construção de novos laços que permitiriam a reorganização em um outro país e cultura.

Em suma, podemos dizer que a experiência migratória é implacável quanto às marcas na dinâmica do grupo familiar e ressoa na subjetividade e nos vínculos. O

sentimento identitário e a pertinência grupal e social são mobilizados diante da tentativa de inserção em uma nova cultura.

A reorganização do dispositivo vincular da família advém da influência do processo migratório nas dinâmicas individual e grupal. Na opinião de Pereira e Freitas (2020), temos duas possíveis consequências para a herança genealógica decorrente de uma situação traumática como a migração, ou seja, a sua elaboração e seguimento da transmissão ou ainda lacunas e falhas sem representação. O que vai definir qual desses possíveis desfechos pode ocorrer? Isso depende da capacidade de simbolização do traumático e dos recursos intersubjetivos de cada núcleo familiar. Se esses conteúdos traumáticos seguem sem representação ou transformação, forçosamente irão emergir na geração seguinte.

Considerando-se que, para Jaroslavsky e Morosini (2012), o vínculo é o suporte para a transmissão, qualquer impasse no vínculo pode ocasionar interferências e comprometer a forma como o patrimônio psíquico familiar se reorganizará, em função da migração. Tal como já destacamos, embora seja um transcurso de muitas perdas, não necessariamente leva apenas a uma vivência traumática. A migração, por sua vez, também pode gerar experiências enriquecedoras, em função do contato com outra cultura.

Mediante essa problemática, concluímos que seus membros se colocam em uma condição de subordinação/escravos dessa transmissão psíquica ou de herdeiros e, conseqüentemente, de protagonistas da história familiar. Por isso, ressignificar todas essas perdas é um trabalho psíquico que demanda bastante esforço de seus membros e irrevogavelmente deixa suas marcas.

3.2.1 As dimensões do deslocamento forçado nos fundamentos do vínculo: a transmissão psíquica e o contrato narcísico

Podemos pensar, a partir disso, que a experiência migratória pode instaurar diferentes desfechos nos fundamentos do vínculo familiar. Apoiados em uma perspectiva que compreende o sujeito como sujeito do vínculo, podemos dizer que o grupo familiar se constitui como a sua matriz intersubjetiva. Assim, há diversos fatores que podem interferir e/ou representar uma ameaça à sua configuração, mais especificamente, as situações de exílio ou de migração.

Segundo Fernandes (2018), o sujeito migrante tem sacrificado sua história familiar, social, cultural e de sua origem. Deixar seu país e entrar em contato com outro contexto sociocultural traz uma série de exigências de trabalho psíquico aos indivíduos de um grupo, porque vai interferir no estabelecimento e manutenção dos vínculos, sobretudo na continuidade da vida psíquica entre as gerações.

A experiência da migração pode ressoar na configuração dos vínculos que compõem esse grupo e, conseqüentemente, na constituição psíquica desses sujeitos. Com isso, é válido refletirmos acerca de como esse processo vai acometer a dinâmica do sujeito singular e plural, em face do encontro com uma outra cultura.

Nesse sentido, compreender o sujeito a partir de uma perspectiva intersubjetiva pressupõe a necessidade de considerar *a presença de um outro*, ou seja, de uma realidade psíquica que envolve uma lógica própria do grupo. Isso se faz necessário, pois o vínculo é premissa para a constituição psíquica do sujeito. Por conseguinte, para Fernandes (2022a), há processos e formações psíquicas específicas do conjunto, cujo dispositivo está alicerçado nos espaços psíquicos comuns e partilhados, ou seja, o grupo, a família, o casal e as instituições.

Para elucidar essas configurações vinculares, Castanho (2015) se pauta em uma lógica, a qual denominou *contratualista*, a qual foi abordada nos textos freudianos (*Totem e tabu*, 1912; *Psicologia das massas e análise do eu*, 1921; *O mal-estar na civilização*, 1931), a fim de explicitar os pactos, interditos e a renúncia pulsional em prol do ideal comum do grupo.

De seu lado, Piva (2020) entende que a inserção de um indivíduo em um grupo requer que ele estabeleça alianças, na forma de um acordo, podendo ter um caráter estruturante ou de um pacto que possui um caráter alienante. De acordo com a autora, o sujeito fica dividido, dessa maneira, entre seu inconsciente individual e as respectivas obrigações do agrupamento, com a finalidade de assegurar essas alianças.

Consideremos que a noção de contrato nos possibilita articular a singularidade com o coletivo. Assim, a existência de um contrato requer a presença de signatários, isto é,

[...] o contrato uma vez “assinado”, passa a ter “vida própria”. [...] O conjunto de regras e procedimentos que o contrato consubstancia desdobra-se em variados motores, que colocam seus signatários (criadores do contrato) em posição de sujeição (*assujettissement*) (Castanho, 2018, p. 71).

Sob essa perspectiva, Kaës enuncia que as alianças inconscientes integram a base da realidade psíquica do vínculo e do psiquismo individual, isto é, são processos centrais da intersubjetividade. O autor denomina a aliança inconsciente como

[...] uma formação psíquica intersubjetiva construída pelos sujeitos de um vínculo para reforçar em cada um deles e estabelecer, na base de seus vínculos, os investimentos narcísicos e objetivos de que eles têm necessidade, os processos, as funções e as estruturas psíquicas que lhes são necessárias e que resultam do recalque ou da denegação, da rejeição e da desautorização (Kaës, 2011, p. 198-199).

Portanto, segundo Kaës (2011), as alianças inconscientes têm por função a manutenção e o fortalecimento do vínculo, ou seja, são o *cimento* do vínculo. Além disso, elas estabelecem obrigações e sujeições, bem como promovem benefícios para seus sujeitos. Para qualificar a lógica do vínculo, “[...] *não há um sem o outro, e sem o vínculo que os une e contém*”, ou seja, para o autor, as alianças inconscientes se constituem como o agente e a matéria de transmissão psíquica, ao longo das gerações (Kaës, 2011, p. 199).

Baseada nessas ideias, Fernandes (2016) salienta que o sujeito já nasce envolvido nessa trama de alianças, as quais são associadas às formações do inconsciente e se constituem na intersubjetividade. Com efeito, dispomos de alguns tipos de alianças com diferentes funções, mas, nesse caso, priorizaremos as alianças denominadas alianças estruturantes, visto que têm a função de estruturar o psiquismo desses indivíduos.

Isso posto, vamos nos dedicar a compreender melhor o contrato narcísico, que é a principal aliança estruturante primária inconsciente. De acordo com Kaës (2014), o contrato narcísico é uma aliança de base, levando-se em conta os investimentos narcísicos, pois está na origem da relação e da aliança entre o bebê e o conjunto intersubjetivo.

A partir da obra freudiana *Sobre o narcisismo: uma introdução* (1914), bem como apoiado no conceito de contrato narcísico cunhado por Aulagnier (1979), Kaës (2014) assinala que a criança é portadora dos desejos não realizados dos pais e, desse modo, do seu narcisismo primário. Com isso, tal investimento sujeita o indivíduo a uma cadeia genealógica, da qual ele é servidor, beneficiário e herdeiro. Já a noção de ideal de Ego institui uma formação comum à psique individual e ao meio social.

Tendo-se em vista que o grupo antecede o indivíduo, podemos salientar que o sujeito, quando nasce, já possui um lugar nesse grupo, isto é, já existe um prévio investimento dos pais, antes mesmo de seu nascimento. Por isso, temos que o contrato narcísico é um acordo mútuo no qual o grupo assegura um lugar para o sujeito, contanto que coopere para a continuidade e a conservação do grupo (Kaës, 2011).

De acordo com Drubscky (2008), esse investimento inicial dos pais na criança é necessário e fundamental para a constituição do eu. À medida que a família é circunscrita no grupo do qual pertence, constitui-se como o primeiro contato que a criança tem com o social. Entretanto, para a autora, isso não é o bastante. Faz-se primordial também que o social possa ter a função de antecipação e projetar sobre a criança as perspectivas relacionadas ao lugar que ela poderá ocupar.

Nesse caso, para Aulagnier (1979), o meio social compreende o *conjunto das vozes presentes*, os quais especificam os pontos sobre a realidade, a razão de ser do grupo e a sua origem. Há, pois, uma dimensão familiar e uma social e, por isso, compreende o conjunto de *enunciados do fundamento* ou *fundamento dos enunciados* (místicos, sagrados ou científicos). Esses enunciados asseguram a preservação de uma certeza sobre a origem e uma idealização de que um saber científico possibilitaria uma evolução.

Por isso, temos que a noção de contrato narcísico, proposta por Aulagnier, indica que esse investimento inicial é necessário, mas

[o] discurso social projeta sobre o *infans* a mesma antecipação que a antecipação própria ao discurso parental: bem antes do novo sujeito estar lá, o grupo pré-investirá o lugar que ele supostamente ocupará, na esperança de que ele transmita, de forma idêntica, o modelo sócio-cultural (Aulagnier, 1979, p.146, grifo do autor).

Frente a essas considerações, assinala ainda que o contrato narcísico se instaura por um pacto de troca, ou seja, que o contrato narcísico se estabelece em função de um

[...] pré-investimento do *infans* pelo meio, como voz futura que ocupará o lugar que lhe será designado, dotando-o antecipadamente e por projeção do papel do grupo. A existência do meio pressupõe que a maioria de seus elementos vejam nas exigências de seu funcionamento, o que permitiria o alcance do meio ideal, se estas fossem integralmente respeitadas. A crença nesse ideal será acompanhada da esperança na permanência e na perenidade do conjunto (Aulagnier, 1979, p. 150-151).

Levisky (2021), a partir de Kaës, cita que o bebê, quando nasce, já faz parte de um grupo e, a fim de se tornar sujeito, depende desse vínculo fundante. Ora, a partir do que lhe foi transmitido pelo grupo familiar e pelo seu entorno, o filho tem a incumbência de garantir o seguimento desse grupo e das futuras gerações.

Por conseguinte, como em todo contrato, há uma contrapartida da criança, ou seja, diante do investimento que faz no grupo, ela tem a garantia de que ela ocupará um lugar independente do veredito parental. O discurso do meio oferece a certeza sobre a sua origem, enquanto o acesso a essa historicidade se torna imprescindível para o processo identificatório e para uma autonomia para o Eu (Aulagnier, 1979).

Nesse contexto, Aulagnier (1979) sublinha que há um caráter universal do contrato narcísico, mas atesta que pode ocorrer uma variabilidade da libido narcisista investida por cada indivíduo. Isso, por sua vez, resulta da qualidade e intensidade do investimento que liga a família com o conjunto social.

Em consonância com essas ideias, Drubscky (2008) refere que a universalidade do contrato narcísico reside no fato de que o indivíduo necessariamente passa por ele, pois nasce permeado por regras do meio social, as quais são transmitidas através dos enunciados maternos. Contudo, destaca que essas cláusulas podem ser diferentes, a depender de cada cultura, de cada época e até mesmo entre os grupos de uma mesma cultura.

Para dar conta disso, Kaës (2011, 2014) se pauta nesses referenciais para propor que existem tipos de contratos narcísicos, os quais denomina originários, primários e secundários. Dentre essas modalidades, o contrato originário corresponde aos investimentos de autoconservação da espécie e do indivíduo. Já o contrato narcísico primário está pautado nos investimentos narcísicos dos pais e nos seus respectivos enunciados (contrato de filiação que ocorre no contexto familiar). Por outro lado, o contrato narcísico secundário é baseado no narcisismo secundário e concerne a grupos que estão fora da família (grupos ou instituições). Esses contratos podem, de alguma maneira, entrar em conflito no decorrer do tempo, tendo-se em vista as modificações havidas na dinâmica dos vínculos familiares.

Por isso, podemos concluir, tal qual nos apresenta o *Dicionário de Casal e Família*, que há alguns fatores capazes de influenciar os aspectos primordiais do contrato narcísico: “O contrato narcísico é posto em ação e se transforma por ocasião

das crises fundamentais da vida: adolescência, crises da maturidade, entrada na velhice, lutos e separações” (Levisky, 2021, p. 47).

Face a essas considerações, podemos afirmar que o contrato narcísico é uma aliança estruturante que está sujeita a se modificar, conforme as crises que permeiam a vida, sendo que o deslocamento forçado, enquanto uma experiência traumática, pode conferir sonoridade ao repertório identitário e ao sentimento de pertencimento. Com isso, destacamos que o processo de migração pode incidir sobre os vínculos e, portanto, sobre o contrato narcísico.

Por isso, é importante ressaltar, conforme Choueiri (2021), que o trabalho psíquico de representação, mediante um processo traumático, pode promover uma crise na malha dos vínculos filiativos e afiliativos. Dessa maneira, a manutenção e a reprodução da cultura possuem uma função estruturante para o sujeito, já que o ingresso na linguagem, por exemplo, confere valor narcísico, de reconhecimento da origem, no contexto identitário. Quanto ao contrato narcísico, é interessante ressaltar seu papel fundamental na ancoragem à vida humana: “Ele garante a continuidade da cultura e se encarrega de ofertar os primeiros repertórios identificatórios e os primeiros lugares para o sujeito” (Choueiri, 2021, p. 34). Por isso, a autora afirma que o encontro entre duas culturas pode comprometer o pertencimento e a identidade, ao colocá-lo diante do estrangeiro e da alteridade.

Esse contexto imposto pela problemática migratória abarca o encontro do sujeito e do agrupamento com a magnitude de um novo universo social e cultural. Portanto, esses indivíduos estão inseridos em uma conjuntura de rupturas e vulnerabilidades, bem como são convocados para intercâmbios com outros grupos.

A adesão dos filhos de migrantes a outros grupos pode, em alguma medida, representar uma ameaça a essas alianças. Por isso, a inserção dos filhos, no contexto escolar ou ainda em outros ciclos sociais, pode acometer os referenciais identificatórios e a transmissão psíquica, logo, prejudicar a perenidade do legado familiar.

Por conseguinte, convém sublinhar, tal como Nicoletti (2019), que o conceito de contrato narcísico nos remete à aderência às identificações, crenças e valores do grupo de origem e aos percalços decorrentes dessa quebra, em nome de uma substância própria, baseada em aspectos que podem ser distintos do grupo originário: “Kaës fala aqui do objetivo da psicanálise, que deveria possibilitar integrar novos

aspectos de sua herança com novos valores e crenças adquiridos fora do ambiente onde nasceu e foi criado” (Nicoletti, 2019, p. 58).

Isso ocorre, uma vez que, inseridos em um novo contexto e em contato com novos grupos, o sentimento de pertencimento e as cláusulas desse contrato precisam ser reescritas, já que o vínculo vai se modificando, principalmente diante da situação de migração. Sob esse ponto de vista, temos que “[...] o processo intenso de afiliação a outros grupos, ameaçam a manutenção dos pactos e alianças familiares, e a malha de vínculo de filiação sofre um tensionamento, podendo levar a um rompimento dessa rede” (Barros, 2021).

Nessa perspectiva de reorganização dos vínculos familiares, há uma mobilização em face do sentimento de pertencimento e da constituição narcísica do sujeito:

O legado social e cultural é continuamente tecido e transformado. A travessia das gerações implica poder sustentar o que nos é deixado como herança e transformá-lo, elaborá-lo cruzando a inelutável tensão entre a vida e a morte. [...] A perda do código cultural compartilhado desses “pais em exílio”, em eclipse de Ser, evidencia a dimensão de ataque ao contrato narcísico que insere o sujeito na ordem familiar e social e os deixa “reduzidos a um olhar sem antecipação e a uma voz sem eco (Fernandes, 2018, n.p.).

Desse modo, a autora nos convoca a refletir sobre as incidências subjetivas da migração forçada ou mesmo da situação de exílio. Assim, enfatiza que essa condição pode levar a uma fragilização dos laços sociais e representar uma ameaça ao patrimônio simbólico.

Nicoletti (2019) afirma que o contrato narcísico nos possibilita um lugar previamente definido e nos insere em uma tradição. Assim, o trabalho de constituição do sujeito deveria levar a quebra de alguns contratos originais, com a finalidade de criar espaço para integrar aspectos novos aos que já foram herdados.

Desse modo, o conceito nos permite refletir sobre a necessidade de fidelidade às identificações, crenças e valores do contexto social de origem, bem como das dificuldades decorrentes da quebra dessa fidelidade absoluta, em prol de uma certa autonomia em relação ao grupo social original. O grande desafio, segundo a autora, é justamente o de o sujeito integrar a sua herança aos valores e crenças adquiridos.

Entretanto, nem sempre existe a liberdade de apropriação e transformação dessa herança e, portanto, “[...] quando o herdado é apenas acatado, sem elaboração

estamos no território da compulsão à repetição, da alienação. O herdado adquire então o status de destino a cumprir” (Piva, 2009, p. 78).

Corroborando essa ideia, Maia, Santos e Okamoto (2023) ressaltam que, nos processos em que o sujeito não pode se apropriar dos significados herdados, o que se transmite é da ordem do *não representado* ou *não simbolizado*. Com isso, os laços se organizariam de uma forma defensiva ante um evento traumático, ou seja, denegando-o. Os autores consideram que o primeiro passo para a elaboração é tornar pensável a experiência vivenciada, com a finalidade de simbolizá-la.

Nesse sentido, o vínculo só é possível, porque algo é negado ou está fora do campo da consciência, ou seja, relacionado com o negativo ou com *aquilo que é deixado de lado*, isto é, “[...] que tem como destino a repressão, a denegação, a recusa, a rejeição ou o enquistamento no espaço interno de um sujeito ou de vários sujeitos” (Trachtenberg *et al.*, 2005, p.159).

Em vista disso, Levisky (2021) destaca que o pacto denegativo é uma aliança defensiva e tem como a finalidade de manutenção do vínculo intersubjetivo. Assim, assume duas faces, sendo que uma é organizadora do vínculo na complementaridade dos interesses do grupo e a outra é patógena: “Ele cria, no vínculo, zonas de silêncio, bolsas de intoxicação que mantêm os sujeitos estranhos à própria história e à dos outros e dão conta da patologia dos processos de transmissão transgeracional” (Piva, 2020, p. 105.)

Segundo Weissmann (2016), no contexto da migração, é somente pelo reconhecimento e pela elaboração da mudança que o novo pode ser apreendido. É o movimento de abandono desse universo que possibilita apropriar-se do novo território. Para a autora, somente a partir da elaboração da situação de luto e da perda da cultura do país de origem é que há a inserção à nova cultura. Desse modo, a metabolização dessas perdas é que permite intermediar e conciliar a cultura de origem e a cultura do país de acolhimento.

A partir desse percurso, foi possível concluir que alguns eventos traumáticos podem interferir na dinâmica vincular dessas famílias e, conseqüentemente, na transmissão psíquica. Logo, nós nos questionamos de que forma a migração forçada resulta em interferências nos contratos intersubjetivos e como ela pode impactar, de diferentes formas, em cada uma das famílias de venezuelanos. No que se refere ao contrato narcísico, será necessário compreender de qual investimento cada filho necessita, de sorte a garantir a manutenção da história familiar e, assim, selar o

espaço intersubjetivo. Portanto, os vínculos do casal e do núcleo familiar vão nos mostrar como a experiência migratória será e, segundo Weissmann (2016), pode ir do enriquecimento pessoal e vincular ao limiar do traumático.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

- Analisar as implicações da migração nas famílias de venezuelanos que migraram com filhos.

4.2 Objetivos Específicos

- Compreender as repercussões psíquicas e familiares do processo migratório forçado;
- Analisar a reorganização familiar em torno da educação dos filhos que migraram com seus pais e vivenciaram as mudanças ocasionadas nesse processo;
- Investigar como os pais reconhecem o processo de inserção ao novo país e cultura que ocorre com a família, considerando seus filhos, nesse processo.

5 DELINEANDO A TRAJETÓRIA DE PESQUISA: CAMINHOS METODOLÓGICOS

O trabalho de investigação requer um delineamento de sua trajetória, a fim de compreender as diversas particularidades que envolvem o processo de migração. A construção do conhecimento implica o estabelecimento e a delimitação de aspectos que organizam o processo e possibilitam apreender e analisar o fenômeno estudado.

A escolha pela pesquisa qualitativa nos possibilitará um entendimento das vivências e experiências, no aspecto subjetivo e vincular. Isso se deve ao fato de que a pesquisa quantitativa não englobaria uma margem para a interpretação e percepção da complexidade dos fatos: “A competência da pesquisa qualitativa é, portanto, o mundo da experiência vivida, pois é nele que a crença individual e a ação e a cultura entrecruzam-se” (Denzin; Lincoln, 2006, p. 22).

Considerando-se que a experiência de migração pode se constituir em uma vivência repleta de significados, este trabalho se propõe justamente se lançar na empreitada e apreendê-los. Ao levarmos em conta a realidade psíquica como uma produção histórica e social, torna-se inviável conceber o indivíduo e suas relações, de maneira descontextualizada.

Desse modo, a finalidade da pesquisa é a de identificar elementos capazes de nos conduzir a compreender como se processam os fluxos de migrantes e seus possíveis desdobramentos, na subjetividade. Assim, a fim de compreender o fenômeno migratório em suas múltiplas dimensões, desejamos realizar uma pesquisa de campo, através de estudos de caso: “Seja qual for o campo de interesse, a necessidade diferenciada da pesquisa de estudo de caso surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos” (Yin, 2001, p. 4).

Preocupados em retratar a situação de migração forçada de famílias de venezuelanos, elegemos como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada. Ora, a entrevista semiestruturada foi escolhida, pois nos possibilita compreender a realidade que permeia a situação de migração e compreender como é vivenciada, em cada um de seus membros, tendo-se em vista que

[...] tomar depoimentos como fonte de investigação implica extrair daquilo que é subjetivo e pessoal neles o que nos permite pensar a dimensão coletiva, isto é, que nos permite compreender a lógica das relações que se estabelecem (estabeleceram) no interior dos grupos sociais dos quais o entrevistado participa (participou), em um determinado tempo e lugar (Duarte, 2004, p. 219).

Destaca-se a entrevista semiestruturada, nesse contexto, uma vez que suas informações [...] “são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados” (Duarte, 2004, p. 215).

A vantagem de utilizar a entrevista semiestruturada reside no fato de que, tal como nos apontam Boni e Quaresma (2005, p.75), facilita

[...] uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos.

Desse modo, as entrevistas ocorreram, a partir de um roteiro que se pautou em alguns eixos capazes de nortear a sua construção, dentre os quais assinalamos:

- ✓ Identificação das perdas (familiares, culturais, pessoais, dentre outras);
- ✓ Repercussão das perdas no aspecto intersubjetivo/intrassubjetivo (ruptura profunda, situação traumática, ressignificações, dentre outras);
- ✓ Integração na nova realidade e inserção sociocultural (dimensões da integração às mudanças);

Assim, as entrevistas nos auxiliaram a compreender as repercussões na família, mediante rupturas significativas, com o objetivo de reconhecer suas implicações intersubjetivas e seu processo de inserção numa nova realidade sociocultural.

5.1 Público-alvo e Campo de Pesquisa

Com relação aos participantes, optou-se por centralizar a pesquisa em uma corrente migratória específica, ou seja, a de migrantes venezuelanos. Tal escolha se

deu por se tratar de uma migração forçada, a qual ocorre em grande escala no Brasil e se caracteriza como um fenômeno complexo e contemporâneo.

Nesse sentido, para atender aos objetivos da pesquisa, foram selecionadas três famílias de migrantes venezuelanos, compostas por um casal que tenha migrado para o Brasil, num período entre um e três anos, com pelo menos um filho, de maneira involuntária.

É necessário ressaltar que foi necessária uma adequação da metodologia às limitações do momento atual de pandemia e, portanto, considerou-se viável manter as entrevistas semiestruturadas somente com o casal, sem a participação direta de seus filhos. Ademais, a entrevista contempla aspectos relacionados ao processo de inserção sociocultural de todos os membros da família, inclusive dos filhos.

5.2 Coleta de Dados

Em um primeiro momento, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras de Assis e teve início após a sua aprovação (CAAE: 43296421.0.0000.5401). Para o contato inicial, solicitamos ao projeto Cáritas Arquidiocesana de Londrina/PR, que realiza um trabalho de apoio e acolhimento de migrantes, a indicação das famílias que atendessem aos critérios da pesquisa.

Além disso, foi utilizada uma cadeia de referências para acessar as famílias, conhecida como amostragem em bola de neve. Conforme Vinuto (2014), sua execução consiste em lançar mão de documentos e/ou informantes, os quais se caracterizam como *sementes*, a fim de ajudar o pesquisador a localizar pessoas com o perfil necessário. A partir dessas pessoas indicadas, solicita-se que sejam apontadas novas pessoas, dentro de sua rede pessoal. Isso possibilita ao pesquisador ter um conjunto de contatos potenciais, até que o trabalho possa ser finalizado.

Posteriormente, através de contato inicial individual, cada família foi convidada a participar da pesquisa e esclarecida do seu caráter e objetivos (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

As entrevistas foram realizadas entre os meses de fevereiro de 2022 e março de 2023. Após o consentimento por escrito, as entrevistas foram agendadas e ocorreram conforme disponibilidade de horário e no local mais conveniente aos

entrevistados, na Caritas ou na própria residência, resguardados os critérios de sigilo e privacidade das entrevistas.

Assim, o presente trabalho se valeu de um contato com as famílias, no qual foram feitas as entrevistas semiestruturadas, a partir de um roteiro pré-estabelecido. Se necessário, havia a possibilidade de realização de outros contatos, para retomar alguns aspectos pouco esclarecidos e ampliar as possibilidades de análise.

Essas entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas, segundo critérios éticos e de sigilo estabelecidos pelo Comitê de Ética. A sua finalidade é a de possibilitar a melhor organização dos dados e facilitar a construção de sentido ao processo, junto à família, através de sua experiência.

5.3 Descrição dos Casos

Na sequência, faremos uma síntese de cada família participante da pesquisa, com o propósito de uma breve descrição da história de cada uma delas. Todos os nomes usados são fictícios, buscando preservar o sigilo dos entrevistados.

Vale destacar que uma das famílias desistiu, durante o processo de entrevista, e, conforme previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sem nenhum prejuízo para eles. Por isso, os dados referentes a essa família não foram empregados na presente pesquisa.

5.3.1 Família Perez

Nome e idade	Escolaridade	Profissão atual
Pai: Pablo, 37 anos	Superior Completo	Trabalha em uma Empresa
Mãe: Laura, 35 anos	Superior Incompleto	Do lar
Filho: Angel, 10 anos	Ensino Fundamental	Estudante
Filho: Juan, 9 anos	Ensino Fundamental	Estudante
Filha: Rosa, 8 anos	Ensino Fundamental	Estudante
Filha: Ana, 1 ano e 6 meses	Não se aplica	Não se aplica

A família Perez é composta por um casal com quatro filhos e migrou para o Brasil há cerca de três anos (contados da data da entrevista). Em um primeiro momento, Pablo (pai) foi sozinho para outro país da América Latina, tentando se estabelecer e, posteriormente, voltou para buscar a família. Entretanto, diante dos desafios enfrentados, resolveu ir embora e, a partir de uma rede de apoio, migrou sozinho para o Brasil. Depois de algum tempo, sua família também veio ao seu encontro e todos residem juntos, no Brasil. O casal possui quatro filhos, sendo que o segundo filho tem um transtorno do desenvolvimento e sua condição e necessidades foram determinantes para a família escolher um município brasileiro para morar. Apenas a filha mais nova nasceu no Brasil, enquanto os demais migraram com os pais.

5.3.2 Família Diaz

Nome e idade	Escolaridade	Profissão atual
Pai: Diego, 37 anos	Pós-Graduação Incompleto	Trabalha em uma Empresa
Mãe: Luz, 45 anos	Pós-Graduação Incompleto	Do lar
Filha: Maritza, 21 anos	Superior Incompleto	Estudante de Graduação na Venezuela
Filho: Francisco, 10 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Estudante

A família Diaz migrou ao Brasil há cerca de três anos e já residiu em diversas cidades diferentes, até que se fixaram no município atual. A filha mais velha chegou a acompanhá-los, mas resolveu retornar à Venezuela, com a finalidade de fazer um curso de graduação. Como esse curso é de ampla concorrência, no Brasil, acreditou que seria viável seu retorno para cursá-lo.

O filho mais novo tem um transtorno do desenvolvimento e a necessidade de acompanhamento profissional, fato que influenciou a escolha do local para o estabelecimento da família, considerando a rede de serviços que pudesse atender às

suas necessidades. Como os pais possuem ensino superior, solicitaram a revalidação do diploma, para tentar trabalhar na sua área de atuação.

5.3.3 Família Martinez

Nome e idade	Escolaridade	Profissão Atual
Pai: Santiago, 35 anos	Ensino Médio Completo	Setor administrativo empresa
Mãe: Carmen, 29 anos	Ensino Médio Completo	Setor administrativo empresa
Filho: José, 9 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Estudante

A família Martinez é composta por um casal com um filho, tendo migrado para o Brasil em dois momentos diferentes. A primeira vez, Santiago (pai) veio sozinho para o Brasil, trabalhou por dois meses e, posteriormente, retornou à Venezuela, para buscar a família. Eles se estabeleceram na Região Norte do país, contudo, diante da falta de emprego, teriam a opção de seguir para uma capital da Região Norte ou retornar à Venezuela.

Durante esse período, a família teve dificuldade para se fixar, no Brasil, já que moravam em casas alugadas e, em função disso, tiveram de se mudar por diversas vezes. De acordo com relato da família, foi necessário que se mudassem por aproximadamente dez vezes, durante esse primeiro processo de migração. Assim, a esposa e o filho queriam retornar à Venezuela, por sentirem falta dos familiares. Esses mesmos familiares também apoiaram o retorno, e a família decidiu voltar ao país de origem. O filho possui um transtorno do desenvolvimento e teve dificuldade de inserção no contexto escolar.

Entretanto, o projeto era de sair da Venezuela novamente, depois de algum tempo. Na primeira vez, relataram que o principal problema do país e que motivou a migração era a escassez de alimentos. Já quando retornaram à Venezuela, a dificuldade mais evidente que encontraram foi com relação à inflação e à falta de empregos. Desse modo, o poder de compra era cada vez mais restrito e, nos primeiros meses, a família percebeu essas dificuldades, resolvendo voltar ao Brasil, mas, no

mês previsto para o retorno, ocorreu a pandemia de COVID - 19 e houve o fechamento as fronteiras.

Logo, eles ficaram na Venezuela por mais dois anos, até que conseguissem voltar para o Brasil, pela segunda vez. Nesse momento, Santiago (pai) viria sozinho novamente, mas um tio da esposa ajudou financeiramente com as passagens e a família migrou com todos os membros juntos. A família retornou ao Brasil há cerca de dois anos (contados da data da entrevista).

5.4 Análise dos dados

A análise dos dados de um estudo de caso é baseada, de acordo com Yin (2001), no exame, categorização, tabulação, no teste ou nas evidências, com a finalidade de produzir descobertas. Assim, a estratégia analítica pode emergir da manipulação desses dados.

Freitas e Jabbour (2011) propõem algumas estratégias para a análise de um estudo de caso, as quais podem subsidiar nosso trabalho. Os autores descrevem tais estratégias, a partir de um roteiro que consistiu em quatro fases distintas:

- 1) Transcrição dos dados, o que permitiu dispor e organizar os dados coletados;
- 2) Descrição detalhada dos dados coletados, visando à busca de informações relevantes e possíveis *insights*;
- 3) Análise dos dados, com base nos principais conceitos teóricos;
- 4) Cruzamento dos dados coletados entre os casos, nas situações nas quais há mais de um estudo de caso envolvido.

Diante dessas considerações, nós nos debruçamos sobre a discussão e a análise de caso de cada família, tendo em vista o percurso de cada grupo familiar, com a utilização do referencial teórico da Psicanálise de Casal e Família.

Para tanto, a discussão se pautou em três eixos norteadores que foram definidos em função do material coletado e que se constituem em motivo da migração, chegada ao Brasil e, por fim, permanência e reorganização.

6 ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: ANÁLISE DOS ESTUDOS DE CASO

Neste capítulo, iremos tecer um panorama das famílias venezuelanas, a partir de alguns recortes dos relatos obtidos na entrevista com o casal. Desse modo, nós nos propomos debruçar sobre cada caso, individualmente, e, ao final, realizar uma síntese, realçando os aspectos que são coincidentes entre as famílias, ou seja, do cruzamento dos dados dos casos envolvidos. Os relatos das entrevistas¹⁸ foram agrupados em três grandes eixos norteadores, os quais foram definidos, em função da transcrição e de uma leitura apurada do material coletado. A escolha desses eixos se justifica, na medida em que eles constituem momentos cruciais da experiência migratória e guardam algumas especificidades. Eles estão descritos a seguir:

- ✚ **Motivos que envolvem a migração:** Esse eixo contempla as principais motivações que levaram as famílias venezuelanas a saírem de seu país de origem e a se deslocarem para o Brasil. Para além das motivações, apresentamos também o momento da organização prévia para a migração;
- ✚ **Saída do país de origem e chegada ao Brasil:** Nesse eixo, vamos abordar a trajetória de deslocamento, desde a saída da Venezuela até a chegada ao Brasil;
- ✚ **Permanência e reorganização do núcleo familiar:** Esse eixo abrange o período em que a família passa por um processo de inserção a uma nova realidade sociocultural. Assim, compreende o restabelecimento dessas famílias, no Brasil, incluindo os ganhos e perdas envolvidos e o possível sofrimento decorrente desse processo.

¹⁸ Com a finalidade de preservar o sigilo dos participantes, todos os dados presentes nos trechos das entrevistas e que pudessem identificar as famílias foram omitidos. Nesse caso, foi sinalizada a omissão no trecho e qual dado foi omitido.

6.1 Família Perez

A família Perez é composta pelo casal Laura e Pablo e por quatro filhos – Angel, Juan, Rosa e Ana –, sendo que a filha mais nova nasceu após a migração familiar, ou seja, é de nacionalidade brasileira. Ao chegarem ao Brasil, foi realizado o pedido da documentação de residência e, no momento da entrevista, estavam fazendo os trâmites para obter a nacionalidade brasileira.

A entrevista foi feita na casa da família, em um único encontro, quando todos foram muito receptivos e comprometidos com a participação na pesquisa. As crianças estavam presentes no dia e foi possível conhecê-las também. Foi ofertada a possibilidade de responderem às perguntas da entrevista em espanhol, mas o casal optou por fazê-lo em português. Entretanto, por vezes, falavam palavras em espanhol sem ao menos se dar conta disso. Já em outras situações, perguntavam entre si ou à entrevistadora sobre como poderiam se expressar em português, em relação a alguma palavra específica. Antes de iniciar a entrevista, a mãe deu algumas orientações para as crianças e, entre eles, só falavam em espanhol.

Inicialmente, Pablo se mostrou mais falante e se emocionou algumas vezes, durante o relato. Já na primeira pergunta, ele se estendeu muito na resposta e seu relato era permeado de minúcias, a fim de detalhar a migração familiar. Em sua fala, foi possível compreender o quanto o deslocamento é marcante, na história dessa família, tendo ficado evidente todo o sofrimento decorrente dessa experiência. Ele disse que já havia contado a história, outras vezes, para amigos ou ainda em entrevistas que havia concedido, mas, a cada vez que recontava, era como se a revivesse novamente. Ainda era muito vívido o quanto ter deixado o seu país o mobilizava.

Laura, por sua vez, parecia mais reservada e pouco se aventurava a responder às perguntas. Aos poucos, foi possível compreender que, na verdade, Laura tinha muita dificuldade com o idioma e, por isso, se comunicava menos. Conforme seu relato, ela tinha menos acesso a outros grupos sociais que o restante da família, especialmente após o nascimento da filha mais nova, dizendo que tinha dificuldade em fazer novas amizades, no Brasil. Ela parou de trabalhar para cuidar da criança e isso, possivelmente, influenciou o aprendizado do português. Contudo, ao contar sobre a partida do marido, que viera primeiro, e de como foi ficar sozinha com as crianças, na Venezuela, o seu jeito mais reservado desapareceu. Nesse momento,

Laura assumiu boa parte da fala na entrevista e, daí em diante, parecia não mais se importar com sua dificuldade com o idioma e se expressava como conseguia.

Nos momentos em que o casal se emocionava, ao contar sobre fatos relevantes da família ou ainda quando falavam sobre o transcurso da migração para os filhos, as crianças se aproximavam. Parecia que compreendiam que aquele processo, de alguma forma, os envolvia.

6.1.1 Motivos que envolvem a migração

Ao apontar as causas que fizeram a família deixar seu país de origem, Pablo relata que a conjuntura da Venezuela se modificou bastante, ao longo do tempo. Ele diz que tinha um bom trabalho, projetos para o futuro e um bom salário, mas houve uma mudança drástica, no país, especialmente por questões de ordem econômica e política:

Nos anos 2000, tudo isso virou, deu uma virada de cento e oitenta graus. As instituições eram mais rápidas, a resposta para a gente era mais rápida, os projetos de infraestrutura do país eram muito visíveis. [...] Aí foi que nós achávamos que tudo estava bem, até em 2012 morreu o presidente da República, que, naquela época, estava há mais de treze anos no poder e foi substituído por outro da sua ordem, do seu próprio partido. Mas, aí, eu acho que não deu certo nada. O preço de petróleo, que é a principal fonte de renda do país, caiu. E tudo foi pra baixo. Tudo foi em queda [...] Então, depois de 2012, nós consideramos: “Opa!” Tá acontecendo a queda de tudo, a economia, a desvalorização da moeda já mais acelerada e a carência dos produtos de primeira necessidade, já não era simplesmente carência, simplesmente, sumiu a comida, o dinheiro sumiu, as notas de dinheiro sumiram, tá? E tudo ficou muito grave, desde quando se instaurou esse governo, tipo, dois anos seguintes. Tudo caiu de forma muito acelerada. [...] Eu só conseguia ganhar quinze dólares por mês (Pablo).

Assim, Pablo assinala que somente a partir de uma condição extrema é que houve o reconhecimento da crise pela qual atravessava a Venezuela: “A gente já tinha visto carências de produtos de primeira necessidade, há mais de vinte anos, né? Só que a ideologia política faz com que a gente assuma certas carências, como parte dos problemas econômicos atuais, né?” Portanto, demoraram a perceber a real situação, a ponto de somente diante da inexistência de produtos de primeira necessidade é que houve a dimensão da escassez, ou seja, Pablo diz: “As crianças, só as crianças conseguiam comer as três comidas (refeições). Os adultos não”.

Podemos entender, assim, que a saída do país foi forçada, devido à falta das mínimas condições de sobrevivência por consequência das condições políticas e econômicas no país, pois não havia um interesse da família de deixar o país. Logo, pelas falas reproduzidas acima, notamos que há uma situação de vulnerabilidade da família, diante da precariedade da situação que impossibilita a permanência na Venezuela. Nesse sentido, ao serem questionados sobre a motivação para a migração, Pablo aponta:

Então, a motivação, na realidade foram vários fatores. O fator da situação lá na Venezuela. O fator família e, entre esse fator da família, tem as crianças que eles mereciam um lugar melhor para se desenvolver”. [...] E o Governo [...] dão pra gente uma caixa de comida com alguns artigos, tipo feijão, óleo, um litro de óleo, algumas coisas. Quando chega isso, eles se alegram, a população se alegra, tá? Porque não conhece outra coisa e já foi acostumado já durante mais de vinte anos aceitar uma realidade, onde eles não podem fazer nada. “Ou morrem ou vai embora, tá?” Não aceitamos isso, vamos viajar porque temos oportunidade, ainda somos jovens, temos como, tá? E temos uma família que mantém, temos filhos que merecem outro tipo de vida. E, então, essa é praticamente a motivação da gente, não aceitamos nossa situação como uma regra.

Com isso, ele destaca que a ideologia política “naturalizou” as carências com que a população vivia há alguns anos: “[...] a gente tinha um mar cheio de peixes. E ninguém, ninguém se ocorria de pescar para se alimentar. [...] Porque psicologicamente, já estávamos condicionados a pensar de uma forma”. Com isso, evidenciamos que a família migrou por uma questão de sobrevivência e pela falta de perspectiva de futuro, especialmente para os filhos.

Além disso, na fala do casal, fica evidente que, embora a migração seja de cunho forçado, há uma motivação intrínseca que faz com que a família deixe o país e, assim, Laura se pronuncia: “[...] vamos, porque era mais forte a vontade de viver, que a vontade de morrer no país. [...] Ah, eu prefiro viver bem melhor, do que estar vivendo da maneira tão ruim, por um jeito tão ruim, como a gente estava vivendo lá”.

Entretanto, essa vontade de viver e a busca de uma alternativa para a situação vivida na Venezuela estavam relacionadas ao fato de almejar uma vida melhor para seus filhos. As perdas e rupturas decorrentes da migração são minimizadas pela felicidade de prover aos filhos o que o país de origem já não propiciava. Para tanto, Laura reitera: “Mas quando eu olho pra meus filhos, só de olhar eles, que eles tem roupa, que tem calçado, que eu posso ir e comprar uma bala pra eles, aí pra mim é

felicidade. Não importa o que ficou lá, aí fica no coração, mas a felicidade delas é minha felicidade”.

Em face dessas considerações, podemos concluir que, ainda que o deslocamento seja relacionado a fatores econômicos e políticos, há razões pessoais que competem para essa decisão, visto que os filhos parecem ter um peso importante na decisão do casal em migrar para o Brasil.

De maneira semelhante, quando Laura alude a seus medos e receios de deixar o país de origem, novamente pontua suas preocupações envolvendo prioritariamente os filhos, o que denota a relevância das crianças no projeto migratório familiar. Desse modo, Laura expressa:

A primeira vez, que ocorre essa migração venezuelana e eu pensava assim: “E agora, a gente vai o Brasil, tá? E que que eu vou fazer? O que trabalhar? O trabalho, estudo, a língua? O que agora que a gente vai fazer? Como? Como vai fazer as coisas agora? Como?” Mas a força de querer ter outra vida, outra experiência. Viver melhor, nessa força. Para mim, para mim, a minha maior motivação foi Juan. E eu falei assim: “Será que o Brasil tem especialista”? [...] E a gente não sabia se tinha ou não tinha, mas tem que ter [risos]. E essa era a minha preocupação também. Para que ele recebesse toda terapia, medicamento, alimentação, tudo isso. Como mãe, a gente se preocupa com... com os filhos.

Por isso, mesmo diante do receio do desconhecido e do que pudessem enfrentar, no país de acolhida, a família decidiu que deixaria a Venezuela, especialmente por causa dos filhos. Essa decisão partiu de Pablo, o qual inicialmente teve a ideia de migrar e começou a pensar brevemente em uma forma de fazê-lo. Relata que não tinha condições financeiras de viajar, mas, através das redes sociais, contactou um amigo que já estava morando fora e que conseguiu ajudá-lo. Dessa forma, decidiu por um dos destinos comuns aos venezuelanos para migrar, que, nesse caso, era um país latino-americano.

Entretanto, somente quando a ideia já tinha germinado, Pablo resolveu partilhar com a esposa e sua saída ocorreu de maneira abrupta: *“Eu saí da minha casa, deixei a minha família com um abraço. Ela, a minha esposa, eu inteirei a minha esposa nesse momento: ‘Mor, vou saindo’.* E Laura, sem entender o que estava acontecendo, dispara: *“Mas como? O que aconteceu? Me ajuda a compreender?”* O deslocamento forçado restringe a possibilidade de um maior planejamento, que inclui desde a partida até a chegada ao país de acolhimento. Tal planejamento engloba não somente

aspectos financeiros e práticos da travessia, mas compreende atributos psíquicos e emocionais.

Assim, a família não teve muita chance de assimilar o que estava ocorrendo e Pablo completa: *“Peguei um ônibus, peguei roupa, uma pequena mala, um pequeno bolso e fui. [...] visitei meu pai, falei pra ele que possivelmente era a última vez que a gente se viu”*.

Por outro lado, quando questionada sobre como foi ficar sozinha com as crianças, Laura se apressa:

Foi difícil, tanto a parte sentimental, né? Meu esforço, longe e ficar sozinha com as crianças. [...] Levar pra escola, procurar terapia, procurar o medicamento, procurar comida. Porque eles mandavam dinheiro, mas eu tinha que fazer fila dois dias fora do mercado pra comprar comida mais barata. [...] às vezes, deixava as crianças sozinha em casa pra ir rápido a um lugar, comprar comida e voltar.

Nesse trecho da entrevista, é possível compreender todo o seu sacrifício em maternar e ter que suprir as necessidades básicas dos filhos, de forma solitária e em meio a todas as dificuldades políticas e econômicas do seu país. Por conseguinte, concluímos que a situação de migração provocou uma ruptura intensa, devido ao contexto gerador de tal experiência. É nítido o sofrimento de Laura e dos filhos que ficaram na Venezuela.

Com relação ao sofrimento relatado, Laura ressalta que as crianças questionavam o que estava acontecendo: *“As crianças perguntavam sempre: ‘Papai, papai quando vai voltar?’ Especialmente Angel, que estava mais grande: ‘Mãe, quando vai voltar, quando vai voltar? No nosso aniversário? Papai vai voltar?’”*

De acordo com o casal, ficou acordado entre eles que Pablo migraria primeiro, a fim de se estabelecer e retornar para buscá-los. Esse contexto de incertezas denota a dificuldade das crianças de lidar com o imprevisível, com o incerto, com o não esclarecido. Fica claro, também, o quanto a ausência da figura paterna pode ser sentida pelos filhos, os quais não tiveram a possibilidade de participar da decisão, tampouco de elaborar essa falta. O distanciamento de Pablo e a separação familiar parece mobilizar, de maneira significativa, os laços familiares.

6.1.2 Saída do país de origem e chegada ao Brasil

A partir do projeto migratório familiar, Pablo seguiu em companhia de amigos e outros migrantes e levou aproximadamente cinco dias de ônibus até chegar à capital de um país da América Latina, onde permaneceu temporariamente. Ele refere que esse grupo exerceu a função de rede de apoio, pois compartilhavam as coisas e se ajudavam. Nesse contexto de rede de apoio, a religião parece ter um papel importante na recepção e acolhimento dos migrantes, como podemos observar na fala de Pablo:

E a primeira coisa que fiz foi buscar a igreja, a igreja é internacional, então, a mesma coisa que é no meu país, da mesma forma que vai me reconhecer lá. O irmão disse: "Seja bem-vindo! E tudo mais, como podemos te ajudar?" Lá já tínhamos a meu cunhado, que tinha chegado dois meses antes. Morei com ele um, dois, três, quatro meses, quase. [...] eu consegui trabalhar de drywall. E aqui no Brasil se chama de trabalhos com gesso, tá? [...] me especializei lá e ganhava o suficiente pra que minha família pudesse, com um dia de salário, se manter pelo menos uma semana. [...] Eu mandava dinheiro, né?

Essa tentativa de auxílio e reconhecimento pela igreja não deixa de ser uma forma de ir ao encontro de suas referências religiosas ou familiares, em outro país. Buscar uma igreja internacional da mesma denominação religiosa ou residir com um familiar podem representar modos de manter os laços identitários com sua origem, como se lhe fosse outorgada uma forma de pertencimento. Em vista disso, o envio de remessa de dinheiro também simboliza um elo com seu núcleo familiar, como uma espécie de manutenção desses vínculos à distância.

Ademais, essa rede de apoio propiciada entre os venezuelanos é um fator que facilita a continuidade do sentimento de pertencimento, pois os migrantes partilham a mesma origem, ou seja, a mesma língua, hábitos e costumes. Isso, em alguma medida, faz com que se reconheçam como parte de um mesmo grupo social. Outro aspecto relevante das redes de apoio é que, diante da perda de sustentação dos laços sociais, a presença e a ajuda de pessoas da mesma nacionalidade podem fazer com que se sintam mais acolhidos em uma terra estrangeira.

O projeto de Pablo de trazer a família para perto dele foi adiado, diversas vezes, em função de problemas políticos e fechamento das fronteiras. Além disso, ele tinha o dinheiro para que viajassem, mas não o suficiente para um voo e acreditava que as crianças não suportariam viajar de ônibus, como ele fizera.

Foram quase onze meses até que Pablo recebesse a ligação de um outro amigo, o qual, na época, já morava no Brasil. Novamente, destacamos a importância da rede de apoio na facilitação desse processo de migração. O amigo de Pablo disse, durante a ligação, que “[...] o governo abriu as portas para o venezuelano, proporcionando para eles seus documentos, a documentação para ficarem aqui e até ajuda de forma social, tem pessoas que... Depois a gente te explica isso, mas vem pra cá”. E, assim, Pablo retornou à Venezuela e trouxe a família para o Brasil.

Durante o trajeto, Laura acentua as dificuldades enfrentadas pela família com relação à alimentação e que a comida de que dispunham era destinada apenas às crianças:

[...] porque tinha pouca comida [...] a comida estragou e eles: “Mamãe, tenho fome, tenho fome, tenho fome”. E tinha pessoas, mesmo venezuelanas, que dão um pedaço de pão pra meus filhos, biscoito, tá? Nunca, nunca, não faltou comida para eles, a gente tomava água e a gente aguentava, porque era adulto. Mas, pra eles, no trajeto, no caminho deu... tinha comida para eles.

Como foi possível observar, no trecho acima, nós nos deparamos com a precariedade da corrente migratória e das vulnerabilidades às quais a família ficou submetida. Existe uma tentativa de Laura de aliviar o sofrimento psíquico dos filhos, ao priorizar a sobrevivência deles, em meio a tantas adversidades. Todavia, no tocante às dificuldades da migração, Laura assinala que enfrentou outros riscos. Ao tentar cruzar a fronteira entre a Venezuela e o Brasil, ela descreve o que vivenciaram, ao mostrar o passaporte da família:

“Não pode, não pode sair do país sem uma autorização do governo, por conta desses filhos”. Ou seja, o governo tem que autorizar a saída de meus filhos, meus [risos]. [...] “Os adultos você quer, vai embora. As crianças têm que ficar”. Quando falam assim: “Você, ah, esperem aqui”. Ele (Juan) caminhou com cuidado, saiu do escritório, ele saiu correndo para a fronteira. Aquela fronteira brasileira. E quando outros pais, vendo que ele estava correndo com as crianças, eles também saíram correndo. E todo mundo correndo. E eu falei assim: “O que acontece”? Queriam pegar Juan e eu: “Corre, corre.... Vieram os militares venezuelanos atrás. Os pais correndo e os militares brasileiros armados, sabe? Aí, quando todo mundo olhou, conseguiu passar. [...] Aí a gente explicou, e aí eles: “Aqui eles já não podem passar, tranquila, ninguém vai fazer nada para vocês”. “Nossa”! Foi horrível, horrível. Todo esse trajeto. Tanto esta saída e até a gente chegar aqui, passar uma dificuldade, não foi fácil. Não foi fácil. Dificuldade de comida, dificuldade emocional. As crianças com sono no aeroporto. Todo o sacrifício.

Com isso, tal fato se configura como um evento de potencial traumático e que pode marcar o psiquismo familiar. O que vai determinar esse desfecho depende de como seus membros vão atribuir significado a essa experiência, ao longo do tempo,

pois se trata de questões ainda latentes. Nessa circunstância, fica visível a profundidade do sofrimento psíquico sofrido pela família.

Além das dificuldades enfrentadas no período pré-migratório, as condições de migração da família também são desfavoráveis, já que não possuíam um projeto de vida, no Brasil:

Aí vimos os militares lá atrás do terminal e a gente se acercou [...] “Por enquanto, não temos como passar a noite dentro do terminal, eu acho que não é legal. [...] Então, quando viram as nossas as crianças e tudo mais, emprestaram pra gente [barracas]. E, ao outro dia, começamos aquela odisséia de encontrar o refúgio. Sem energia nos telefones, não sabíamos o endereço, nada.

Ao chegar ao Brasil, as condições permanecem bastante incertas e, por vezes, colocam em risco a própria integridade física da família. Entretanto, mesmo encontrando diversas dificuldades, a família se solidarizou com seus compatriotas e compartilharam o pouco que conseguiram ou possuíam:

Caminhamos muito com as malas, as crianças, com fome [...] Chegamos ao mercado de produtores [...] E aí uma moça me falou: “Quanto sai esse... esse bananeira”? Muitas bananas. “Essa, eu deixo para você, tudo isso, por um real”. E comemos nós, as crianças e quem estava com nós. Porque eles não tinham dinheiro. Eles trocaram seu telefone por passagem do ônibus.

Depois de uma semana em um abrigo, a família é entrevistada por um membro da igreja. Durante a entrevista, descobriram que um dos filhos tinha um diagnóstico clínico e direcionaram a família para uma região que pudesse oferecer um tratamento adequado para a criança, o que foi prontamente aceito pela família. A igreja ficou responsável por encontrar empresas aéreas que os levassem para a cidade de destino: *“Passagens de cortesia, eles davam esses lugares para os venezuelanos”*. Com isso, podemos pontuar o papel das igrejas no processo de acolhimento aos venezuelanos: *“Então, a gente chegou aqui, a igreja nos recebeu, eles alugaram para nós um lugar, primeiro lugar que foi quando conhecemos pessoas especiais, que acolheu a gente”*.

Novamente, percebemos um protagonismo das instituições religiosas, no processo migratório, uma vez que a igreja oferece auxílio no processo de interiorização para outros estados. A fragilidade das condições de chegada e permanência no país, assim como o auxílio prioritário dessas instituições, de caráter religioso, denunciam a falta de políticas públicas de acolhida aos migrantes, no Brasil.

De maneira semelhante, os trechos acima demonstram o protagonismo assumido pelos filhos, no direcionamento do local de destino da família. A preocupação do casal em dispor para as crianças o acesso a direitos básicos se constitui como um fator decisivo na escolha do lugar de moradia.

Já no que concerne à chegada e aos primeiros contatos que as crianças tiveram com os brasileiros, a família compartilha as primeiras impressões desse confronto de culturas. Laura se pronuncia:

E foi legal, foi legal o intercâmbio, lembro dos nossos filhos. Angel ensinando espanhol para seus amiguinhos, para sua professora, tá? Todo mundo queria saber como era aquele cara estranho que falavam na linguagem estranha. Como é que ali sendo preto... porque essa foi outra coisa que a gente teve que se acostumar. E todo mundo falava para o nosso filho, o Angel: “E como você, sendo escuro, tem um cabelo liso? Lacio, lacio mesmo. Como é isso? Aqui não é desse jeito”. E todos pegavam no cabelo de Angel. E Angel me dizia: “Mamãe por que pegam meu cabelo”? E, eu considero que o impacto não foi tão grande, porque, na realidade, eu acho que o brasileiro gosta dos estrangeiros.

A percepção de Laura era de que a presença de migrantes causava uma reação nas pessoas, especialmente por aspectos ligados à etnia, já que parecia incoerente, segundo os parâmetros da miscigenação local, que fossem combinados alguns atributos físicos. Embora sua fala atribua um valor positivo à experiência inicial vivida pela família, notamos que considera que o migrante, por mais que se sinta integrado ao país de acolhida, sempre será estrangeiro, diferente, o outro com sua alteridade.

Pablo, por sua vez, também descreve sua percepção: “*Nós sempre estamos gostosos de explicar nossa experiência como migrantes, porque as pessoas ponderam da sua própria vida [...] Mas parece que o impacto não foi grave para mim, não foi e eu me sentia como um rock star, tá?*” Assim, parece ter uma opinião análoga à de sua esposa, contudo, um pouco mais adiante, na entrevista, se contradiz em seus relatos sobre algumas experiências negativas que tiveram:

E lembro que uma senhora é... ela tirou da gente aquele depósito, o caução. Ela falou que a gente não tinha arrumado nada em casa. Nossa Senhora, eu fiz de tudo, gastei muito dinheiro fazendo e ela pegou mesmo assim”. Ainda que ele pareça indignado com a situação, Pablo não reage e ressalta:

[...] imagino que ela achou que a gente não sabia da lei brasileira e nós temos aquela questão de que não podemos reclamar nada. Não podemos fazer

bagunça, arrumar barulho, porque somos estrangeiros. Nós precisamos ser aceitos e essa não é uma forma boa de ser aceito, tá? De ser conhecido como... como pessoas indesejáveis, sabe?

Portanto, Pablo ressalta que a condição de estrangeiro e a necessidade em *ser aceito e reconhecido* no país de acolhida não permitem que se manifestem. Atitudes como as que foram descritas legitimam uma situação de exclusão, de preconceito. É como se o migrante precisasse se submeter à cultura local para ser integrado ao contexto brasileiro. Disso resultam reações de intolerância no processo de recepção, as quais podem interferir no estabelecimento de laços comunitários e desconstruem a ideia de que o Brasil é um país acolhedor.

Paralelamente, Pablo traz outros relatos nos quais o migrante venezuelano necessita certificar a sua aptidão e competência, antes de ser empregado, o que o coloca novamente em uma condição de inferioridade, isto é:

Eu conheço um que era gerente [...] ele é gerente de lojas de partes mecânicas, autopartes. E ele conseguiu desse jeito, tá? Ele rogou a seu chefe: "Testa, testa, por favor". E aí ele não conseguiu ser pago senão depois de dois meses, tá? Que ele conseguiu a renda. Tinha que demonstrar o conhecimento.

Mais uma vez, deixa explícita a desqualificação do estrangeiro e a situação de hostilidade, às quais são sujeitos os venezuelanos. Assim ele se refere a situações vivenciadas por seus compatriotas, em seus vínculos empregatícios: *"Não, não. Isso é uma fantasia, isso não existe. Carteira assinada não. Não precisa de carteira assinada. Então, coisas assim para não admitir um salário justo".* E isso ocorreu com ele também: *"Não pagar o meu salário justo já aconteceu. Vários venezuelanos aconteceu. Com os irmãos, os irmãos dela foi um deles. E pagavam menos que o resto do pessoal, tá?"*

O desconhecimento das leis trabalhistas faz com que os direitos não sejam assegurados. Com isso, ao invés de acolhimento, eles se deparam com uma situação de exploração e de estigmatização. Tal fato denuncia as barreiras enfrentadas pelos migrantes venezuelanos em território brasileiro e que também podem levar a repercussões psíquicas.

6.1.3 Permanência e reorganização do núcleo familiar

À medida que Laura relata sobre o processo da família de se estabelecer no Brasil, explica:

Ainda estamos, ainda estamos. Ainda é um processo de adaptação. [...] Falta um melhor emprego. [...] Por mim, falta um pouco mais de... de aprendizado do idioma é... conhecer melhor as pessoas por aqui. Para mim, é difícil fazer amigos, fazer amizades. Porque a gente se acostumava a ir em casa do vizinho. E, antes da pandemia, a gente já tinha muitos amigos e agora menos. A pandemia dificultou tudo. O fato de fazer amigos, de falar melhor. Mas falta um bom emprego. [...] Ainda estamos no processo de adaptação, de mais que todo de... de adaptar ao estilo de vida das pessoas aqui.

Com relação a essas dificuldades, Laura pontua sobre as contrariedades encontradas e que se trata de um processo que ainda está em curso, ou seja, que está em seguimento. Sobre a construção de vínculos, ela ressalta que está com dificuldade no estabelecimento de laços de amizade, no país de acolhida, e a pandemia, assim como o idioma, foram fatores agravantes que complexificaram esse cenário para refazer o vínculo.

De maneira semelhante, Pablo assinala a sua percepção acerca das mudanças e diferenças culturais marcantes e que foram sentidas por ele:

É, eu achei diferente. Ah, o jeito de falar, eu achei diferente, o trato, né? [...] E o venezuelano fala: "Ah, meu amor!" Pra todo mundo, é normal. [...] Aqui é: "Bom dia, bom dia". Às vezes, fala bom dia, às vezes, não. A gente tava acostumado. [...] Como que se fosse de toda a vida. É essa proximidade, sim, na proximidade major. Aqui é mais distante. É difícil fazer amigos aqui.

Ainda sobre essa vivência, Laura comenta: *"É, para ele, foi fácil. Pra mim, não"*.

Pablo descreve como se sente diante de códigos culturais desconhecidos e dos quais precisa se apropriar, com a finalidade de compreendê-los. Além disso, assim como Laura, ele manifesta o quanto sente falta de ter mais amigos e de vínculos mais estreitos. Apesar das dificuldades encontradas, Pablo compreende que possui uma nova chance de recomeçar a vida, no Brasil:

Eu acho que cada dia representa uma oportunidade para a gente se desenvolver melhor e ter aqui a oportunidade. Nossa meta é alcançar a estabilidade completa, aqui no Brasil, que a nossa missão é ficar no Brasil [...] Não temos vontade de voltar pra Venezuela viver, a morar lá, porque sabemos que a situação, para se recuperar o país, para se recuperar, vai tardar muito, vai demorar bastante. Porém, é aproveitar as condições que nos oferece o Brasil, tá?

Mesmo em um contexto de perdas, Pablo percebe que o retorno à Venezuela seria impraticável, visto que não há expectativas de mudanças expressivas, no país, em um curto prazo de tempo. Entretanto, a permanência no Brasil, por sua vez, tem um custo alto à família, especialmente no que se refere às rupturas e à perda do vínculo com a cultura de origem. A dimensão dessas perdas também se evidencia nas situações narradas por Laura:

É... Foi tanta coisa que, sabe? Separação da família. Saudades. Sim, para mim, o fato de deixar tudo que eu tinha, que eu tinha lá [...] Também no âmbito profissional. Eu queria terminar a minha faculdade. Só faltava, eu acho que eu sei falar... o TCC. Já é o final. Só faltava isso, só isso. Eu tinha já quase tudo pronto, mas o dinheiro não alcançava e eles começaram a cobrar em dólares. Impossível para mim, impossível. Você deixa as lembranças, deixa meus amigos, deixa tudo. [...] Foi essa parte, pra mim, que causou um pouco de dor.

Em meio a essas perdas, Laura expressa seu pesar pelos infortúnios decorrentes da migração e aponta a ruptura com os vínculos familiares e de amizade. Assim, enfatiza a dor de ter que lidar com a ausência da família e de deixar sua vida, na Venezuela. Além disso, ela demonstra sofrimento diante da impossibilidade de concluir sua graduação, cujo término estava tão próximo.

Nesse mesmo sentido, Pablo relata sobre a dificuldade de continuidade da vida profissional após a migração, considerando-se que necessitam de comprovação do grau de titulação, para atuarem em sua área de formação, no Brasil: *“E no consulado venezuelano normalmente eles não dá. E eles não dá nada pra gente. Porque a gente que saiu do país [...]. É, nós somos traidores. Somos traidores da pátria. Então, para apostilar os títulos, as formaturas, certificados, esse tipo de coisa”*. Nos relatos do casal, observamos a frustração diante da perda de seus projetos de vida, em virtude da condição migratória. Laura lamenta que não conseguiu terminar os seus estudos e, em paralelo, Pablo fica se questionando sobre o fato de não ter obtido o reconhecimento de sua qualificação profissional e, por isso, sua remuneração será sempre aquém do que seria, caso ocorresse esse reconhecimento.

Ora, para Pablo, o não do reconhecimento da qualificação profissional do migrante limita a sua reinserção profissional e, por uma questão de necessidade, o obriga a desempenhar qualquer função: *“O venezuelano precisa de trabalhar, tem motivação de ter uma boa vida aqui. [...] Num é que tá aí por gosto, porque ele ama,*

passa um tempo onde a gente gosta de fazer as coisas mesmo que não seja da sua preferência, né? Ele não escolheu, só que saiu o trabalho desse jeito”.

Assim, ele assinala que a urgência de se estabelecer e prover o sustento da família faz com que aceitem qualquer oferta de trabalho. A condição de impossibilidade de retorno, devido à situação do país, está relacionada com a decisão de migrar e aceitar as piores situações para garantir a manutenção da família. Contudo, mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas, ainda assim, a situação familiar é melhor do que aquela que viviam na Venezuela.

Em seu discurso, Laura também frisa que o trabalho tem um papel fundamental na inserção da família e possibilitou uma certa estabilidade para seus membros: *“Desde que ele procurou um trabalho e ele teve o seu primeiro emprego, aí eu acho que... desde aí, a gente começou a melhorar as coisas”.* Com isso, notamos que, embora a inserção laboral contribua para o estabelecimento da família, no Brasil, não suprime a dimensão do sofrimento do casal, em face da perda da carreira profissional. Essas perdas atingem as vinculações familiares como um todo e são mobilizadoras de processos psíquicos para o trabalho de representação.

Nessa mesma direção, Laura se posiciona, quando questionada sobre o processo de inserção sociocultural dos membros da família. Apesar de reconhecer a dificuldade de Rosa, parece negar a dimensão do sofrimento da filha, especialmente quando o compara à experiência dos adultos:

É... para... para as crianças não foi tão difícil. Eu pensava que vai ser difícil para as crianças. Só para a Rosa, para ela, foi um pouco mais complicado. Ela falava assim: “Mãe, eu não quero falar português. Eu não quero, eu não quero mais”. Às vezes, ela falava pra mim: “Mãe, já a gente pode voltar a nossa casa na Venezuela, não?” É, eu acho que foi porque não tinha amigos. [...] Mas, para eles foi ótimo. Aí eles começaram a ir na escola, foi muito legal para eles.

Nessa circunstância, fica claro que Laura nega a dificuldade da filha, visto que os pais migraram principalmente com o objetivo de oferecer oportunidades e uma perspectiva de vida melhor para os filhos. No entanto, reconhecer a dor da filha gera um sofrimento a Laura, justamente porque coloca em risco esse projeto inicial da família, quanto à migração em busca de melhores condições de vida.

Todavia, é nítido o sofrimento de Rosa em função dos obstáculos em aprender um novo idioma. Isso, por sua vez, indica que a filha demonstra maior dificuldade em lidar com as mudanças e, conseqüentemente, de ter maior disponibilidade e

flexibilidade *de se abrir para o novo*. Essa reorganização do ponto de vista psíquico demanda do núcleo familiar, mas a inserção cultural também ocorre em nível subjetivo. Há trechos da entrevista que demonstram a resistência de Rosa em se vincular com o novo país. Nas palavras de Pablo: *“Ainda a gente corrige algumas coisas: ‘Rosa, não se fala desse jeito, se fala disso’”*.

Na visão de Laura, a filha parece fechada à inserção nesse contexto cultural distinto: *“Ela falou pra professora: ‘Professora, eu gosto de lechuga’. Ela tratou de escrever a palavra e, quando eu cheguei: ‘Mãe, que é lechuga?’ ‘É alface’. E ela: ‘Ahhhh, então tá bom’. Ela mistura certas palavras. Ela esquece, só fala em espanhol e acabou”*. Essa negativa de Rosa em falar o português indica sua objeção em renunciar a seu idioma, o qual simboliza sua marca identitária. O aprendizado de um novo idioma pode representar uma ameaça a essas referências de origem e que oferecem uma ancoragem à Rosa.

Já com relação à inserção no contexto escolar dos filhos, Laura comenta sobre Rosa e seus irmãos:

Sim, já ela se adaptou na escola, já fazem amiguinho rapidinho. Já Juan, ainda com sua condição né? Ele faz amigos. Na escola anterior, que eles estavam, Angel ensinava espanhol. A professora deixava uns quinze minutos da aula pra ele ensinar espanhol para as crianças. [...] A aula foi tudo bem com Rosa, ela já fala esse português, só que, às vezes, as palavras ela mistura. Mas tudo bem com eles, já eles tranquilo. É, perfeito.

Nesse caso, percebemos que há uma certa idealização de Laura, quanto ao progresso dos filhos no sistema educacional.

Assim, ela relata que esse processo de inserção dos outros filhos à escola foi mais tranquilo, se comparado ao de Rosa: *“E ela sabe o espanhol e o português agora, né? Escrever, ler, ainda tá nesse processo. Eu acho que foi uma aprendizagem um pouco mais devagar, mas não é por conta da educação, senão por conta dela mesma, a vontade de aprender. Mas, os outros dois meninos foram rapidinho”*.

Nesse panorama de mudanças e perdas após a migração, a família indica do que mais sente falta. Laura enfatiza, a partir de alguns trechos: *“Eu sentia falta da... da comida. [...] Mas sinto falta de certos pratos que aqui não tem como fazer. Falta da... da, da praia, porque a praia foi uma parte da minha vida desde pequenina. Saudades disso!”* Ou, ainda: *“Tem um prato que ela se chama de ajaca que faz no Natal que ela é com folha de bananeira e tem um tipo de farinha que aqui não tem, mas a gente deu um jeito como fazer. E também tem as arepas”*.

Já Pablo diz sentir falta de alguns costumes familiares que são tradicionais para os venezuelanos:

O costume do dezembro, o venezuelano espera muito essa época de dezembro para compartilhar com a família, tá? E nós temos uma cultura onde dezembro faz parte um grande de nossa vida. O venezuelano curte o Natal, eu acho que primeiro de dezembro já tá sentindo aquele... aquele cheiro de sair, a festejar, a dançar até o corpo rebentar. Esse tipo de coisa, sabe? Dessa comida que eu falo para minha esposa, ajaca, imagina... A cena é a mãe preparar uma ajaca, o filho fazendo uma tarefa também, porque esse é um prato que tem muitos processos. Os vários processos se faz em família. [...] Então, quando a gente passa Natal aqui, todo mundo põe lá luzinha, assim que pisca. "Ai, meu Deus! E agora?" A gente aqui encerrado também por causa da pandemia e tudo mais. Lá não, a gente adorna a casa inteira, isso é feito, isso foi feito Natal, tá? E a gente colocou as luzes e tudo mais. Uma árvore, tal, e adorna muito, porque assim tem que estar alegre, não é só gastar por gastar. [...] Disso a gente sentiu saudade. Muitas vezes pra você são diferentes. Sim, muito, muito, muito.

Psiquicamente, essas circunstâncias, tanto para o casal como para as crianças, representam uma situação de sofrimento intenso, em razão do sacrifício que precisam fazer, ao deixar a terra natal, a cultura, os costumes e até mesmo a profissão. Essas perdas sofridas remetem a uma situação traumática e demandam a elaboração e a representação do que foi perdido.

Em face desse sentimento de falta, Pablo explica que há uma tentativa de manter esses costumes: *"E a gente tentou, sabe? Fez aquela tentativa, sobretudo a comida e a roupa que a gente usa durante essa época. A gente tem uma forma bem particular de fazer a... essa época de Natal"*.

E, de maneira bastante entusiasmada, ele complementa:

Nossa, a roupa! Primeiro, a gente tem que comprar tudo novo, tem que ter tudo novo. Natal tem tudo novo. Se possível, tirar o velho, tá? É mais representativo que outra coisa. É deixar o velho pra trás e começar com roupa nova, coisas boas, coisas novas que tem. [...] Sim, essa é a tradição.

Desse modo, percebemos que há uma tentativa de manutenção desses costumes venezuelanos, como uma forma de preservar os vínculos afetivos com o país de origem.

Em contrapartida, Pablo comenta alguns costumes e tradições da cultura brasileira, com os quais a família teve contato, e diz como se sentem diante de uma cultura diferente:

Uma cultura, com a outra cultura. [...] Eu acho que eu não deixaria de celebrar a festa junina. Porque é uma coisa que sumou em nossa vida, suma a nossa vida ainda. A forma que nós vestimos a nossos meninos, para celebrar aquele

negócio. E fizeram dança, canjica que não sabia que era esse negócio, e vamos pescar.

Em outro momento, Pablo acrescenta:

E estão trazendo tudo isso, na adaptação aqui no Brasil. Eu acho que a gente tem que pensar um pouco mais nisso, tá? Em sumar, vamos misturar se for possível, nosso tipo de carnaval, com o deles. E nós não celebrávamos nada em junho ou julho, então, é uma festa a mais, a festa junina.

Os vínculos familiares, nesse caso, demonstram certa abertura para se inserir na cultura brasileira e realizar algumas trocas entre as culturas, com exceção de Rosa, que prioriza a integridade de seus parâmetros identificatórios. Portanto, o núcleo familiar atesta que consegue agregar elementos de uma cultura à outra, sem perder a identidade venezuelana.

Por isso, o choque das duas culturas não leva necessariamente somente a perdas importantes, pois nos traz a ideia de movimento e de trocas que podem ocorrer entre o migrante e a cultura do local de destino. Isso significa dizer que esse intercâmbio pode ter uma vertente positiva, sendo possível agregar aspectos à cultura de origem. Essa é uma característica de negociação da diversidade cultural, ou seja, diante daquilo que é novidade e pode ser apreendido, mas que pode ser conciliável. Esse possível equilíbrio entre ganhos e perdas é o que promove o trânsito entre as culturas. Conviver em meio a duas culturas diferentes, inevitavelmente, vai abalar a base identitária dos migrantes venezuelanos, já que a cultura é que fornece a ancoragem para que se sintam pertencentes a um grupo social.

Com relação à educação dos filhos, os pais dizem que mantêm alguns costumes venezuelanos e os ensinam para os filhos. Ao ser questionada sobre em qual cultura fica baseada a educação das crianças, Laura se pronuncia:

Ah, português. Tenho que ensinar eles em português totalmente, porque é como eu falo: “Você está no Brasil, tem que aprender português”. Aí a gente faz a tarefa em português e tudo mais. Depois, aí a gente vai e fala em espanhol e ensina ele em espanhol, qualquer coisa que eles falam pra nós que não seja da escola. As questões da escola em português, tarefa tá em português. [...] Conversando, é só em espanhol, só em espanhol.

Nas palavras de Pablo: *“Isso, acontece muito nesta casa. Com eles mesmos falando entre eles, falam português, falam em espanhol. Agora tá experimentando com inglês”. E Laura corrobora: “Eu falo em espanhol para eles e eles respondem o português ou respondem no espanhol”.*

Ao considerarmos que os pais têm um papel fundamental na transmissão intergeracional, é compreensível a tentativa de manter a herança dentro do grupo familiar, especialmente no uso da língua materna, no ambiente doméstico. A despeito de outras tradições, Pablo assinala:

Eu acho que a música seria uma das coisas. Nós ouvimos músicas em espanhol aqui em casa, tá? E falamos ditados, alguma cantiga que a gente aprendeu lá e, sim, ensinamos para eles, realidade eles. Eles conseguem ouvir e aprender ouvindo. Então, a gente não ensina de forma direta a aprender isso [...] E nós temos música, minha esposa estava ouvindo hoje música venezuelana, músicas da fazenda, caipira [...] e as crianças conseguem se adaptar a esse som.

De acordo com o relato de Pablo, não haveria uma intencionalidade, ao menos de modo consciente, no ensino de aspectos culturais, já que isso faz parte do cotidiano da família. E Laura acrescenta: “*É, eu ensino para eles também o hino nacional da Venezuela. [...] Eu ensino para eles a música deu meu estado. E a árvore também tem uma música, a gente cantava na escola, aí eu canto para eles*”. Assim, há diversas referências do país de origem que são transmitidas aos filhos, mesmo na ausência do contexto sociocultural, tais como o idioma, as cantigas e as músicas.

Esse repertório cultural ofertado pela família vincula esses indivíduos com a Venezuela e traz o sentimento identitário e de pertencimento. Contudo, o casal atesta que também já integrou parte da cultura brasileira e se sentem pertencentes, ao menos em partes, ao Brasil. Para Laura: “*Eu amo a minha país, tenho saudade de muita coisa lá. Mas se falar que eu ter que voltar, eu não volto. Eu fico aqui. [...] É que eu sinto que já é uma parte da vida [...] Eu projetei minha vida aqui*”. Diante de tal processo Pablo diz:

Escuto coisas próprias de meu país, tipo, tem músicas próprias de meu país, costumes de meu país que me fazem chorar. Eu sinto saudade. É, mas minha mente fica bloqueada com aquele pensamento de: “Nossa, por que tá ruim... me provoca pensar então o que me ofereceu para Brasil? O Brasil me ofereceu os braços [...] Mas, o que me ofereceu Brasil é a mesma coisa que oferece uma mãe para o filho, tá? Por ter seguridade e segurança, amor, carinho, gente boa. A gente sabe aquele abraço sincero de uma pessoa que também sofreu por calamidade, passou por cima de dificuldade e que ainda vá pra frente, tá? [...] Por isso que nós estamos fazendo os trâmites pra ver se a gente pega a nacionalidade brasileira. Adotamos a nacionalidade brasileira, porque nós gostamos desse país. Gostamos da gente, da cultura, do acolhimento que a gente teve.

Assim, verificamos que há um sentimento muito grande de gratidão por parte do casal, por se sentirem acolhidos, seguros e com a possibilidade de refazer o projeto

de vida, em outro país. Isso parece contribuir para a permanência no Brasil como forma de agradecer tudo o que receberam, uma vez que se sentem pertencentes ao Brasil.

Quanto às crianças, Laura aponta: “*Eu falo para meu filho: ‘A gente vai voltar’. E ele: ‘Não, essa é nossa casa’. Eu falo para eles: ‘Seu lar é aqui’*”. Ao serem questionados se os filhos possuem lembranças da Venezuela, eles dispararam:

Não. Só o Angel algumas coisinhas, mas Rosa e Juan não. [...] A gente tratou de não visibilizar a dificuldade pra eles. É que eles, para tudo eu falava: “Mãe, onde estava você?” “Estava trabalhando.” Mas, não tava, estava procurando comida, estava fazendo uma coisa. “Mãe, não vai comer?” “Eu já comi. “Coma você, eu comi já. Estava fazendo os alimentos e já comi”. Ah, está tudo bem”. “Mamãe eu quero uma bala”. Depois a gente vai. É assim (Laura).

E eles não enxergaram isso. Nós tentamos sempre dar alguma coisa em compensação a essa situação. Então, não... não foi tão impactante. Para eles, isso não. Quando vamos passear, não temos como comprar o algodão de açúcar, a bala ou aquele chocolate. O Angel, como muitos meninos e crianças venezuelanas, se acostumaram ao depois, pois agora não temos. Tanto assim que, quando a gente chegou aqui, nós não tínhamos como resolver isso, é mais tranquilo. Ele tem a madurez de falar (Pablo).

Ainda ele fala: “Eu quero um carrinho, pode comprar depois?” É depois. (Laura)

Ou pegar um brinquedo e sempre falar: “Deixa isso aí, deixa”. Agora, se ele gosta do brinquedo, eu falo: “Quer levar pra casa?” “Não pai, não. Tudo bem, depois. Depois disso”. Não que ele se acostumou, não é uma coisa totalmente ruim, porque se permite ter um controle da tua vida. Mas são carências que a gente não permitia que ele vivesse de frente. Então, é isso (Pablo).

Aquele filme que é “A vida é bela”. A vida é bela que ele fazia tudo para que o menino fosse feliz (Laura).

O menino do filme está no campo de concentração (Pablo).

Então, é a mesma coisa. Tem coisas que eles lembram, porque a gente tem a foto: “Lembra esse dia que a gente foi pra praia” “Ela fala: Ah, eu não lembro”. “Você tava pequenininha, minha filha”. E ainda assim, Angel é que mais lembra. E só quando a gente mostra a foto. De resto? Não lembro, não tem lembrança. Não, não tem (Laura).

Nesse caso, fica evidente a tentativa dos pais de funcionar como continentes, apoio e sustentação para proteger seus filhos da situação de precariedade e vulnerabilidade vivenciada pela família. É como se pudessem *apagar* as memórias, e o fato de não falar a respeito do sofrimento e da precariedade que viveram na Venezuela ou mesmo no Brasil fosse uma forma de poupá-los do sofrimento. Entretanto, sabemos que o *não falar* ou *não dito* é que podem trazer ressonâncias à dinâmica psíquica dos sujeitos desse elo geracional. Partilhar das memórias de

tristeza, sofrimento e dificuldades é uma das únicas formas de dar sentido ou representar o que foi vivido antes, durante e após a experiência migratória. Essa atitude do casal impede que a história familiar possa ser reproduzida e transformada.

De acordo com a construção da narrativa de ambos, não há projeto familiar de retorno à Venezuela. Para Laura: “*Não, nãoooooo [risos]*” e Pablo inclui: “*Não, nem... nem de piada! [risos]. Nem de férias! Eu acho que sim para visitar a família, tudo mais e falar: ‘Como estão vocês?’*” A família demonstra que tem planos futuros de projetar-se no Brasil, dada a inserção de seus membros e as condições adversas na Venezuela. Todavia, ainda que a família não tenha a pretensão de voltar ao seu país, existe um desejo de se estabelecer, visando a auxiliar seus familiares que não migraram e dependem dessa ajuda. Nesse sentido, notamos uma manutenção dos laços afetivos com o país de origem, a partir do envio de dinheiro à Venezuela. Ressalta Pablo:

Então, esse também faz parte do processo de adaptação de uma pessoa aqui no Brasil, particularmente que não é a solução da tua própria família, é a solução até de pessoas que estão lá dentro. Então, o compromisso de progredir é o compromisso de ter um bom trabalho, não é só pra você se manter. É para manter é... uma família adicional que fica lá aguardando cinquenta, sessenta, cem reais para comprar alimento para uma semana, duas semanas. [...] Então, tem uma carga que a gente precisa, uma carga que aqui no Brasil nós conseguimos redistribuir, tá? Quando dissemos que somamos a essa cultura e está cultura soma na nossa vida e as pessoas nos acolhem, é porque, dentro, nós tínhamos uma carga muito pesada. O compromisso forte de nossa família e a família que ficou tá? [...] Então, nosso pensamento, não tanto as saudades das pessoas, das coisas, cultura ou as pessoas que deixou, senão o compromisso também que a gente teve com eles.

E, assim, argumenta que não consegue fazer os envios com certa periodicidade, já que considera que ainda ganha pouco para fazer remessas constantes: “*De urgência, como: ‘Realmente não tenho nada na geladeira. Nada do que comer’. Ótimo, então, eu tento tirar algum tipo de crédito ou algum salário adiantado ou trabalhar algum bico*”.

E Laura confirma que, em situação de necessidade, o casal se propõe compartilhar o pouco que possuem: “*Ou tirar da comida que a gente tem. Reduz isso da comida. A gente tem como comprar um pacote de arroz e ovo. Temos para comer arroz e ovo. Eles não têm arroz, nem têm ovo. Aí a gente tira. Eu fico com arroz e ovo na minha geladeira, mas tem que comer para que eles possam comer, consiga comer arroz com manteiga. Mas come alguma coisa*”.

Nessa circunstância, evidenciamos que há um compromisso com esses familiares que não conseguiram migrar ou optaram por não o fazer. Pablo ressalta, com relação à sua família:

Eu tento muito motivar a minha família a vir para o Brasil. Eu inteitei muito, muito. Só que mesmo eu dando testemunha das bondades que ele tem aqui no Brasil, eles têm o mesmo momento que a gente tem sem conhecimento, que o Brasil é a favela, com a samba, a variante do Covid. Coisas que, mesmo eu aclarando uma e outra vez, eles dizem: “Não quero”.

Já os familiares de Laura, como pais, irmãos, cunhada e sobrinhos, vieram ao Brasil com o auxílio deles. Podemos compreender que a prontidão de inserção está relacionada com a exigência de dispor de meios para assistir os filhos, bem como os familiares que ficaram no país de origem.

Nesse contexto de inclusão ao Brasil, o casal foi questionado sobre como é ter uma filha no país de destino e como pretendem criá-la. Pablo responde, depois de uma longa pausa:

Boa pergunta. [...] Eu penso a mesma coisa, tá? Eu acho que é a mesma criança que a gente deu para os anteriores, dá para ela. Porque assim é muito rico saber que tem uma cultura, além da cultura que você está vivendo. [...] E seu coração vai escolher. Não é obrigada simplesmente, é possível que dentro dessa criança, dentro dessa cultura, dentro de casa, dentro do lar, ela consiga ter mais afinidade com a cultura venezuelana. A gente não obrigou. Só colocou de opção para ela, tá? Ela fez a escolha, ela: “Mãe, pai, quero conhecer mais em nossa cultura”. Uma coisa que a gente não pode negar para ela. [...] Algum dia ela vai me perguntar isso, ou a sua mãe: “Nós falamos espanhol, por que nós falamos?” Por que você me canta: “Os pollitos fazem pio, pio, pio, quando tienen hambre cuando tienen frio?” Que é uma cantiga venezuelana para fazer dormir as crianças [...] Eu aguardo até esse momento, acho. Aí do resto eu acho que a criança vai ser a mesma coisa. Sim, a mesma coisa.

Conforme a perspectiva de Laura, temos:

As mesmas costumes, a mesma cultura que a gente já tem, eu venho ensinar pra ela. A mesmas coisas, as mesmas músicas, tradições que a gente já tenha, ela vai aprender. Ela vai aprender a falar espanhol aqui em casa e o português na rua. É a mesma coisa. Como ela já é brasileira, já nasceu aqui e tudo o mais. Aí eu acho que ela vai, já quando está mais grande, ela vai ter o corazón sempre no Brasil. Porque vai ser o país que ela vai amar, vai crescer, com as mesmas coisas das outras crianças, que eu dei para os outros vai ser a mesma. Aqui em casa, as mesmas tradições, tudo normal.

A dinâmica familiar, nesse caso, apresenta certa ambivalência, quando falam que a filha que nasceu no Brasil tem a possibilidade de escolher sobre com qual cultura se identifica mais. Portanto, relatam que a educação será pautada no que foi

ofertado aos outros filhos, como o idioma, os costumes e as tradições. Entretanto, por mais que os pais afirmem que há uma opção, não demonstram que existe uma liberdade para fazê-lo, visto que, nas palavras de Pablo: “*Um dia levá-la pra visitar a sua família lá: ‘Eu sou daqui e você é daqui mesmo também, você é daqui também, só é nascida lá, tá?’*” Nesse sentido, podemos dizer que há uma projeção do lugar que essa filha ocupará no grupo social e familiar.

Com isso, reconhecemos a lealdade do casal à cultura de seu país de origem, ao explicitarem que a filha será venezuelana, mas apenas nascida no Brasil. O desafio que se coloca ao casal, no que tange ao pertencimento da filha, ocorre porque Ana transita entre as duas culturas, ou seja, a venezuelana (cultura da família) e a brasileira (cultura do país de origem).

6.2 Família Diaz

A família Diaz é composta por um casal, Luz e Diego, e dois filhos, Francisco e Maritza, sendo que um filho reside com o casal e a filha mais velha migrou com os pais para o Brasil, mas retornou à Venezuela, para cursar uma graduação e reside com uma tia materna. Há pelo menos dois anos que não veem essa filha, mas estão sempre em contato.

Em nenhum momento a filha foi mencionada na entrevista e se referiram a ela apenas quando questionados se o Francisco era o único filho da família. Quando o casal descreve o processo migratório, não há relatos que atestem a presença da filha, durante a travessia e chegada ao Brasil. Já o filho estava em casa, no momento da entrevista, tentando interagir, no início da conversa. Com isso, foi possível perceber que o problema apontado por seu diagnóstico clínico parece que realmente dificulta sua comunicação.

A entrevista foi realizada na residência da família, por solicitação deles, e ocorreu em um único encontro. Foi ofertada também a possibilidade de responderem às perguntas da entrevista em espanhol, mas o casal optou por fazê-la em português. Embora a entrevistadora tivesse boa compreensão do espanhol, por vezes, era difícil entender a pronúncia de Luz (dicção). Além disso, ela pronunciava muitas palavras em espanhol, no meio de suas frases. Ao longo da entrevista, ela relatou que teve

uma perda auditiva significativa, em um dos ouvidos, o que justificava sua dificuldade de fala, comprometendo seu aprendizado do português e socialização, no país de destino.

Durante o processo, foram bem colaborativos e pareciam entusiasmados com o fato de que a entrevista deles iria compor uma pesquisa de Doutorado. É como se a entrevista possibilitasse alguma visibilidade à história familiar. Luz parecia mais à vontade para responder às perguntas, mas, aos poucos, Diego foi interagindo mais e trouxe informações e percepções bem importantes sobre o projeto migratório familiar.

Após a chegada ao Brasil, foi feito o pedido de residência, tendo-se em vista que a condição de refúgio demoraria mais e não tinham recursos financeiros suficientes para aguardar. Assim, a família residiu em três cidades diferentes, na Região Sul do país, até conseguirem se estabelecer. As mudanças foram motivadas pelo diagnóstico do filho e pela necessidade de tratamento especializado. Esse processo de deslocamento sucessivo levou à perda de vínculos sociais e profissionais.

Além disso, os membros do casal faziam questão de ressaltar que também possuíam pós-graduação e o quanto valorizavam o estudo. Falavam, com certo pesar, que todo o investimento na carreira profissional deles ficou de lado, já que não conseguiam validar os seus diplomas e, portanto, não podiam atuar na sua área de formação.

Contudo, eles enfatizaram, durante toda a entrevista, o seu sentimento de gratidão ao Brasil, pela possibilidade de reconstruir sua vida em outro país. Ao final da entrevista, fizeram questão de oferecer chocolates à entrevistadora e disseram que era uma forma de agradecer a receptividade dos brasileiros para com os venezuelanos. Esses chocolates eram parte da cesta básica que Diego recebia da empresa onde trabalhava.

6.2.1 Motivos que envolvem a migração

Com relação às causas que fizeram a família deixar seu país de origem, Luz assinala que é devido à problemática da crise na Venezuela: *“A situação é muito negativa e la cesta básica de alimentación, o preço subiu muito e el sueldo mínimo*

alla disminui. Então, não compensa trabalhar e não dava para comer. A situação ficou muito difícil e, quando tem crianças, fica mais difícil, todavia”.

Assim, é possível entender que a grave crise econômica, com a inflação e a diminuição do poder de compra foram os precedentes para a situação que se instalou:

Econômica e social também. [...] Quando nosotros saímos, a situação estava muito ruim. Havia escassez de alimentos. Assim, era muito difícil conseguir alimentos, havia problema de água, não havia água, havia problema de gás, não tinha gás e a energia elétrica não estava funcionando bom. Então estava tudo como que colapsado (Diego).

Para Luz, a escassez de alimentos não foi o único fator que contribuiu para que a situação se tornasse alarmante, visto que as vulnerabilidades foram intensificadas, nos períodos de crise. Diego por sua vez, ressalta:

Como ela falou...Eu estava trabalhando e com o serviço de lá conseguia pagar as contas. Mas, depois já começou a passar um tempo e a inflação subiu muito. O salário não alcançava para nada. [...] A inseguridad lá também aumentou muito. E também futuro melhor dos nossos filhos, pois eles merecem. Não tem como ficar nessas condições, não tem alimentos, com escassos recursos, sabe? Assim, você não tem meio para comer e não tem pra comprar uma roupa, um calçado.

Assim, a busca pela sobrevivência foi um motivador para a família iniciar seu projeto migratório e deixar a Venezuela, já que a permanência no país de origem se tornou insustentável, conforme o relato do casal. E Diego acrescenta: *“Todo o sistema público está colapsado. Os hospitais não tinham medicamentos, não tinha doutor para atender, tudo estava lotado. E muitas coisas... e aí tomamos a decisão de que não dava mais para viver. Nessa situação, você não pode mais viver”.*

Dessa forma, a migração ocorre por uma conjugação de alguns elementos determinantes, tais como baixos salários, escassez de alimentos e desabastecimento de produtos, demonstrando um processo de exclusão social e econômica. Além disso, há outras variáveis que cooperaram para a mobilidade e que são assinaladas pelo casal, a exemplo da insegurança, dos altos índices de inflação e da falta de serviços básicos de saúde. A partir desse cenário, observamos que a Venezuela está marcada por uma instabilidade política e econômica, que ameaça a própria condição de existência desses indivíduos.

Em certo momento da entrevista, Luz afirma que as condições econômicas e sociais da Venezuela impactaram na decisão para a migração da família, mas destaca que há igualmente razões particulares para esse grupo familiar: *“Dejamos muitas*

coisas alla. Tuvimos que regalar, mas nós abandonamos tudo: casa, estudo. Estávamos estudando, tudo. Tínhamos projeto de vida lá e começamos tudo de novo. Por nosso filho, para dar um futuro melhor para ele". Notamos, nesse caso, que Luz nos diz que o casal deixou seus pertences, seus estudos e seus projetos de vida em favor de uma condição melhor para o filho. Por isso, mesmo diante de perdas expressivas em relação à trajetória ocupacional do casal, eles abandonaram tudo em prol de um futuro alternativo para a criança.

De acordo com o relato de Diego, a decisão de realizar o projeto migratório familiar foi do casal, e o planejamento preliminar incluía a vinda de todos os membros juntos: *"Aí minha esposa e eu tomamos a decisão de vir para o Brasil. Só que não tinha o dinheiro. Então, consegui um dinheiro emprestado para vir aqui para o Brasil"*. Em vista disso, elegem o Brasil como país de destino e fazem a travessia, a partir de uma ajuda financeira. Embora não mencionem como obtiveram esse auxílio financeiro, atestamos a importância da rede de apoio, ao favorecer o projeto migratório dessa família.

Para tanto, Diego descreve como foi o delineamento, desde a decisão até a partida da família:

Então, o planejamento foi o seguinte, primeiro precisávamos ter o dinheiro na mão. Quando tinha dinheiro na mão, já consegui comprar uns dólares e aí começamos a planejar aquele dia, a data certa, as coisas que podíamos vender. A maioria a gente não vendeu, porque as pessoas não tinham dinheiro e aí a gente começou a regalar, presentear as coisas a nossos familiares. [...] Chegou um dia, antes de sair, nos reunimos com família, nos despedimos de nossos pais, nossos irmãos e irmãs. E aí, no dia seguinte, saímos.

Assim, constatamos que a experiência migratória, na qual a despedida ocorre de maneira súbita, pode dificultar o trabalho psíquico de processamento da perda dos laços com o país de origem. Para a família Diaz, presentear os familiares com seus pertences foi uma maneira de deixar parte de algo que construíram e com que possuem um vínculo afetivo: *"Nossas coisas, ela deu para a sua família, algumas pequenas coisas eu dei para a minha e assim nós fomos nos preparando"*. Esse ato de se desfazer dos seus pertences não deixa de ser uma forma de se organizar internamente para a partida, uma vez que essa ruptura com os vínculos familiares ou com objetos de valor afetivo são mobilizadores.

6.2.2 Saída do país de origem e chegada ao Brasil

Desse modo, a família deixa a Venezuela e Diego descreve como foi a trajetória migratória empreendida pela sua família e as adversidades enfrentadas por eles, nesse processo:

No terminal, saímos de ônibus e aí chegamos na cidade na manhã, duas horas da viagem. Aí esperamos por quatro horas mais ou menos até que passou o ônibus da fronteira no Brasil. Só que esperamos e deu tudo certo. Chegamos no outro dia seis horas da manhã, no terminal dessa cidade. [...] Aí, quando chegamos lá, inteiramos que a fronteira estava fechada e tinha uns carros particulares que passavam por trocha. Então, contratamos um carro, só que... só que, quando íamos na via na trocha, o guarda nacional... o exército estava bloqueando ela. Não permitia mais carro passar por lá. Os caras que... o motorista, eles conheciam o guarda e não queriam deixar passar. Nos levou um pouco mais pra frente perto da fronteira. Como estava fechado e não passava nem carro, só podia passar a pé. Aí decimos, pagamos o motorista e cruzamos a pé. [...] Chegamos na fronteira, caminhamos uma meia hora mais ou menos para poder chegar aqui no Brasil.

Nessa circunstância, a análise do percurso migratório denota a condição precária e vulnerável que se impõe no caminho. O trajeto é realizado de ônibus e, ao chegar na fronteira, o fazem por meio de *facilitadores (carros)*, por via das *trochas*, que são trilhas clandestinas. Diante da abordagem da guarda nacional e da impossibilidade de seguirem adiante, cruzaram a fronteira a pé.

Partindo do relato de Diego, conseguimos compreender o quão sofrida e difícil foi a travessia:

Caminhamos com as nossas malas, né? Foi um pouco difícil. As malas eram pesadas, as carreguei e aí pago uma moto por isso. Minha esposa caminhou um pouco com meu filho e eu levei as malas. Aí, esperei em um ponto certo ela. Não conhecíamos nada aí. Esperei, esperei, né? Ainda tem que passar por aqui, aí esperei, ela chegou.

Segundo ele, o casal teve de se separar no percurso, pois ele precisou contratar uma moto que o auxiliasse com as malas. Por isso, ele atravessou primeiro e ficou à espera dela e do filho, já que o local era totalmente desconhecido. Embora, ao longo da entrevista, ele dissesse que sabia que em algum momento ela chegaria com o filho, consideramos que a longa espera pode tê-lo deixado um pouco apreensivo.

Após se reencontrarem, a família foi acolhida e providenciou a regularização de sua permanência. Nas palavras de Diego:

Aí chegamos no acampamento da ONU. Nesse momento, agilizavam os documentos necessários. Protocolo, carteira de trabalho, CPF, interiorização. [...] Só que no refúgio nos davam comida, nos davam só almoço. Nós tínhamos de conseguir um café da manhã e janta. Aí ficamos por uma semana. [...] Aí nos deram um colchão, dormimos aí. Tinha um banheiro, tinha suas condições. Aí tinha... havia comedor nessa época, trazendo a comida para nós. [...] E aí acho que foi na ONU, que esse refúgio nos disse o lugar do Brasil que nós podíamos ir, nossa profissão.

Apesar da situação de desamparo à qual foram submetidos, na experiência migratória, a família conseguiu ser acolhida e atendida em suas necessidades básicas de sobrevivência. Além disso, a integração socioeconômica, pautando-se na área de formação do casal e de possibilidade de atuação profissional, ocorreu por meio de programas de interiorização.

Por esse direcionamento, a família se instalou na cidade de destino. Com relação ao suporte que tiveram no local, Diego diz:

Lá foi muito bom, nos recebeu lá uma família que nos ensinou muitas coisas. Graças a Deus, uma ajuda boa, uma casa. Tem uma igreja que também nos ajudou muito. [...] Nessa época, eles nos ajudaram muito também. Aí chegamos e ganhamos fogão, cama... tínhamos tudo o que precisávamos. Graças a Deus, deu tudo certo.

E Luz complementa: “*Sim, nós somos membros da igreja [...] Nos assistia em Venezuela e aqui também*”. Dessa maneira, observamos a importância das organizações que realizam a assistência com relação à recepção e acolhida desses migrantes.

De forma semelhante, evidenciamos, nos seguintes trechos da entrevista, a relevância da religiosidade para esse núcleo familiar, pois se faz tão presente nas declarações de Diego: “*Confiando em Deus, né? Que Deus vai nos ajudar. [...] Muitos membros da igreja nos ajudaram também. O processo de fé deixa um pouco menos pesado para as dificuldades*”. Isso se confirma também nas falas de Luz: “*Quando eu vim para cá, eu não conhecia a ninguém, pero eu confio em Deus e eu falei para ele assim: ‘Por que temos a dúvida?’ [...] E também confiando na ajuda de Deus. E isso dá paz*”.

Portanto, fica claro o quanto a religiosidade desses indivíduos tem a função, não somente de suporte na organização da família no Brasil, mas de amparo emocional, para que possam enfrentar tantos desafios e perdas relacionadas às suas referências identificatórias e vinculares.

A partir de então, o casal se instalou em um pequeno município, na Região Sul do Brasil e, de acordo com eles, ambos começaram a trabalhar. Os desafios apontados pelo casal nesse processo de vinda ao Brasil, incluíam o filho Francisco:

Naquela época, o mais difícil foi a parte onde nós trabalhávamos e praticamente não nos víamos. Numa época sim, porque trabalhávamos no mesmo turno, mas depois tive que mudar por cuidarmos de meu filho. Nos víamos muito pouco, praticamente. Chegava cansado, não podia atender ele (o filho) e também não entendia muito português naquela época e era difícil para nós (Diego).

Era pelas tarefas, era muito difícil ajudar a Francisco (Luz).

Tinha que perguntar para os colegas de trabalho para ver como se fazia, porque tinha muita coisa que não entendia. Hoje em dia, conseguimos ajudar ele (Diego).

Assim, podemos concluir que a reorganização do cotidiano familiar, no país, foi um processo difícil para todos os seus membros, sobretudo com relação à alternância dos horários de trabalho do casal, o que gerou um distanciamento físico e emocional entre eles. Essa reorganização foi necessária, com a finalidade de atender aos cuidados e ao desenvolvimento educacional do filho.

No tocante a esses desafios, temos o diagnóstico clínico de Francisco, que demandava atendimento especializado, o qual não estava disponível no município onde residiam. Assim, Luz explica: *“Começamos a procurar para ele atendimento e nos falaram que não, não. Ele precisava de terapia, pero não havia”*. Diego reitera:

Mas as especialistas estavam em outra cidade. E para nós ir até lá era caro, né? Não tem carro, né? E aí decidimos mudar. Moramos quase dois anos nessa primeira cidade. Aí decidimos mudar pelo bem-estar de nosso filho. Percebemos que ele se atrasou muito na escola. Nós dois trabalhávamos naquela época e quando chegamos [...], ela falou: “Não vou trabalhar mais”. E eu disse que eu concordo, porque sei que é um atraso, um choque para Francisco, o idioma. Eu falo e ela fala, mas a escrita não [...] Então, aí como tem dificuldade para aprender, a minha esposa se dedicou a cuidar em casa e a cuidar dele em seu estudo e eu comecei a trabalhar.

Desse modo, a família deixou a primeira cidade na qual residiram, em benefício do filho. Luz diz: *“Vamos mudar [...], tem que ser lá, mas não conhecemos ninguém aqui, ninguém”*. Assim, o casal se organiza, a fim de buscar uma nova cidade que atendesse às necessidades do filho e minimizasse as suas dificuldades escolares. Com isso, observamos novamente a magnitude do filho na orientação sobre qual seria o local de moradia.

Nesse sentido, Luz se muda para outra cidade da Região Sul do Brasil, na companhia de Francisco, com a finalidade de procurar os tratamentos de que o filho precisava. De acordo com ela, o marido seguiu trabalhando na mesma cidade e enviava remessas de dinheiro para o provento deles: *“Eu vim primeiro com Francisco. Ele ficou trabalhando e mandava... Sim, porque eu estava procurando escola para ele, médico e tudo isso”*. Logo depois, Diego chegou também e houve a reunificação familiar. Sobre isso, Diego relata: *“O que eu consegui aqui no compensava, não pagava as contas. [...] Comecei a trabalhar sozinho e tinha que pagar as contas. Chegamos e moramos como que sete meses”*. E Luz o corrige: *“Na verdade, um ano”*.

Posto isso, a família mudou-se pela segunda vez, em busca de melhores condições de vida. Sobre sua reinserção profissional, Diego expõe:

Aí depois de chegarmos aqui, eu desempregado e na mesma semana saí e conversei com um senhor que tem uma oficina de motor, de motores elétricos e me deu uma diária. Eu comecei a trabalhar com ele. A começar a minha história, ele me ajudou muito, pra mim foi muito bom. E aí comecei depois, há dois meses eu comecei a trabalhar como [omitido-cargo] e aí deu uma melhorada, né? Salário um pouco mais diferenciado. Mas, hoje em dia, posso falar pra você que eu tô melhor [...] Consigo sozinho pagar as contas com a tranquilidade, pagar as contas. Não que dê ao luxo, não consigo hoje em dia, mas pagamos as contas, sim.

Em seu relato, percebemos que, diante das diversas cidades que incluíram o deslocamento dessa família, temos rompimentos, separações e mudanças que marcaram a história familiar. Todas essas experiências têm impactos psicológicos relevantes e, para tanto, postulam a necessidade de significação.

6.2.3 Permanência e reorganização do núcleo familiar

Ao relatar sobre o processo de se estabelecer no Brasil, Diego salienta como ocorreu a sua experiência subjetiva:

Em meu caso, foi tudo mais rápido. Depois do trabalho, eu comecei a progredir... eu comecei como auxiliar, aí eu comecei a parte de qualidade e tenho que falar e escrever. Tenho que esforçar um pouco mais para falar e escrever e ainda bem mais rápida, né? E foi um poquito duro para mim a comida, só que a comida é muito diferente, que come muito feijão e eu como pouco feijão. Então, essa parte aí foi difícil, mas depois me adaptei. Hoje em dia, me sinto mais brasileiro que venezuelano [risos]. Em sentido de pertinência, mas da comida não muito, muito não do feijão. Ainda estamos em processo de se restabelecer.

Assim, Diego aponta que o processo para ele foi rápido, porém, não foi simples. Dentre as adversidades, ele sinaliza a experiência com a alimentação, diferente de seus gostos alimentares. De maneira semelhante, ele se queixou da dificuldade com o idioma e, durante a entrevista, foi possível observar algumas trocas de palavras, quando mantém a pronúncia original em espanhol.

Em outro trecho, Diego assinala novamente o seu desapontamento com a dificuldade de se comunicar no país de destino:

Então, a dificuldade da chegada foi na parte de idioma, o sea, entendíamos algumas coisas, porque o português e o espanhol é muito parecido. Só que, algumas vezes, não nos entendiam, porque não conhecíamos todas as palavras e, às vezes, as pessoas não nos entendiam, porque eu falava muito rápido. E, então, eu sentia, eu sentia muita frustração, porque eu queria explicar algumas coisas e não dava certo.

Diante dessas considerações, Diego demonstra sua insatisfação com a falta de domínio da língua portuguesa e o quanto isso interfere na sua inserção cultural no Brasil. Por isso, essa dificuldade em se fazer compreendido repercute no seu sentimento de não pertencimento ao país de acolhimento. Portanto, podemos concluir que a língua materna e a comida se constituem como elementos importantes na construção da identidade, e distanciar-se desses referenciais pode suscitar sofrimento, tal como fora descrito por ele.

Ao mesmo tempo, evidenciamos o seu esforço no processo de inserção na cultura brasileira, especialmente no aprendizado do português:

Eu percebi que tinha que pôr mais interesse, porque eu queria, na verdade, de fazer futuro aqui no Brasil. Tem que esforçar, né? Aí fiz o curso, né? Pela igreja que nos deu a oportunidade de fazer o curso de português. Para minha esposa, o desafio é mais ainda porque [...], ela tem dificuldade para escutar e não escuta bem o que estão falando. É mais difícil para ela.

Nesse relato, conseguimos perceber o empenho e a dedicação de Diego em fazer parte de desse novo grupo social, já que tem um projeto de vida, no país de acolhida.

Já na perspectiva de Luz, os seus maiores obstáculos ocorreram, quando ela se defrontou com o novo idioma: “*Sim, ele se adaptou muito bem, eu também. Eu acho que Francisco foi mais difícil para ele, por ser criança. Não gostava a escola. Para ele, foi mais difícil por sua condição e tem dificuldade para socializar, mas para nós não. Foi fácil. O mais difícil foi lo idioma, a princípio*”. Com isso, ela descreve que

sua experiência com o idioma e o seu problema de audição estariam entre seus maiores desafios, porque a deficiência auditiva se tornou um complicador para sua comunicação e socialização:

Eu me lembrei alguma outra coisa [...] Eu, quando vim da Venezuela, eu tive um problema de audição muito pequeno. Quando eu comecei a trabalhar em [omitido-empresa] esse ruído constantemente, isso só piorou minha condição. É algo que é muito difícil, porque eu escuto, eu entendo, mas, muitas vezes, eu tenho que escutar por contexto. Minha condição, minha audição, estou com, em quarenta por cento [...] E isso também foi difícil para entender as pessoas, mas que entender, é porque não escuto. Tenho um problema. [...] Fizeram uma avaliação e fiz exame e preciso de aparelhos, mas não tenho... porque são muito custosos.

Desse modo, Luz demonstra não ter dimensão do impacto dessa perda auditiva e de seus desdobramentos, visto que isso pode representar uma barreira à vivência cultural em outro país. A sua integração fica visivelmente prejudicada, considerando-se que a perda auditiva vai interferir no aprendizado do português, na sua comunicação e no estabelecimento de outros vínculos, no país de destino. Todavia, a falta de acesso ao aparelho auditivo, devido ao seu alto custo, é outro obstáculo à sua atual condição.

Em acréscimo, Luz pontua que o processo foi mais complexo para o filho Francisco, conforme ressaltado por Diego:

Acho que quem mais demorou no processo de adaptação foi Francisco, porque Francisco, pelo efeito da pandemia, ficou muito tempo em casa, você sabe que as escolas fecharam, a maioria fecharam. E aí depois ele ficou tanto tempo em casa, que depois não queria ir para a escola, não queria sair. Hoje em dia, é um desafio para nós que ele vá para a escola. [...] Então, para Francisco, o processo foi mais difícil para ele do que para nós. Eu tive a necessidade de adaptar-me por la questão de trabalho, né? Tinha que pagar as contas, né? Então, vai adaptando como seja. Não vou falar para você que não foi difícil, porque foi. Mas fui obrigado a me adaptar praticamente.

Com isso, fica explícita a resistência de Francisco diante da mudança do ambiente escolar, que fora acentuada durante o período de pandemia. Assim, a sua vinculação com o novo grupo social e com a apropriação de seus códigos culturais fica comprometida, com o período de isolamento social.

Por outro lado, no relato de Diego, também por sua necessidade de se estabelecer e prover o sustento da família, parece não ter espaço para simbolizar ou processar as suas perdas. É como se não houvesse, para ele, a possibilidade de um processo gradual de elaboração as rupturas e, em consequência, apreender um outro universo sociocultural.

E nesse enredo acerca das dificuldades enfrentadas pelo filho, Diego prossegue:

Ele era um menino que gostava de brincar com os primos. No primeiro mês, ele chorava, porque queria voltar, queria voltar, porque tinha muitas saudades dos primos e de seus amigos. E aqui não conhecia ninguém. Ele brincava com os meninos daqui, mas não conseguia entender, sabe? O idioma. Os jogos aqui não é igual na Venezuela, como ainda não entendia, ainda não entende as regras, então essa dificuldade é mais para ele. Mas depois Francisco entendeu que, na Venezuela, não se podia estar por uma questão econômica: “Papai, você lembra quando passava fome?” [Diego se emociona]. Às vezes, não comia. Sabe por que estamos aqui. Já está um menino mais maduro, né? Que entende porque estamos aqui.

Essa fala remete ao sofrimento de Francisco e seu sentimento de estranheza, ao se deparar com um contexto cultural divergente. A dificuldade de Francisco, diante da diversidade cultural ou linguística do país de acolhida, bem como a falta de alguns familiares tornaram o processo de inserção ainda mais árduo. Todavia, ele parece compreender as contingências sociais e econômicas da Venezuela, as quais levaram ao imperativo da partida.

Entrementes, Luz alude aos progressos do filho, ao longo de sua permanência:

Porque era o que estávamos procurando. Porque, quando eu estava trabalhando, as professoras falaram que Francisco estava muito ruim e ele repetiu o ano. Deu problema e a professora falou que ia indicar ele e, a última vez que levei a psicopedagoga, ela falou: “Francisco está alfabetizado”. Ahhhh! [sorri e se emociona]. Final feliz! Que bom! Porque, pelo problema que ele tem, tem muita dificuldade para aprender e tem que repetir, repetir, repetir, repetir. Aiiii, eu achava que não dava certo, porque eu estava dedicando a ele, pero eu acho que logre com muita, muita disciplina. Cada dia, cada dia.

Nesse cenário de incertezas, quando a família começa a se estabelecer no Brasil, percebe que a cidade não possui estrutura adequada e profissionais especializados para o tratamento do filho, o qual possui um diagnóstico clínico específico. Nesse caso, eles resolvem mudar-se novamente, o que implica novas rupturas, conforme Diego: “O trabalho era melhor lá, já conseguia avançar”. E Luz reitera: “Tínhamos trabalho. Eu só não me sentia bem por causa da situação de meu filho. [...] Temos que procurar outro lugar. Uma cidade más grande têm pessoas que ajudam as crianças que têm a mesma condição que meu filho”.

Entretanto, decidiram que se mudariam para uma cidade um pouco distante, o que demandava um certo custo para o traslado. Luz conta: “Não pudemos mudarmos com todas as coisas, porque era muito dinero esse trânsito”. Nesse sentido, Diego

assinala: *“Era melhor pegar esse dinheiro e comprar as coisas mais básicas como uma geladeira, fogão e cama. Para mim, esse era o primordial. Já a mesa você consegue fazer com uma caixa, uma coisa. Compramos uns banquinhos e assim deu certo”*.

Desse modo, essa mudança tem repercussões na família e nos seus vínculos, levando-se em conta as perdas e a nova experiência de separação. Esse contexto ainda denota a carência de condições para realizar o transporte de seus pertences, o que gerou a necessidade de doá-los ou vendê-los. Entretanto, o valor obtido não é suficiente para comprar os móveis e eletrodomésticos que possuíam.

Sobre isso, Luz retoma: *“Eu vendi algumas coisas. [...] Até tivemos que regalar. [...] Também logramos comprar algumas coisas. Tivemos que começar de novo”*. E Diego acrescenta: *“Eu vendi a geladeira, uma mesa, algumas coisas. [...] E aqui estamos começando de novo praticamente”*. Tal situação remete ao recomeço desse grupo familiar, ou seja, como pontua o próprio casal, é como se iniciassem o processo todo novamente.

No tocante à vida profissional, o casal também se deparou com alguns recomeços, porque, na Venezuela, já estavam terminando a pós-graduação. A vinda ao Brasil e a necessidade de revalidar o diploma do casal trouxeram alguns desdobramentos. Nas palavras de Luz:

Eu falei para ele, porque estamos procurando fazer a revalida, pero era muito difícil, muitas vezes tinha que viajar, muito requisito, carga de histórico. Não temos carga de histórico e falei para ele: “Como vamos fazer? Voltar para Venezuela atrás de carga histórica com o problema que tem lá?” Vamos a procurar melhor a Ensino Médio. [...] Lo logramos e temos a revalida de Ensino Médio aqui no Brasil e agora ele tem esse requisito para estudar.

Nesse aspecto, verificamos a dificuldade da família para revalidar seus estudos, considerando-se a dificuldade de acesso a documentação e a sua burocratização. Logo, não houve a possibilidade de aproveitamento de sua formação profissional para a busca de um novo trabalho, pois conseguem apenas revalidar o diploma de Ensino Médio. Entretanto, Diego não descarta a possibilidade de retomar os estudos no Brasil e de se qualificar: *“Agora, eu posso fazer faculdade, se eu quiser. Aí o curso fica mais fácil de fazer, mais curto o período de tempo. Faculdade leva mais tempo e eu já tenho experiência na parte mecânica e aí vou fazer esse curso técnico”*. Nesse sentido, ele mostra interesse de reestruturar seu projeto de vida, no país de

acolhida, mesmo diante de tantas adversidades. Luz também compartilha dessa perspectiva:

Nosotros estamos muito gratos, apesar de eso, estamos muito grato, porque é um país que nos abriu as portas, que nos está dando oportunidade para progredir e começar de novo. Eu queria também estudar, porque eu gosto de estudar, pero no dá. Eu estou apoiando a ele para que puedas seguir adelante. Nosotros tenemos esa meta. Queremos progredir, ajudar nosso filho e seguir adelante.

Nesse trecho, ela demonstra um sentimento de gratidão pela acolhida e pela oportunidade de retomar sua vida, em outro país. Ademais, Luz vê a possibilidade da família de se projetar futuramente no país e quais seriam suas principais expectativas, em um novo território.

Nesse contexto de transformações, a família destaca de quais aspectos mais sentiram falta, após a migração. Em face do questionamento, Luz faz uma pausa e respira profundamente: *“Acho que a falta e a saudade da família. A família e na parte da profissional também, porque nós estudamos com muito sacrifício, estávamos fazendo posgrado”*. Dessa forma, fica claro o sentimento de tristeza de Luz, pela perda dos vínculos familiares que ficaram na sua terra natal. A impossibilidade de retorno ao país de origem, após a experiência migratória, leva a uma descontinuidade desses vínculos e, de maneira semelhante, as mudanças de cidade dificultam o estabelecimento de novos laços com outros grupos sociais.

Nessa perspectiva, Luz aponta a sua insatisfação diante da impossibilidade de reconhecimento de sua qualificação profissional, que nesse caso, já era de pós-graduação. A condição de transitoriedade da família expõe seus membros a uma inconstância das relações afetivas e sociais. Quanto a isso, Diego diz:

E tem que começar de novo. Não vale nada o título nosso. Se custou para estudar na faculdade. Às vezes, eu sinto impotência, porque eu tenho um chefe que: “Nossaaa! Essa pessoa é meu chefe?” Você sente impotência, sabe? Você vê que é um cara que tem Ensino Médio. Que é isto aqui? Por que a pessoa merece estar aí? Por que se esforçou? Porque, para uma pessoa ser um líder, você tem que ter capacidade. Em meu trabalho, às vezes, sinto impotência por isso. Porque eu tenho um chefe, hoje em dia, ele é muito bom nas máquinas, pero como líder, no. Para mim, não tem... não é para mim, para outras pessoas também: “Como ele virou chefe?” Ninguém entende como ele virou chefe, tá bom? Às vezes, a vida é assim e tem que continuar. Só isso.

Ora, Diego expressa a sua indignação diante da subutilização de sua formação profissional, como também de uma situação na qual um colega de trabalho possui menor qualificação profissional que ele e, ainda assim, tem um cargo superior. Com isso, sem a comprovação de sua formação, ele precisa se submeter a cargos e salários que não condizem com seu nível de conhecimento. Dessa maneira, Diego e Luz demonstram um certo ressentimento devido a essa situação, principalmente tendo em vista que investiram em suas formações de ensino superior, na Venezuela. Mesmo em condições mais favoráveis do que no país de origem, o casal precisa recomeçar a vida mais de uma vez, no Brasil. Na primeira cidade na qual se instalaram, eles possuíam bons empregos, sendo que Diego perdeu essa oportunidade, devido à mudança, enquanto Luz deixou de trabalhar para dedicar-se integralmente às necessidades do filho.

Além disso, é oportuno destacar, a partir do relato de Diego, os aspectos de que o filho Francisco mais sente falta, após o deslocamento do núcleo familiar: *“Também sentiu um pouco de saudades de sua irmã, pero entende também que ela está estudando para um futuro melhor. E também que ela não queria estudar outra coisa e, na oportunidade que teve na Venezuela, ela não pensou e aí guardamos um dinheiro... e ela voltou”*.

Portanto, Francisco se defronta com o distanciamento da irmã mais velha, a qual migrou junto com a família, mas retornou ao país de origem e com quem tinha uma boa relação. Nesse caso, a partida da irmã se configura como um relevante rompimento do vínculo familiar para todos, já que a possibilidade de retorno da família à Venezuela ou da vinda dela ao Brasil é bem restrita. De acordo com Diego:

Ela veio com nós e teve que voltar. Porque ela conseguiu vaga para fazer faculdade de [omitido-curso]. Como ela queria estudar esse curso que é muito difícil para estudar, então, cumpre seu melhor, guarda dinheiro e mandar ela voltar. E hoje em dia está estudando. [...] E ela também passou dificuldade, deixou amigas, né? E, então, ela se sentia sozinha aqui também. Aí depois, claro, depois ela sentiu um pouco de saudade da... sentia a nossa falta e nós sentíamos a falta dela, pero entendia que ia estudar. A decisão dela hoje está mais tranquila. Ela sente saudades com um todo, mas sabe que alcança o objetivo dela que é estudar. Vai voltar? Não sei, mas ela tá cumprindo seu sonho e tem que seguir. À parte, nós ajudamos ela, com os gastos. Tem que mandar dinheiro. [...] Ela está hoje em dia, com a irmã dela, praticamente mora com ela. Mandamos dinheiro para ajudar ela, para comida, alimentação, transporte, com o que pode alcançar. Ela ficou seis meses aqui. [...] Nós estamos tranquilos, porque está com família, né? Está com a irmã dela, não vai chegar em uma casa sozinha. E não está sozinha.

A perda das variáveis culturais do país de origem é sentida de maneira diferente, por cada indivíduo do grupo familiar, sendo a cada um dada a possibilidade de fazer escolhas subjetivas. Nas palavras de Luz, a filha também enfrentou algumas dificuldades:

Ainda não dominava el idioma, la língua. E, na Venezuela, quando as pessoas têm boa nota, entra direto em la facultade, e era seu caso. E ela decidiu voltar para entrar na facultade. Ela ainda tem mais dois anos de curso. [...] Ela trabalhou também aqui, mas era muito pouco lo que pagavam para cuidar de um menino. [...] Depois ela tem que pensar onde fazer um posgrado, una especialización. [...] Ela queria estudar em Paraguai, só que não dava para pagar. Paraguai é privado, tem que pagar. Era mais econômico em Venezuela, já tinha minha irmã e ia ficar na sua casa, universidade pública e era a carreira que ela queria estudar, então, as coisas deu de uma maneira boa.

Nesse sentido, para Luz, a filha mais velha não conseguiu tramitar a mudança de país, que pode ser evidenciado na dificuldade com o idioma e na falta que sentia de seus vínculos sociais com o país de origem. Ademais, ela ainda tinha o desejo de cursar uma faculdade, realidade muito mais difícil no Brasil. Esse conjunto de circunstâncias fizeram com que ela decidisse retornar à Venezuela. Embora ela esteja junto de alguns familiares, a sua partida não deixa de ser uma ruptura ou desvinculação marcante para a família, especialmente para o irmão mais novo. A manutenção dos recursos financeiros à filha pode se configurar em uma forma de garantir a integridade dos vínculos familiares.

A despeito da falta que sentem de outros familiares, Diego explica: *“Nós conversamos com nossos familiares, com nossos irmãos, com nossos pais e conversamos. Sentimos sua falta? Claro, que sentimos sua falta”. Faz alguns anos que não vejo a minha mãe e ela também, né? É difícil*”. E Luz complementa: *“Eu tenho um irmão que mora em [omitido - estado] e agora o menor está morando em [omitido-estado] este ano, pero tem anos também não vejo a ele e tiene filhos e eu não conheço*”. Ao citar a separação familiar, o casal menciona a dor que sente diante da desagregação de seus membros e da falta de convivência entre eles. Mesmo que alguns familiares de Luz também tenham migrado para o Brasil, vivem em regiões distintas e isso ressoa nos vínculos familiares.

Dessa maneira, diante de tantas rupturas e reestruturações, notamos que há uma preocupação do casal com alguns aspectos culturais distintos entre o país de origem e o país de destino. Luz, com relação à educação do filho, diz:

Eu acho que a diferença entre Venezuela e Brasil na educação é que em Venezuela está um poquito fechada e Brasil está muito aberto. [...] Aqui as meninas pintam la boca. Pintar é para mulher, menina no pinta, porque menina é menina. E aqui é muito normal. Eu entendo é algo da cultura. São mais abertos. Os meninos pintam o cabelo, tem tatuagem. Pintar o cabelo de um menino não está bom lá, aqui é normal. Ele tem coleguinha que pinta cabelo.

Essa diferença cultural quanto ao sistema de normas e padrões de comportamento assume diferentes significações, no contexto de cada país, e parece preocupar Luz.

A partir desse relato, quando questionados sobre qual cultura em que baseavam a educação de Francisco, Luz assinala:

Hay cosas que hemos tomado de aquí e hay cosas que conservamos. [...] Francisco precisa ter um acompanhamento em escola e ele teve um maestro, um acompanhante e ele tinha muitas tatuagens. Francisco chegou a vê-lo como um líder y lo queria mucho. E ele queria fazer tatuagem. [...] Se identificou com ele. E então, eu tinha que explicar para ele que é nosso corpo, que é definitivo, o que se faz. Se você faz no corpo é definitivo. “Mas é que quero parecer a mi maestro”.

E Diego inclui: *“Ele pegava a caneta e fazia desenho no corpo”*.

Nesse âmbito, destacamos as dificuldades decorrentes da mudança de país e que estão relacionadas às diferenças culturais entre Brasil e Venezuela. A princípio, Luz demonstra que conserva alguns costumes do país de origem e adere a outros do país de acolhida, ou seja, mantém algumas referências identitárias, mas também estabelece um intercâmbio com a cultura nacional. Entretanto, a educação familiar parece ter alguns aspectos que divergem do país de acolhida, e isso pode representar uma ameaça ao sentimento de pertença, bem como à transmissão da herança familiar.

Dessa forma, observamos que a família conserva alguns costumes e tradições que se fazem presentes nesse contexto. Na perspectiva de Diego:

A comida aqui que preservamos entre nós é arepa, que é um prato típico da Venezuela, que se faz com farinha de milho. Claro que a farinha que vende na Venezuela não é igual à que vende aqui, mas a que conseguimos aqui é parecido, dá para fazer. Então, esse prato, hoje em dia, não faz falta da arepa, porque eu consigo a farinha e posso fazer aqui. [...] Agora em dezembro, no Natal, na Venezuela, há um prato típico que se chama ajaca e os ingredientes que preciso é farinha de milho, carne de porco, de boi e de frango, legumes como cebola, cebolinha, salsinha e se envolve em uma folha de banana. É muito gostoso. A folha de banana fiz uma via sacra para encontrar. É um processo, mas... se preserva com a gente.

A dificuldade de encontrar alguns ingredientes semelhantes que compõem os pratos típicos venezuelanos não impede que a família preserve elementos de sua cultura. De maneira semelhante, percebemos a tentativa de conservação da língua materna, na comunicação familiar:

Entre nós, a maior parte em espanhol. Às vezes, quando estou estudando com Francisco, tenho que falar português, porque estou ensinando ele português. É porque, às vezes, tem que tentar. Porque ele fala: “Fala espanhol”. Ele tá entendendo, mas não quer falar. [...] Sim, ele consegue falar português e entende as pessoas falando português. [...] Temos que conservar nossa língua, mas se estou estudando, tenho que estudar português, né? Então, eu leio português, apesar de falarmos nossa língua aqui em casa. [...] Minha esposa e meu filho, quando estão fazendo tarefa, ela coloca ele para ler português. É uma regra, porque, no final, ele está estudando aqui, né? Tem que ler fluidamente português. A meta é que ele leia mais fluído. Assim, queremos que ele domine os dois idiomas (Diego).

Ele fala certo, porque ele está muito tempo com os coleguinhas na escola (Luz).

Nesse sentido, a manutenção do espanhol, no ambiente familiar, é uma forma de resguardar as origens e o sentimento de pertencimento à Venezuela. Por outro lado, Diego relata que fazem questão de aprender o português, com o intuito de se apropriar dos códigos linguísticos da comunidade local e facilitar o processo de inserção sociocultural. Assim, os pais buscam que o filho pertença à cultura brasileira, sem precisar perder o vínculo com o país de origem, ou seja, como um modo de cumprir a transmissão da herança geracional no grupo familiar.

Portanto, em relação ao vínculo que possui com o país de origem, Diego dispara: *“Para mim, a Venezuela é minha terra, sabe? Ninguém vai tirar de mim isso. Sempre vou ser venezuelano. Só que, hoje em dia, Brasil é minha terra também. Então, cuida dela também, né? Tem que cuidar, porque tem sentimento de pertinência nas coisas”*.

Logo, o relato de Diego nos revela que a experiência migratória tem implicações para os referenciais identitários e, portanto, garantir a continuidade da cultura e da sua nacionalidade é uma maneira de reafirmar a sua identificação e pertinência a esse grupo social. Em contrapartida, quando questionados acerca de a qual país se sentem pertencentes, o casal afirma:

Brasil, Brasil, Brasil (Luz).

É o Brasil. Me sinto mais brasileiro que venezuelano. Nós, como família, estamos muito agradecidos a esse país, né? Acho que nós fomos muito bem

recebidos aqui. Nós não nascemos aqui nesse país, mas conseguimos brasileiros muito bons. Brasileiros que ajudaram muito no nosso caminho, nessa jornada até hoje em dia (Diego).

Isso significa dizer que há um desejo de ter uma vinculação com o Brasil. Nesse contexto, Luz afirma:

Eu sou muito grata, muito grata. Sou muito grata com as pessoas que conheci aqui. Sabe, eu acho que há um vínculo muito bonito. Tivemos muito boas relações em [omitido-cidade] e, todavia, temos comunicação com essas pessoas. Com os vizinhos, com as pessoas que nos ajudaram, na igreja de [omitido-cidade], que tinha pessoas muito boas lá também. Eu me sinto vinculada de maneira grata, muito grata.

Inclusive, Luz descreve como percebe esse sentimento de pertencimento no filho Francisco: “*Se adaptou, se adaptou e nesse tempo já gosta mais de Brasil. Agora tem uma mascota*”. Assim, ela afirma que preserva vínculos de amizade com pessoas que não fazem parte mais do seu cotidiano, mas com as quais mantém contato. Ademais, notamos também que existe um vínculo de caráter afetivo com o Brasil, especialmente como uma forma de gratidão ao acolhimento que receberam no país.

Nesse sentido, o projeto familiar não contempla o retorno à Venezuela. Para Luz: “Agora nosso plano é quedarmos aqui”.

E Diego confirma:

Certamente, nosso plano é ficar aqui no Brasil. [...] Eu gostaria de visitar nossa família, pero nossos planos futuros é ficar aqui no Brasil. Francisco tem dez anos já e merece uma estabilidade. Eu acho que é injusto para ele ficar mudando toda hora, mudando. Nosso futuro é ficar aqui no Brasil. Eu acho que é um país muito abençoado e um país próspero. Não é tão próspero, quanto aos países europeus, mas eu acho que o Brasil está melhor que a Venezuela.

Por fim, o relato casal denota que o projeto de vida familiar, mesmo diante das inúmeras adversidades encontradas nessa travessia, pode ser reescrito no Brasil. Assim, quando comparado à situação em que viviam na Venezuela, podemos concluir que é o melhor que pode existir. Portanto, o Brasil não se constitui apenas como um lugar de acolhida, mas representa um contexto de expectativas e oportunidades para a família recomeçar.

6.3 Família Martinez

A família Martinez, que migrou duas vezes ao Brasil, é composta por um casal, Santiago e Carmen, e o filho José. O processo migratório foi marcado por muita instabilidade, já que havia falta de emprego, na região onde se estabeleceram, especialmente com condições dignas de trabalho. Além disso, a família teve dificuldades de encontrar uma moradia e se mudou diversas vezes, pois não tinha condições financeiras para pagar o aluguel. Isso parece ter agravado a tentativa de estabelecimento de seus membros e contribuído para o retorno à Venezuela. Em um segundo momento, a família regressa ao Brasil, ao perceber que a conjuntura do país de origem não tinha se modificado muito.

Ao chegarem ao Brasil pela primeira vez, realizaram o pedido da regularização no país e todos ficaram com documento de residência. Entretanto, quando retornaram, essa documentação estava vencida e tiveram de refazê-la. Nesse caso, Santiago e o filho José ficaram com documento de residência e Carmen está como refugiada, embora ela não saiba explicar o motivo pelo qual sua permanência foi aprovada com outro *status*.

A entrevista, feita em dois encontros, ocorreu na residência da família, por sua solicitação. Foi ofertada também a possibilidade de responderem às perguntas da entrevista em espanhol, mas o casal optou por fazê-la em português. A família foi muito receptiva às entrevistas, e o filho do casal estava presente. Assim, foi possível conhecê-lo e perceber que seu transtorno do desenvolvimento, como diagnosticado, trazia prejuízos à sua comunicação.

Durante as entrevistas, Santiago conversa bem em português e se comunica com muita facilidade. Carmen, por sua vez, parecia mais tímida, mas em pouco tempo demonstrou desenvoltura e dedicou boa parte da sua fala para dizer sobre o seu sofrimento, no antigo emprego. No período da entrevista, o casal estava em processo de mudança de trabalho e ambos iriam trabalhar na mesma empresa.

Ao final do primeiro encontro, Carmen faz questão de compartilhar um pedaço de bolo que ela fez para o aniversário do marido e que fora elaborado com receita brasileira.

6.3.1 Motivos que envolvem a migração

A família Martinez descreve as principais causas que fizeram com que eles iniciassem a jornada migratória. Para tanto, o casal expõe suas razões para deixar a Venezuela:

A economia da Venezuela tá ruim. Não dá para morar. Alla é sobreviver, não é viver, não tem nenhuma vida, é sobreviver, tem que trabalhar o dia a dia para poder comer, né? Lá no tem um salário digno. Alla, é... não sei se você sabe, mas o salário lá é 10 dólares por... menos de 10 dólares por mês. Não dá pra comprar nada (Santiago).

Aumentou, porque antes era eu acho que 2 dólares, aí ele aumentou, só que... (Carmen)

É muito pouco. Eu tinha que trabalhar, eu montava nos ônibus e vendia qualquer coisas assim, é... pirulito, chiclete, tava permitido, já no tá permitido. Mas naquele tempo estava permitida, mas agora não está, não. Então era difícil de morar lá (Santiago).

Desse modo, Santiago e Carmen justificam a saída do país de origem, devido ao cenário social e econômico vivido pela Venezuela. Assim, descrevem uma situação precarizada de vida e de trabalho, o que limita a permanência em seu país, visto que compromete a existência familiar; nesse sentido, tentavam uma renda extra para complementar os baixos salários e manter a subsistência, por meio de um trabalho informal.

De maneira semelhante, Santiago pontua a escassez de alimentos como outro fator relevante:

Não tinha alimento, não tinha muita coisa. Todo o supermercado não tinha nada. Aí, quando chegava alguma coisa, era uma fila enorme, mais de 1000, 1500 personas para comprar um... e aí a maioria das pessoas não comprava, né? Só comprava as primeiras e aí acabava tudo (Santiago).

Além da falta de recursos, eles salientam que a dificuldade no acesso aos alimentos levou à situação de insegurança alimentar, na Venezuela. Assim, Santiago se recorda de uma situação vivenciada ao chegar no Brasil:

Tem uma vez que eu cheguei lá [omitido-cidade], eu cheguei na Rodoviária. Eu lembro que eu fui em agosto, era o Dia dos Pais. Nossa, deram tanta comida aos venezuelanos, aí eu peguei tanta comida que eu não consegui comer. Eu fiquei chorando, porque eu não sabia que eles estavam comendo, entendeu? Naquele momento, não tinha nada na Venezuela. Na Venezuela só comia manga.

Desse modo, Santiago e Carmen descrevem a situação de falta de abastecimento de alimentos e fome, conforme os trechos da entrevista:

Manga ou, por exemplo, assim... de temporada, mandioca, inhame (Carmen).

Eu cheguei magra, a primeira vez (Carmen).

Magra demais (Santiago).

Ele não, graças a Deus [José – o filho], porque ele mamou muito peito. Graças a Deus, nunca ficou com fome, nunca. Mas nós foi difícil teve temporada que: “Nossa”! É essa a primeira vez foi difícil. A questão foi de comida (Carmen).

A questão foi... não foi de dinheiro tanto, senão de comida, que não tinha comida pra comprar (Santiago).

Você tinha o dinheiro na mão, mas o que vai comprar? (Carmen).

Não tinha para comprar comida, tem que fazer uma fila, quando chegar a mercadoria, e aí você não conseguia comprar, porque acabava tudo. Então, era difícil (Santiago).

Nesse contexto, a alternativa encontrada por esse grupo familiar foi a migração e, dentre essas circunstâncias, conjugam-se a crise humanitária, a pobreza, a carência de alimentos, dentre outras, as quais submeteram esses indivíduos a uma situação de miséria, fragilidade e intensa suscetibilidade. Essas vulnerabilidades são agravadas pela falta de recursos, e Carmen relata:

Tem o problema da energia. Lá você não paga energia, mas a energia vai, volta, vai, volta. Então, a geladeira estraga, tudo estraga. E o problema também de segurança. Tem lugar aqui em Brasil que é seguro, você pode morar, não tem problema, a maioria dos lugares é muito seguro. É, tem outra também... ah é... agora o problema que tem Venezuela é da gasolina e o gás. Aqui acabou o gás, eu tenho cento e pouco, compro o gás. Chega na hora, você só liga e já em trinta minutos já está na sua casa, lá não. Você tem que fazer uma fila, você pode ficar uma semana, duas sem gás. E outra, se você não tem o dinheiro, passa meses sem gás. Lá tem em Venezuela tem gente alguns meses sem gás, porque não tem como comprar. Está saindo muito caro. E não adianta, se você comprar uma casa, comprar carro, comprar coisa. E pra manter? Aqui, dá pra manter, lá não dá pra manter. Se você tem um carro, e a gasolina? É uma semana de fila ou pagar bem caro a gasolina. Tem gente que fala: “Ah, a gasolina está cara”. Cara está em Venezuela e isso que produz a gasolina, que tem petróleo [...] Então, toda Venezuela, toda Venezuela tem criminalidade, tem... está perigoso, toda a Venezuela. Onde... seja povo, seja ciudad, você tá na rua à noite, você não sabe o que vai acontecer. Pode roubar, é... matar, violar, sabe? Está terrível.

Assim, ela lamenta as dificuldades que o país enfrenta e, por vezes, compara a situação da Venezuela com o Brasil, em aspectos concernentes à falta de recursos

básicos, como energia, gás, o alto preço dos combustíveis e a insegurança. A partir da fala de Carmen, fica bem evidente que a migração ocorreu por ausência de alternativas, no país de origem: *“Então, por isso que a gente pensou melhor as coisas. É nosso país, dói, mas é preciso, é preciso fazer mudança e pensar bem. [...] Então, essa primeira vez eu não teve escolha, teve que... chorei, deixar que ele...”* Nessa situação, deparamos com uma breve separação familiar, pois Carmen não se mostrava favorável à partida do marido, mas compreendia que era por uma questão de sobrevivência.

Dessa forma, Santiago começou a planejar a vinda ao Brasil, já que a situação na Venezuela estava cada vez mais complexa:

Se eu não trabalhava um dia, um dia não comíamos. O primeiro que saiu do Brasil, fui eu em 2017. Eu lembro. A primeira vez que eu saí, toda minha família falou: “Você tá louco”? Meu filho tinha dois anos e eu estava com minha esposa. Aí eu falei para ela [esposa]: “Eu vou sair, eu vou para Brasil e aí eu vengo buscar vocês depois de dois meses”. E assim foi. Trabalhei dois meses no Brasil, né? [...] Aí eu voltei para buscar ela e meu filho. Aí eu voltei sozinho para Venezuela e aí nós voltamos para Brasil de novo. [...] Mas graças a Deus, era melhor que morar na Venezuela, né? [risos]. Muito melhor!

Nessa primeira empreitada migratória, Santiago veio sozinho e, posteriormente, voltou para buscar a família, a qual se instalou em uma cidade da Região Norte do Brasil. Os familiares discordaram da sua escolha, mas, na sua perspectiva, mesmo que o panorama no país de acolhida não fosse o ideal, ainda assim era superior ao que dispunham na Venezuela.

6.3.2 Saída do país de origem e chegada ao Brasil

Santiago conta suas primeiras impressões, ao chegar no Brasil: *“Eles pintavam uma coisa de Brasil, você chega aqui, consiga trabalho e pode mandar para Venezuela [...] Quando eu cheguei era outra coisa, outra história, né? Eu vi toda essa gente dormindo no chão: ‘Nossa senhora, onde eu caí, cara?’”* De acordo com ele, suas expectativas foram frustradas, já que eram bem distintas do que falavam ou do que ele projetava.

De seu lado, Carmen diz que a comunicação com o marido era bem restrita, o que pode dificultar ainda mais o enfrentamento da falta dos vínculos familiares: *“E ele só mandou uma mensagem que eu lembro, porque ele foi sem telefone. Ele deixou o*

telefone pra mim, pra eu poder comunicar com ele. E ele foi sem telefone. Então, só mandava mensagem de telefone emprestado”.

Dessa maneira, Santiago descreve os desafios encontrados na chegada ao Brasil:

Nossa, foi muito difícil! Eu saí primeiro, porque eu não queria que eles dormiram na... no chão, como eu dormi. [...] Nossa, eu peguei um papelão na Rodoviária. Tinha muitos venezuelanos na Rodoviária, muitos. Aí eu dormi, mais ou menos uma semana. Aí, graças a Deus, digo um [omitido – nacionalidade] e ele morava na [omitido – cidade]. E ele procurava indígenas para trabalhar para ele. Pagava muito pouco, pagava vinte reais a diária, vinte reais [risos]. Aí eu chegava e aí já havia gente que não queria trabalhar com ele, entendeu? Porque é muito pouco o que ele paga. Aí eu tava precisando dinheiro, aí eu falei pra ele se estava procurando gente pra trabalhar. “Sim, eu estou procurando, mas eu pago vinte reais e dou o café da manhã e o almoço”. Aí eu falei: “Tá, eu vou, eu vou. Eu quero trabalhar com você”. Eu trabalhei três dias com ele.

Nesse trecho da entrevista, verificamos a situação de precariedade e vulnerabilidade desse tipo de corrente migratória. Diante desse fato, Santiago convidou um colega venezuelano, o qual tinha migrado com ele, para que seguissem para outra cidade em busca de emprego:

Aí eu fala pra ele: “Cara, eu tenho noventa e cinco reais pra ir pra [omitido – cidade], falaram que lá tem trabalho. Não tenho trabalho aqui. Aí ele falou que estava junto com um outro venezuelano que falava muito bem o português: “Não, eu vou ficar com ele”. Aí eu falei: “Nós falamos que ia ficar junto, né? Aí ele se separou de mim, entendeu? A sua decisão, é sua decisão. Eu vou embora... E esse dia eu comprei passagem para [omitido – cidade] com outros venezuelanos. Aí eu pensei assim: “Será que eu mando, eu mando os noventa e cinco reais pra ela”? E aí, eu: “Não, vou seguir para adiante”. Aí nós chegamos lá em [omitido – cidade], dormimos também no chão” [risos].

Assim, Santiago expressa seu sofrimento diante da falta de recursos e da perda de um vínculo de amizade que resolveu seguir outro projeto migratório. Posto isso, ele continuou em busca de subsídios para, em momento oportuno, retornar à Venezuela e trazer sua família para junto dele. Aceitou uma proposta de trabalho, embora tendo consciência da situação de abuso, no ambiente de trabalho, porém, não havia outras possibilidades. Após alguns dias nesse emprego, ele resolveu se deslocar para outra cidade que oferecesse condições um pouco mais favoráveis:

Aí tem um cara que nos viu e ele falou: “Você quer trabalhar? Eu tenho trabalho, só que fazendo [omitido – produto]. Você já trabalhou com isso”? “Eu nunca trabalhei, mas eu trabalho em qualquer coisa”. E o trabalho era forte, muito forte, mas graças a Deus, nós chegamos e ele nos deu apoio,

esse brasileiro. Ele nos deu cem reais para nós, éramos cinco venezuelanos. Ele deu 100 reais pra comprar comida para nós e deu trabalho. E aí nós trabalhamos com ele, foram duas semanas. Aí más adelante conseguimos outro, aí mesmo nesse povo. Fazia mais [omitido – produto], só que pagavam um pouquinho mais. Aí nós vamos pra lá, aí pagaram um pouquinho mais e, então ficamos dois meses trabalhando aí. E fui buscar ela na Venezuela. Mas foi muito difícil, eu tinha dor de dente e trabalhava assim. É, eu tinha uma coisa na cabeça que eu queria buscar minha família. Eu me sentia sozinho lá, entendeu? Aí eu falei: “Eu vou trabalhar”. [...] Eu acordava cinco horas da manhã, aí eu comia e ia pra lá. Todo o dia trabalhando, eu não almoçava, ficava direto trabalhando. [...] Eu fiquei, nossa!...Fraco, magro, magro, magro demais.

Como resultado da falta de opções viáveis para sobrevivência, os empregadores exploram os migrantes venezuelanos, com baixa remuneração, contratos informais e condições de trabalho insalubres. Em tal caso, verificamos inclusive o adoecimento de Santiago e a condição de completo desamparo em que vivia. Os desafios do percurso migratório demonstram o sofrimento psíquico decorrente de uma situação traumática, e suas implicações dependerão dos significados atribuídos por ele a essas vivências. Ao contar sobre essa experiência, durante a entrevista, o casal pontou:

Nossa, quando me foi procurar, eu: “Você foi pra lá, pra quê? Você está magro, magro”. É que ficou doente do dente (Carmen).

Aí eu não conseguia comer (Santiago).

Não podia comer. Então, trabalhando no sol, porque [omitido – estado] é quente, quente, quente, o sol. E não conseguia comer o quente, aí quando, em três dias, emagreceu: “Nossa”. Eu fiquei preocupada: “Nossa, mas você está magro”. Mas ele falou que era por causa da dor do dente (Carmen).

Eu trabalhava assim com dor de dente e tudo, porque, quando não você se propõe a alguma coisa, não tem nada que para você (Santiago).

Assim, verificamos na sua fala que, mesmo sob condições adversas, Santiago manifesta sua capacidade de enfrentamento dessas situações de dificuldade, demonstrando a existência de recursos psíquicos que puderam colaborar para que a família fosse capaz de superar esses momentos e prosseguir em busca de seus objetivos.

Nesse sentido, após essa organização prévia, Santiago retornou à Venezuela e trouxe sua família para o Brasil, onde permaneceram por aproximadamente dois anos. Nesse ínterim, a família passou por algumas adversidades, visto que Santiago perdeu o seu emprego, devido à interdição do local em que trabalhava. Além disso,

ele teve uma perda muito importante, durante esse período, no Brasil, que foi o falecimento de seu pai:

Então, eu tinha meu pai que era diabético, aí ele piorou e depois ele morreu. E... e não deu pra eu voltar pra Venezuela, nesse momento. Eu tenho uma irmã que estava no [omitido - país] e outra que estava no [omitido - país]. Eu ajudei eles a chegar lá também, entendeu? Ajudei meu cunhado a sair da Venezuela pra ele ir pra [omitido - país]. Minha irmã também ajudei para ela. Meu cunhado saiu primeiro para [omitido - país], aí minha irmã passou para o Brasil, peguei ela lá em [omitido - estado] e ajudei ela a chegar a [omitido - país]. Aí depois meu pai morreu e eu queria, eu queria ir para seu funeral, né? Mas não deu. Aí eu mandei dinheiro para os gastos funerários. Minhas irmãs também colaboraram. E tudo isso aí. Aí depois eu trabalhava na [omitido - local], mas depois o Ibama fechou, porque está ilegal. Aí eu falei para minhas irmãs: “Eu vou voltar para a Venezuela”. A minha mãe estava sozinha lá. Eu tenho mais três irmãos que estão na Venezuela, só que eles já vivem à parte. Só minha irmã menor que mora com ela. Aí eu voltei para a Venezuela e falei para elas: “Um dia que eu quero sair da Venezuela de novo”.

Nesse trecho, ele relatou vários acontecimentos relevantes e que têm ressonância nas vinculações desse núcleo familiar. Assim, Santiago alude às remessas de dinheiro para auxiliar os familiares, em seus respectivos projetos migratórios. Esse apoio financeiro é fundamental para o amparo da rede familiar, a fim de atenuar as dificuldades de seus entes queridos. Ademais, representa uma forma de prover cuidado e de estar conectado a eles, ou seja, de manutenção desses vínculos familiares. A perda do pai e a preocupação com a mãe parecem ter mobilizado Santiago, a ponto de cogitar o regresso para a Venezuela. Contudo, vale destacar que ele não demonstrou o desejo de permanência no país, isto é, isso seria uma decisão provisória.

Carmen, por sua vez, confirma que a família foi um fator decisivo no retorno ao país de origem: “É, foi por causa da família”. E Santiago pontua ainda que a situação de desemprego também contribuiu para que deixassem a cidade onde residiam. Assim, teriam duas alternativas, conforme ele diz:

E nós tínhamos um pouquinho de dinheiro, arrumado. Mas nós falamos assim: ‘Seguimos pra lá para [omitido - cidade] ou vamos voltar para a Venezuela?’ Aí eu liguei para minhas irmãs e... e falei que eu queria ir pra lá para [omitido - cidade], mas ela [esposa] queria voltar para a Venezuela”. E aí nós, perguntamos para meu filho: “Você quer seguir mais para Brasil ou quer voltar para Venezuela”? Aí meu filho falou: ‘Eu queria ir para Venezuela, eu queria ver a minha avó’ [risos]. E aí, voltamos para a Venezuela.

Nesse trecho, Santiago parece mais inclinado a se manter no Brasil e apenas mudar para outra parte do país. No entanto, a esposa e o filho preferem retornar À

Venezuela, especialmente pela ausência dos familiares. Por isso, Santiago priorizou o posicionamento deles e, inclusive, atendeu ao ponto de vista do filho José. As crianças costumam seguir os seus pais em seus projetos de migração, mas nem sempre têm algum poder de decisão a respeito.

Os familiares, ao saberem da possibilidade de volta, também incentivaram o regresso deles. Sobre isso, Carmen explica:

Então, minha mãe ficou sabendo que ele já ficou sem emprego e ela falou assim: “Filha, já que não tem problema de alimento aqui, é só trabalhar mesmo. Não tem problema de alimento, como quando você saiu a primeira vez, por que vocês não voltam? Experimenta de seu país e aí, se não dá certo, aí ele volta sozinho, trabalha e leva de novo você. Mas, mais pra dentro que isso, na zona sur”. [...] Aí a irmã dele falou: “Irmão, por que você não volta”? Tem aqui um apartamento da irmã dele, que está em [omitido – país], estava sozinho e dava para nós cuidar. E era mais assim para experimentar se dava certo o, no, a vida lá. E ele falou assim com suas irmãs, ele conversou primeiro: “Olha, eu vou voltar”. Aí ele [Santiago] falou assim: “Olha, eu queria ir pra lá, eu queria ver minha mãe, mas, no caso de eu querer voltar para a Venezuela, vocês me ajudam”? E aí as duas falaram que sim e deram esse apoio para ele, em caso dele querer voltar para cá. Elas ajudavam a ele e aí a gente tomou a decisão e voltou.

Inicialmente, o regresso à Venezuela foi motivo de muita comemoração pela família. Quando questionados sobre como foi o reencontro com a família, após esse distanciamento, Santiago relata:

Ótimo. É... foi bom, porque teve uma surpresa, a minha mãe, porque ela não sabia [...] Aí, quando eu voltei para a Venezuela, eu cheguei em casa e ela não estava. Aí ligaram para ela, chamavam ela para vir. Ela estava em casa de uma amiga, aí, quando ela voltou em casa, levou surpresa, que estava José, minha esposa, estava eu. Foi muito... muito... nunca, nunca vou esquecer desse dia, nunca.

Carmen se mostra muito entusiasmada, ao contar sobre esse episódio, durante a entrevista: *“Então, com a mãe dele, sim, ela não percebeu que a gente estava indo para lá. Aí foi bom, está, está gravado. Aí tem um vídeo, é... a gente dando surpresa pra ela. Aí, foi lindo [risos]”.*

Entretanto, em pouco tempo, a família compreendeu que a conjuntura do país praticamente não se modificara e a permanência seria insustentável. No que diz respeito a essa situação, Carmen descreveu como foi encontrar o país, nesse retorno:

Só que aí já foi difícil. Já no primeiro mês, a gente olhou, olha está difícil, ou seja, você trabalhava e era só pra comer. Não dava assim pra comprar uns pares de sapato, comprar roupa que o menino que já estava crescendo. E estava já difícil. É... tinha a escola, aí lá na escola não davam o material que

ele precisa. E comprar estava difícil. Aí ele [Santiago] falou assim: “Então vou voltar”.

Nesse contexto, a família percebeu rapidamente o agravamento da crise e Santiago sugeriu a volta ao Brasil. Todavia, nesse mesmo período, surgiu a pandemia de Covid-19 e o projeto teve de ser adiado. Ressalta Carmen:

Mas no momento que o mês que estava planejado para voltar, chegou a pandemia e tudo fechou, o Brasil fechou. O estado de lá da Venezuela, tudo fechou. A gente ficou, no teve outra... Então, lá trabalhava assim: ele trabalhava uma semana e tinha que fazer o dinheiro para duas. Porque, na próxima semana, é... tava tipo quarentena e ninguém trabalhava. [...] Só que ainda assim, é... a gente conseguiu sobreviver e tal. Tava a minha mãe, estava a mãe dele e elas apoiaram. Se ela tinha um quilo de arroz, dava para nós, assim.

Desse modo, diante da impossibilidade de migrar para o Brasil, a família contava com o auxílio dos familiares, o que demonstra novamente a magnitude da rede de apoio e do suporte ofertado. Enquanto isso, o casal tentava sobreviver às custas de ajuda e de trabalho informal, à espera da reabertura das fronteiras.

Nesse sentido, Carmen expõe:

As irmãs dele deram muito apoio para nós também. Falavam assim: “Ó, irmão, mandei um negócio para você” [...] Nós fazíamos pirulito e com tipos de cocada, com amendoim por cima e era pirulito assim grandão. E a gente procurava os palitos, como era caro, a gente procurava [...] Então, a gente cortava ele, só que tinha que procurar no mato. E nisso que a gente está no caminho, eu voltei para o apartamento e ele encontrou dinheiro no chão. Assim, era 150 dólares. Naquele momento, 150 dólares [risos].

O casal parece bastante entusiasmado, ao contar o fato, durante a entrevista. Sobre isso, Santiago recorda: *“Eu vi assim e aí eu voltei para trás. Quando voltei atrás: “Nossa!” Eu pensei que era falso e deve ser mentira. Aí eu dei graças a Deus e falei para Deus: ‘Deus, quem perdeu isso aqui dá o dobro pra ela.’ De alguma pessoa caiu, né? Mas...”*. Ora, pela impossibilidade de viajar e devido às dificuldades financeiras, ele decidiu investir o valor encontrado, como uma forma de minimizar as condições precárias da família. Em face desse ocorrido, o casal relata:

Aí compramos uma porca, a gente comprou alimento e ele fez a casa para a porca (Carmen).

Na casa da minha mãe, que é muito grande (Santiago).

Então, a gente queria experimentar, como não podíamos sair do país, a gente experimentamos com o negócio do porco. Aí o amigo dele falou assim: “Só que aquela porca dá trabalho” (Carmen).

Na sequência, a partir da narrativa de Carmen, é possível compreender os desdobramentos que envolveram a tentativa de reorganização econômica, com o intuito de resguardar o período de instabilidades:

Então, nós morávamos em um apartamento longe de onde estava a porca. Então, minha mãe nos começou a chamar migrantes de paróquia, ou seja, porque a gente tinha que sair do apartamento, caminhar para a casa da minha mãe, mais de uma hora caminhando e depois mais uma hora caminhando para a casa da mãe dele. Então, minha mãe: “Nossa, você está migrante aqui na minha casa”. [...] Aí foi um ano de luta com aquela porca, um ano de luta. Mas, quando ela engravidou, ela deu só cinco porquinhos e um morreu, então quatro. E o que a gente estava esperando, era pelo mínimo sete. [...] “Nossa, eu quase chora”. Eu não sei se ele chorou. Aí, minha mãe foi quem falou porque a minha mãe, ela já ia: “Vou viajar para [omitido – país]”. E ela falou assim, porque ela viu a luta, falou assim: “Bem, filha, eu acho que já, já você pode sair”. Já havia aberto aqui a fronteira do Brasil. Já a gente podia viajar de um estado a outro dentro da Venezuela, então, já era mais fácil. Ela falou: “Então, eu acho que dá pra ele sair já” (Carmen).

Por fim, o dinheiro encontrado e inesperado foi o precursor de um novo planejamento familiar para conseguir migrar para o Brasil, em momento oportuno. O valor proveniente da venda da porca contribuiu, em parte, para o financiamento de nova empreitada migratória. Carmen pediu um suporte para um tio que residia no Brasil, a fim de oferecer abrigo para Santiago até o seu estabelecimento no país.

Dessa vez, o projeto era migrar para regiões mais centrais do Brasil, onde o tio se encontrava nesse momento:

Aí eu falei com meu tio que eu só queria que alguém recebesse, ou seja, ele chegar, alguém desse um dia pelo menos em sua casa e ele procurava trabalho. Isso aí, assim. Só que meu tio falou assim: “Mas ele vai viajar sozinho?” Eu falei que sim, porque as irmãs só podem ajudar ele com uma passagem. Porque viajar para cá, para dentro, é difícil e é caro. [...] Meu tio falou assim: “Filha, vou fazer uma coisa pra você, eu vou ajudar você para viajar os três em família. E minha irmã, prima-irmã mora, em [omitido - local moradia], não sei se você conhece [...] Então, ela mora lá e ela falou assim: “Você pode chegar aqui. Aqui tem serviço, tem trabalho. E esta cidade muito linda... tem muito apoio também para o venezuelano. Então, por que você não chega aqui?” [...] E eu falei: “Então tá bom”. Falei com o meu tio que ajudou de [omitido – cidade] até aqui [omitido – cidade]. Porque nós com o dinheiro da venda da porca e o porquinho deu para a gente pagar a passagem de onde a gente morava até [omitido – cidade].

Portanto, a família migrou pela segunda vez para o Brasil, sendo que o dinheiro arrecadado com a venda da porca era suficiente para chegar apenas até uma cidade da Região Norte do país. O auxílio financeiro do tio propiciou a vinda da até a cidade,

na qual irmã residia, em um município de grande porte num estado da Região Sul do país, onde moravam até o momento da entrevista.

6.3.3 Permanência e reorganização do núcleo familiar

O processo de estabelecimento da família Martinez envolve dois momentos, considerando-se que eles migraram em duas situações diferentes. Entretanto, Santiago assinala a diferença marcante entre esses períodos:

É... eu acho, assim... os primeiros dos anos serviu para nós para aprender, aprender a falar português, para aprender mais de... de como funciona as coisas, no Brasil, entendeu? Aí, a segunda vez, nós falamos que vai muito melhor porque... porque a gente já conhece as leis e já conhece... já falamos mais o português.

Quando questionados sobre quanto tempo demoraram para se estabelecer no Brasil, Santiago diz: *“Se colocamos os dois anos para ficarmos lá, são como cinco anos. Porque nós voltamos para Venezuela e aí então para cá, mas...”* Dessa maneira, Santiago deixa claro que, nesse segundo momento, eles se sentiam mais preparados para essa mudança. O primeiro projeto migratório trouxe um aprendizado sobre a cultura do país de acolhida, especialmente no que se refere às leis trabalhistas e ao idioma. Em outras palavras, a segunda experiência já trazia uma vivência e uma bagagem cultural que contribuíram para a inserção sociocultural do grupo familiar.

Ao buscarmos compreender e contextualizar o processo de migração familiar, deparamos com falas do casal sobre os dois momentos em que vieram ao Brasil. Em relação à primeira vinda, Santiago explica que conseguiu um emprego na mesma função que desempenhava, quando veio sozinho. De acordo com ele: *“É o pior que eu trabalhava na vida, né?”* [risos]. E Carmen acrescenta:

Uma vez ficou doente, eu não sei o que aconteceu. Acho que foi muito calor que pegou [...] E adoeceu, deu febre, vomitou, ficou... Eu falei para ele: “No, amor, é melhor você fazer outra coisa.” Esse trabalho era perigoso também. Aí eu lembro que ele parou por um tempo, na verdade, eu falei: “No dava para você trabalhar nisso”. Aí eu comecei a trabalhar e ele ficou em casa, eu acho foi só uma ou duas semanas, cuidou do menino.

Nesse ambiente de trabalho, Santiago passava pelas mesmas dificuldades anteriormente citadas e que se caracterizam como uma violação dos direitos humanos. Esses direitos foram negligenciados pelo país de origem e tampouco foram assegurados nos país de acolhida. É importante assinalar que esses relatos indicam

a necessidade do incremento de políticas públicas para regulamentação da migração e que facilitem o acolhimento, no país.

Em face dessa situação, Carmen conta como foi esse processo inicial de inserção e sobre outras vivências traumáticas. Com isso, ela descreve uma situação na qual o marido se sentiu humilhado por um líder religioso, que, ao invés de ampará-los, agiu de forma hostil e discriminatória:

Foi um pouco difícil, a gente mudou de casa umas 10 vezes. É porque... por causa que não tinha trabalho, não tinha pra pagar aluguel. Então, a gente ficava envergonhada, a gente mesmo saía. Teve um pastor [omitido – nacionalidade], ele emprestou um quarto para a gente, só que depois a gente incomodou. [...] Eu falei para ele [marido]: “Eu não quero você trabalhando na [omitido- local], não quero. Você ficou doente”. Aí eles começaram a olhar que ele ficava com nenê e eu trabalhava e achava que ele não fazia nada [...] Ele humilhou a ele, ou seja, ele jogou assim um dia na habitação e falou que tinha uma areia de construção e falou assim: “Ó, eu preciso que você coloque essa areia para cá”. Para que, eu não sei. Não tinha necessidade. Aí ele sentiu e eu senti o mesmo, quando falou assim: “Era só pra que você fizesse alguma coisa”. Aí ele falou: “Meu amor, a gente vai sair daqui procurar um aluguel”.

Em contrapartida, a família enfrentou outras situações caracterizadas pelo amparo e suporte, que facilitaram a recepção deles. Segundo Carmen:

A gente conheceu um venezuelano que ele também tinha que sair do lugar donde.... foi igual que nós assim. [...] Meu esposo falou assim: “Por que a gente não conversa com aquele casal que tinha dois nenê? A gente mora junto e se ajuda”. E foi assim... E nós ficamos com ele dois meses, né? Dois ou três meses até que cada um já conseguiu trabalho e se arrumar por sua conta. E foi bom. [...] Eu vendia doce na rua com... com a minha colega. Na verdade, ela vendia e eu fazia. Eu só acompanha, porque eu sou... eu sou mulher vergonhosa para vender, mas a gente faz assim. Eu fazia e ela vendia e ela também me dava esse apoio. E a gente se ajudou muito assim, por um tempo. Nós vendíamos, comprávamos a comida do dia. E eles trabalhavam e pagavam aluguel.

Nessa circunstância, notamos que, na ausência dos vínculos familiares e de sua cultura, contar uma rede social, especialmente da mesma nacionalidade, pode favorecer a inserção familiar no país de acolhida e fazer com que se sintam mais seguros. Esse apoio mútuo beneficia os dois grupos familiares, visto que se encontram também na mesma condição e isso contribui para a identificação.

Outra questão apontada por Carmen, no que se refere às mudanças encontradas no país de destino e que requer um processo de inserção por parte da família:

Olha, eu acho também a gente tem que se adaptar do país. Porque a gente tem... por exemplo, aqui tem uma cultura diferente da Venezuela. É... seja, a

gente tem um, como um choque cultural. Tem coisa, por exemplo que em espanhol tem um significado e... tem coisa, por exemplo, que eu falo tem um significado em espanhol e para vocês tem outro significado. E a gente tem que estar de olho com isso aqui. Tem brincadeira que venezuelano faz e pra você não é brincadeira, é coisa séria. Assim, tipo... também tem brincadeira. Porque você tem e para a gente não é brincadeira, é algo estranho. E a gente teve que se adaptar também às leis, ao tipo de trabalho, também [...] Assim, a Venezuela é um pouco diferente, as leis também lá. Aqui tem lei que você tem que cumprir, tem lei na empresa e você tem que cumprir. Na Venezuela, é mais sossegado lá, já quase não tem lei. Então, aqui a gente tem que... é tem que respeitar. Também tem, por exemplo, a brincadeira que eu não... se eu não conheço você, eu não posso chamar você por aspecto físico. Então, tem que chamar você por seu nome, senão eu vou ofender. Venezuela não, Venezuela se eu te conhecer, mas não seu nome, eu chamo pelo aspecto físico. Eles chamavam de chiquetino, ou de pequeno e não era ofensivo [...] Mas eu achei bom isso, porque eu acho que aqui tem muito respeito, sabe? [...] Na Venezuela, a gente é muito... não te conheço e a gente fica perto assim, dá um abraço aqui. Aqui não, se não te conheço... Então eu acho isso... esse choque. Mas eu achei bem, também, achei legal isso aí.

Desse modo, ela menciona o impacto que sentiram diante da mudança cultural, visto que há um conjunto singular de regras, costumes e variações culturais distintas, no país de destino. A diferença cultural traz à tona o questionamento acerca da identidade e do sentimento de pertencimento, sendo que a diversidade não representa necessariamente algo negativo. Carmen destaca que existem alguns comportamentos e formas de tratamento às pessoas, os quais, embora sejam distintos das marcas culturais originais, podem ser incorporados à vida cotidiana.

Por outro lado, Santiago questiona uma orientação dada pela escola, com a finalidade de auxiliar o aprendizado de José:

“Você tem que falar para ele em português, tá?” E eu não quero que deixe de... de falar espanhol, entendeu? Eu não quero que ele esqueça do espanhol. [...] Eu sei que ele falará dois língua, entendeu? Aqui, nós falava para ele em espanhol. Na escola, fala pra ele em português.

Na sequência, Carmen também concorda:

É, aí me falaram (na escola): “Você, como é que fala em sua casa?” Eu: “Então a gente fala espanhol, a gente é venezuelano”. E falaram assim: “Acostume a falar um pouco mais português para ele ou explicar mais, ou, por exemplo: se vai assistir desenho, coloca em português para ele avançar mais”. E eu: “Ah, tá”. Mas eu falei para a professora, mas falar em casa só o português, porque a gente é venezuelano... Ela falou assim: “Então, vamos intentar assim com desenho. Ele assiste desenho?” Sim. “Então, tudo que o ele vai assistir seja português. E, por exemplo, é... de em vez em quando, fala pra ele em português, ou seja, porque ele vai aprendendo, qual é o nome”. Por exemplo, para nós silla, em português seja uma cadeira, assim. Assim eu estou fazendo. Mas falar todo o tempo em português, aqui em casa, nossa difícil, imagina. Não consigo” [risos].

Nesse caso, a instrução da escola parece ameaçar, de certa forma, o modelo identitário e cultural sustentado pelo grupo social, e a manutenção identitária do grupo familiar é importante para que o grupo funcione como base de identificação e transmissão de conteúdos, funções inexoráveis à família.

Já na segunda empreitada migratória, a família contava com uma estrutura melhor, para a chegada no país. Carmen relembra como foi o retorno ao Brasil:

Quando chegamos aqui, chegamos em um bairro com minha irmã, aí moramos um mês com ela. Aí ela ajudou a gente para conseguir um apartamento e foi do lado dela. Graças Deus, só que a gente ficou pouco tempo. Lá é perigoso, só que a gente não paga aluguel não paga nada, mas tem um posto. Não tem segurança. [...] Tínhamos cama, armário, deixamos atrás, deixamos lá nesse bairro. Era só um quarto pequeno, mais pequeno que esse e um lugar pequeno para cozinha e o banheiro bem pequeno.

E Santiago complementa: *“Eu prefiro morar tranquilo, não ter nada, mas morar tranquilo, né?”*

Em pouco tempo, a família conseguiu emprego também, conforme relato do casal:

Graças a Deus, eu chego aqui e aí no dia três, eu já estava trabalhando de [omitido – função]. Aí trabalhei duas semanas. Duas? (Santiago).

Três semanas (Carmen).

Três semanas. Aí nós conhecemos a [omitido – nome] e ela arrumou um trabalho para mim na [omitido – local] (Santiago).

E para mim ali na... no [omitido- local] (Carmen).

Aí ela falou pra nós: “Vocês sabem falar o português?” Nós falamos: “Sabemos sim”. Aí falavam pra mim: “Você, sabe falar português, você tem que... você tem que escrever em português, fazer pedido.” E eu: “Não tem problema, eu faço”. Eu já trabalhei de estoquista na Venezuela. E aqui, graças a Deus, esse setor que tem chegado ali na [omitido – local], eu arrumei esse estoque que está bonito (Santiago).

Embora o estabelecimento da família tenha sido mais rápido, nessa segunda vinda, quando ambos estavam trabalhando, não tinham quem cuidasse do filho José. O garoto chegava da escola e permanecia algumas horas sem nenhum responsável, e isso, por sua vez, levou a uma tentativa de reorganização do núcleo familiar, para atender suas necessidades. E, assim, Carmen resolve sair do seu emprego para se dedicar aos cuidados de José. Foi falar com seu patrão: *“Olha não posso, você sabe que meu filho, fica só e... ele tem que esperar três horas, quatro, cinco horas pra eu chegar”. Eu falei, “Não, não vou conseguir não”.*

Contudo, diante da dificuldade de encontrar um novo trabalho, Carmen retorna para o mesmo local, porém, em horário diferenciado. Assim, ela reproduz, através de alguns trechos da entrevista, como foi essa experiência de trabalho:

Então, aconteceram muita coisa lá, eu comecei a ficar estressada [...] Meu patrão começou a ficar...no se. Cada vez que estava perto do pagamento, aquele homem ficava meio estranho e não é assim só comigo, era com todo mundo. Então, estava faltando funcionário, chegou o verão e ele não contratava a gente.

À medida que Carmen falava, era possível entender como essa situação ainda a mobilizava, porque ela utilizou um certo tempo da entrevista para fazer o seu relato. A dimensão dessa vivência também ficava evidente na sua fala acelerada, incessante e rica em detalhes.

Então, Carmen se refere a um momento de estresse no trabalho:

Eu não sofria de pressão alta, é... só assim baixa e foi mais assim por... por preocupação. E tinha dia que eu ficava com muita dor de cabeça, é... tontura. E eu não sabia o que estava acontecendo. [...] Aí ali tinha um funcionário para medir a pressão, aí eu falei: “Tira minha pressão, tô me sentindo estranha”. Ele falou assim: “Carmen, sua pressão está muito alta, você tem que se acalmar”. Então, eu falei: “Ai, eu não posso”. Nunca me havia acontecido isso.

A partir dessa situação, Carmen decidiu pedir demissão: *“O trabalho, a princípio para trabalhar era bom, só que chegou um momento que não estava dando. Eu falei para eles: ‘Não tô dando conta’”*. Assim, Carmen procurou uma agência de empregos e conseguiu um novo trabalho. No momento da entrevista, ela estava há poucos dias nessa empresa, mas parecia bem satisfeita:

Lá se falta funcionário, ele, eles ajeitam. Eles faz uma integração, conversa com você, explica como funciona a empresa e eles falam, ou seja, você é contratado para ser [omitido – função] e esse vai ser o seu setor. E não é um trabalho pesado, estresse, tem uma fase de treinamento. E eu falei pra ele [marido]: “Nossa, eu estou gostando muito” [...] Primeira vez que a gente tá achando nosso serviço legal [risos], então, sei lá.

Santiago, por sua vez, também diz que não se sentia valorizado no seu trabalho e resolve ir para a mesma empresa da esposa: *“É bom que você trabalha de segunda a sexta [...] Eu vou trabalhar de noite, ela vai trabalhar de dia, de tarde e dá para nós ficar com ele [filho]”*.

Além de o casal conseguir sua primeira experiência de trabalho digna, conseguiu resolver a dificuldade acerca do cuidado com o filho, já que ambos

possuem horários de trabalho alternados e, portanto, conseguem supervisioná-lo durante todo o dia.

Ainda com relação à trajetória de se estabelecer no país, Santiago conta como foi o percurso de inserção sociocultural no Brasil:

Para mim foi um pouco difícil, por questão de mudar o idioma. No era fácil falar português e eu vim para cá, eu não sabia nada, nada, nada do português, né? Mas a convivência com os brasileiros, aí eu fui... tinha um brasileiro que sabia falar espanhol e ele começou a ajudar a nós, né? Aí fui... aprendendo algumas coisas. E, com o tempo, eu fui aprendendo mais, né? Agora, sim. O mais difícil foi o... falar, falar português. No mais, eu acho que foi bem. Sei lá, o que mais doeu em mim foi deixar a família e se acostumar a viver sozinho, longe da família, que nunca tinha acontecido isso, entendeu? Mas é isso.

Já o processo de inserção da esposa, sob sua perspectiva, foi assim explicitado:

De mi punto de vista... Ela aprendeu bastante rápido o português. Não se acostumou muito rápido a ficar longe da família dela, porque... chorava muito e eu falava para ela, aconselhava ela, sempre apoiava ela. Mas meu filho, eu acho que falar muito bem o português. Eu tenho que é mais difícil para ele.

Nesse caso, Santiago aponta que sua maior dificuldade foi com relação ao idioma, pois não possuía nenhum conhecimento prévio. Todavia, nem sempre o migrante encontra algum respaldo no país de acolhida e cabe a ele a tentativa de se comunicar, de maneira eficiente. Por outro lado, Santiago acredita que a maior adversidade enfrentada pela esposa foi o distanciamento dos vínculos familiares. A percepção de Santiago se confirma na fala de Carmen:

Chegou um tempo que eu que estava sofrendo a depressão, só que eu não sabia por que a gente acha que... lá em Venezuela falava: "Aí eu estou depressiva, quando a gente estava ficando triste". Mas chegou um momento em que, assim... que não conseguia levantar da cama, era muito trabalho, me colocou, ficava muito pensado para levantar da cama. E tinha pensado em pensamento ruim. Para levar a meu filho para escola era trabalho. Então é... qualquer um pensa, olha e pensa: tá, tá com preguiça. Mas não é que eu tava com preguiça, não estava por vontade de fazer. Era meu corpo, era tipo assim... tipo uma doença, não sei. Eu achava que era a casa onde eu estava morando, a gente trocou a casa e ainda continua. Um dia eu estava também ansiosa é... minha cabeça tava... pensava muita coisa. Um dia eu acordei e eu lembro que eu tava tremendo. E eu estava: "Nossaaaaa!" Pensava que alguma coisa vai acontecer. Vai acontecer alguma coisa ruim, mi corazón tava já.... Aí eu falei para ele, eu vou ter que ir para o médico, porque eu não sei o que está acontecendo, né? No me estou sentindo bem. Aí quando eu conversei com ele, comecei a conversar, conversar, aí ele falou: "Fica tranquila, você está com depressão e a gente vai ajudar você". Aí ele mandou, é [omitido – nome medicamento] e aí quando eu começa a falar outros sintomas, falei do tremer e falou: "É, é ansiedade, mas o que eu tô mandando

pra você, presta para depressão e ansiedade”. Só que aquela comprimido só... tipo assim, apaziguava, sedava o sintoma. Chegou um momento em que eu não estava sentindo nada. Eu estava assim... não sei. Aí eu estava sentindo muita, muita saudade, uma coisa dentro de mim falava: “Tem que voltar. Tem que ir pelo menos ver, aí você volta pra o Brasil, mas tem que ver sua família”.

Por conseguinte, fica claro o sofrimento psíquico de Carmen, diante da falta que sentia dos familiares, o que levou, inclusive, a um diagnóstico médico. A condição de migração faz com que esses indivíduos tenham que se apartar de seus vínculos familiares, de sua cultura de origem e de suas principais referências identificadoras. Deslocar-se é uma forma de perder essa estabilidade identitária ou de pertencimento, e esses sintomas não podem ser padronizados ou rotulados, se estiverem desconectados da história familiar. Os medicamentos, segundo Carmen, entorpeciam esses sentimentos e não permitiam que ela entrasse em contato com eles.

Em outro momento, ela salienta como o retorno à Venezuela mudou esse quadro:

E eu acho que foi bom, porque eu senti até que melhorei, ou seja, é o problema da economia, mas, assim... quando a gente está com a família: “Nossa, que diferença!” Eu acho que melhorei muito e minha mãe ajudou muito. Tanto assim, que eu não precisava nem tomar.... Eu parei de tomar [omitido – nome medicamento] porque... eu acho que o meu era emocional, sabe? Mas foi assim, eu... o difícil foi isso, pois separar a família com os meses, a falta começou a bater, a sentir.

Esse relato denota o quanto o sofrimento psíquico tinha uma relação com o contexto de deslocamento, que uma avaliação médica não pode ser desconectada da realidade vivenciada e o contato novamente com a família possibilitou a melhora.

Já com o filho José, os desafios estiveram relacionados ao processo de escolarização, com o aprendizado do idioma e com a ausência dos familiares. Nas palavras de Carmen:

Ele tá com dificuldade na escola, mas por... pela questão da fala e também é... desde Venezuela, a gente percebeu que ele tem como sintomas de [omitido – diagnóstico]. Porque, para um menino que tinha quatro anos, ainda no falava nem o português, nem o espanhol. A gente volta para a Venezuela, ele fala sua língua materna, só que ainda com um problema, muito atraso.

Assim, ela relata as dificuldades do filho devido ao seu diagnóstico clínico, e que, para ela, podem expressar um complicador no processo de inserção em outro país:

E em Venezuela a educação tá bem atrasada agora, antes não. Mas agora está muito atrasado. Então, ele chegou aqui sem saber somar, fazer subtração, ler. As vogais ainda não, não sabia direito. Então, aqui ele chegou zero. Por isso, era pra ele estar na terceira série, mas falaram “não”. Por causa do idioma, vai começar no primeiro ano.

Além disso, a mãe de Carmen também acredita que as diversas mudanças, em virtude da migração e da dificuldade de inserção, no Brasil, prejudicaram a aprendizagem e a socialização de José:

Minha mãe falou assim que a gente fez muita mudança. Quando ele iba fazer três anos, a gente foi da Venezuela para cá. Aí em [omitido – cidade] que a gente morou em [omitido – estado] que a gente mudou dez vezes. Então, ele não ficava em seu lugar, ficava de um lado para outro. Também não tinha crianças para brincar todo o tempo, então, ela falou que foi isso também a... quando não fica em um solo lugar, a instabilidade. Então, ela falou que isso também pode ser que haja atrapalhado um pouco e tenha atrasado um pouco a aprendizagem dele. Mas eu acho que o ambiente, ele se adaptou bem [...] Mas, assim... eu acho que devagar a gente vai se adaptando. Mas, assim, o que é mais dificulta foi a fala, a linguagem, o português. Aprender português e a família que fica atrás, então (Carmen).

Os inúmeros deslocamentos da família e o fato de não falar a língua materna, quando chegou ao Brasil, parecem ter dificultado o percurso migratório de José. Assim, quando questionados se o filho está alfabetizado em espanhol ou português, Santiago responde:

Ele está aprendendo a ler em espanhol”. E Carmen diz: “E em português, não sei. [...] Ela [professora] não falou que é analfabeto, mas deu a entender que estava analfabeto. Mas ele tá lendo... Eu mostrei para ela: “Olha, mas se você fala para José: “Leia isso aqui...”, ele lê”. Agora, se você colocar outras letras que ele ainda não conhece, não conhece o som, ele não vai ler. [...] Eu acho que para número ele é mais esperto que pra ler.

Durante a entrevista, Carmen mostra para a entrevistadora um livro de alfabetização em espanhol com aspecto bem antigo e relata que está tentando auxiliar o filho, no aprendizado do espanhol: “*Lá é desse jeito. Ele faz assim, aí para ele estava dando certo, tem dificuldade, mas tá indo*”. O que Carmen define como uma ajuda em sua alfabetização em espanhol pode ser compreendido como uma maneira de transmitir a língua ao filho e dar continuidade ao legado cultural familiar. Além disso, apontamos que a mãe apresentou, em seu relato, dificuldade na aquisição da nova língua, o que facilita a transmissão da língua de origem em detrimento do português.

Nesse sentido, a permanência no Brasil tem um ônus à família, principalmente no que se refere ao distanciamento dos vínculos familiares e da cultura de origem. Nesse contexto, Santiago elucida as perdas vividas nessa trajetória migratória,

considerando-se que ele era atleta de uma modalidade de alto rendimento, na seleção venezuelana:

No particular, no meu corpo, assim.... engordei mais aqui [risos]. Pode ser assim, engordei mais. Eu era atleta, mas que no pouco do trabalho não dá tempo de seguir treinando, né? Mas, se Deus quiser com esse trabalho, eu vou conseguir [risos]. Vou mudar meu corpo de novo, como era antes [...] De setenta quilos a oitenta e seis quilos. É dezesseis quilos a mais [risos] [...] E eu falei: “Por que engordei assim, se eu não como tanto de noite?” Eu como muito doce lá no meu trabalho, é por isso. Aí não conseguia correr, fazer academia. Cada semana eu fui engordando um quilo, toda semana. Não sei o que aconteceu!

Nessa fala, Santiago lamenta o ganho excessivo de peso e reporta outra perda, os treinamentos físicos, uma vez que era um atleta. Além de não conseguir fazer mais seus treinos, ainda trabalhava em um lugar que tem fácil acesso ao consumo de alimentação, especialmente doces. Outro fator que podemos pontuar como uma perda importante para Santiago foi o falecimento do seu pai, enquanto ele estava no Brasil e, com isso, ele tinha recurso financeiro suficiente ou para o custeio do funeral ou para a ida à Venezuela para o funeral do seu pai. Assim, Carmen descreve o dilema familiar:

Amor, que que a gente vai fazer? Temos dinheiro, mas ou dá pra pagar, colocar para funeral, porque lá sai muito caro. Até pra morrer é caro ou você vai ou paga o funeral. Aí ele escolheu: “Então meu pai já tá morto, prefiro lembrar ele vivo, então vou mandar dinheiro”.

Desse modo, o distanciamento do país de origem e a precariedade econômica impediram-no de vivenciar a situação de luto e compartilhá-la com seus familiares. Por outro lado, ele só conseguiu ajudar financeiramente pelo fato de estar fora do país e, portanto, optou por se fazer presente por meio desse auxílio.

Nesse contexto de descontinuidades e reorganizações, Carmen também revela sua preocupação com as diferenças culturais em relação à educação dos filhos, no Brasil:

Minha irmã me falou que minha sobrinha já está fazendo Ensino Médio e minha irmã falou que dentro do colégio, dentro e não fora, dentro menina com short curto, mostrando muito o corpo, menino com aretê, cabelo pintado. Menino fumado com droga é... tem muita liberdade, muita, muita. E ela está preocupada pela menina, né? E eu: “Nossa, é sério?” O professor não fala nada lá. Em Venezuela, se você entra com uma falda, volta, uma saia, volta. Proibido! Pintar cabelo é proibido. Você não podia fazer....Por exemplo, se ele sabia que você era cabelo preto e chegar com mecha, proibido. Eu acho isso aqui: “Nossa, que diferença, né?” Aí eu fiquei... não sei, um pouco preocupada na hora de ser adolescente, porque eu acho que é a nível

mundial, não só aqui, mas em nível mundial, que as crianças, adolescente estão tendo muita liberdade e são coisas que eu acho que não é, não é o tempo deles ainda [...] Eu acho isso: "Nossa!"

Ao encontro disso, assinalamos uma certa apreensão dos pais em educar o filho em um contexto sociocultural diverso, ou seja, de preservar a transmissão dos costumes e tradições venezuelanos, mesmo fora do país de origem, em face dos impactos causados pelas diferenças entre os dois universos culturais.

A propósito, quando questionados sobre em qual cultura educam o filho José, o casal salienta:

Cultura nossa, eu acho, venezuelana assim [...] É assim, a gente ensina a nossa cultura para ele, mas como ele está um país estrangeiro, porque é venezuelano, nasceu em Venezuela. Tem coisa que ele precisa saber daqui do Brasil, porque ele não pode fazer fora, porque vai ter problema (Carmen).

É porque eu falo pra sempre em espanhol, porque eu não quero que ele esqueça do espanhol, porque o espanhol, porque não sei, para nós muito importante, porque tem toda nossa família, fala espanhol, nenhuma fala português. Aí algum dia que ele querer voltar para Venezuela não vai saber falar espanhol. Aí vai acontecer problema com ele entendeu? Então, eu não quero que ele esqueça de falar espanhol. É uma das minhas preocupações, que não quero que ele esqueça de falar espanhol (Santiago).

Novamente, destacamos na narrativa dos pais uma busca por manter o patrimônio psíquico do grupo familiar, o que se confirma nas tradições apontadas pelo casal:

O Dia da Criança aqui é um dia e na Venezuela, é outro. [...] Aí nós celebramos os dois. A gente deve comemorar. Em cada ano tem dois Dias da Criança, daqui e de lá (Santiago).

Só que, assim, a data de Venezuela a gente comemora com ele, a gente leva ele pra desfrutar o dia, mas quando é aqui, o dia aqui em Brasil, o brasileiro comemora com ele, por exemplo, a escola, um evento assim. Natal para vocês é como se para nós fosse o Ano Novo. Por exemplo, Natal é para você passar em família, junto em família, ou seja, prioridade a família. E Ano Novo sair com o namorado, amizade, vai dar dançar na rua. Pra nós é diferente, para nós Natal você fala pode passar com sua família, pode passar em casa, com amizade, não tem problema. Ano Novo é prioridade família e é família. E se você não está com família, você chora [risos] (Carmen).

Nós temos alla também, não sei aqui no Brasil. Quando uma criança tira um dente, coloca embaixo da almohada. Aí nós falamos alla de ratón Pérez [...] Um rato. Aí ele pegou o dente e deixa um presente para você. Pode ser dinheiro, deixa o que você quiser (Santiago).

Ah, a fada. Aqui é fada, hada. El hada de los dientes. Para nós é ratón Pérez. Rato de nome Pérez [risos] (Carmen).

É visível como são reproduzidas as tradições venezuelanas pelo grupo familiar, de sorte que os rituais que envolvem as datas comemorativas de final de ano são mantidas. Esses eventos possuem um simbolismo e transmitem crenças, ideais e valores culturais, os quais também são assegurados através da comida. Quando indagados se havia mais algum costume que preservavam, Carmen pontua: *“Ah, não sei... a comida. [...] Mas aqui a gente come como venezuelano mesmo. Comer como faz o brasileiro para nós é pesado, a janta com arroz e frijon. Nossa, pra nós é comida pesada”*.

Esses elementos da cultura de origem que são assegurados pelo casal se constituem como uma maneira de salvaguardar a própria identidade do grupo familiar, mas também o individual, e permite que o grupo mantenha seus traços identitários compartilhados e ligados à origem genealógica. Mesmo diante da falta de ingredientes específicos para fazer os pratos típicos, eles improvisam, com o intuito de manter os hábitos alimentares, conforme explicita Carmen:

Então arepa foi difícil a gente conseguir pra fazer. Porque a farinha de aqui é diferente, que a de lá. O bom que o venezuelano procura sempre é... solucionar, sabe? [...] Então, eu não sei quem que percebeu, graças a Deus, que com isso a gente poderia fazer arepa. Porque, para nós, a arepa é... nos representa.

E Santiago confirma: *“É cultura de lá, a cultura de Venezuela, a arepa”*.

Embora mantenham o vínculo com o país de origem, Santiago diz que também se sente pertencente ao Brasil:

Eu me sinto uma parte daqui do Brasil. É porque...eu não sei. É tanta coisa que eu vivi lá na Venezuela, que eu acho que o brasileiro é muito melhor que o venezuelano, muito. Eu acho que... me sinto parte daqui de Brasil. Não sou brasileiro nacionalmente, mas... se eu falar pra você, ok, eu sou venezuelano, sou venezuelano, mas eu tô no Brasil, me acostumando nesses países, entendeu? Ao costume daqui.

Carmen complementa: *“Então é.. .eu me sinto também daqui do Brasil. E outra, que Brasil é um dos poucos países que aceitaram o venezuelano, que acolheram o venezuelano, se preocupa com o venezuelano”*.

Nesse caso, observamos que há uma possibilidade de troca cultural com o país de acolhida, na medida em que valorizam a cultura de origem, mas também se mostram abertos à possibilidade de fazer laços com a cultura local. Carmen parece se sentir acolhida pelo país de destino e valoriza a receptividade com os venezuelanos.

Quanto a esse sentimento de pertencimento em relação ao filho, o casal salienta:

Eu me sinto parte também da cultura brasileira, e isso que a gente gosta daqui a gente está ensinando pra ele [filho]. Aí ele vai escolher o que ele se sente, venezuelano ou brasileiro. Graças a Deus, ele tem a opção de já ter as duas nacionalidades. Aí, quando ele seja maior de idade, ele vai escolher se ele quer ficar e ser brasileiro, ou tira e ser venezuelano. É... então eu... isso já é decisão dele. O que ele se sinta identificado (Carmen).

Se ele quer representar a Venezuela, né? Um futuro se quer representar o Brasil, ele que escolha (Santiago).

A fala dos pais sublinha que será ofertado a José uma possibilidade de se reconhecer e identificar como pertencente a algum lugar, e os relatos demonstraram a necessidade de preservação do legado cultural e da origem, atrelado à possibilidade de aquisição da nova cultura. Dessa maneira, demonstraram o movimento pendular e de movimento, de certa maneira flexível, entre os dois países e suas respectivas culturas, indicando, inclusive, que o filho terá a possibilidade de escolha.

Ainda assim, mesmo diante das diferenças culturais, do distanciamento dos vínculos familiares e todas as perdas decorrentes do processo migratório, o casal sinaliza que enseja seguir com seus projetos de vida, no Brasil. Nos trechos da entrevista, eles destacaram:

Nós temos o nosso plano aqui. Comprar uma casa e comprar... e fazer nosso negócio. Comprar nosso próprio... [...] Nossa empresa aqui no Brasil, se Deus quiser [...] Nós temos pensado em montar um restaurante de comidas venezuelanas aqui, eu sei como arepa. Tem um negócio que fazem com o milho é cachapa, na Venezuela se chama cachapa, que é como uma panqueca, mas feita de milho verde [...] Eu tô querendo montar um negócio desse aqui, de comida venezuelana. Que eu acho que a gente vai gostar muito. E eu acho que o brasileiro que prove e guste, ele vai seguir comprando, entendeu? (Santiago).

É a gente até tem planos. Antes a gente não sabia em que fazer. Se voltar, ficar, voltar a ficar, só que assim a gente começou a pensar, pensar, pensar, lembrar e... aí eu pensei assim: "Venezuela para mudar vai demorar muito, daqui uns dez anos, vinte anos, eu acho que a gente ia estar completo aqui, então pra que a gente sair de aqui? Nós temos segurança" (Carmen).

O casal tem planos futuros de ter o próprio negócio, no Brasil, a partir da comercialização de comida venezuelana. Nessa circunstância, podemos concluir que

talvez essa seja uma forma de aliar a permanência em outro país, sem se distanciar das suas origens e da sua identidade.

A partir dessas considerações, o casal avalia que a situação deles, no Brasil, é ainda muito melhor do que na Venezuela e, portanto, não pretendem retornar, exceto para situações pontuais, como afirma Santiago: “*Se volto para a Venezuela, volto só de visita*”. E, conforme seu relato, ele tem expectativas para realizar essa visita nas férias do trabalho: “*Eu sou do turno da noite e ela do turno da manhã. E ela [chefe]: “Sim, vocês podem pegar suas férias junto” [risos]. Aí dá pra ir pra Venezuela ou pra [omitido país – onde reside mãe de Carmen]: Nossa!”*

Carmen concorda:

É visita. A gente pensa em voltar, mas de visita. Visita, não ficar, porque a gente pensou uma primeira vez em ser mais que só para visitar, ficar um tempo e aí depois voltar, mas com a pandemia, eu fiquei com trauma. Então, eu ajeitei, já pra gente planejando só visita [...] Aqui eu vejo Brasil, por enquanto, que tem muita estabilidade. Aqui nos estados do Sul do Brasil. E a gente que ficar mesmo, porque voltar para lá, é difícil, é difícil.

Carmen parece ter receio de voltar até mesmo para uma visita ao seu país, levando-se em conta que, na última ocasião em que isso ocorreu, a pandemia impediu a família de retornar.

Nessa mesma perspectiva, Carmen fala sobre seus planejamentos de estudo e profissionais, no Brasil, como uma forma de dar sequência ao projeto de vida: “*Em que me formei? Eu penso assim, porque ele já se formou, ele foi atleta e ele já...*” Sobre isso, Santiago diz: “*Minha profissão ficou atrás já*” [risos]. E Carmen retoma:

Foi lá atrás, mas ele já experimentou. Eu ainda estou nesse processo de saber o que eu gosto, o que eu quero fazer. E aqui eu achei bom essa oportunidade que tem, aqui tem muita oportunidade. Tem uma colega que ela é nova [...] E eu: “Nossa, aquela menina está bem preparada”. Aí ela fala: “Eu estou estudando Psicologia”. E eu: “Nossa, aí eu achei linda essa carreira” [...] Sou estrangeira, mas quero continuar estudando, falei pra ela.

Portanto, podemos constatar que, desde a primeira vinda ao Brasil, a família passou por diversos obstáculos, até conseguir se inserir no país. Por outro lado, durante esse percurso, eles também conseguiram algumas conquistas. Dentre elas, podemos ressaltar a melhoria das condições de trabalho, em que saíram de uma situação de exploração para um emprego que garante os seus direitos trabalhistas.

Com isso, demonstraram que foi possível estabelecer uma ligação com o país, o que pode ser ilustrado através de todo o planejamento futuro e a concepção de que a Venezuela passou a ser um destino apenas para a “visita” e não a permanência.

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Essa limitação que, então, impede até as últimas consequências de deixarmos de ser estrangeiros, que imprime nosso pertencimento originário à língua materna como uma marca indelével, inexorável, quase que como nossa carcaça (Gebrim, 2018, p. 150)

Neste capítulo, apresentamos as discussões relacionadas ao fenômeno de migração forçada, considerando as entrevistas realizadas nesta pesquisa, de acordo com as regularidades encontradas, bem como algumas questões mais singulares reveladas na análise de resultados efetuada.

A partir disso, nós nos propomos discutir os impactos do processo migratório na dinâmica vincular de famílias de migrantes venezuelanos e compreender a repercussão na experiência de desenraizamento: “[...] o processo de migração mobiliza os vínculos de diferentes maneiras e em intensidades variadas, de acordo com cada caso e em momento vital, podendo provocar perturbações intra e intersubjetivas” (Correa, 2000, p. 82).

Suas consequências podem traduzir-se em marcas na constituição do vínculo, as quais podem exprimir-se na transmissão psíquica, nos investimentos estruturantes e narcísicos e na estabilidade do continente genealógico familiar. De maneira semelhante, o distanciamento dos códigos culturais e socialmente compartilhados coloca em jogo as questões identitárias, o sentimento de pertencimento desses migrantes e, sobretudo, pode desencadear situações de extremo sofrimento e angústia. Além disso, entendemos que, nesse percurso, podem ocorrer perdas muito significativas, especialmente no que se refere ao projeto de vida desses indivíduos e aos impasses de iniciar a vida em outro país.

A despeito dessas considerações, concluímos que a situação de deslocamento e separação do país de origem é atravessada por diversas rupturas, as quais mobilizam a realidade psíquica familiar, suas alianças, contratos e investimentos. A seguir, discutimos como essas transformações são geridas e ressoam no psiquismo familiar.

7.1 Migração e Vincularidade: o legado familiar

Baseando-nos na premissa de que a criança, antes mesmo de nascer, já possui uma história prévia, temos que, em uma dimensão grupal, o trabalho de subjetivação é produzido na intersubjetividade e a sua matriz é o grupo familiar. “O vínculo familiar resulta de um fazer “entre” os sujeitos mediante o qual se tornam sujeitos outros” (Berenstein, 2011, p. 15).

Em outras palavras, podemos inferir que o estabelecimento de vínculos é condição para a constituição psíquica do sujeito e que, na qualidade de sujeito do grupo, somos portadores dessa história que nos é transmitida via psíquica e inconsciente. A partir dessa perspectiva, Kaës (2011, p. 224) salienta:

Chamei de intersubjetividade a estrutura dinâmica do espaço psíquico entre dois ou mais sujeitos. Esse espaço comum, conjunto, partilhado e diferenciado compreende processos, formações e uma experiência específicos, por meio dos quais cada sujeito se constitui, por um lado que concerne a seu próprio inconsciente.

De maneira semelhante, Pennacchi (2022) delinea como se engendra a história do sujeito e conclui que o indivíduo não constrói sua própria história sozinho, pois se assenta na história familiar que o precede e que promove as suas fundações narcísicas.

Por conseguinte, é imprescindível que a família possa transmitir o legado familiar aos seus sucessores, visando a garantir a continuidade da vida psíquica, ao longo das gerações. Partindo dessas proposições, Tozatto (2004) assinala que, para pensar o grupo familiar, devemos considerar a rede intersubjetiva, a qual circunscreve os legados familiares e culturais. Desse modo, a autora nos faz refletir sobre a bagagem que recebemos e o que se transmite aos descendentes, ou seja: “[...] cada grupo familiar, que se constitui, origina seus precursores e inscreve seus sucessores” (Tozatto, 2004, p. 99).

Assim, se o sujeito se constitui a partir do grupo, cabe sublinhar que a manutenção do vínculo requer o estabelecimento de acordos inconscientes firmados, isto é, os vínculos familiares são regidos por alianças inconscientes entre seus membros. Os acordos ou contratos têm a função de garantir que as pessoas que fazem parte desse vínculo vão seguir as mesmas regras, os mesmos fundamentos:

“As alianças têm por função estabelecer, manter reassegurar, preservar conteúdos e os empenhos de cada um deles e da própria relação” (Levisky, 2021, p. 44).

Com isso, sabemos que a trama familiar é regida pelas alianças inconscientes, dentre as quais destacamos o contrato narcísico. Para Correa (2002), o contrato consiste em investimentos recíprocos entre a criança e seu grupo, e a criança é convocada a dar continuidade aos enunciados ancestrais. Isso significa dizer que ela recebe um pré-investimento dos pais e, com isso, assume uma dívida simbólica, pela qual tem a incumbência de compartilhar essas crenças e valores e garantir o seguimento desse grupo.

Logo, podemos afirmar que, no aspecto intergeracional, há uma tentativa dos casais das três famílias de transmitir o legado familiar às gerações seguintes e preservar a identidade do grupo. Tendo em vista que a migração coloca em jogo o que foi transmitido pelo casal e herdado pelos filhos, podemos concluir que o legado geracional pode ficar comprometido com esse processo.

Nessa circunstância, os pais investem e transmitem os conteúdos que carregam consigo e que estão ao alcance deles, nesse momento. De acordo com Daure e Reveyrand-Coulon (2009), os indivíduos têm a família, a escola e as instituições como formas de transmissão e continuidade das tradições culturais. Por outro lado, os migrantes e seus descendentes contam apenas com suas próprias famílias, como espaço de transmissão, considerando que as demais instituições são transmissoras da cultura do país receptor e, portanto, diverso daquele universo cultural e simbólico dessas famílias.

Por conseguinte, nas narrativas familiares, muitas vezes, fica evidente que as famílias participantes mantêm os elementos da cultura como modo de transmissão, dentre os quais destacamos os rituais – hábitos alimentares, datas comemorativas, celebrações –, as músicas e o idioma. Os relatos dessas famílias se apoiam em rituais comemorativos, os quais possuem um sentido simbólico (Natal, Ano Novo e Fada do Dente/Ratón Perez), a fim de garantir seu laço social com o país de origem. Essas festividades de final de ano, embora tenham aspectos que são comuns a outros países, também guardam algumas especificidades da Venezuela.

Posto isso, é notável também o esforço da família Perez para que os filhos aprendam as referências culturais venezuelanas que se fazem presentes nas músicas típicas (música caipira em espanhol, cantiga infantil) e na educação da filha mais nova, a qual nasceu no Brasil. Segundo relato de Pablo, a educação dessa filha (Ana) será

pautada nos costumes e tradições venezuelanos. Há, portanto, uma expectativa desses pais de que, mesmo sendo de outra nacionalidade, ela possa dar prosseguimento às origens familiares.

Embora as famílias entrevistadas assinalem que se fundamentam na cultura brasileira, para educar seus filhos, notamos que elas estão em consonância com o universo simbólico do país de origem, ou seja, demonstram-se fiéis ao legado familiar e cultural venezuelano. Isso se deve ao fato de que os pais têm o desafio de transmitir a herança familiar, mesmo na ausência e coincidência da dimensão sociocultural, no Brasil.

Entretanto, no país de acolhida, as crianças passaram a ter contato com outros grupos sociais e, desse modo, têm acesso a um novo idioma e à escolarização. Por isso, entendemos que há uma necessidade, por parte dos filhos, de conciliar a herança e as referências culturais herdadas dos pais com o contexto atual. Esse intercâmbio cultural pode interferir na forma como o sujeito vai gerir essa herança, visto que, no contato com outros grupos sociais, terá acesso a novos aspectos que podem se caracterizar como algo que pode ser integrado à cultura de origem ou ainda podem representar uma ameaça ao pertencimento do grupo.

Inevitavelmente, as cláusulas desse contrato necessitam ser revisadas, dependendo da flexibilidade dessas famílias o grau de tolerância e abertura para mudanças e transformações. Por esse motivo, as famílias Diaz e Martinez expressaram certa apreensão em educar os seus filhos em outro país, cujos valores são distintos. Em vista disso, assinalam alguns comportamentos que as crianças e adolescentes possuem, no país de destino, os quais reprovam, considerando as suas diferenças e a sua possível interferência no contrato narcísico.

Nesse sentido, ao procurar reafirmar a cultura venezuelana, todas as famílias fazem questão de assegurar a língua materna na comunicação entre os membros familiares. Isso fica evidente, durante as entrevistas, quando os casais conversavam entre si ou com os filhos somente em espanhol. Além disso, essa questão apareceu durante os relatos das entrevistas, de sorte a demonstrar que a língua se traduz num importante componente para a manutenção cultural e do legado das famílias.

As famílias Perez e Diaz enfatizam que a língua materna simboliza uma marca cultural e resguardam sua continuidade, no contexto familiar. De maneira semelhante, na família Martinez, notamos que Carmen preservava um livro em espanhol, o qual foi

trazido originalmente da Venezuela e do qual se utilizava, para auxiliar no processo de alfabetização de seu filho José.

Assim, sob a ótica do contrato narcísico, as três famílias se apresentam como portadoras e transmissoras da herança psíquica, ao incluírem seus filhos nessa trama. Nos relatos dessas famílias, observamos que a educação dos filhos é pautada nas tradições, nos costumes e na cultura venezuelana, isto é, nas suas próprias origens.

Conforme Choueiri (2021), os enunciados fundamentais conferem ao sujeito um entendimento sobre sua origem, mas não são necessariamente estáveis ou estáticos. A autora ressalta que, na situação de deslocamento e mudança de cultura, o contrato narcísico vai se estruturando conforme a marca que o exterior lhe conferiu:

Tal compreensão conceitual nos auxilia a pensar nos desencontros possíveis entre os processos de identificação construídos e apoiados no contrato narcísico de origem e nas possibilidades de reinscrevê-los na nova cultura, quando se trata de migração e constituição psíquica (Choueiri, 2021, p. 46).

Em vista desses aspectos, trazemos para a discussão outra questão importante, que é o sentimento de pertença, porque os filhos precisam se apropriar e reformular a herança familiar que receberam. Afinal, nós nos questionamos: *A quem esse filhos serão leais? Aos aspectos culturais do país de origem e, portanto, aos seus pais, ou aos aspectos culturais do país de acolhida?* A manutenção da língua materna e dos outros referenciais identitários, no ambiente familiar, não deixa de ser uma forma que os pais possuem de reassseguramento do pertencimento a um determinado grupo social. Vale lembrar que os pais permitem flexibilizar as regras do grupo, desde que não ocorra uma descaracterização, a ponto de não se reconhecerem mais como parte dele.

Com base nessas discussões, a filha Rosa (família Perez) demonstra-se mais vinculada emocionalmente a essas marcas culturais que foram transmitidas a ela. Nos relatos de seus pais, fica evidenciada a sua resistência em se apropriar do novo idioma, já que isso poderia comprometer suas raízes. A negativa de Rosa quanto a apreender uma nova cultura, possivelmente, estaria relacionada com a tentativa de preservar a história familiar e suas referências identitárias:

Há um acordo inconsciente que garante manter imobilizado qualquer elemento que possa ameaçar a existência psíquica e vincular. Outras vezes, evidencia-se uma elasticidade maior, não só no cotidiano como também na resolução de crises. Firmam-se, então, recontratos e estabelecem-se novas regras, tolerando a mudança e possibilitando a transformação. Assim,

encontra-se apoio nas experiências compartilhadas de confiança e procura-se uma nova ordem dentro da margem tolerável para as redes vinculares estabelecidas (Tozatto, 2004, p. 183).

Essa questão se torna ainda mais complexa, quando levamos em conta Ana (a outra filha da família Perez), que nasceu no Brasil. Nesse caso, temos um obstáculo para a transmissão psíquica, pois os pais são representantes da cultura venezuelana, mas a filha nasceu no país da cultura brasileira. Diante desse fato, temos que a preservação da cultura de origem é uma maneira de garantir a continuidade do patrimônio familiar.

Em alguma medida, ela pertence aos dois países, porque, mesmo nascendo no Brasil, é filha de uma família migrante, a qual preserva as culturas e as raízes de origem. Em outras palavras, podemos sinalizar que há uma duplicidade, ou seja, um duplo pertencimento. Para Daure e Reveyrand-Coulon (2009), esse termo foi cunhado para descrever os indivíduos que estão entre dois modelos culturais, a saber, a cultura de origem e a cultura do novo país. Os autores afirmam ainda que esse duplo pertencimento não possui apenas uma conotação de perda, porque pode exprimir uma vantagem, ao enriquecer a geração que passou pela experiência migratória. Assim, a migração pode ter uma conotação positiva, uma vez que se constitui como uma condição de riqueza suplementar para os filhos de migrantes. Nas famílias, nas quais os pais atribuem importância à transmissão, o duplo pertencimento pode ser compreendido pelos filhos como um privilégio, uma vez que reconhecem ambas as culturas como parte deles. Por outro lado, as famílias cuja experiência migratória constitui uma condição imposta pelo país de origem, têm uma vivência de ruptura com a cultura, família e idioma. Essa condição de abandono e separação assume uma tonalidade de perda irreparável e configura uma forma de exílio.

De maneira análoga, na família Diaz, verificamos que os filhos Francisco e Maritza tiveram aparente dificuldade em favorecer essa negociação entre os universos culturais dos dois países. De acordo com relato dos pais, ambos tiveram dificuldade com o idioma e com o rompimento dos laços sociais do país de origem, sendo que Maritza retornou à Venezuela.

No entanto, nesse caso, a mãe também relatou dificuldade de aceitação e inserção no Brasil. Assim, interrogamos se tal obstáculo na aquisição idiomática não estaria no contexto da família, permeado, ao que parece, a uma ligação mais intensa com as origens.

Logo, por mais que consigam transitar entre as duas culturas, pareceu-nos que, inevitavelmente, esses indivíduos carregam, de alguma forma, a marca de “estrangeiros”. Esse sentimento de não pertencer, na íntegra, a nenhum dos dois países pode abalar as bases culturais e identitárias que conferem o sentimento de pertencimento.

A tentativa de manter um equilíbrio entre salvaguardar a identidade grupal e a abertura para novos elementos culturais do país de acolhida se constitui em uma demanda incessante. Nesse sentido, de acordo com relato dos casais, a inserção sociocultural dos grupos familiares ainda se encontra em andamento, parecendo-nos que sempre haverá algo a ser apreendido, assim como a ser negociado, demonstrando a intensa negociação psíquica que se impõe, no processo migratório.

Salienta Weissmann (2016, p. 189): “Esse movimento interno de ida e volta, das marcas da cultura de origem às marcas das novas culturas, obriga o sujeito a criar uma grande plasticidade interna que habilite esse movimento de umas às outras”. No entanto, é preciso ressaltar que os pais precisam ser suficientemente flexíveis, para permitir o intercâmbio entre as culturas, ou seja, isso diz respeito também ao quanto o núcleo familiar possibilita a abertura para o novo e para a inserção na cultura do país de destino.

Desse modo, ao abordarmos o tema da transmissão e da herança familiar, não se trata apenas de pensar no passado e no futuro, mas na maneira de enfrentamento desenvolvida por cada família, face às diversas transformações que atingem o grupo. Por conseguinte, o que nos interessa, neste ponto, é compreender o que pode ser apreendido e conciliável, nesse trânsito entre as culturas, bem como os seus desdobramentos nas configurações vinculares dessas famílias.

Assim, não podemos perder de vista que o processo de migração forçada é marcado por perdas de diversas ordens e que pode se caracterizar como um evento traumático que causa sofrimento e demanda um trabalho psíquico de representação dessas perdas. No que tange à dimensão da transmissão, é oportuno destacar que, se essa transmissão estiver associada a conteúdos que podem ser transformados, ao longo das gerações, estamos diante de uma transmissão intergeracional. Por outro lado, os conteúdos que não são passíveis de serem metabolizados, pensados e integrados psiquicamente, se configuram como uma transmissão transgeracional (Granjon, 2000).

Com isso, a possibilidade de legitimação desse sofrimento é que vai permitir a essas famílias a elaboração ou não dessas perdas. Segundo Trachtenberg (2005), a não inscrição de uma situação potencialmente traumática no tecido familiar está a serviço do esquecimento, da não história, ligada a acontecimentos não elaborados e com falha na simbolização:

A persistência desses sentimentos sem a realização do luto pelo que ficou do “outro lado” pode interferir no estabelecimento de novas introjeções e identificações que permitem ao sujeito a incorporação do novo e a consequente aceitação do passado (Correa, 2000, p. 86).

Nessa direção, as entrevistas de duas famílias expressam posturas distintas em relação à forma como cada uma enfrentou o sofrimento decorrente da migração. A família Perez não partilhava com seus filhos as dificuldades enfrentadas no país de origem, tais como a falta de alimentos e de recursos. Nesse caso, a situação que causou sofrimento ao casal se configura como um conteúdo não dito, pois os pais tentam proteger seus filhos, através desses segredos: “*O que se transmite é um ‘não-trabalho’ compartilhado* (algo assim como pura singularidade), ‘um buraco’ ou uma trama congelada que se investe de uma qualidade ameaçadora no espaço vincular” (Puget, 2000, p. 80). Tal atitude pode levar a uma dificuldade de representação desse conteúdo traumático e trazer implicações para a transmissão psíquica, a qual se manifesta por meio da repetição desse conteúdo. Por outro lado, a família Diaz partilhava as experiências traumáticas com o filho e permitiam que a história familiar fosse reproduzida e elaborada.

Refletindo acerca das perdas e lutos presentes nas famílias aqui evidenciadas, concluímos que, nas narrativas dos casais, encontramos diversas situações importantes. O rompimento com os laços familiares foi mencionado pelas três famílias como um denominador comum para intenso sofrimento.

Ao longo dessas narrativas, observamos que as perdas decorrentes da experiência de migração foram sentidas, de modo bem explícito, por todos os núcleos familiares. Assim, a situação de ruptura com os vínculos familiares repercutiu de forma significativa na saúde mental de Carmen, de tal sorte que esse foi um fator que contribuiu para o seu retorno à Venezuela. No que tange ainda ao distanciamento dos familiares, Laura também vivenciou uma situação semelhante. Entretanto, na medida do possível, ela trouxe parte deles para o Brasil e conseguiu recompor alguns desses vínculos.

Um componente comum a todas as famílias entrevistadas foi a questão profissional. Nenhum deles obteve a validação de seu diploma e, portanto, não pôde seguir com seus projetos de vida profissional, no Brasil. As famílias Perez e Diaz possuíam ensino superior e deixaram suas profissões, enquanto Santiago abandonou a carreira de atleta de alto rendimento, na seleção venezuelana, ao migrarem para o Brasil. Sem ter a possibilidade de continuidade de seus projetos profissionais, bem como da comprovação da qualificação, as famílias acabam se submetendo a condições de trabalho nas quais não se sentem reconhecidas ou até mesmo são exploradas.

A possibilidade de elaboração da transmissão psíquica herdada dependerá da capacidade de cada família de ressignificar a dimensão simbólica dessas vivências: “Rupturas, crises e a conseqüente perda dos referenciais colocam em questão o trabalho de transmissão e a possibilidade de elaboração dos conteúdos herdados e sua inscrição na memória familiar” (Choueiri, 2021, p. 16).

Assim, deduzimos, conforme Benghozi (2010), que o processo migratório interfere na estabilidade dos vínculos. Buscando designar como acontece o gerenciamento da experiência traumática para o aparelho psíquico grupal, o autor propõe o modelo de continente genealógico grupal, o qual pode ser representado por uma malha que se constitui de vínculos filiativos (ascendentes, descendentes, incluindo os não nascidos) e afiliativos (pertencimento ao grupo social).

Nessa mesma linha de raciocínio, Benghozi (2010) salienta que a malhagem é o trabalho psíquico de construção e desconstrução dos vínculos, de forma a dar integridade ao continente genealógico grupal e familiar. Diante disso, há situações como a de migração forçada, na qual pode ocorrer uma instabilidade na malha desses vínculos e o tecido ser acometido por um *buraco*, “[...] um rasgo com uma desmalhagem catastrófica, como uma meia que desfia. Falar de continente psíquico enfraquecido implica a evocação de um enfraquecimento dos vínculos” (Benghozi, 2010, p. 18).

Considerando-se a premissa de Benghozi (2010) de que o vínculo é o suporte da transmissão, a fragilização desses vínculos vai ressoar na transmissão psíquica desses indivíduos. Em suma, temos que a fragilidade dos vínculos e a descontinuidade da malhagem comprometerão a sua função continente.

Levando-se em conta que a experiência migratória pode se delinear como uma situação traumática, é possível afirmar que ela vai incidir sobre o continente

genealógico dessas famílias. Vale ressaltar que Benghozi (2005) concebe o dilaceramento como a manifestação da desmalhagem dos continentes psíquicos genealógicos familiares.

Isso nos leva a pensar como cada família conduziu esse processo de metabolização do conteúdo traumático e quais as consequências para a transmissão psíquica de cada família. Em face dos relatos das famílias, podemos sustentar que todas elas, em alguma medida, foram desmalhadas e, portanto, precisam remalhar seus laços psíquicos.

Desse modo, conforme Benghozi (2010), esse processo está relacionado à resiliência familiar, a qual consiste na capacidade de seus membros de desmalhar e remalhar os vínculos de filiação e afiliação. A partir dessa perspectiva, o autor mencionado assinala que, apesar do rasgo, é a resiliência que possibilita a preservação da identidade do grupo familiar em situações em que os continentes genealógicos foram rompidos. Desse ponto de vista, entendemos que a tentativa dos pais de assegurar o legado cultural de origem, mediante experiência migratória, pode se configurar como um recurso para resguardar o continente genealógico familiar.

As manifestações sintomáticas de um dos membros familiares podem se configurar numa modalidade defensiva e uma forma de gerir essa problemática do continente psíquico grupal: “A construção do sintoma é, então, com o porta-sintoma, uma tentativa de cerzir o dilaceramento, que tende a se propagar espontaneamente” (Benghozi, 2005, p. 103).

No caso da família Martinez, Carmen trouxe em seus relatos um diagnóstico médico de depressão e ansiedade, mas que ela compreendia o quanto esses sintomas estavam relacionados a uma situação potencialmente traumática. Isso se faz perceptível, pois, após um breve retorno à Venezuela, ela relata que suspendeu o uso dos medicamentos.

Podemos pensar, em consequência, que o trabalho psíquico a ser realizado por essas famílias é bastante complexo e envolve a capacidade de resiliência desses grupos familiares para dispor de recursos emocionais, com a finalidade de remalhar esses laços psíquicos e recompor a sua trama. A experiência de migração ou de exílio compreende perdas muitas vezes irreversíveis. As chances de retorno ao país de origem são bem escassas, dadas as condições de vida na Venezuela.

7.1.1 No lugar, mas não do lugar: as bases de pertencimento

Compreender a identidade é fundamental para que possamos discernir o nosso pertencimento. No tocante à experiência de migração, enfrentamos um grande impasse, já que o distanciamento dos marcos identificatórios ameaça o sentimento de pertencimento, responsável pelo sentimento de segurança ao indivíduo, conforme afirma Correa (2000): “A situação de desenraizamento como mudança e ruptura na vida de um sujeito pode ameaçar as referências identitárias” (Correa, 2000, p. 80).

Para Kaës (2012), a cultura comporta algumas referências simbólicas que conferem identidade e possibilitam que o sujeito possa reconhecer-se como pertencente a um grupo, do qual partilha uma genealogia comum. Assim, imersa em uma nova cultura, a situação de migração leva à perda dessas referências e códigos culturais; Kaës (2012) acrescenta que o deslocamento leva a uma integração do que ele denomina dupla identidade.

Considerando que o sujeito fica entre duas culturas, o autor argumenta que o exilado seria um ser “híbrido” e teria uma dupla identificação, a qual engloba as suas origens (representada pela língua materna e pelo legado que lhe foi transmitido) e o contexto adotado (outra língua). Essa ambiguidade identitária desencadearia um sentimento de incerteza com relação ao pertencimento, pois houve uma ruptura com a identidade original e ainda não foi estabelecido um vínculo com a identidade adotada (Kaës, 2012). Com isso, podemos dizer que, a partir dessa dupla identidade, o indivíduo não se reconhece mais no lugar de origem e as pessoas do lugar também não o reconhecem.

Sob esse ponto de vista, destacamos a importância da rede de apoio dos venezuelanos, para assegurar a sensação de se reconhecer como parte de um mesmo grupo social, pois possuem a mesma origem. Além de representarem um suporte na situação de deslocamento, oferecem uma maior estabilidade para a identidade desses indivíduos. Pablo (família Perez) e Diego (família Diaz) migraram na companhia de um grupo de venezuelanos e atestam a relevância de estarem próximos de indivíduos com os quais se identificam, como forma de salvaguardar sua pertença.

Diante desses apontamentos, sublinhamos que a situação de deslocamento remete à perda dos códigos linguísticos que se constituem em um dos principais referenciais identificatórios. Nesse sentido, de acordo com Weissmann (2017), a

língua reforça o nível de pertencimento a um grupo e nos traz a sensação de segurança e continuidade. Em contrapartida, a situação de migração e exílio leva a perda da língua, desse código comum e que se configura como uma referência compartilhada: “A língua materna é um fator importante que traça uma aproximação entre sujeitos, porque sentem que os vínculos parecem já portar um tecido preestabelecido, o qual os ampara ao compartilhar um idioma comum” (Weissmann, 2016, p. 54).

Quanto ao idioma, podemos inferir que essa questão mobilizou muito as famílias. As narrativas denotam a dificuldade de comunicação, convivência e, conseqüentemente, de inserção social, mediante um novo código linguístico. Notamos, inclusive, que há o trânsito entre os dois idiomas, sem que eles possam se dar conta disso.

As crianças, por sua vez, também demonstram dificuldades ou objeções em relação à sua marca identitária, especialmente com respeito ao idioma. Suas dificuldades em aprender uma nova língua resultam em um aparente conflito identitário, ou seja, é como se o ato de se abrir para uma nova cultura levasse a uma fragilização dessas referências de origem ou até mesmo representasse uma traição à própria cultura.

O trânsito entre duas culturas diferentes é um desafio, pois as crianças possuem as referências de origem, todavia, estão inseridas na cultura do país de destino. Com isso, chegam à escola sem o domínio do português e falam apenas a língua materna. Ademais, Juan, Francisco e José possuem um diagnóstico clínico que interfere na comunicação e na forma de se expressar, de sorte que essa barreira para o aprendizado de um novo idioma se tornou ainda maior.

7.1.2 Corpo familiar: as bases culturais longe do lar

De acordo com Eiguer (1985), a família é formada por indivíduos que, em grupo, têm uma forma de funcionamento psíquico inconsciente distinta do funcionamento grupal. Logo, para o autor, o grupo familiar se transforma por efeito do organizador, pois ele traz maior consolidação dos vínculos. Na sua perspectiva, o organizador “[...] se define como uma formação coletiva, para a qual contribuem os psiquismos pessoais, que concentra um jogo de representações psíquicas específicas e um denominador comum de emoções frequentemente exaltadoras” (Eiguer, 1985, p. 29).

Para tanto, de acordo com Levisky (2021), dispomos de três organizadores, os quais foram propostos originalmente por Eiguer e formam a base da vida familiar inconsciente. O primeiro organizador familiar (escolha de objeto) coloca em marcha a constituição interior grupal do casal, envolve aspectos conscientes e inconscientes e promove uma reedição das resoluções edípicas de cada um que compõe a díade. O segundo organizador seria o “Eu familiar”, responsável pela identidade do casal ou família, relacionado ao sentimento de pertencimento e dividido em três suborganizadores. Já o terceiro organizador é a interfantasmática, a qual está associada com a combinação dos fantasmas individuais dos membros familiares.

De maneira mais específica, Eiguer (1985) explica cada um desses organizadores, sendo que a primeira instância organizadora está ligada à escolha objetual do casal e ocorre a partir do complexo de Édipo de cada parceiro. Por meio de um jogo do amor incestuoso e de sua proibição, a família habilita o indivíduo a investir em outro vínculo e a originar uma nova família. A escolha de objeto, no plano inconsciente, se dá pelo compartilhamento dos objetos, ou seja, é constituído a partir da representação dos objetos interiorizados e que compõem o inconsciente familiar.

O segundo organizador refere-se ao eu familiar, que “[...] pode ser definido como o investimento perceptual de cada membro da família, que permite reconhecê-la como sua, numa continuidade têmporo-espacial” (Eiguer, 1985, p 38). Posto isso, o eu familiar é composto de três componentes, designados por sentimento de pertença, habitat interior e o ideal de ego coletivo.

O sentimento de pertença faz referência à identidade familiar e reúne os sentimentos que cada um possui em relação ao grupo. Desse modo, o indivíduo se reconhece nesse grupo que traz familiaridade e a marca que remete a uma origem comum.

Outro componente do eu-familiar é o habitat, termo primeiramente estudado por Berenstein, que o definiu como “pele” real e fantasmática da família, ou seja, “[...] o grupo, conjunto composto de indivíduos, de corpos, mas nunca uma unidade corporal, é sem cessar ameaçado pelo desmembramento” (Eiguer, 1985, p. 40).

Assim, Eiguer (1985) concebe que o grupo tem receio de que seus indivíduos retirem o investimento do coletivo e, para tanto, com a finalidade de amenizar essa angústia, a família investe em um lugar geográfico real, representado pelo lar, a casa familiar. Portanto, o habitat é erigido no inconsciente grupal e constitui a base de reconhecimento do grupo.

O terceiro elemento do eu familiar é denominado ideal de ego familiar. “É uma representação da perfectibilidade do grupo que tem um projeto de progresso social, cultural, educacional para a família, ou seja, ideais de futuro a serem atingidos pelo grupo” (Levisky, 2021, p. 266-267).

Desse modo, para o autor, o ideal de ego funciona como um organizador imprescindível para os vínculos, considerando-se a função reguladora da satisfação pulsional. Assim, a família possui um projeto, a organização e os meios, com o intuito de satisfazer o ideal de ego familiar.

Já o último organizador familiar é o da interfantasmática, que concerne aos fantasmas individuais de cada sujeito do grupo. Ora, o fantasma, em uma perspectiva individual, trata-se do elemento que une representações inconscientes, pré-conscientes e conscientes, a partir do recalcado e de forma a transformar a dimensão fantasiosa e torná-la mais aceitável para o ego.

Eiguer (1985) afirma que, em uma constituição do psiquismo grupal, o fantasma originário surge por meio do engajamento na relação e da ressonância fantasmática, a qual colabora para o sentimento de relação e se configura na matriz de todo o funcionamento inconsciente familiar.

A partir dos três organizadores mencionados e descritos, nós nos debruçamos, especialmente, sobre o segundo, para discutir os seus elementos constituintes e que permearam as entrevistas das referidas famílias.

Todas as famílias entrevistadas demonstraram, em seus relatos, que pretendem manter esse universo simbólico (idioma, tradições, costumes), levando-se em conta que, na vivência de migração, essas referências que atestam o sentimento de pertencimento deixam de existir. Nesse sentido, com a finalidade de manter a identidade do grupo, ao se confrontarem com o que é estrangeiro e com a alteridade radical, as famílias podem se fechar a uma nova cultura:

Faz-se necessária a discriminação deste novo núcleo frente aos grupos de origem, em função da sua própria sobrevivência e da formação de seu aparelho psíquico. Naturalmente, o pertencimento ao novo núcleo não anula o pertencimento ao grupo original, mas o sentimento de pertença sofre uma transformação (Castro, 2005, p. 185).

Esse é o caso de Rosa (família Perez), que enfrenta dificuldade em fazer trocas com o entorno, devido ao temor de não se sentir mais pertencente ao grupo originário. Portanto, a inserção em um novo contexto sociocultural pode parecer uma ameaça ao

que lhe foi transmitido e provocar um apagamento de suas raízes ou o sentimento de não pertencimento, de ruptura.

Todavia, a possibilidade de se estabelecer no país de acolhida e construir um novo projeto familiar faz com que todas essas famílias se considerem também como pertencentes ao país de acolhida e queiram permanecer no Brasil. Nos relatos dos casais, ficou evidente que, embora se identifiquem como venezuelanos, demonstram certa abertura para novos conteúdos provenientes do país de destino.

Ao abordarmos o habitat interior, que se constitui como outro elemento do eu familiar, enunciamos o quanto é importante para a família construir um habitat exterior representado por uma casa e que dê suporte para fortalecer esse habitat interior, ou seja, que ofereça continência para a psique familiar, a qual seria a “pele psíquica”.

Com isso, percebemos como a migração compromete esse suborganizador, tendo-se em vista os inúmeros deslocamentos que duas das famílias tiveram de fazer, para estabelecer no Brasil. A família Diaz se deslocou duas vezes para regiões bem distantes, em busca de tratamento especializado para o filho, e, a cada nova mudança, deixavam toda a sua mobília, pois não tinham dinheiro para realizar o transporte; ao passo que a família Martinez migrou mais de uma vez para o Brasil e, dentro do próprio país, se mudou mais de dez vezes.

Diante da circunstância da migração, o habitat interior fica muito fragilizado, nessas famílias, porque existe uma mudança do ambiente físico que é organizador e, assim, toda a sensação de continência que essa pele psíquica pode prover fica prejudicada. Entretanto, no momento da entrevista, essas famílias, revelavam que ainda estavam em processo de se estabelecer no Brasil, mas que já tinham conseguido fixar residência e iniciavam a construção desse lar.

Além disso, a manutenção das tradições e costumes faz com que os membros dessas famílias se reconheçam como venezuelanos. Desse modo, observamos uma presença significativa da permanência dos hábitos alimentares desses indivíduos. Nas narrativas das famílias, há uma queixa de que nem sempre encontram os ingredientes para o preparo dos pratos típicos, todavia, nem por isso deixavam de fazê-los. Eles relatam que alguns venezuelanos encontraram componentes semelhantes e que substituíam os originais. Há outros elementos culturais, os quais já foram mencionados, tais como as festividades, as músicas e o idioma, os quais compõem o habitat interior.

Um outro aspecto cultural mencionado por todos os grupos familiares foi a questão da religiosidade. Em várias circunstâncias, a religião, sobretudo representada por uma instituição religiosa, teve a função de auxiliar no processo de inserção sociocultural e desempenhou o papel de continente ou de sustentação psíquica para os grupos familiares.

Por último, o ideal de ego familiar está relacionado com os futuros projetos familiares, ou seja, é da ordem do grupo, porque mobiliza inconscientemente e organiza essas famílias. Assim, concluímos que todas as famílias entrevistadas migraram em busca de um projeto familiar mais exitoso do que dispunham, no país de origem. Nesse caso, por mais que a situação no Brasil seja difícil e permeada por dificuldades e obstáculos, ainda assim vivem melhor do que na Venezuela.

A tentativa de se estabelecer no Brasil ocorre em função da necessidade desses casais de prover os seus filhos, quer dizer, verificamos um papel preponderante dos filhos, no projeto familiar. Isso se confirma na situação em que os pais elegeram a cidade de destino, pois a escolha foi realizada com base na demanda de tratamento especializado por parte dos filhos que tinham um diagnóstico, principalmente.

Essa urgência em construir um novo projeto familiar também está associada com a ajuda financeira que essas famílias disponibilizam aos familiares que ficaram na Venezuela. Todas as famílias relataram que fazem remessas constantes à Venezuela, visto que garantem, assim, a possibilidade de manutenção de parte de sua família, no país de origem, justamente porque há alguém que os provê. A condição de vida no país de origem é tão precária que, embora a situação no Brasil seja difícil, eles conseguem auxiliá-los. Pressupomos que essa atitude seja uma forma de amenizar a vergonha e a humilhação a que foram submetidos, nesse processo de migração, bem como para se certificar de que esse projeto familiar é bem-sucedido.

Apontamos ainda que uma situação semelhante acontece com os filhos, especialmente em relação aos que receberam um diagnóstico. Desde Freud (1914), sabemos que os filhos representam a sobrevivência narcísica dos pais, ao longo do tempo, e, por conseguinte, são investidos para realizarem os projetos de futuro da família. Nesse sentido, pensamos que, para essas famílias, ter acesso a um lugar que garanta o tratamento necessário para seus filhos e a possibilidade de futuro é uma questão essencial e que significaria o sucesso decorrente da migração, apesar dos sacrifícios e sofrimentos que permearam toda a trajetória dessas famílias.

Por fim, salientamos que há um sentimento de gratidão bem-acentuado, em todas as famílias, devido ao fato de que o país de acolhida possibilitou que esses projetos familiares fossem reasssegurados. Nessa linha, as famílias relatam que seus projetos familiares não preveem o retorno ao país de origem e que pretendem permanecer no Brasil, considerado o lugar que possibilitou a reconfiguração dos ideais de futuro dessas famílias, os quais estavam ameaçados diante da precariedade das condições de vida no país de origem.

Nesse sentido, cabe salientar que, conforme apontamos anteriormente, os entrevistados mencionaram situações de pouca valorização ou até mesmo de exploração no trabalho. Por isso, destacamos que esse sentimento de gratidão pode ser uma maneira de negação das condições de dificuldades atravessadas pelas famílias participantes da pesquisa, como uma forma de manutenção do ideal de progresso e sucesso, o qual foi um dos aspectos que os levou ao processo migratório. E, aqui, incluímos a condição peculiar dos filhos com diagnóstico e necessidades de tratamentos específicos, que possivelmente mobilizou notavelmente o grupo em busca de soluções, já que, em alguns momentos, sentiram o risco de que eles pudessem ficar sem a assistência necessária.

Assim, essa busca pareceu primordial para a permanência dessas famílias no Brasil e, portanto, do sentimento de gratidão. Soma-se a isso a relevância do envio de remessas financeiras para a manutenção de parte das famílias envolvidas no país de origem.

Considerando a peculiaridade de famílias que migram com filhos, aliada a um diagnóstico clínico, impõe-se uma urgência aos grupos familiares, tanto no sentido da busca de solução frente à ameaça imposta devido à falta de recursos essenciais para a sobrevivência quanto com respeito às necessidades mais específicas de seus filhos.

Desse modo, parece-nos que a manutenção da transmissão nessas famílias já estava presente no país de origem, e a migração foi uma saída encontrada para uma sobrevivência que pudesse garantir o desenvolvimento de seus filhos. Logo, a migração possibilitou que essas famílias pudessem reconstituir seus projetos visando ao atendimento necessário para o desenvolvimento de seus filhos. Por conseguinte, a gratidão relatada é paradoxal, porque se, por um lado, pode encobrir todos os sofrimentos, por outro, legitima a preocupação das famílias.

Além disso, através da migração, puderam assegurar a recomposição de seus projetos e ideais, os quais incluem tanto a família nuclear quanto aqueles que

permaneceram na Venezuela e, por isso, nos casos apresentados e analisados, o processo migratório é revestido de inúmeros significados, assim como em todos os processos. Todavia, salientamos que essas famílias partiram em busca de um contexto mais favorável para o desenvolvimento de seus filhos, bem como da manutenção de suas famílias de origem, considerando o envio de remessas financeiras que colaboraram para que seus familiares pudessem se manter naquele país.

Por isso, a educação dos filhos, que se expressa através dos investimentos e, de certo modo, nos sacrifícios realizados pelos pais, nessa busca incessante, pode ser tomada como o aspecto primordial nos relatos coletados. Além disso, desde Freud (1914), sabemos da importância dos investimentos narcísicos dos pais nos filhos e, nesta pesquisa, tal aspecto foi evidenciado. Inclusive como um ponto que colabora para a manutenção das famílias frente a todas as dificuldades encontradas em seus percursos, que, ao que tudo indica e que é intrínseco aos processos migratórios, será incessante.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Naquele aeroporto restava eu, despojada de minha própria roupa, de todos os meus pertences; assim, sem pele, em carne viva. Um corte profundo e incicatrizável se instaura durante aquele voo. Dois mil quilômetros marcavam a distância entre o familiar e o abismo que se abria ao descer do avião, onde tudo, absolutamente tudo, era desconhecido. Dois mil quilômetros entre o passado usurpado e o futuro incerto (Ramos, 2007, p. 12).

Foi tecendo as histórias desta pesquisa que pudemos compreender que a experiência migratória deixa marcas indelévels nos vínculos intersubjetivos. Quando o deslocamento é forçado e envolve riscos à integridade desses indivíduos, as vivências de perdas e rupturas geram um profundo sofrimento. Além disso, é importante destacar que as entrevistas foram feitas no período da pandemia de coronavírus, o que tornou esse momento mais instável e incerto. Ademais, o acesso aos dispositivos institucionais de acolhimento ficou reduzido ou limitado, deixando esses indivíduos ainda mais desamparados.

Isso nos leva a refletir que essas vivências traumáticas comprometem a herança psíquica familiar, pois mobilizam os enunciados familiares e interferem no contrato narcísico. Cabe destacar que essas vivências podem interferir na transmissão psíquica dessas famílias, uma vez que os pais precisam transmitir a cultura de origem, em meio a dois contextos culturais díspares. Assim, o processo de migração promove uma descontinuidade com a cultura de origem e com os códigos linguísticos, pois esses indivíduos se deparam com a experiência de desapropriação e a exigência de apropriação de um universo sociocultural distinto.

Em decorrência disso, eles precisam integrar as duas culturas, bem como elaborar essas perdas e rupturas. Caso contrário, a não metabolização dessas experiências traumáticas pode levar a uma repetição desses conteúdos nos núcleos familiares.

Na tentativa de integrar as duas culturas, as famílias ficam diante do dilema do duplo pertencimento, já que possuem o *status* de estrangeiro, seja no país de origem, seja no país de acolhida. Contudo, a diferença cultural não designa que a cultura do país de origem seja subordinada à cultura brasileira. Inclusive, essa diferença pode levar à possibilidade de trânsito entre as culturas e ao estabelecimento de laços.

Nessa linha, podemos asseverar que esse intercâmbio também pode levar a um enriquecimento desses vínculos, à medida que essas famílias permitam esse movimento intercultural.

Na perspectiva dos pais, os filhos demonstram ter menos dificuldades de inserção no país de acolhida, se comparados aos adultos. Entretanto, as famílias salientam que a vivência migratória e a integração aos novos grupos é mais complexa para os filhos que possuem um diagnóstico clínico. Isso se justifica, principalmente, pela dificuldade quanto ao aprendizado do idioma e ao processo de escolarização.

Por outro lado, a impossibilidade de retorno ao país de origem e o contato com novo contexto sociocultural levam a uma fragilização do sentimento de pertencimento dessas famílias. A perda dessas referências pode se configurar como uma ameaça para a continuidade do legado familiar, pois, mesmo que essas famílias consigam se abrir para apreender uma nova cultura, ainda precisam se manter leais às suas referências culturais, a fim de que se reconheçam como venezuelanos, haja vista que a migração só se constituiu como um projeto ante as limitações e dificuldades vividas naquele país, ou seja, não foi um processo migratório de busca de enriquecimento, como verificamos em alguns movimentos.

Diante do distanciamento do universo simbólico que oferece sustentação, as famílias tentam manter, a todo custo, o patrimônio familiar. Pensando metaforicamente, a Venezuela permanece enraizada dentro de cada lar e se faz presente no idioma, nos costumes, nas tradições e nos hábitos alimentares. Nesse sentido, a manutenção desses referenciais é uma forma de se sentirem pertencentes ao grupo originário e preservar sua identidade.

De maneira semelhante, devemos considerar que a experiência de migração incidiu sobre o continente genealógico do grupo e provocou uma desmalhagem dos laços dessas famílias. Nesse caso, a resiliência que essas famílias demonstraram, durante as entrevistas, é o que possibilita que elas possam gerir o continente genealógico.

A exigência de construir um novo projeto familiar no país de acolhida e prover seus membros e os familiares que permaneceram na Venezuela parece funcionar como um dos principais agentes para o enfrentamento das dificuldades encontradas nessa trajetória. De forma análoga, a presença da religiosidade e a rede de apoio dos próprios venezuelanos também se configuraram como recursos importantes nesse processo.

Assim, são esses recursos psíquicos que vão determinar, ao longo do tempo, como cada família vai metabolizar essas vivências traumáticas e recompor a trama desses laços que precisam ser remalhados. Por conseguinte, a realização de um trabalho de representação psíquica quanto de reorganização desses vínculos é um percurso contínuo e exigirá um trabalho psíquico que não se encerra com os primeiros anos de vida, no novo país, tendo-se em vista que continuamente os migrantes se deparam com situações que os remetem à condição de estrangeiro e, portanto, do diferente.

Por fim, os resultados desta pesquisa também apontaram para a situação de extrema vulnerabilidade dessa corrente migratória. Esse fato atesta a necessidade de políticas públicas mais eficazes para o acolhimento e assistência dos migrantes, visto que esse papel é ainda desempenhado, prioritariamente, pelas entidades religiosas e organizações não governamentais. Essas políticas públicas devem visar também ao acesso desses migrantes às leis trabalhistas e ao aprendizado do idioma português. A falta de conhecimento desses aspectos levou esses migrantes a situações de exploração no trabalho e a dificuldades de inserção social, devido aos impasses com o idioma.

Por conseguinte, mobilizadas pela necessidade de busca de atendimento às necessidades dos filhos, num contexto que pudesse favorecer o seu desenvolvimento, a importância do contrato narcísico ficou evidenciada, levando-se em conta que os relatos demonstraram que esse foi um dos principais motivos que lançou as famílias à procura de melhores condições de vida. Os relatos em torno da falta de recursos necessários para prover a subsistência e atender aos pedidos dos filhos foram permeados de sofrimento e emoção, apontando que realmente a busca de condições que privilegiassem os investimentos narcísicos desses pais, em sua prole, funcionou como o motor para impulsionar novos ideais e projetos de vida, mesmo diante de todas as rupturas, adversidades e perdas decorrentes desse processo.

Paradoxalmente, a migração não só garantiu os investimentos parentais e da família em torno de um projeto comum e compartilhado, almejando o crescimento e o desenvolvimento de seus filhos, mas da manutenção dos familiares que permaneceram no país de origem. Inclusive, em alguns casos, a remessa de recursos financeiros garante, de alguma maneira, a sobrevivência deles.

Em vias de concluir, pensamos também que seja pertinente a ampliação dos estudos, de maneira a aprofundar a função dos filhos, na transmissão psíquica. No

processo migratório, as crianças possuem contato com outros grupos sociais no país de destino e podem se configurar como transmissores da cultura do país de acolhida para os pais. Os estudos contemporâneos consideram que a transmissão é incumbência dos pais para os filhos, mas nos questionamos se os filhos também não poderiam desempenhar esse mesmo papel, quando nos remetemos a famílias migrantes. Esse aspecto não foi desenvolvido, na presente pesquisa, pois não integrava o propósito deste estudo. Entretanto, seria um aspecto relevante para ser examinado em trabalhos futuros.

Por fim, outro aspecto considerável que poderia ser contemplado em novas pesquisas seria a participação direta das crianças, a fim de compreender as implicações do processo migratório nos filhos. No projeto inicial desta investigação, estava prevista a presença das crianças, porém, foi necessária uma adequação metodológica, em virtude das restrições impostas pelo período pandêmico. Portanto, a análise foi baseada na percepção dos pais, através de suas respectivas entrevistas.

REFERÊNCIAS

- ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Direitos e deveres dos solicitantes de refúgio no Brasil**. 2010. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Direitos-e-deveres-dos-solicitantes-de-ref%C3%BAgio-no-Brasil_ACNUR-2010.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.
- ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Dados sobre refúgio**. 2017. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 24 jan. 2021.
- ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Monitoramento do Retorno de Refugiados e Migrantes Venezuelanos**. 2020. Disponível em: <https://www.r4v.info/en/node/5271>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano** [recurso eletrônico]: evidências e subsídios para políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV - DAPP, 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/01/Economia-de-Roraima-e-o-Fluxo-Venezuelano--30-01-2020-v2.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- AGÊNCIA BRASIL. **Com abstenção de 53,98%, Maduro é reeleito com 6,1 milhões de votos**. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-05/com-abstencao-de-5398-maduro-e-reeleito-com-61-milhoes-de-votos>. Acesso em: 03 abr. 2021.
- ALBUQUERQUE, L. F. de. **Migrantes e o processo de integração**: um estudo de caso sobre migrantes venezuelanos em João Pessoa. 2019. TCC (Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16612/1/LFA29042019.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- AMARAL, F. A. da C. **Falência humanitária na Venezuela e as repercussões regionais e internacionais de uma crise multidimensional**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Internacionais - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), 2020.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2017/18: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo**. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- ANZALDUÁ, G. Como domar uma língua selvagem. Tradução de J. P. Pinto, K. C. Santos e V. Veras. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa**, n. 39, p. 297-309, 2009.
- AULAGNIER, P. **A Violência da Interpretação** – do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

ÁVILA, L. A. O Eu é plural: Grupos: a perspectiva psicanalítica. **Vínculo** – Revista do NESME, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 39-52, 2009.

BARROS, J. F. de. **A experiência migratória de jovens brasileiros no Japão e suas famílias na constituição do pertencimento e identidade**. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2021.

BASTOS, J. P. B.; OBREGÓN, M. F. Q. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? **Derecho y cambio social**, abr. 2018. ISSN: 2224-4131. Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista052/venezuela_em_crise. Acesso em: 18 dez. 2020.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BECKER, A. P. S. **Famílias sem fronteiras: dimensões psicossociais da migração no ciclo de vida familiar**, 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BENGHOZI, P. Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crises e catástrofes humanitárias. Desmalhar e remalhar continentes genealógicos familiares e comunitários. In: CORREA, O. B. R. (org.) **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

BENGHOZI, P. Resiliência Familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços. Tradução: Sandra Teixeira Marques. **Psic. Clín.**, Rio de Janeiro, Vol. 17, n. 2, p. 101-109, 2005.

BENGHOZI, P. **Malhagem, filiação e afiliação. Psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social**. São Paulo: Vetor, 2010.

BERENSTEIN, I. **Psicoanalisar uma família**. Buenos Aires: Paidós, 1990.

BERENSTEIN, I. El vínculo y el otro. **Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo**, v. 23, p. 9-32, 2001.

BERENSTEIN, I. **Devenir otro con otros**. Buenos Aires: Paidós, 2004.

BERENSTEIN, I. **Do ser ao fazer**. Curso sobre a vincularidade. São Paulo: Via Lettera, 2011.

BERENSTEIN, I.; PUGET, J. Lo vincular. **Clínica y técnica psicoanalítica**. Buenos Aires: Paidós, 1997.

BIRMAN, J. **O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BONI, V.; QUARESMA, S. Aprendendo a Entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

BRASIL. **Lei nº 13445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração, Brasília, 24 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13445.htm. Acesso em: 2 abr. 2023.

BRASIL. **Portaria n. 125, de 19 de março de 2020**. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros oriundos dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância – Anvisa. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/portaria_n%c2%ba_125_de_19_de_mar%c3%87o_de_2020.pdf. Acesso em: 18 maio 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Painel da Acolhida permite acompanhamento da estratégia de interiorização de venezuelanos**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/noticias/painel-da-acolhida-permite-acompanhamento-da-estrategia-de-interiorizacao-de-venezuelanos>. Acesso em: 17 nov. 2022.

BUCHER, F. D. A. J. **Refugiados de si: uma análise dos processos de subjetivação e de sofrimento psíquico em condição de migração forçada**. 2020. Monografia (Psicologia) – Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Brasília, 2020.

CAPELARI, A. Migração forçada e categorização: entre a ampliação da proteção e a exclusão. **Periplos** - Revista de Investigación sobre Migraciones, v. 5, n. 1, p. 131-156, 2021.

CARIGNATO, T. T.; DEBIEUX ROSA, M.; BERTA, S. L. Imigrantes, migrantes e refugiados: encontros na radicalidade estrangeira. **Remhu** – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, ano XIV, n. 26-27, 2006.

CARNEIRO, L. M. S. V. A Interiorização dos Refugiados Venezuelanos no Brasil. **Cadernos de Relações Internacionais/PUC-Rio**, v. 2 dez. 2019.

CASTANHO, P. O conceito de alianças inconscientes como fundamento para o trabalho vincular em psicanálise. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 6, n. 2, p. 92-112, dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2236-64072015000200007. Acesso em: 18 nov. 2023.

CASTANHO, P. **Uma introdução psicanalítica ao trabalho com grupos e instituições**. São Paulo: Linear A-barca, 2018.

CASTILHO, M. L. C. de. **Migração, história e transmissão: uma família que se conta**. 2010. 104 f. Mestrado (Psicologia Social) – PUC/SP, São Paulo, 2010.

Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17408/1/Maria%20Luiza%20Cobra%20de%20Castilho.pdf>. Acesso em: 3 maio 2022.

CASTRO, A. L. R. de. Você é daqui? **A subjetividade de famílias brasileiras em movimento de migração interna**. 2005 Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, 2005.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; FURTADO, A.; DICK, P.; QUINTINO, F.; MACEDO, M. **Acompanhamento de fluxo e empregabilidade dos imigrantes no Brasil**: Relatório Mensal do OBMigra. Ano 1, n. 5, maio 2020. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais>. Acesso em: 18 nov. 2023.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. (Série Migrações). Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, W. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. **Périplos** - Revista de Pesquisa sobre Migrações, v 4, n. 2, p. 11-35, 2020.

CHOUERI, R. Z. **Maternidade**: tramas intersubjetivas. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

CIFUENTES, L. J. Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua relevância para migrantes e refugiados. **Cadernos de Debates, Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, v.3, n. 3, 2008.

CORREA, O. R. **O legado familiar**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

CORREA, O. R. A instituição família na tecelagem vincular. *In*: CORREA, O. R. **Vínculos e instituições**. Uma escuta psicanalítica. São Paulo: Escuta, 2002.

CORREA, O. R. **Crises e Travessias nas diversas etapas da vida do casal e do grupo familiar**. Petrópolis: KBR, 2013.

COTA, I. Venezuela chega às eleições regionais como o país mais pobre da América Latina. **El País**, Cidade do México, 18 nov. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-11-19/venezuela-chega-as-eleicoes-regionais-como-o-pais-mais-pobre-da-america-latina.html>. Acesso em: 12 jan. 2022.

DAURE, I.; REVEYRAND-COULON, O. Transmissão cultural entre pais e filhos: uma das chaves do processo de imigração. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 415-429, 2009.

DAURE, I.; REVEYRAND-COULON, O.; FORZAN, S. Relações familiares e migração: um modelo teórico-clínico em psicologia. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 91-108, 2014.

DEBIEUX ROSA, M. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta, 2016.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DRUBSKY, C. A. **Até que ponto o narcisismo pode ser datado?** Uma reflexão à luz das contribuições de Piera Aulagnier. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DUARTE, R. Entrevistas em Pesquisa Qualitativa. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

DUNKER, C. I. L. **Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano**. São Paulo: UBU, 2017.

EIGUER, A. **A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica**. São Paulo: Unimarco, 1998.

FABIANO, M. L. A. **O processo de integração social da criança e adolescente imigrante na escola pública**. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

FERNANDES, E. B. **A adolescência e a problemática da separação: do espaço familiar ao espaço social**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FERNANDES, M. I. A. O Trabalho Psíquico da Intersubjetividade. **Psicologia USP**, v. 14, n. 3, p. 47-55, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42240>. Acesso em: 4 jul. 2022.

FERNANDES, M. I. A. **Processos migratórios e exclusão**. 5 abr. 2018. Disponível em: <https://www.culturanova.com/processos-migratorios-e-exclusao/>. Acesso em: 9 set. 2022.

FERNANDES, M. I. A. Corpo familiar e a diversidade cultural no Brasil: repercussões no *setting*. **Passages de Paris**, v. 19, n. 1, p. 38-44, 2020. Tradução. Disponível em: <https://www.apebfr.org/ojs/index.php/passadesdeparis/article/view/12/13>. Acesso em: 10 set. 2022.

FERNANDES, M. I. A. As alianças inconscientes: um operador clínico no trabalho com casais e famílias. In: PENNACCHI, R.; THORSTENSEN, S. (org.). **Psicanálise de casal e família**. Uma introdução. São Paulo: Blucher, 2022a.

FERNANDES, M. I. A. Os pactos denegativos: protótipo de uma aliança. **Letra urbana** – al borde del olvido. São Paulo, ed. 49, jun. 2022b. Disponível em: <https://letraurbana.com/articulos/os-pactos-denegativos-prototipo-de-uma-alianca/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

FERNANDES, M. I. A.; GOMES, I. C.; LEVISKY, R. B. Diversidade cultural e a noção de “entre dois”. *In*: RAMOS, M. (org.). **Novas fronteiras da clínica psicanalítica de casal e família**. São Paulo: Escuta, 2016.

FINGER, S. S. Imigração e sintoma na clínica com famílias. **Contextos Clínic.**, São Leopoldo, v. 1, n. 2, p. 72-78, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822008000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 abr. 2021.

FRANCISCO NETO, L. Venezuela e migrações. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/PARIS-Est., 6., 2017. Paris. **Anais** [...]. Paris: UFES/Paris-Est 803, 2017. **Disponível em:** <https://periodicos.ufes.br/ufesupem/issue/view/800>. **Acesso em:** 23 jun. 2022.

FREIRE, M. S.; ALBUQUERQUE de K. F. S. **Venezuela:** análise de um país em crise e a entrada de imigrantes refugiados para o Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2018.

FREITAS, G. S. H. de; DENADAI, J.; OBRÉGON, M. F. Q. Análise conjectural da crise venezuelana: um estudo pós-Maduro. **Derecho y cambio social**, n. 61, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista061/Analisis_conjetural_de_la_crisis_venezolana.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021.

FREITAS, R. S.; JABBOUR, C. J. C. Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: Boas Práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

FREUD, S. (1913) Totem e tabu. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

FREUD, S. (1914) Sobre o narcisismo: uma introdução. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

FREUD, S. (1921). Psicologia das massas e análise do ego. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.

FREUD, S. (1939). Moisés e o Monoteísmo. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996d.

GEBRIM, A. C. C. **Psicanálise do front: a posição do analista e as marcas do trauma na clínica com migrantes**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

GOMEL, S.; MATUS, S. Del sufrimiento vincular a la construcción de ilusión. *In*: R. GASPARI, R.; WAIABROT, D. **Familias y parejas**. Psicoanálisis, vínculos, subjetividad. Buenos Aires: Psicolibro, 2011.

GRANJON, E. A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. *In*: CORREA, O. B. R. (org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000. p. 17-43.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

JAROSLAVSKY, E. A.; MOROSINI, I. El vínculo en Psicoanálisis. **Psicoanálisis e Intersubjetividad**, n. 6, jun. 2012.

JUNGER, G.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T. de; SILVA, B. G. **Refúgio em Números**. 7. ed. Brasília, DF: OBMigra, 2022 (Série Migrações). Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 14 set. 2022.

JUSTO, J. S.; OKAMOTO, M. Y. **Migrações contemporâneas: reflexos e práticas profissionais** [recurso eletrônico]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019.

KAËS, R. Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. *In*: EIGUER, A. **A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica**. São Paulo: Unimarco, 1998. p. 5-19.

KAËS, R. **Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo**. São Paulo: Loyola, 2011.

KAËS, R. **As alianças inconscientes**. São Paulo: Ideias e Letras, 2014.

KAËS, R. *et al.* **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KOLTAI, C. Entre psicanálise e história: o testemunho. **Psicologia USP** [on-line], v. 27, n. 1, p. 24-30, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20150009>. Acesso em: 25 set. 2022.

LEITE, G. C. A.; CASTRO, A. M. de. Migrações venezuelanas, crise da reprodução social capitalista e necropolíticas de fronteira. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, v.13, n. 26, 73-103, jan./jun. 2021.

LEOTTI, C.; FACCIOLLI, G.; FROSSARD, T.; GODOY, T. A Crise na Venezuela: uma discussão acerca das condicionantes político-econômicas de desestabilização no governo Maduro. **O Eco da Graduação**, Brasília, p. 93-118, 4 jun. 2019.

LEVISKY, R. B.; DIAS, M. L.; LEVISKY, D. L. (org.). **Dicionário de Psicanálise de Casal e Família**. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2021.

LISBOA, V. V. A.; CARNEIRO, T. F.; JABLONSKI, B. Transmissão Intergeracional da cultura: um estudo sobre uma família mineira. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n.1, p. 51-59, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/tqcPSnqYFPjhND6Z68Swzbp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2022.

MARQUES, E. M.; SOUZA, T. M. C. Desigualdades socioeconômicas enfrentadas por mulheres migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil. **Pretextos** - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas v. 6, n. 12, 52-67, jul./dez. 2021.

MARTINS- BORGES, L. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, **REMHU** - Rev. Interdisp. Mobil. Hum., v. 21, n. 40, p. 151-162, jan. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/5ybFYzvWhw9K6TXFHY9QVpD/abstract/?lang=pt#A> Acesso em: 15 jul. 2021.

MARTINS-BORGES, L.; JIBRIN, M.; BARROS, A. F. O. Clínica intercultural: a escuta da diferença. **Contextos Clínic.**, São Leopoldo, v. 8, n. 2, p. 186-192, dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822015000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2021.

MILESI, R.; COURY, P.; ROVERY, J. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **Aedos**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 53-70, ago. 2018.

MOREIRA, J. B.; SALA, J. B. Migrações Forçad@s: categorização em torno de sujeitos migrantes. **Migrantes forçados: conceitos e contextos**. Boa Vista, RR, p. 15-42, 2018.

MORO, M. R. Psicoterapia transcultural da migração. **Psicologia USP [on-line]**, v. 26, n. 2, p. 186-192, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140017>. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140017>. Acesso em: 28 set. 2021.

NICOLETTI, T. de O. **Sofrimentos psíquicos na ascensão social: da ruptura do contrato narcísico à busca por reconhecimento no metaenquadre sociocultural brasileiro**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

NOVAES, D. T. P. **Filhos, saúde e migração: o processo migratório de mulheres angolanas para a cidade de São Paulo**. 2021. 104 f. Doutorado (Ciências Sociais) – PUC/SP, São Paulo, 2010. DOI <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/24460/1/Dirce%20Trevisi%20Prado%20Novaes.pdf>. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17408/1/Maria%20Luiza%20Cobra%20de%20OCastilho.pdf>. Acesso em: 3 maio 2022.

OBMIGRA – Observatório da Migrações Internacionais. **Relatório Anual** – Resumo executivo. 2020. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2020 (Série Migrações).

OKAMOTO, M. Y. **Dekassegui e família: encontros e desencontros**. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

OKAMOTO, M. Y. Re-pensando a vincularidade em tempos de pandemia: a intersubjetividade e os apoios metapsíquicos. **Revista Espaço Acadêmico** – ed. esp., 61-69: fev. 2021.

OJEDA, N. Familias transfronterizas y familias transnacionales: algunas reflexiones. **Migr. Inter**, Tijuana, v. 3, n. 2, p. 167-174, dic. 2005. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-89062005000200007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 11 out. 2022.

OLIVEIRA, A. T. R. de. A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v.13, n.1, 219-244, 2019. ISSN: 1984-1639.

OLIVEIRA, J. V. de. Atravessar fronteiras e transpor barreiras: desafios e deslocamentos de crianças e adolescentes venezuelanos em Roraima – Brasil. **Densidades**, n. 30, ano 9, 124-141, maio/ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório Situacional Brasil**. – Tráfico de pessoas em fluxos migratórios mistos, em especial venezuelanos. ONU, 2021.

PÁVEZ SOTO, I. La niñez en las migraciones globales: perspectivas teóricas para analizar su participación. **Tla-melaua**, v. 10, n. 41, p. 96-113, 2017.

PENNACCHI, R. Família: incidências formadoras e patológicas. In: PENNACCHI, R. THORSTENSEN, S. (orgs.) **Psicanálise de casal e família. Uma introdução**. São Paulo: Blucher, 2022.

PEREIRA, B. de P. M. **A resposta do Brasil à crise de refugiados venezuelana: uma análise das ações humanitárias desenvolvidas**. Dissertação (Mestrado em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2020.

PEREIRA, G. V. C.; FREITAS de A. M. C. Transmissão psíquica geracional com as dimensões de repetição e transformação. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. XXIII, n. 1, 103-110, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/8HdjGySz4vfg9JhDhCnvXhN/?lang=pt>. Acesso em: 07 abr. 2022.

PEREIRA, M. L. I. E. M.; CASTANHO, P. Sociedade e psiquismo na clínica do migrante: a hipótese do “mito do migrante exitoso” como organizador sociocultural. In: JUSTO, J. S.; OKAMOTO, M. Y. **Migrações contemporâneas: reflexos e práticas profissionais** [recurso eletrônico]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019.

PIVA, A. A Fragilidade do símbolo e a transmissão transgeracional. **Contemporânea- Psicanálise e Transdisciplinaridade**, Porto Alegre, n. 7, jan./fev./mar. 2009.

PIVA, A. **Vincularidade: Teoria e Clínica**. São Paulo: Zagodoni, 2020.

PLATAFORMA R4V. **Análise de necessidades dos Refugiados e Migrantes.**

Outubro de 2022. Disponível em: https://www.r4v.info/sites/default/files/2022-11/RMNA_2022_V6_PORT_compressed_0.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

PUGET, J. Disso não se fala. Transmissão e memória. *In*: RUIZ CORREA, O. (org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional.** São Paulo: Escuta, 2000.

PUGET, J. Intersubjetividade. Crisis de la representación. **Psicoanálisis APdeBA**, v. XXV, n. 1, p. 175-189, 2003.

PUGET, J. Habitar espacios en el hoy o en un para siempre. **Psicoanálisis**, v. XL, n. 1 y 2, p. 19-39, 2018. Disponível em: <https://www.psicoanalisisapdeba.org/wp-content/uploads/2018/12/5.-PUGET.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2022.

RAMOS, M. **Sou daqui e sou de lá:** autobiografia do exílio. São Paulo: Ágora, 2007.

RESSTEL, C. C. F. P. **Desamparo psíquico nos filhos de Dekasseguis no retorno ao Brasil.** 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

ROCHA, G. do V.; RIBEIRO, N. V. P. Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégias. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 20, n. 122, p. 541-563, out. 2018/jan. 2019.

SANTOS, K. R. P. dos; LANGARO, F. **Impactos psicossociais vivenciados por filhos de uma família de imigrantes a partir da experiência de imigração.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2020.

SANTOS, S. M. de A.; MEZA, I. J. lo B. Para onde eu vou com minha família? Uma etnografia sobre projetos coletivos e migração venezuelana. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 29, n. 61, p. 179-194, abr. 2020.

SARTI, A. C. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHEIDT, E. A democracia na Venezuela da Era Chávez e a questão dos conselhos comunais e das comunas. **Revista Tempos Históricos**, v. 21, p. 291-261, 2017.

SILVA, F. C. A.; SOUSA, M. E. A migração venezuelana e o aumento da pobreza em Roraima. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 14, n. 27, p. 105-119, 2018.

SILVA, G. J.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; COSTA, L. F. L.; MACEDO, M. **Refúgio em Números.** 6. ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SILVA, J. C. J.; ABRAHÃO, B. A. Migração pela Sobrevivência – o Caso dos Venezuelanos em Roraima. *In*: JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. de M. D.; LOPES, R.

de O. **Migrantes forçados: conceitos e contextos**. Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2018. p. 636-661.

SILVA, J. C. J.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno sul-sul. **REMHU** - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., v. 29, n. 63, set./dez. 2021.

SILVA, J. C. J.; BÓGUS, L. M. M.; SILVA, S. A. G. J. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 15-30, jan. 2017.

SILVA, T. A. da. **Implicações subjetivas oriundas do processo migratório: um estudo psicanalítico sobre brasileiros no Algarve**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Algarve, 2015.

SIMÕES, G. da F. Venezuelanos em Roraima: características e perfis da migração venezuelana para o Brasil. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 7, p. 1-136, 2017. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=fa9065e2-c184-5655-0c04-1381156aca09&groupId=265553. Acesso em: 01 ago. 2022.

SIMÕES, G. da F. (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes/Perfil_Sociodemografico_e_Laboral_venezuelanos_Brasil.pdf. Acesso em: 02 out. 2021.

TOZATTO, M. I. S. **Transmissão psíquica: metamorfoses teórico-clínicas de um campo em movimento**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004.

TRACHTENBERG, A. R. C. Trauma, transgeracionalidade e intergeracionalidade: uma transformação possível. *In*: TRACHTENBERG, A. R. C. *et al.* **Transgeracionalidade: de escravo à herdeiro – um destino entre as gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social** - Revista de Sociologia da USP, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.

ULLOA, F. O estrangeiro na produção de subjetividade. *In*: KOLTAI, C. **O estrangeiro**. São Paulo: Escuta, 1998. p. 165-172.

UNHCR. **Global Trends: Forced Displacement in 2019**. 2020. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

VASCONCELLOS, V. V. **Governo de Hugo Chávez e a política externa venezuelana no continente americano**. 2009. 68 p. TCC (Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/21487>. Acesso em: 4 jul. 2022.

VASCONCELOS, I. dos S. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 26, n. 53, p. 135-151, ago. 2018.

VÉRAS, M. P. B. A Produção da Alteridade na Metrópole: Desigualdade, Segregação e Diferença em São Paulo. *In*: DANTAS, S. D. (org.). **Diálogos Interculturais: Reflexões Interdisciplinares e Intervenções Psicossociais**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, , n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

WEBER, L. A. Duas décadas de bolivarianismo na Venezuela (1999-2019). *In*: LIMA, M. R. *et al.* **América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional**. Rio de Janeiro: Multifoco, 8 abr. 2023. p. 175-191.

WEISSMANN, L. **Famílias monoparentais: um olhar psicanalítico**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

WEISSMANN, L. **Famílias monoparentais: um olhar da teoria das configurações vinculares**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

WEISSMANN, L. Migração/exílio e a perda da língua materna. **Cad. Psicanál.** (CPRJ), Rio de Janeiro, v. 39, n. 37, p. 185-206, jul./dez. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952017000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2022.

WEISSMANN, L. **Interculturalidade e vínculos familiares**. São Paulo: Blucher, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

ZERO, M. **Para entender a Venezuela (10/08/2017)**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/para-entender-a-venezuela/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevistas

I- IDENTIFICAÇÃO

Nome dos membros da família:

Data de nascimento dos membros da família:

Escolaridade:

Profissão atual:

Há quanto tempo estão fora de seu país:

II – HISTÓRICO FAMILIAR

Para o casal

- Quais foram as principais causas que fizeram vocês deixarem seu país de origem?
- Como foi o processo de imigração, desde a saída da família do seu país até a chegada ao Brasil?
- Quais foram os maiores desafios ou dificuldades enfrentados pela família?
- Quanto tempo vocês levaram para se restabelecer no país? Expliquem.
- Como vocês perceberam a adaptação para os membros da família? Expliquem.
- Vocês conseguem identificar quais seriam as principais mudanças que tiveram, após a migração? De que mais sentem falta? Como enfrentaram essas faltas? Explicar.
- E com relação ao(s) filho(s)? Como vocês perceberam que ele(s) enfrentou(aram) esse processo de mudança? Como percebem seu(s) filho(s), desde a saída do país até agora?
- Quais as principais preocupações com relação à educação de seu(s) filho(s)?
- A educação que vocês oferecem em casa é baseada em qual cultura? Existem costumes do seu país que vocês preservam e ensinam ao(s) filho(s)? Expliquem.

- Atualmente, a qual país vocês sentem que pertencem ou de que fazem parte? Como sentem o vínculo com seu país de origem? E com o Brasil? E o(s) filho(s), como percebem esse sentimento nele(s)?
- Quais são seus planos de futuro: permanecer no Brasil ou retornar ao seu país? Por quê?